

JUAN ANDERSON RUIZ PEÑA

**APRECIÇÃO TEÓRICA ACERCA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Gustavo Soares Iorio

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Ruiz Peña, Juan Anderson, 1985-

R934a
2021 Apreciação teórica acerca do conceito de desenvolvimento
geográfico desigual / Juan Anderson Ruiz Peña. – Viçosa, MG,
2021.

1 dissertação eletrônica (213 f.): il.

Orientador: Gustavo Soares Iorio.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2021.

Referências bibliográficas: f. 209-213.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2021.270>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Valor (Economia). 2. Capital (Economia). 3. Geografia
econômica. 4. Disparidades econômicas regionais.
5. Desenvolvimento econômico. 6. Capitalismo. I. Iorio, Gustavo
Soares, 1984-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento
de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

CDD 22. ed. 330.122

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fátima Alves CRB6/2578

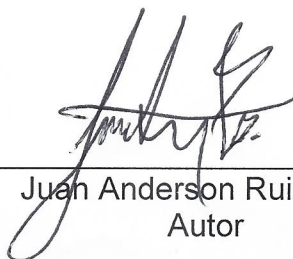
JUAN ANDERSON RUIZ PEÑA

APRECIÇÃO TEÓRICA ACERCA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL

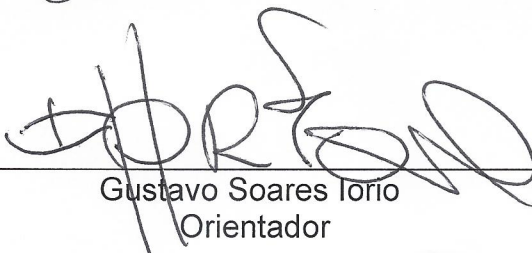
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister in Scientiae*.

APROVADA: 05 de outubro de 2021.

Assentimento:



Juan Anderson Ruiz Pena
Autor



Gustavo Soares Torio
Orientador

*Para Davi, com sua rebeldia
animou a desafiar-me,
para entender o valor.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

PEÑA, Juan, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2021. **Apreciação teórica acerca do conceito de Desenvolvimento Geográfico Desigual**. Orientador: Gustavo Soares Iorio.

Procuramos mostrar que a ideia do Desenvolvimento Geográfico Desigual (DGD) não é a melhor forma de abordar o caráter espacial do valor. Para compreender desta maneira o DGD, fizemos uma análise crítica das teorias de três geógrafos contemporâneos preocupados pela forma espacial e temporal do desenvolvimento do capital. A partir desta constatação estudamos as diferentes teorias de imperialismo para poder entender de maneira crítica o DGD tendo como premissa a teoria de imperialismo proposta por Leonardo Leite, que tem como tese central: a transferência de valor é a determinação essencial do imperialismo. Após de entender o que são as transferências de valor, no nível de abstração próprio da categoria apropriação de valores, compreendemos que nesse nível de abstração também se encontrava o território, uma categoria geográfica, que tem sua forma de valor na dimensão espacial como apropriação do espaço geográfico, configurando-se como particularidade geográfica do valor. Com isso defendemos que o território é uma categoria geográfica determinada pelo valor.

Palavras-chave: Valor. Desenvolvimento do capital. Transferência geográfica de valor. Território. Capital.

ABSTRACT

PEÑA, Juan, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, October 2021. **Theoretical assessment of the concept of Uneven Geographical Development.** Advisor: Gustavo Soares Iorio.

We try to show that the idea of Uneven Geographical Development (DGD) is not the best way to approach the spatial character of value. To understand the DGD in this way, we made a critical analysis of the theories of three contemporary geographers concerned with the spatial and temporal form of capital development. From this observation, we study how different theories of imperialism to be able to critically understand the DGD having as premise the theory of imperialism proposed by Leonardo Leite, whose central thesis is: the transfer of value is the essential determination of imperialism. After understanding what value transfers are, at the level of abstraction proper to the appropriation of values category, we understand that at this level of abstraction the territory was also found, a geographic category, which has its form of value in the spatial dimension as appropriation of the geographic space, configuring itself as the geographic particularity of the value. With that we defend that the territory is a geographic category determined by the value.

Keywords: Value. Capital development. Geographic transfer of value. Territory. Capital.

LISTA DE ILUTRAÇÕES

FIGURA 1: Essência e aparência do imperialismo	139
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Concorrência num mesmo ramo que produz a mesma mercadoria específica (dados em horas trabalho)181

TABELA 2: Concorrência entre capitais que produzem mercadorias distintas (em unidades monetárias)190

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DAVID HARVEY E A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL	19
2.1 O conceito do Desenvolvimento Geográfico Desigual.....	19
2.2 Escalas e diferenciações geográficas.	22
2.3 Mobilidade do capital e da força de trabalho.....	25
2.3.1 Mobilidade do capital.....	28
2.3.2 Mobilidade da força de trabalho.	29
2.3.3 Mobilidade do capital monetário.	31
2.4 Localização dos processos de produção.	32
3. NEIL SMITH E A ABORDAGEM GEOGRAFICA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.	39
3.1 As bases do desenvolvimento desigual.....	39
3.2 A dialética da diferenciação e da equalização geográfica.	43
3.2.1 A Diferenciação e a Divisão do Trabalho	46
3.2.2 A tendência para a igualização.....	53
3.3 A acumulação, concentração e centralização do capital.....	57
3.3.1 O ritmo da acumulação	61
3.4 Para uma teoria do desenvolvimento desigual: a escala espacial e o vaivém do capital	64
3.4.1 A impossibilidade do equilíbrio espacial	64
3.4.2 As escalas espaciais do capital.....	65
3.5 Uma teoria oscilatória do desenvolvimento desigual	74
4 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E ESTRURTURAS ESPCIAIS.	78
4.1 O objeto de debate de Massey.	78
4.2 Estruturas espaciais da produção capitalista.....	79

4.2.1 Os problemas.....	85
4.2.2 Um exemplo.....	89
4.3 A desigualdade geográfica e as estruturas espaciais de produção.....	92
4.3.1 Estruturas espaciais e sociais.....	97
4.3.2 O lugar e sua singularidade.....	98
5. O IMPERIALISMO: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS DA TRANSFERÊNCIA GEOGRÁFICA DO VALOR.....	103
5.1 As concepções clássicas.....	104
5.2 Concepções transitórias.....	112
5.1.1 Troca desigual segundo Emmanuel.....	113
5.1.2 Troca desigual segundo Mandel.....	117
5.1.3 Teoria da dependência e transferência de valor.....	126
5.3 Concepções contemporâneas da Transferência Geográfica de Valor: Expropriações.	130
5.4 Compendio para a interpretação da transferência geográfica de valor.....	136
6. O CARATER SOCIO-ESPACIAL DA TRANSFERÊNCIA GEOGRÁFICA DE VALOR.	140
6.1 Apresentação do capítulo.....	140
6.2 Distintas concepções fenomênicas de território.....	143
6.3 A apropriação do espaço como forma em comum do território.....	164
6.4 A Transferência Geográfica de Valor o conteúdo dá categoria território.....	169
6.4.1 Algumas determinações históricas na constituição do Território no capitalismo.	173
6.4.2 A TRANSFERÊNCIA DE VALOR: LIVRO III DE "O CAPITAL"	175
6.5 O território uma categoria mistificada: A transferência geográfica de valor seu conteúdo.	198
CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS.....	209

1. INTRODUÇÃO

A realidade, está em que todos nós habitamos, na que participamos e que reproduzimos como sujeitos sociais é altamente contraditória. É a diário que podemos ver um sem fim de contradições que se apresentam de variadas maneiras, por exemplo, idosos nos semáforos vendendo balas para poder conseguir alguma renda e poder pagar suas despesas, famílias inteiras morando nas ruas sem ter um teto onde morar e aceder aos serviços públicos, jovens participando de redes de micro tráfico, projetos imobiliários que expropriam por meio de mecanismos de mercado e leis à proprietários de pequenas terra, barragens de rejeitos de mineiro estouradas sobre rios, cidades e populações inteiras, entre outras de um conjunto incomensurável de contradições e que não dá para colocar todas elas aqui.

Estas contradições as podemos ver como conjunto, numa categoria, as desigualdades sociais. Estas são praticamente uma forma de ser compreendidas as distintas e inúmeras contradições que se apresentam nossa sociedade, nossa realidade. É a partir destas desigualdades sociais que poderemos perguntar, que é o que produz este tipo de desigualdades? Mais sem cair numa espiral infinita de causas particulares e explicações fenomênicas destas desigualdades, é necessário saber como entender e encarar este conjunto de contradições de uma maneira que permita identificar as distintas formas e ou relações sociais, as quais cada uma destas contradições pertence ou está associada.

É aí que vemos a necessidade de entender como estudar, investigar e produzir teorias sociais que permitam uma captura real e verdadeira destas contradições que se apresentam na realidade para poder serem explicadas. Isto nos leva a uma outra pergunta, qual é o método científico que permite entender a realidade tal como ela é, contraditória? A resposta a esta pergunta é o método materialista histórico e dialético. Este método, foi com o que Marx apresentou, sua crítica a economia política, em sua obra *O capital*. Nesta obra, o autor anteriormente referenciado, apresenta uma teoria de valor que permite entender essas relações sociais existentes no tipo de sociedade que vivemos, a capitalista ou como o próprio Marx a vai chamar “a moderna sociedade burguesa” (MARX, 2011. P. 59).

Marx na sua obra prima, *O capital*, nos apresenta a relação social, que dá o nome ao título de sua obra. O capital como relação social vincula e determina as outras relações sociais existentes nesta moderna sociedade burguesa, ou seja, que

está “grande” relação social é a que contém as distintas relações sociais que produzem as diferentes contradições que se apresentam nossa realidade. Podemos dizer, então, que o capital sendo relação social é a que produz todas e cada uma das contradições sociais que conseguimos perceber e as que não também.

Dentro desse conjunto de contradições e, portanto, de relações sociais, a geografia como ciência a conseguido capturar algumas destas que não se apresentam de maneira espontânea, como as que falamos no início, uma de elas (especificamente) está relacionada com um desdobramento do capital, seu desenvolvimento. Este último é uma forma de entender ao capital em movimento, tanto espacial como temporal, pois o desenvolvimento do capital visto também como relação social, produziria uma serie de contradições de ordem espaço-temporal e é aqui que os geógrafos, por assim chamar aos seres humanos que se preocupam por entender as contradições do capital em sua dimensão espaço temporal, por meio de estudos específicos sobre esta relação social antes mencionada (desenvolvimento do capital) tentaram capturaram alguns elementos geográficos que permitem ver, ou entender, que o desenvolvimento do capital se apresenta de maneira desigual.

Desta maneira, as contradições que são produzidas pelo desenvolvimento do capital, se apresentam como contradições que carregam um grupo grande de outras contradições, uma delas é a existência, nossa realidade, de países dependentes e países imperialistas. Esta contradição, é um ponto desconexo, mas convergente, entre dois propostas teóricas de entender o desenvolvimento desigual e combinado do capital sobre o mundo.

Uma destas teorias, é apresentada por três geógrafos importantes na área da ciência geográfica, cada um destes geógrafos apresenta sua proposta teórica desde pontos de vista diferentes. Um destes é David Harvey (2013) que na sua obra intitulada, Os limites do capital, apresenta seu entendimento acerca do desenvolvimento desigual do capital. Para o referido autor, o desenvolvimento desigual do capital adquire uma dimensão espacial, ou seja, este (o desenvolvimento do capital) tem existência no espaço geográfico, sabemos que este último é um dos objetos que estuda a ciência geográfica. Harvey apresenta nesta obra sua ideia do motivo, ou o porquê, o desenvolvimento do capital sobre o globo (planeta terra) se produz de maneira desigual.

Este autor, David Harvey, diz que existem desenvolvimentos geográficos desiguais, que são formas de ajuste espacial, que o capital cria para continuar reproduzindo-se como relação social. Pois para ele a existência deste objeto (desenvolvimentos geográficos desiguais) está na forma de distribuição da força de trabalho que o capital realiza para dar continuidade a seu desenvolvimento. Ou seja, que o tipo de organização no espaço geográfico dos trabalhadores (força de trabalho) quem os organiza e distribui é o capital, por meio dos processos produtivos, que este último cria como formas de garantir a existência de seu único motor de desenvolvimento. Los seres humanos e sua força de trabalho.

Os desenvolvimentos geográficos desiguais, propostos por Harvey, seriam, dessa maneira, a causa que cria um desenvolvimento desigual do capital de maneira geral. A forma como nós desenvolvemos esta discussão foi a seguinte: na seção 2.1, apresentamos o conceito de *Desenvolvimento Geográfico Desigual (DGD)* deste autor, já na seção 2.2, mostramos como o DGD produz *Escalas e diferenciações geográficas*, e como existe a *Mobilidade do capital e da força de trabalho* a qual é gerada pelo capital, e que apresentamos como a seção 2.3, estas consideradas pelo autor como causas que exigem uma *Localização dos processos de produção* os quais tem uma forma específica e geográfica que o capital cria para sua reprodução esta (localização dos processos produtivos) será apresentada na seção 2.4.

O segundo autor, cujo nome é Neil Smith (1988), apresenta em sua proposta teórica com o nome de Desenvolvimento desigual, simples assim, que é uma outra forma de abordar esta contradição produzida pelo capital. Nesta proposta, o referido autor identifica duas tendências geográficas que se dão sob o espaço, estas tendências, a de diferenciação e igualização geográfica, são produzidas pelo capital, diz Smith. Mas estas tendências geográficas, o autor as entende como formas de divisão social e espacial do trabalho, sendo assim uma forma de entender também o tipo de distribuição da força de trabalho sobre o espaço geográfico que o capital cria para se ampliar (ou reproduzir).

Desta maneira, Smith considera que o desenvolvimento desigual do capital tem uma forma específica de fixar-se sobre o espaço geográfico, reproduzindo sua tendência desigual. Ele vai chamar de *vaivém do capital*, a esta forma (tendencial) em que se fixa sobre os processos produtivos em diferentes escalas geográficas. O ir e vir do capital de um lugar a outro, é o que reproduz e mantém o desenvolvimento do

capital de forma desigual. O vaivém do capital, identificado por Smith traz vários elementos que lhe são próprios, e a discussão trazida pelo autor está no sentido de perceber dita desigualdade como uma forma de diferenciação geográfica que o próprio capital cria.

Desta maneira a forma como desenvolvemos esta discussão foi a seguinte: na seção 3.1, apresentamos *As bases do desenvolvimento desigual*, ou seja, as bases teóricas que tem a discussão trazida pelo Smith, na seção 3.2, o autor conclui, através da discussão dada na seção anterior, que existe *A dialética da diferenciação e da equalização geográfica* e que dita dialética é o tensionamento entre a tendencia de diferenciação e igualização geográfica, a qual o referido autor, sinala que está presente na *A acumulação, concentração e centralização do capital*, que é o subtítulo da seção 3.3, e que ditos processos, que são internos a acumulação (concentração e centralização), criam um ritmo, e que para tanto, é necessária *Uma teoria do desenvolvimento desigual: a escala espacial e o vaivém do capital* que é nome do da seção 3.4, nesta seção é onde Smith diz que é impossível um equilíbrio espacial, já que nas diferentes escalas se manifesta a tendencia de diferenciação geográfica, conformando assim na seção 3.5, *Uma teoria oscilatória do desenvolvimento desigual* própria do capital.

Já a última autora, apresenta sua concepção teórica acerca do desenvolvimento do capital, na qual ela chega concluir que é desigual. Doreem Massey (1995) encaminha seu argumento diretamente nas formas ou estruturas espaciais que as empresas criam para possibilitar a reprodução do capital, e entende elas como as formas que este último possibilita para concentrar e intensificar a exploração da força de trabalho. Pois a anterior (força de trabalho) é a base em que está fundado o capital, podemos dizer que é o motor que dinamiza esta relação social, e a que dá o impulso para reprodução do mesmo, sendo assim, este é o pressuposto mais valioso que esta geógrafa tem para formular sua proposta teórica acerca do desenvolvimento desigual do capital.

A autora entende, que o tipo de organização que as empresas tem sobre o espaço geográfico repercute diretamente na forma de desenvolver-se o capital, logo, como as empresas são direcionadas pelos capitalistas, ou donos das empresas, as decisões destes e dos trabalhadores que são explorados pelos donos, repercute na forma de organização administrativa e na forma produtiva. Desta maneira a autora

considera que toda relação social tem uma forma de relação espacial, leia-se estrutura espacial, logo, as empresas ao criar formas de organização da produção sobre o espaço geográfico estão criando relações sociais de produção, mas que estas últimas são produzidas de maneira desigual pois todas elas são aparelhadas as formas históricas do local onde se encontram, isto é, que a localização, ou o lugar, tem uma repercussão direta na forma do desenvolvimento do capital, e como o diz a autora “Dois lugares não são iguais” (MASSEY, 1995. P. 113), isto é o que faz de ser o desenvolvimento geográfico do capital ser desigual.

A forma como desenvolvemos o debate com a autora foi a seguinte: na seção 4.1, o que fizemos foi identificar *O objeto de debate de Massey* o qual conseguimos identificar, e que deu o nome da seção 4.2, *Estruturas espaciais da produção capitalista* nesta seção apresentamos os problemas que estas estruturas criam e tem no momento de emergir, mas também um exemplo “exitoso” de um tipo de estrutura espacial, o qual está última se replica até hoje na forma de organização espacial das empresas o que leva a autora a ver que se existe *A desigualdade geográfica nas estruturas espaciais de produção*, que é nome da seção 4.3, estas desigualdades geográficas nessas estruturas desencovaria numa desigualdade do desenvolvimento do capital, nesta seção a autora revela seu método de análises e, ademais, outorga ao lugar a capacidade de reprodução desigual da forma de desenvolvimento do capital em geral.

Em soma, estes três geógrafos anteriores procuram embasar seus análises na divisão social do trabalho e suas manifestações geográficas de distribuição sob o espaço geográfico, a sua vez, este é o caminho transitado pelos três autores. O que nos parece correto, ao estudar desta forma como está distribuída a força de trabalho sobre o espaço geográfico, embora, no percurso do caminho de exposição por parte destes teóricos, podemos perceber que eles sobrepõem um imperativo geográfico sobre o capital, ou seja, eles entendem que o espaço geográfico não está determinado pelo capital. Por isso, é que chegam a conclusões muito similares, de que a localização é um imperativo na reprodução do capital como um todo, marcando o passo (desigual) de seu desenvolvimento.

Por outro lado, nós abordamos uma outra forma de entender o desenvolvimento do capital que reflete seu movimento a partir das categorias próprias do capital, e que Marx descobriu e deixou designadas na sua obra prima, *O capital*,

esta leitura é muito mais crítica e muito mais rica em desdobramentos teóricos, ademais de ser o produto, mas que teórico de muitos, histórico do processo e que se consignou para o resto da história como teoria de Imperialismo. Nesse sentido, vejamos que o imperialismo discute de maneira muito mais crítica o processo de desenvolvimento do capital, mas não como relação social senão como processo de uma outra relação social, o imperialismo. Vemos assim, que o imperialismo ao ser uma relação social muito mais abrangente de distintos processos em seu interior, tem formas particulares de apresentar-se as contradições que esta relação social produz sobre a realidade.

Desta maneira, a teoria de imperialismo pensada pelo Professor Leonardo Leite (2016), apresenta vários elementos que explicam, não só o desenvolvimento do capital, senão sua forma desigual e combinada, entendendo este como manifestação de outros elementos que se encontram no amago do processo imperialista do capital. Elementos estes, que transitam desde a dimensão política, dimensão social, dimensão econômica e dimensão espaço-temporal (espaço geográfico) do capital. Vemos aqui a necessidade então de apresentar o que determina a esta relação social que viemos chamando de capital.

De certa maneira, o capital ao ser uma relação social ele mesmo produz suas determinações e como o próprio Marx (2011, P. 60) o diz “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada”. Desta maneira podemos inferir que o valor é o produto dessa potência econômica, essa é a forma que tem a “moderna sociedade burguesa” de constituir o valor como esse ponto do qual está falando Marx, o qual é a determinação mais abstrata que tem o capital, que ao ter a condição de ser “ponto de partida quanto o ponto de chegada” cria a condição do capital ser “potência econômica”, dessa maneira vemos que o valor “tudo domina”. É por este processo que podemos dizer que o valor determina ao capital, se, e somente se, determina a relação social que determina as outras relações sociais. Desta maneira, podemos saber que o valor determina a “moderna sociedade burguesa”.

Podemos ver que o valor se apresenta e/ou determina toda dimensão do ser social, as dimensão do capital resultam ser as mesmas do ser social, logo, o ser social é determinado pelo valor nesta época histórica que chamamos de capitalismo.

Vejamos que a teoria de imperialismo reconhece que o valor é a determinação de todo, desta maneira, podemos ver que o imperialismo se distingue do capital, pois podemos dizer que o imperialismo é uma forma de apresentar-se num nível de abstração menos geral, mas que carrega esse conjunto de contradições que se produzem nas distintas dimensões do capital entre um conjunto de economias que possui condições mais adequadas para desenvolver essa potência do capital e as que tem as piores condições.

Entendido desta maneira o imperialismo, podemos ver, então, que essa unidade que é o valor se apresenta com uma leve distinção, entre ele mesmo, esta (distinção) é retratada na realidade em forma de contradição, contradição esta que se dá entre dois conjuntos de economias, um desses conjuntos é aquele que se denominou de economia centrais, um segundo como economias periféricas, derivado de uma interpretação da relação espacial entre centro-periferia como forma de expansão do mercado (circulação) exposta por Marx (1980, P. 1335) nos manuscritos de 1861-63. Desta maneira o imperialismo é essa relação social que vincula suas contradições a estes par de conjuntos, entendendo que no conjunto de economias com as condições piores é aquele que apresenta mais nitidamente as contradições produzidas por esta relação social, e quanto ao outro conjunto estas contradições são do passado, não porque elas foram superadas senão porque elas tomaram outra forma de se apresentar.

Mas existem algumas formas em comum que se apresentam nos dois lados da mesma moeda, que é o imperialismo, estas formas em comum também têm suas dupla face, por assim dizer, é desta maneira que abordamos esta discussão do imperialismo que o autor Leite (2016), captura muito bem: na seção 5.1, apresentamos *As concepções clássicas* sobre o imperialismo, resgatando alguns autores que conseguiram capturar de alguma maneira a forma de manifestação desta relação social. Já na seção 5.2, catalogamos de *Concepções transitórias* aquelas que se produziram na década dos anos 1970, nestas concepções, de maneira muito específico, foram entendidas algumas contradições gerais na forma de *trocas desiguais e dependência* sendo esta última a que melhor resgata a proposta teórica de Marx, com um dos objetos em comum entre as economias periféricas e centrais, as transferências de valor, e que são resgatadas por Leite (2016) como forma em comum entre todas as concepções de imperialismo e redefinidas como *transferências*

internacionais de valor, sendo assim, é na seção 5.3, que apresentamos as *Concepções contemporâneas da Transferência Geográfica de Valor: Expropriações* sendo estas últimas uma das forma mais evidente e atuais em que o imperialismo se apresenta. Como seção 5.4, redigimos um *Compendio para a interpretação da transferência geográfica de valor*.

Temos que reconhecer que esta teoria de imperialismo de Leite (2016) nos deu um entendimento com respeito a como encarar a dimensão espacial do comportamento do valor, pois este objeto em comum, as transferências de valor, são da dimensão temporal do valor em sua cara (manifestação) de imperialismo. Então, como entender a dimensão espacial destas transferências de valor? Esta foi nossa pergunta fundamental e a que direciono todo nosso estudo, sabíamos que a forma de encarar estas transferências no podia ser a partir da localização ou lugar, pois as propostas teóricas acerca do desenvolvimento geográfico desigual, em nenhuma das três concepções notaram a existência das transferências de valor, como forma em particular de manifestar-se o valor, nesta época social e histórica (capitalismo), que é a mesma “moderna sociedade burguesa” que chama Marx.

Mas como conhecemos primeiramente a teoria de imperialismo de Leite (2016) antes de empreender um estudo dos teóricos do desenvolvimento geográfico desigual, este primeiro estudo (Leite), nos permitiu perguntarmos durante tudo o debate com os três geógrafos, Harvey (2013), Smith (1988) e Massey (1995), qual é a forma geográfica que me permitiria entender estas transferência de valor? Mas leite nos deixou um sem sabor, por assim dizer, com respeito ao estado e/ou rede de estados, este sem sabor direcionou um pouco mais nossa forma de investigação sobre qual objeto da ciência geográfica poderia nos auxiliar, sabíamos também que a categoria território apresentava um nível de aparelhamento com o estado de unidade quase indissociável, é assim como aparece para nós que a categoria território seria o objeto geográfico mais adequado para empreender nosso estudo sobre a dimensão espacial do valor em sua forma particular (temporal) das transferências de valor.

É desta maneira que empreendemos nosso estudo, na seção 6.1, fazemos uma *Apresentação do título*, neste simplesmente fazemos um pequeno resumo do tratado até esse momento, para chegar à seção 6.2, *Distintas concepções fenomênicas de território*, é nesta parte onde apresentamos um análises critico dos

distintos conceitos geográficos de território. Este análises nos permitiu entender *Apropriação do espaço como forma em comum do território*, que é o título de nossa seção 6.3. Para tanto, na seção 6.4, apresentamos como *A Transferência Geográfica de Valor é o conteúdo da categoria território*, é nesta seção que apresentamos algumas determinações históricas na constituição do Território no capitalismo, para depois mostrar como está exposta a transferência de valor, no livro III, de "o capital", na qual fechamos nosso estudo na seção 6,5, mostrando que *O território uma categoria mistificada: A transferência geográfica de valor seu conteúdo*.

É de advertir ao leitor que este é um rascunho teórico do que poderia virar um texto melhor para sua publicação.

Por fim, apresentamos algumas considerações e sugestões finais.

2. DAVID HARVEY E A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

2.1 O conceito do Desenvolvimento Geográfico Desigual.

A argumentação central de Harvey (2013, p. 603) em sua obra *Os limites do capital* é a impossibilidade de que “cada região tenderia a desenvolver uma lei de valor para si mesma, associada a padrões de vida materiais particulares, formas de processo de trabalho, arranjos institucionais e infraestruturais etc.”, dita impossibilidade está inserida no capitalismo, que se expande num ambiente geográfico variado, o qual tem como base uma biodiversidade e uma produtividade do trabalho em níveis altíssimos e diferenciados. Ademais as forças produtivas desatadas de seus grilhões “naturais” são aquelas que corroem e transformam em “grande parte da economia e da cultura pré-capitalistas” (HARVEY, 2013. P. 602).

O referido autor citando a Marx que escreve nos Grundrisse (p. 334), o capital “derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais”, nesta citação podemos ver como Marx entende a categoria de desenvolvimento. Dando continuidade ao argumento de Marx, Harvey (p. 602) diz que o capitalismo então “encontra barreiras dentro da sua própria natureza”

(MARX, 2017b. P. 334), e que como saída a esta contradição o capitalismo é obrigado “a produzir novas formas de diferenciação geográfica”.

A mobilidade tanto do capital como do trabalho estão se dando mais rapidamente quanto maior for o desenvolvimento capitalista, segundo Marx (2017c). Para se dar a metamorfose dos valores das mercadorias em preços de produção¹ antes se teve que dar uma equalização da taxa média ou geral de lucro, mas esta equalização é dada entre capitais com produtividades desiguais, para tanto Marx vai dizer:

A constante equalização das constantes desigualdades se efetuará tanto mais rapidamente: 1) quanto mais móvel seja o capital, isto é, quanto mais fácil seja transferi-lo de uma esfera da produção a outra e de um lugar a outro; 2) quanto mais rapidamente se possa deslocar força de trabalho de uma esfera de produção a outra e de um ponto a outro (MARX, 2017c. P. 321).

Estes dois resultados são “elevados” por Harvey como imperativo geográfico. Estes resultados trazem implicitamente as relações de transporte das mercadorias, a mobilidade do capital variável e/ou força de trabalho como também a mobilidade do capital financeiro e a localização dos processos de produção. Estas formas de mobilidade geográfica estão “no contexto da acumulação” (HARVEY, 2013. P. 602) e a interação destas “constroem, fragmentam e criam configurações espaciais na distribuição das forças produtivas e geram diferenciações similares nas relações sociais, nos arranjos institucionais e assim por diante”. (Idem, p. 602).

É importante entender que para Harvey (2013. p. 603) as diferenciações geográficas “não são: meros residuais históricos em vez de aspectos ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista”, o que nos quer dizer o autor é que em dado caso de poder capturar um equilíbrio, produto da equalização da taxa média ou geral de lucro, no processo de acumulação entre as formas de mobilidade do capital e da força de trabalho sobre o globo como também em outras escalas, é porque esta movimentação equilibrada passa por esses pontos de equilíbrio, mas não se fixam já que esta diferenciação geográfica “é ativamente produzida”.

Este equilíbrio é produto do processo de conversão “das restrições temporais para espaciais à acumulação” (HARVEY, 2013. P. 603), quando o autor se refere a restrições temporais, está falando, por exemplo, dos tempos nos ciclos do capital

¹ Esta discussão será retomada no capítulo três (P. 162-165).

industrial, além do tempo rotação do capital na produção. E a respeito ao tipo de barreiras geográficas o autor se refere as taxas de juros, o efeito cambial das moedas, as diferentes escalas, a localização, a rede de transportes, etc. Assim, nós podemos dizer que Harvey (2013) aceita que o equilíbrio se dá de tempos em tempos e de lugares a lugares ainda com estas restrições.

Estas restrições se combinam de tal forma que para poder se dar dito equilíbrio ou estabilidade na acumulação numa região, se tem que levar em conta uma coordenação exata, infinitesimal, entre “a tecnologia da produção, as estruturas de distribuição, os modos e formas de consumo, o valor, as quantidades e qualidades da força de trabalho, assim como todas as infraestruturas físicas e sociais necessárias entre outros” (Idem, p. 603), o que parece quase impossível.

Harvey (Idem, p. 603) sintetiza seu argumento dizendo que “o mais-valor deve ser produzido e realizado dentro de um determinado período de tempo. Se é necessário tempo para superar o espaço, o mais-valor deve também ser produzido e realizado dentro de um determinado domínio geográfico”. Desta maneira, a ideia anterior é base material e concreta para que Harvey proponha a existência de um desenvolvimento geográfico desigual, portanto, este processo cria e produz contradições reais nas tendencias idealistas do capital de universalizar sua lógica de expansão.

Se o mais-valor produzido é de tempos e domínios geográficos determinados como desdobramentos deste tipo de desenvolvimento temos, segundo Harvey (idem, p. 603-604) que “a tentação por parte dos capitalistas de se engajarem no comércio inter-regional para alavancar os lucros derivados de trocas desiguais e colocar capitais excedentes onde a taxa de lucro é mais alta”, sabemos que esta dinâmica é própria do que Marx (2017c) chamou de mobilidade do capital. Por outro lado, também temos a mobilidade da força de trabalho, o qual se pode manifestar em que “os trabalhadores certamente serão tentados a se mover para onde os padrões de vida materiais são mais elevados”, diz Harvey.

Portanto, Harvey (2013, p. 604), vai dizer que “a organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo”, ou seja, o desenvolvimento geográfico desigual é o resultado “de tendências contrapostas e contraditórias”, onde o processo de abolição das barreiras temporais e espaciais se

dá erguendo novas barreiras espaço-temporais, em distintas escalas, quando se produzem as novas configurações geográficas que são imprescindíveis para a produção do mais-valor e sua lógica de acumulação.

Mas essa transformação física também não se produziu de modo regular. Vastas concentrações de força produtiva contrastam aqui com regiões relativamente vazias ali. Concentrações de atividade fixas em um lugar contrastam com um desenvolvimento relativamente flexível e disperso em outro. Tudo isso resulta no que chamamos de “desenvolvimento geográfico desigual” do capitalismo. (HARVEY, 2013. P. 547).

Tendo uma ideia até agora do que é o desenvolvimento geográfico desigual para o autor aqui tratado, é pertinente dizer que para Harvey (2006, p. 107) em sua obra *Espaços de Esperança* enuncia que numa: “teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais² ... a discussão a seguir apresenta dois componentes fundamentais. O primeiro se vincula com ‘a produção de escalas espaciais’; o segundo, com ‘a produção da diferença geográfica’”. Assim que não resta mais que fazer uma revisão do que entende o referido autor por estes dois conceitos.

2.2 Escalas e diferenciações geográficas.

Para Harvey (2006, p. 108-9) a análise de algum fenômeno nos tempos de hoje se apresenta de maneiras distintas porque pertence a escalas distintas: “global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra”, com esta última aclaração podemos ver que, no salto de escala, existe uma perda ou ganho de determinações do fenômeno. Por exemplo, a produção de escalas em que a atividade humana se realiza vai depender “das inovações tecnológicas, bem como de várias condições político-econômicas mutáveis” e que ao subir de escala, estas determinações podem perder ou ganhar mais propriedades.

Harvey (2006) compagina com o conceito de produção de escala do autor Swyngedouw (1997) em sua obra "Neither global nor local. "glocalization" and the politics of scale":

As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Por exemplo, a atual

² Marx nunca falou ou escreveu algo sobre o desenvolvimento desigual do capital, mas sim do desenvolvimento do capital, o que nos deixa na tentativa de mostrar como este autor (Marx, 2017c) apresenta este processo na sua obra, esta discussão será apresentada no final da sexta seção como parte de uma outra discussão, mas que por motivos do desenrolar o argumento nessa sexta seção, vemos pertinente trabalhar esta categoria, desenvolvimento do capital, aí e não aqui. (Ver páginas: 172-174)

luta sobre se a escala da regulação social, da regulação do trabalho, ambiental e monetária no âmbito da União Europeia deve ser local, nacional ou europeia indica a contestação e a transformação perpetuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações Consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que em que escala. (Swyngedouw, 1997. P. 141).

Desta maneira podemos dizer que para Harvey (2006) a produção escalar está atrelada ao desenvolvimento geográfico desigual, e que este produz escalas. Desde nossa perspectiva teórica, entendemos que a escala não é só uma ferramenta analítica, e que na maioria das vezes, ainda que seja assim (analítica), esta não é tratada como uma ferramenta capaz de carregar os processos históricos de constituição, reconstituição e das contradições do objeto. O que se faz de maneira regular, no cotidiano, é usada como ferramenta funcional e pragmática para a análise objetiva de algum aspecto específico, mas sabemos que esta ferramenta permite entender melhor certo fenômeno e, que é plausível utiliza-la para encontrar distinções de um mesmo objeto em distintas escalas ou de compreender a contradição gerada pelo objeto nesse câmbio de escala. Existe um debate sobre a escala na geografia, mas, nós entendemos que está também tem uma correlação com os níveis de abstração necessários para entender a realidade concreta.

Enquanto a produção de diferenças geográficas, Harvey considera que a existência de efeitos e processos diferenciados entre domínios geográficos “nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (HARVEY, 2006. P.111) existem com uma parcela no tempo histórico da humanidade, mas que existem também processos atuais que modificam estas diversidades nos distintos modos de sociabilidade econômica, e que “estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos” (Ibidem, P.111).

Na dinâmica atual do capital existe uma busca generalizada pelo lucro por parte dos capitalistas individuais, esta dinâmica cria e recria “diferenciações geográficas proporcionalmente à intensidade dos investimentos de capital, com frequência garantindo que regiões com abundância de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes ficam relativamente mais pobres” (Idem, p. 111). O que o autor nos quer dizer é que esta força (procura de lucro) movimenta ao mundo, “mas os processos de diferenciação são tão ecológicos e sociais quanto puramente

econômicos” (Idem, p. 111), logo, como os desenvolvimentos geográficos são formas de diferenciação geográfica e estes primeiros produzem escalas, podemos pensar estas diferenciações geográficas como processos que se dão em “toda e qualquer escala”.

Desse modo, nós concordamos com o autor, quando diz que existe “uma impressão disseminada, mas superficial de anarquia global em vez da operação de forças de produção sistêmicas” (HARVEY, 2006. P. 112), mas nos distanciamos de que o “desenvolvimento geográfico desigual” seja de onde partem estas forças sistemáticas de produção. Nós propomos a existência de **transferências geográficas de valor**³, como o mecanismo que tem o capital para se apropriar do valor produzido em territórios com menor grau de desenvolvimento do capital e, portanto, do espaço geográfico em sua totalidade.

O argumento desenvolvido por Harvey (2006 – 2013) sobre o desenvolvimento geográfico desigual é de um determinismo geográfico bastante marcado, já que seus elementos como a produção de escalas, a produção de diferenciações geográficas e das configurações espaciais, em especial neste último conceito a localização é o determinante suficiente para dotar de desigual ao desenvolvimento do capital, o que faz que perda de vista em sua conceituação, o argumento da concorrência entre capitais distintos com produtividades distintas, que é exposto na teoria de valor de Marx (2017c) no livro III, no qual, o referido autor (MARX), mostra que existe uma transferência de valor entre estes capitais e que estas se dão na equalização da taxa geral de lucro.

Harvey (2013), no capítulo 12, de sua obra *Os limites do capital*, apresenta sua teoria das configurações geográficas, na que faz uma interpretação associando as trocas desiguais propostas em duas teorias, a de Mandel (1982) e a Emmanuel (1990). Ele (Harvey) também faz uma reconceituação da interpretação de Lenin (1979) e de Hilferding (1985) frente a exportação de capitais e o capital financeiro. Em poucas palavras, ele faz uma reinterpretação da teoria de valor de Marx pautada nas reformulações que ele (Harvey) faz, que o levam a criar uma teoria de crises, onde a contradição entre superacumulação e desvalorização são mostras da queda tendencial da taxa geral de lucro que é a essência destas crises.

³ Esta categoria se apresentara no capítulo seguinte (ver capítulo 2).

A seguir, apresentaremos uma análise dos elementos centrais que envolve a produção de configurações espaciais, que é o conceito que agrupa as determinações bacilares para o entendimento dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Determinações estas que segundo Harvey (2013) são, a da mobilidade irrestrita do capital e da força de trabalho, entendidas como causas e não como consequências dos desenvolvimentos geográficos desiguais, o que nos deixa em dúvida, se o referido autor entende estes como uma forma oposta ao desenvolvimento do capital exposto por Marx.

2.3 Mobilidade do capital e da força de trabalho.

A discussão sobre a mobilidade do capital e força de trabalho é pautada em sua obra *os limites do capital* durante tudo o texto, mas aparece e é apresentada no capítulo 11 da referida obra. Neste capítulo Harvey (2013) inicia a argumentação alegando que Marx na discussão sobre a teoria da renda finge que não viu o caráter espacial da produção de mercadoria e que desconsiderou por completo ele, argumentando que supostamente Marx abstraiu dele porque trazia algumas características que não se alinhava, ou melhor dizendo, porque contradizia sua teoria do valor. É assim como Harvey (2013, p. 491) o escreve, “munido da teoria do valor, é fácil remover os fetichismos necessários que caracterizam a experiência diária, mas as questões não param por aí. E o desafio teórico é definir uma teoria da renda da terra coerente com a estrutura da própria teoria do valor”.

É nesse sentido que a proposta do desenvolvimento geográfico desigual supriria a “falta” nas análises de Marx, sobre a conotação do espaço ou localização no processo de produção do capital, Harvey (2013. P. 491) o manifesta assim, “Mas – o que é bastante interessante– na formulação do seu argumento, o próprio Marx deixa de considerar a localização e se concentra apenas na fertilidade”. Dessa maneira é que Harvey (2013, p. 492) se encaminha num entendimento do caráter espacial na produção do capital e que este tem a ver com o valor de uso das mercadorias. Portanto, o caráter espacial é reduzido a terra na discussão sobre a renda, onde “o valor de uso da terra e de seus pertences tem de ser considerado em relação ao modo de produção capitalista.”

Desta maneira para Harvey a terra tem atributos de valores de uso, pois ao dizer que estes últimos “são não apenas reproduzíveis, mas podem ser criados

mediante a produção de mercadorias (fábricas, aterros, casas, lojas etc.)” (HARVEY, 2013. P. 493), de certa maneira o referido autor está querendo dizer que a utilidade é um estímulo para a produção de valores. Podemos dizer, parafraseando a Harvey (2013), que existe uma fragmentação entre valores de uso quando colocamos as determinações espaciais sob a teoria de valor de Marx, por exemplo, os valores de uso criados pelo trabalho humano são diferentes daqueles que se podem obter ao usar a terra simplesmente como espaço absoluto. Esta separação entre os valores de uso na concepção de Harvey, mostra que a teoria de valor de Marx (livro I), foi totalmente abandonada neste raciocínio, já que uma coisa é que a natureza forneça os valores de uso e outra que está tenha valores de uso propriamente.

Vejamos como o entende Marx, pois esta forma de entender Marx estará associada também a discussão sobre Renda da terra no livro III, de O capital, só que num nível de abstração mais concreta.

O trabalho *não* é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (MARX, 2012, p. 23).

Nesta citação não vemos uma separação de nenhum tipo entre os valores de uso, inclusive entre o trabalho e a natureza, logo, nos parece muito complicado aceitar tal separação, já que um dos princípios da teoria geral sobre o desenvolvimento social da humanidade, que Marx tem presente para poder criar sua teoria de valor, é que o homem e natureza são unidade dialética⁴.

Para tanto, as propriedades como “situação, forma, tamanho, dimensão etc.” tem que ser pautadas na observação em todos os valores de uso, e dessa maneira ver quais são as relações espaciais entre eles, este é o movimento teórico que empreende Harvey. Este movimento analítico tem desdobramentos sobre o caráter social dos valores de uso, portanto Harvey (2013, p. 497) vai falar que “não conseguimos entender esse aspecto social dos valores de uso no capitalismo independentemente da troca e da formação dos valores”, é assim que o autor inicia uma busca apertada entre a teoria do valor de Marx e sua proposta de desenvolvimento geográfico desigual.

Com tudo, é assim que Harvey entende a postura de Marx:

⁴ Esta afirmação a fazemos com base a teoria proposta por Lukás, em sua obra Para uma ontologia do ser social I e II, da editorial Boitempo, do ano 2018 e 2013 respectivamente.

Entretanto, na análise final, o valor de uso de uma determinada localização não pode ser entendido independente das variadas necessidades de toda uma série de atividades com as quais Marx estava apenas perifericamente interessado e que, por isso, ele excluiu da sua análise. (HARVEY, 2013. P. 499).

Podemos ver nesta citação como o caminho de argumentação de Harvey está na condição de recuperar os elementos geográficos espalhados na produção científica de Marx. Um dos exemplos para mostrar a importância dos desdobramentos de inserir na argumentação marxista a localização é a indústria do transporte, porque esta indústria mostra com maior nitidez, como as diferenças relativas entre as localizações podem ser alteradas e não necessariamente com respeito a métrica geográfica, ou seja, de como o capital precisa de um sistema de transporte altamente desenvolvido para poder-se expandir de maneira geométrica ou espacial, e assim encurtar o tempo de rotação do capital.

É por isso que a produção de configurações espaciais são as formas que o capital cria, para nivelar ou equalizar as diferenças que emergem da localização, alguns domínios geográficos determinados e que ao mesmo tempo em outras localizações se apresentam de maneira oposta à nivelção. Harvey (2006. P. 112) vê que o “mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala”, portanto, “A produção de configurações espaciais pode então ser tratada como um “momento ativo” dentro da dinâmica temporal geral da acumulação e da reprodução social” (ibidem, P. 112).

O espaço geográfico de acordo com Harvey (2013, p.548) “é um atributo material de todos os valores de uso. Mas a produção de mercadorias converte os valores de uso em valores de uso social” e, assim, é como a localização é inserida por Harvey no debate sobre a produção de mercadorias. O autor entende que a produção de mercadorias tem seus desdobramentos no valor de troca e no valor, portanto, estes desdobramentos tem que entrar na pauta das configurações espaciais, a maneira que propõe Harvey (2013, p. 548), é “um entendimento de como o valor de uso, o valor de troca e o valor se integram um ao outro na produção e no uso da configuração espacial”.

Harvey assume uma leitura muito similar à de Mandel (1982)⁵, já que para ele os trabalhos concretos criam *quantum* de valores com medidas distintas, dessa

⁵ Esta discussão será apresentada na subseção 5.1.2 Troca desigual segundo Mandel, P.108

maneira o que Harvey (2013, p. 548) chama de integração espacial é “o vínculo da produção de mercadorias em diferentes localizações por meio da troca” e esta integração, segundo o autor, pode não ser bem sucedida dando-se trocas desiguais entre os domínios geográficos determinados. O qual leva o autor a fazer uma pergunta que conduziria o desenvolvimento do argumento das configurações espaciais:

Então, como se consegue uma integração espacial? A troca de mercadorias é uma condição necessária, e também o é a disponibilidade de um “equivalente universal” (por exemplo, o ouro) como a base monetária do intercâmbio mundial. As barreiras físicas ao movimento das mercadorias e do dinheiro sobre o espaço têm de ser reduzidas a um mínimo. Entretanto, as condições suficientes para a integração espacial são proporcionadas pelas mobilidades geográficas do capital e da força de trabalho. (HARVEY, 2013. P. 499).

Na forma como o autor apresenta o argumento, vemos que a mobilidade do capital e da força de trabalho são os aspectos a seguir em sua alegação. Isso nos leva a identificar tais movimentos na esfera da circulação do capital, tal qual como os teóricos do imperialismo se encarregaram de desenvolver suas discussões entre as formas de apropriação e distribuição do mais-valor. Sabemos por Leite (2016, p. 38), que “o mercado mundial se constitui com a divisão técnica, social e internacional do trabalho que coloca a troca, ou a produção para a venda”, sendo o “fundamento universal de todas as indústrias” (MARX, 2011. P. 435).

2.3.1 Mobilidade do capital

Ao colocar Harvey como premissa uma esclarecimento que faz Marx (2011, p. 440), nos Grundrisse, a qual é “a condição espacial, o levar o produto ao mercado, faz parte do próprio processo de produção”, para argumentar que um sistema de transporte “eficiente e espacialmente integrado, organizado em torno de alguma hierarquia dos centros urbanos” (HARVEY, 2013. P. 550), é o que proporciona uma continuidade na circulação do capital. Em outras palavras, o sistema de transporte altera as relações de valor, especificamente nos preços de produção, ou seja, a rede transportes possibilita o movimento do capital.

O modo de produção capitalista reduz, por meio do sistema de transporte, custos e tempos da circulação do capital eliminando “todas as barreiras espaciais” (HARVEY, 2013. P. 553) proporcionando uma “destruição do espaço pelo tempo” (MARX, 2011. P. 445). Queremos colocar nossa interpretação aqui, com respeito a esta última frase ultra citada de Marx. Entendemos que é o capital, ou melhor, é a

realidade social capitalista que contrai o espaço ao tempo e que não é Marx quem faz isso, o que ele faz é recolher, esse movimento de contração, nesta expressão, que não é própria dele. Ademais, vemos que as mercadorias são expressão máxima desse comprimir do espaço pelo tempo socialmente necessário para produção de uma mercadoria.

Como foi dito anteriormente os desenvolvimentos geográficos desiguais, segundo Harvey, criam novas barreiras para superar outras e sua forma é “mediante a criação de infraestruturas físicas que são imóveis no espaço e extremamente vulneráveis à desvalorização específica do lugar” (Idem, 2013. P. 554). Quando o valor em proporções maiores é imobilizado consegue “integrar-se espacialmente” e assim, acontece a circulação do capital. É desta maneira, segundo o referido autor, que as modificações efetuadas no sistema de transporte modificam de domínio geográfico a outro as configurações espaciais em seus níveis de integração espacial tornando-as concretas. Segundo Harvey (2013, p. 554), “esta é a principal contradição que modifica e circunscreve a mobilidade do capital na forma de mercadoria”.

Podemos ver que Harvey confere à mobilidade do capital a condição de ser causa para que as forças produtivas tenham um comportamento errático e/ou contraditória com o próprio processo de produção de mercadorias em domínios geográficos determinados. Pois as redes de transportes tão necessárias para encurtar o tempo de rotação do capital, e assim elevar a taxa de mais-valor, estas mesmas promovem também uma desvalorização do mesmo em outros lugares.

2.3.2 Mobilidade da força de trabalho.

Com o trabalho assalariado e a dupla liberdade do trabalhador (expropriado), a mobilidade da força de trabalho é possível. Como movimento “lógico” diríamos, seguindo o argumento do Harvey, que o trabalhador se deslocaria para onde o capital se dirija, isso significa em palavras de Marx (2017c, p. 231) que a “abolição de todas as leis que impedem os trabalhadores de se transferir de uma esfera de produção para outra e de um centro local de produção para outro”, são barreiras que são derrubadas e erguidas em outros domínios geográficos determinados, além, de uma estratificação da força de trabalho em salários variados como uma movimentação implícita às exigências do capital e que se tornaria a condição necessária para acumulação.

Temos também, alguns contrastes entre a mobilidade do capital, que como tendência precisa também de uma mobilidade da força de trabalho, para efetivar o processo de acumulação e, os processos reais onde a “livre” mobilidade da força de trabalho pode ser freada “pelo desejo dos capitalistas de manter suas reservas de trabalho no lugar” (HARVEY, 2013.P. 557). Sabemos que, a força de trabalho como mercadoria se escapa “das relações de produção capitalistas diretas” (Idem, p. 558), pois não existe uma capital industrial que produza força de trabalho. Mas também, escapa do controle direto dos capitalistas, estes que ainda tendo à disposição as instituições sociais que proporcionam um certo controle da reprodução da vida, as quais são as mais resistentes a uma transformação, mas que são necessárias como base material para a acumulação.

Um outro contraste, por assim dizer, é que quando se promove ao interior do capitalismo uma mobilidade individual se exerce imediatamente um controle e fixação de um grosso da força do trabalho. Ademais, existe uma segmentação dos mercados de trabalho, sendo esta (segmentação) a forma de controle social nos processos de reprodução de uma força de trabalho qualificada. Uma implicação direta vai dizer Harvey (2013, p. 560) é que “a mobilidade geográfica “livre” dos trabalhadores ajuda a equilibrar, por exemplo, a taxa salarial para aquele valor médio da força de trabalho que mantém a acumulação em equilíbrio”.

A equalização da “taxa salarial”, sim tem a ver com a mobilidade geográfica da força de trabalho, mas sua condição é a de acelera a equalização da taxa média ou geral de lucro, portanto, ao não ter mobilidade da força de trabalho ainda assim se dá a equalização da taxa média de lucro, sabemos que a força de trabalho também é uma mercadoria, e que esta faz parte não só das produtividades dos capitais, senão que também esta é a que cria o valor novo, que se desdobra em lucro, logo, que a força de trabalho de desloque ou não geograficamente não é pré-requisito para uma equalização da taxa média de lucro, e sim a concorrência capitalista exercida pela obtenção do lucro.

Assim, a força de trabalho “seja se movendo ou se fixando em um lugar e lutando para melhorar as condições de reprodução social” (HARVEY, 2013. P.561) em outro, e sabendo que os trabalhadores ao se encontrarem confinados em estruturas de controle da livre mobilidade, estes terminam estabilizando o processo de produção e extração do mais-valor. Como contra tendência temos que “o

movimento errático do capital, por outro lado, pode atrapalhar as condições da reprodução do trabalho e, desse modo, ameaçar a própria base da exploração adicional da força de trabalho”.

Portanto, a mobilidade da força de trabalho é um fato que também se dá de maneira desigual e combinada. Sendo esta força de trabalho (móbil/imóvel) que em seu movimento produto de uma força maior, que é independente dos simples desejos de se deslocar ou se fixar de alguns e outros setores produtivos, é causa para a criação dos desenvolvimentos geográficos desiguais, segundo Harvey.

2.3.3 Mobilidade do capital monetário.

Na atualidade, o crédito é o que mais fácil se movimenta pelo globo encontrando pouca ou quase nula resistência para sua movimentação. A partir das inovações tecnológicas Pós-Segunda Guerra, há toda uma iniciativa no aperfeiçoamento do sistema de crédito seguindo um caráter de imaterialidade ao ser “o mais livre possível das restrições do espaço material” (HARVEY, 2013. P. 562), mas que sua base material mais próxima é a rede de estados-nação “que podem impedir o movimento do dinheiro em certas condições” (Idem, p. 562).

Podemos ver que tanto a mobilidade das mercadorias, que depende de um sistema de transporte que cria infraestruturas que se fixam no espaço e que se podem desvalorizar se o tempo de rotação do capital é demasiado lento, como a mobilidade irrestrita praticamente do capital monetário, se vêm em risco pela mesma necessidade do capital de se mover ainda que “as barreiras espaciais só são superadas mediante a criação de estruturas especiais específicas” (Idem, p. 562). Esta é uma das conclusões de Harvey para dizer que os desenvolvimentos geográficos desiguais são produto desta dialética de movimentação espacial do valor.

Temos por último, que os dinheiros de crédito são os que mais rápido se movimentam, mas “eles também encontram barreiras sociais colocadas pela existência de diferentes moedas nacionais de qualidade variada (dependendo da posição no câmbio exterior, das reservas de ouro, das políticas do banco central e condições semelhantes)” (Idem. P. 563), entre outras. Estas condições que Harvey consegue capturar mostra que o próprio desenvolvimento do capital traz um par dialético, movimentação/pausa (derrubar barreiras e erguer outras), e que este atuar é o que determina a criação e/ou produção de configurações espaciais.

Até agora, Harvey (2013) nos mostrou que ao ter em conta a localização na leitura da mobilidade do capital e da força de trabalho, em se do valor, como também do capital monetário, existem restrições de ordem geográfica. E que estas restrições são produzidas para derrubar as barreiras geográficas e temporais que impossibilitariam uma acumulação crescente num novo ciclo. Entendemos que o anterior movimento é o que faz dele ser ativo na integração espacial, e que é este mesmo, quem produz as configurações espaciais. Como resultado em parte desta integração espacial temos a localização dos processos de produção que é o que iremos discutir na continuação.

É pertinente esclarecer que no próximo tópico iremos apresentar também uma leitura muito mais crítica acerca deste conceito das configurações espaciais proposto por Harvey (2013) já que nesta localização dos processos de produção é onde se conjectura a leitura dos desenvolvimentos geográficos desiguais que propõe o referido autor.

2.4 Localização dos processos de produção.

A transformação material da natureza, a produção dos valores de uso sociais, ocorrem necessariamente em um lugar específico. Com a única exceção da indústria de transporte (que produz a mudança de localização como seu produto), a produção de mercadorias está vinculada a uma localização particular durante o processo de trabalho (HARVEY, 2013. P. 564).

Este é o argumento que Harvey vai manter presente em sua argumentação teórica e é como o autor considera que os processos de trabalho se fixam segundo o tempo de rotação do capital nessa base espacial. Efetivamente, “quanto mais longos forem os tempos de rotação, mais difícil será mudar as localizações, a menos que os componentes desse capital – as máquinas e os estoques – possam ser movidos a um custo nominal” (Idem, 2013. P. 564). Este movimento de mudança de localização do capital produtivo não é uma simples escolha do capitalista individual, mas sim uma estratégia do modo de produção capitalista, pois os capitais se vêm impelidos a fazer estas mudanças por motivo da concorrência.

São muitas as determinações que estão sujeitas a um eventual cambio de localização, entre elas está o “custo do capital constante e variável, do transporte para os mercados com uma demanda efetiva suficiente, do custo do capital que rende juros, do custo e da disponibilidade de uma ampla série de serviços de apoio, e também do

preço da terra” (HARVEY, 2013. P. 564-5), mas estas determinações vão variar segundo o fator de biodiversidade, que é a determinação, que Harvey ressalta como base “natural” da variação.

Desde uma perspectiva particular dos produtores, se poderia falar que quando são vinculados à concorrência espacial, “ou seja, na competição por lugares e localizações favoráveis para o domínio de determinadas áreas de mercado etc.” (Idem, p. 565), os capitalistas se aderem a concorrência, porque entende que uma localização vantajosa é sinônimo de lucro. Agora esse lucro, em palavras de Marx, é um lucro extraordinário e, em palavras de Harvey (2013, p. 565) seria que “a vantagem relativa da localização se traduz em lucro excedente” com uma grande diferença entre um e outro, respectivamente.

Esse lucro excedente, como aquele que acumulam os capitalistas que usam tecnologias superiores, pode ser encarado como uma forma de mais-valor relativo. Ele se acumula para os capitalistas individuais que vendem na média social, mas produzem aos custos locais que são inferiores à média social. Isso deve ser distinguido da forma permanente de mais valor relativo que afeta a classe capitalista como um todo mediante o declínio no valor da força de trabalho. (HARVEY, 2013. P.565).

Efetivamente é assim que se dá o lucro extraordinário, mas é de aclarar, que aquele lucro extra ordinário se dá, num mesmo ramo de produção de mercadorias e entre capitais de diferentes ramos de produção, segundo a teoria de valor de Marx (2017c). Embora, esta forma de lucro, se dá diretamente na concorrência entre capitais com níveis de produtividade diferenciadas, é sempre apropriado pelos capitais com uma maior produtividade. Temos que saber que se os capitais elevam suas produtividades, sua composição orgânica de capital, a quantidade de mercadorias produzidas será maior, ou seja, que menor é o quantum de valor incorporado nestas mercadorias produzidas, como consequência direta, temos que o valor da força de trabalho cai, pois há um rebaixamento geral no valor dos meios de produção, logo, uma porcentagem maior de capital investido ou adiantado, está sendo direcionado para o capital constante, portanto, o foco da produção de mais-valor está direcionado no mais-valor relativo.

Esta forma de obtenção do lucro extraordinário, está amparado numa discussão que foi conhecida na literatura marxista, como o problema da transformação dos valores das mercadorias em preços de produção à preços de mercado⁶.

Marx (2017c), é quem desvela este tipo de apropriação do mais-valor total produzido, pois sua teoria de valor, ou seja, a lei do valor faz que tenha uma leitura na qual, as diferenças entre produtividades dos capitais concorrentes num mesmo ramo de produção gerem um preço de produção, fazendo que o capital mais produtivo do ramo seja quem fique com um lucro excedente. Consequentemente, o lucro extraordinário obtido também se dá entre capitais de esferas diferentes de produção, o que conforma uma taxa média ou geral de lucro, sua equalização é o que cria os preços de mercado. Harvey vai chamar de “excesso de lucro para indicar o mais-valor relativo que os capitalistas individuais podem ganhar pela tecnologia ou pela vantagem da sua localização.” Ou seja, que para o Harvey tanto a tecnologia como a vantagem da localização, fazem parte dos componentes que entram na dinâmica da concorrência e, portanto, da elevação da produtividade do capital que se apropria deste lucro extra ordinário, o capital mais produtivo.

Mas, desde nossa perspectiva teórica isto não faz nenhum sentido, se percebemos que um capital que se encontra num lugar e este é o mais produtivo de uma esfera de produção, dentro do conglomerado de capitais menos produtivos, ao se deslocar para outro lugar e por tanto para outra esfera de produção que tem maior taxa de lucro, mas que seus capitais são do conglomerado de capitais mais produtivos em geral, este capital que se desloca vai ser o menos produtivo da esfera de produção à que chegou. E se o valor de mercado (antes de ser preço de mercado) está por embaixo dos preços de produção dessa esfera, que é um dos casos propostos por Marx para mostrar que a concorrência perfeita não explica nada, este capital novo nesta esfera onde estão os capitais mais produtivos não necessariamente elevou sua produtividade o suficiente como para estar e ser o mais produtivo desta esfera de produção, o mais provável é que este capital seja completamente apropriado, na primeira rodada de produção e apropriação do mais valor, nesta esfera onde os capitais mais produtivos em geral se encontram concorrendo.

⁶ Esta discussão será retomada na seção 6 desta dissertação. (ver: P. 164-172)

Este contra exemplo é mostra, que a localização ou lugar de um capital não tem significância suficiente para modificar de maneira geral a produtividade dos capitais, mas sim podemos dizer que a localização dos capitais mais produtivos da economia como um todo, em aparência, se mostra como uma determinação de suas produtividades. Mas é de aclarar que como o próprio Harvey diz, em quanto a mobilidade do capital financeiro, a localização é irrelevante para se movimentar pois seu pressuposto é a de abstrair-se, descorporizarse o suficiente, adquirindo a aparência de autonomia, de não fixação, que é real o que mistifica ainda mais a realidade.

Harvey critica a Marx dizendo que:

Na verdade, Marx frequentemente afirma que os detalhes de como a competição realmente funciona podem ser razoavelmente deixados para depois. Ele está interessado nas relações básicas que prevalecem após a competição, na demanda e na oferta, nas flutuações do preço e em todos os outros fenômenos aparentes característicos de que o mercado fez o seu trabalho. Para esse propósito, uma suposição grosseira da competição perfeita é suficiente (HARVEY, 2013. P. 565)

No nível de abstração em que está apresentada a discussão sobre a obtenção do lucro extraordinário no *O capital*, livro III, capítulo 10, podemos dizer, que Harvey não o entendeu, pois, esse nível de abstração é o de *apropriação capitalista de valores*. Porque, o que Marx está nos mostrando é que os capitais mais produtivos em geral se apropriam do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos, e que estas transferências de valor, não no sentido de Harvey (excesso de lucro), mas sim no sentido de que os capitais menos produtivos transferem gratuitamente valores aos capitais mais produtivos⁷, é mostra conseqüentemente, de que a produção de valores determina os preços de mercado a sua vez, suas flutuações.

Na forma como Harvey (2013) está entendendo a obtenção de lucros extraordinários (excesso de lucro), ou seja, “Na competição, a vantagem relativa da localização se traduz em lucro excedente... pode ser encarado como uma forma de mais-valor relativo” é, portanto, uma interpretação equivocada da lei do valor descoberta por Marx, em sua teoria de valor. Por outro lado, esta vantagem entraria, segundo Harvey, na componente da variação da produtividade, mas se este excesso de lucro é relativamente constante “será taxado como renda da terra” sendo está uma dessas barreiras erguidas pelo capital para poder-se movimentar desta maneira, o lucro

⁷ Este tema será abordado na seção 5 desta dissertação (ver Pg. 94 -126)

extraordinário. Nós concordamos com esta aclaração final que ele faz sobre a taxaço do lucro.

Dando continuidade ao argumento de Harvey sobre a localizaço dos processos produtivos, o fenmeno da exportaço de capitais pode ser entendido tambm como “mobilidade geográfica da produço capitalista” (HARVEY, 2013. P. 566). Harvey cria um modelo hipotético em que procura explicar como atua “a tendncia à queda da taxa geral de lucro” (MARX, 2017c. p. 263), mostrando que é por esta “lei da queda tendencial da taxa de lucro” (ibidem, P. 247) que se dá a necessidade de movimentar os processos de produço a outras locaçoões onde “o excesso de lucro advindo de uma localizaço superior” (HARVEY, 2013. p. 566) é o incentivo necessário para gerar uma realocaço de capital produtivo.

Os capitalistas individuais, agindo em interesse próprio e se esforçando para maximizar seus lucros sob as pressões coercivas da competiço, tendem a expandir a produço e mudar suas localizaçoões até o ponto em que a capacidade de produzir mais e mais-valor desaparece. Essa é, ao que parece, uma versao espacial da tese da taxa de lucro decrescente de Marx. (HARVEY, 2013. P. 566).

Esta forma de ver Harvey a mobilidade do capital produtivo se distancia um pouco sobre a leitura proposta por Marx, porque esta queda é tendencial, e parece que está pequena palavra escapou do entendimento do referido autor (Harvey), que nada mais é o embasamento para poder Marx apontar no capítulo, 14 do livro III, de O capital, as contra tendências, as quais não são externas a lei, tudo o contrário, é a tendncia a que cria os mecanismos que puxam para acima dita queda.

Mas temos que dizer também, que esta interpretaço, a da citaço de acima, é muito similar à de Lenin (1979) e Hilferding (1985) quando estão falando sobre a exportaço de capitais⁸. Estes autores entenderam que a queda tendencial da taxa de lucro é explicaço última para a necessidade imperativa da exportaço de capitais, os quais tem o desejo de apropriar-se do mais-valor produzido nesses “novos” territórios, já que nestas regiões e/ou localizaçoões é onde se geram maiores taxas de lucro e que medianamente poderiam obter se deslocassem seus capitais para esses locais.

Entender desta maneira a necessidade de exportar capitais produtivos a outros domínios geográficos determinados é incorrer no erro de dotar à localizaço uma espécie de super poder ou de um reducionismo estritamente geográfico de uma

⁸ Este argumento será desenvolvido na seção 5 desta dissertaço (ver: P. 95).

lei social como é o valor. Para colocar esta discussão no cenário da lei do valor, temos que entender que o capital já faz este movimento de tirar capitais de uma esfera de produção para outra, o que significa que o conjunto de determinações que possibilita fazer esta movimentação do capital não está na localização de taxas de lucro abundantes, senão de uma outra legalidade, como é a concorrência entre capitais.

Vejamos o exemplo apresentado por Harvey para ser justos com a pretensão geográfica de equiparar, sem nenhum tratamento e/ou mediações, de uma lei geral sobre a realidade.

Suponha que todos os capitalistas modifiquem todos os elementos do seu capital em uma base anual e que eles tenham a liberdade de mudar a localização sem incorrer em qualquer desvalorização no término de cada ano. Imagine também um plano fechado em que capitalistas concorrentes com tecnologias idênticas acumulem capital mediante a produção e a troca de um produto homogêneo. Suponha, finalmente que todos os capitalistas têm todas as informações sobre as oportunidades de lucro no plano. No fim de cada ano os capitalistas podem mudar para uma configuração espacial das localizações da produção que igualem a taxa de lucro. Mas, então, o que eles vão fazer com seu capital acumulado? Se um capitalista expande o produto e muda a sua localização para maximizar as perspectivas dos valores realizados (tanto na produção quanto na troca), então outros capitalistas são obrigados a acompanhá-lo para defender sua posição competitiva. O efeito agregado de longo prazo em um plano fechado é que a busca por excessos de lucro individuais devido à localização pressiona a taxa de lucro média para cada vez mais próxima de zero (HARVEY, 2013. P. 566).

Ou seja, o entendimento de Harvey (2013), sobre os desdobramentos da queda tendencial da taxa de lucro é e não é incorreto. Como ele não tem em conta, que a concorrência é a força que leva a fazer aos capitalistas o que eles fazem, ou seja, reduzir o valor das mercadorias, que implica numa intensificação da força de trabalho, ele se permite aceitar uma taxa de lucro zero. Harvey perde de vista a transferência de valor que se dá entre os setores ou capitais menos produtivos para os mais produtivos como expressão da mesma concorrência. Portanto, se Harvey tivesse em conta estas determinações em seu exemplo, sua argumentação mudaria em grande medida entendendo que as configurações espaciais são produto e não causa da concorrência, e enquanto os Desenvolvimentos Geográficos Desiguais estes, se existirem, seriam apenas manifestações geográficas da apropriação do valor e, portanto, da apropriação do espaço geográfico para o capital.

Harvey explicita o vínculo causal entre o entendimento derivado de seu análises sobre a queda tendencial da taxa de lucro e o desenvolvimento geográfico desigual:

O significado geral dessas hipóteses é confirmar que a localização é um momento ativo dentro do qual a circulação e a acumulação totais do capital, que vamos posteriormente chamar de “desenvolvimento geográfico desigual”, ao lado das reestruturações radicais da economia de espaço do capitalismo desempenham um papel vital nos processos da formação e resolução da crise, e que estes podem até ser um “ajuste espacial” (como o chamamos) para as contradições internas do capitalismo. (HARVEY, 2013. P. 566).

Concordamos com Harvey quando ele diz que “a localização é um momento ativo dentro do qual a circulação e a acumulação totais do capital”, mas não da forma como ele dá significado de hipóteses a mobilidade do capital e da força de trabalho para desenvolver-se o capital. Embora, estas foram mencionadas por Marx num outro sentido, se o desenvolvimento do capital for maior estas mobilidades se fazem de maneira mais rápidas e com a menor restrição possível, ou seja, estas não são hipóteses estas são desdobramentos da própria lei do valor. Por outro lado, vejamos que em certa medida o próprio Harvey antevê que a queda da taxa de lucro é causa da crises, e como dizemos anteriormente, ele a abrir mão da condição tendencial da queda, o referenciado autor não percebe que a crises é contra tendência da própria queda da taxa geral de lucro. E por sua vez, Harvey está obrigando a realidade a realizar saltos mortais para se adequar aos imperativos do capital.

Nesse sentido da crises como contra tendência, temos que ela atua como forma de reestruturação do capital produtivo, ou seja, redireciona os interesse produtivos, redefine os valores da força de trabalho, os valores dos médios de produção, cria grandes contingentes de força de trabalho prontas para serem exploradas, desintoxica o comercio exterior de capital parado e libera ainda mais o capital financeiro, entre outras tantas. Por outro lado, e distante do dito anteriormente, vemos que Harvey entende apenas um só sentido, do que é uma transferência de valor a qual é a que mais se faz presente na obra *O capital*, a qual se refere, e que podemos encontrar no *Os limites do o capital* (2013) na página 331, como a simples transferência de valor da máquina ao produto final. No item 6 desta dissertação apresentaremos esta distinção entre transferência de valor, como apropriação, e como produção⁹.

Para terminar, Harvey (2013, p. 568) ao não ter em conta que a queda tendencial da taxa geral de lucro, tem determinações anteriores como sua própria conformação e sua equalização, ele, se permite falar que os momentos de “equilíbrio”

⁹ Ver página 155 desta dissertação.

são muito curtos, pois a busca por melhores taxas de lucros e o mecanismo de localização, perturba dito equilíbrio. Só no caso de ser entendida a equalização da taxa geral de lucro, nas ideias de Marx, dá para saber que se os valores de mercado determinam os preços finais de venda que oscilam, e que dita oscilação é mostra de um aparente equilíbrio, ou seja, que o equilíbrio é tendencial. Quando nos referimos a tendencial é mais no sentido de que uma taxa geral de lucro é sensível a variações na produção de valores, o mais provável é que não exista na realidade concreta um equilíbrio.

3. NEIL SMITH E A ABORDAGEM GEOGRAFICA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.

3.1 As bases do desenvolvimento desigual.

O autor Neil Smith que tem uma trajetória teórica inicialmente de cunho marxista, em sua obra *Desenvolvimento Desigual* (1988), apresenta sua proposta teórica acerca do desenvolvimento desigual do capitalismo. Colocando em pauta seu entendimento sob a relação entre *A produção do espaço*, de Lefebvre (2013), e a teoria de valor de Marx (2017). Inicialmente, o autor aborda algumas ideias de Marx sobre o espaço geográfico e direciona a maioria de seus argumentos para mostrar como o desdobramento das ideias de Lenin (1979), sobre sua concepção geográfica da expansão do processo de produção capitalista, mostra uma contradição senequanon do desenvolvimento do capital.

Smith ao recorrer algumas ideias de Marx (2017) na sua obra *O capital*, acerca do caráter espacial do processo de produção, o referido autor (Smith) diz que, “Marx é explícito ao ver as propriedades espaciais como elementos integrantes do valor de uso” (SMITH, 1988. P. 128). Este autor tendo em conta especificamente a obra intitulada *Teorias do Mais-valor*, volume III, argumenta que uma mudança de localização “no objeto de trabalho” incide diretamente no valor de uso. E que “Seu valor de troca aumenta na mesma proporção em que a mudança no valor de uso exige trabalho”. Desta maneira podemos dizer que Smith, se aproxima a concepção de Harvey (2013) acerca da integração espacial e/ou configurações espaciais.

Como mostramos na seção anterior, Harvey (2013) oferece uma base “teórica para a noção eventualmente frágil de integração espacial” (SMITH, 1988. P. 128).

Como sabemos o trabalho abstrato é a forma universal, categoria que no entendimento geográfico, é a que iguala “diferentes processos de trabalho concreto, em lugares distintos, devem ocorrer conjuntamente no mercado” (ibidem, P. 128). Este é o entendimento de Smith (1988) e Harvey (2013) acerca da forma como o modo de produção capitalista integra as diferentes localizações, o que nos parece, em parte correto este planeamento teórico.

A forma de integração espacial que exerce o capital, é através da troca de mercadorias produzidas em distintas localizações, e a forma universal em que se recolhe as diferenciações geográficas, é o valor. Portanto, o valor é a forma de universalização como “forma de trabalho abstrato” (SMITH, 1988. P. 129). Ou seja, a produção do espaço geográfico se faz através do desenvolvimento de redes de transporte como o sugere Harvey (2013) as quais permitem a troca e a circulação do capital de maneira concreta, mas a troca gera a integração de maneira progressiva, transformando os espaços absolutos em espaços relativos (desenvolvimentos geográficos desiguais segundo Harvey); Smith (1988. P. 129) vai dizer que “os espaços absolutos são a matéria-prima para a produção do espaço relativo”.

Com esse entendimento da vinculação entre a geografia e a teoria marxista, o autor traz três esclarecimentos muito importantes, que são implicações imediatas ao se referir a produção do espaço desde uma perspectiva marxista, a primeira, é sobre as propriedades espaciais do valor de uso, que tem a ver com sua tridimensionalidade (peso, volume, diâmetro, entre outras) e a forma resultante (o objeto como tal), embora, estas sejam suas propriedades internas, também temos que ver no produto ou mercadoria em sua utilidade, ou seja, em “relação a outros objetos, eventos e atividades” (SMITH, 1988. P. 130).

A segunda esclarecimento que nos faz Smith (Idem, p. 130) é sobre as relações espaciais do valor de uso, que é um conjunto de relações tais como: desenho, “proximidade dos meios de transporte, redes de esgoto, trabalho, serviços e assim por diante”, como também “de relações espaciais particulares que ajudam a determinar a forma de mercadorias compostas, tais como uma cidade ou uma região” etc. Assim, o autor entende que a localização absoluta é uma abstração das determinações sociais da distâncias e/ou das métricas sociais.

A última das esclarecimentos, se refere ao entendimento sobre espaço geográfico, entendido como “a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou

menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção” (Idem, p. 130). Dessa maneira o espaço geográfico não pode ser compreendido como um conjunto de relações disjuntas, por exemplo, um tipo de relações para o mundo desenvolvido e outras para o mundo “subdesenvolvido”. Mas, esta contradição é própria do desenvolvimento desigual do capital, e tem que ser compreendida como um todo. É o valor como unidade universal o que opera em todo e qualquer lugar também é o encarregado da integração entre esse conjunto de relações e propriedades geográficas distintas e distantes, em se, o valor é o operador do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista.

Através das esclarecimentos que Smith (1988) nos enunciou anteriormente, podemos enxergar que a relação, *valor ~ espaço geográfico*, é a que está presente no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ademais, esta relação coloca em tenção as tendências para a igualação e a diferenciação geográfica.

Smith (1988, p. 142) reconhece que a teoria da *produção do espaço* de H. Lefebvre (2013) não “representa uma ruptura radical com a tradição marxista clássica”, se entende-se por marxista clássica a finalidade última do processo de produção a qual é a acumulação. Nós sabemos que a lei geral da acumulação capitalista é a produção e apropriação de valores nesta época social. Smith (Idem, p. 142) identifica a relação *valor ~ espaço geográfico* “na obra de Marx, Luxemburgo e Lênin. Especialmente, em Lênin, há uma identificação implícita da contradição central entre a diferenciação e a igualização”. Podemos dar conta, que o autor está tomando como pressuposto os análises de Lenin frente as partilhas territoriais e seu entendimento sobre a lei da queda da taxa de lucro. Tal qual como Harvey também assume esta questão e que foi apresentada anteriormente.

A forma de entender Smith (1988) o desenvolvimento espacial, por não dizer geográfico, é que este está atrelado ao desenvolvimento social do modo de produção capitalista. Pois, sua concepção sobre a produção do espaço e a teoria marxista, faz que ele identifique, que o capital tem uma necessidade de desenvolver o espaço geográfico de acordo ao modo de produção capitalista, que tem como base a relação *trabalho ~ capital*. É por meio “das relações de comércio exterior e da expansão geográfica e econômica, as contradições no âmago do capital podem, em maior ou menor medida, ser deslocadas em direção à periferia do sistema, e os limites do

capital poderiam ser ampliados” (SMITH, 1988. P. 144). O desenvolvimento espacial, traz com ele mesmo um conjunto de contradições próprias do modo de produção, agora ampliadas e direcionadas a novos territórios, é assim como o entende o referido autor (Smith).

Esta forma de ver o autor o desenvolvimento espacial, é um dos pressupostos para desenvolver sua teoria de desenvolvimento desigual do capital em forma de “*vaivém*”. Mas ele alega, que Marx ficou mais atento a tendencia de igualização do capital no contexto do mercado mundial, que a sua diferenciação. Segundo Smith(1988), Marx ao deixar de lado a diferenciação do espaço geográfico como um dos fatores importantes da produção dos valores de uso, por exemplo, os valores de uso da força de trabalho, é abertura para poder propor uma complementação teórica do desenvolvimento do capital.

É assim como Smith (1988), o percebe:

seu método lógico-histórico, esta suposição reflete sua convicção de que o capital progressivamente eliminaria as diferenciações geográficas. Não que Marx, ..., não estivesse cômico da diferenciação geográfica, mas sim que a considerou de importância secundária em comparação com a “tendência universalizante” do capital e com o conseqüente impulso para a igualização (SMITH, 1988. P. 144).

Parece-nos, que o autor compreendeu apenas uma parte do que são as leis de tendencia em Marx, já que toda tendencia carrega sua contra tendencia e que estas últimas não são necessariamente externas a tendencia. Esta tendencia de “igualização” está mostrando os pressupostos mais gerais, entre eles sua contraparte. Por isso, o autor faz a seguinte aclaração, “*Não que Marx, ...não estivesse cômico da diferenciação geográfica*” (Idem, p. 144), pois, os níveis de abstração que emprega Marx em sua obra, O capital, são diferenciados uns com outros o que significa que a ordem dialética dos argumentos não está como contradições duais e sim como pares dialéticos, essência/aparência e conteúdo/forma. Embora, sejam um conjunto de contradições aparentemente não ordenadas, mas que tomam sentido na teoria de valor. Portanto, quando Marx está olhando para a tendencia “universalizante”, ou seja, nas palavras de Smith, a igualização geográfica, não significa que não tenha presente a ordem desigual do modo de produção, é mais estas diferenciações, por exemplo, nos preços de mercado que se apresentam iguais no mercado mundial, outro exemplo, são as taxas de lucro iguais para capitais sociais de igual magnitude.

Como dizemos anteriormente, Smith atribui a Lênin (1979) em sua obra, *O imperialismo fase superior do capitalismo*, um maior senso das implicações geográficas que o imperialismo e o desenvolvimento capitalista em geral colocam para que se possam realizar. Segundo Smith, Lenin (1979) “discutiu a divisão territorial do trabalho de acordo com a qual as regiões eram diferenciadas conforme as especializações industriais e traçou as origens da mesma na divisão social do trabalho provocada pela expansão do capital” (SMITH, 1988. P. 145), fazendo um “tratamento do imperialismo” que é “explicitamente geográfico” (Idem, p. 145), mostrando que as “nações ‘atrasadas’ servem de lucrativos locais de destino para a exportação do capital” (Idem, p. 145).

Podemos darmos conta que a base teórica de Smith (1988) para o entendimento dialético entre a “tendencia de igualação” e “diferenciação geográfica” são os empreendimentos teóricos de Lenin e Rosa Luxemburgo (1970) praticamente. Os quais, entendem que a sobrevivência do modo de produção capitalista está na “diferenciação geográfica no próprio capital, não identifica imediatamente o progresso do capital à eliminação de tais diferenças” (SMITH, 1988, P. 145). Contradição que conduz, à produção capitalista do espaço, Smith vai dizer também que esta contradição básica foi identificada por Lenin, “o que faltou foi explicitar a contradição e um tratamento teórico mais aprofundado do espaço” (Ibidem, p. 145).

Portanto, diz Smith (1988, p. 146) que a concepção contemporânea sobre a produção do espaço, tendencia a urbanização proposta por Lefebvre, na qual é possível identificar as tendencias de igualação e diferenciação geográfica como formas de sobrevivência do capitalismo nesses domínios urbanos, o referido autor, diz que isso “nos conduz na mesma direção da análise de Lênin da geografia do imperialismo” e que é por méio deste ponto em comum entre Lefebvre (2013) e Lenin (1979), “que começamos a análise do desenvolvimento desigual” (Idem, 1988. P. 147).

3.2 A dialética da diferenciação e da equalização geográfica.

Depois dos anos 1970 e na atualidade o processo de desenvolvimento desigual capitalista, se mostra de maneira muito evidente, em qualquer escala espacial concebida, elevando o volumem das desigualdades sociais, fazendo parte do espectro aparente do espaço geográfico, este incremento (desigualdades) é

mostra latente de uma expansão deste tipo de desenvolvimento. Smith (1988, p. 149) propõe uma leitura deste processo desde uma mirada teórica marxista, que tem como ponto de início a contradição das “tendências de igualação” e “diferenciação espacial” como determinação da “produção capitalista do espaço”. Dita contradição, emerge do modo de produção capitalista que se apresenta como “o padrão existente de desenvolvimento desigual”.

Para Smith (Idem, p. 150) é necessário deixar bastante claro qual é “a base político-econômica” do desenvolvimento desigual do capitalismo entendendo-a como base que também reside na contradição entre as “tendências de igualação” e “diferenciação geográfica”. O referido autor, deixa claro que sua preocupação está especificamente no “processo e com o padrão de desenvolvimento desigual especificamente capitalista”, a interpretação deste autor se diferencia de outras abordagens teóricas as quais identificam este processo de desenvolvimento como um fenômeno universal, ademais de colocar uma carga ideológica no conceito, mostrando que este é “uma metafísica universal”, esta forma de ver o desenvolvimento do capital é o que impossibilita e invalida uma abordagem teórica distinta ao do consenso criado. Este último (consenso), termina sendo a base para o entendimento do desenvolvimento para a grande maioria de teóricos, a qual gira ao redor de que o desenvolvimento desigual do capital é “lei universal da história humana”, e, portanto, é algo natural.

Smith (1988. P. 150) vai se referir as ideias e/ou a teoria geral da sociedade que Marx tinha, na qual o trabalho é o “atributo natural da existência humana, mas toda a sua análise do capitalismo dependia de separar a propensão natural ao trabalho das formas social e historicamente determinadas do processo de trabalho sob o modo de produção capitalista”, assim é que o referido autor embasa sua contestação acerca da naturalização do modo de produção capitalista e seu desenvolvimento. É nesta distinção entre o trabalho e sua forma social no modo de produção capitalista que podemos enxergar como Marx desmitifica o tratamento de que o capitalismo e seu desenvolvimento é algo natural e universal, que está presente na economia política de sua época e desta.

O próprio Smith (Idem, p. 151) levanta a polemica de este movimento que é ideológico, de naturalização e universalidade histórica, entrou mesmo no marxismo

colocando como exemplo a compreensão que tinha Mandel (1985) acerca do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, o qual desde a perspectiva de Smith; Mandel inverte a ordem categorial, dizendo que a produção do espaço capitalista está à mercê do desenvolvimento desigual.

Nos discordamos desta postura do autor, porque o desenvolvimento do capital e o espaço geográfico não caminham separados, estes na realidade caminham juntos, não como coisas separadas, mas como unidade dialética. Ou seja, se o desenvolvimento do capitalismo sobre o espaço geográfico for maior, suas condições (do espaço) estarão mais adequadas ao modo capitalista de produção. Marx vai dizer:

Com o progresso da produção capitalista, desenvolvem-se também suas condições, e o conjunto dos pressupostos sociais no interior dos quais transcorre o processo de produção vai sendo progressivamente submetido a seu caráter específico e a suas leis imanentes (MARX, 2017c, P. 231).

Assim, podemos ver que o desenvolvimento do capitalismo não é de maneira nenhuma homogêneo, pois os países são mostra de que ao ver desta forma o desenvolvimento do capital, existem países em que suas condições são mais adequadas ao modo de produção capitalista do que outros, não de maneira meritocrática, mas sim desde a reconstituição do território nas determinações do modo de produção. Portanto, a produção do espaço capitalista se gera na medida em que o desenvolvimento do capital se expande de forma desigual e combinada sobre as condições dadas ou geridas do território (parte de nossa tese, aqui defendida).

Desde a perspectiva teórica em que o conceito de desenvolvimento do capitalismo está “capturado” pela ideologia econômica, é que o autor vai dizer, que “o ‘desenvolvimento desigual’ refere-se não simplesmente à geografia do capitalismo, mas também às diferentes taxas de crescimento entre os diferentes setores da economia capitalista” (SMITH, 1988. P. 151). Não entanto, ele coloca no análises elementos próprios do tratamento marxista, da teoria do valor de Marx, para serem percebidos os aspectos da “dimensão espacial do desenvolvimento capitalista” (Idem, p. 151). Portanto, vai dizer Smith, que este processo de “desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo” (Idem, p. 151).

3.2.1 A Diferenciação e a Divisão do Trabalho

Para o autor, “A diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral” (SMITH, 1988. P. 159). Esta sentença é, a grosso modo a forma em que, o autor define uma base material para a existência da força de diferenciação geográfica, a qual vai ser explicada pelo autor, com base aos análises de Marx sobre a divisão social do trabalho:

Em O Capital, ele distingue três escalas separadas nas quais ocorreu a divisão do trabalho. Ele distinguia entre a divisão geral do trabalho (a divisão entre atividades principais, tais como a indústria e a agricultura), a divisão do trabalho em particular (as várias subdivisões entre diferentes setores das divisões gerais) e a divisão específica do trabalho, que ocorre na fábrica entre diferentes processos específicos de trabalhos. Esta distinção entre diferentes escalas de trabalho, na qual a divisão trabalho ocorre, não é meramente uma distinção filosófica, mas uma distinção trazida à existência pelo desenvolvimento da forma especificamente capitalista de industrialização. (SMITH, 1988. P. 160).

A maneira sistemática na que Smith apresenta a divisão do trabalho segundo Marx vai servir para ele como inspiração na apresentação de sua concepção geral da divisão da economia capitalista. Smith (Idem, 1988. P. 160) sabe que pode acudir a esta divisão em escalas, tal como foi apresentado na citação de acima, mas como sabemos o capital é uma relação social. Logo, segundo Smith (Ibidem, P. 160) a divisão do capital em três estágios diferentes na economia, deveria poder explicar esta relação. É assim como Marx a propõe: “produção de meios de produção”, a “produção de meios de subsistência” e “capitalistas individuais”. Desta maneira, estaríamos falando implicitamente, de uma divisão social no capitalismo entendendo que esta divisão produz relações sociais capitalistas.

Nos discordamos com Smith, pois o propósito de Marx ao separar a economia nesses departamentos é para demonstrar por absurdo que a forma, proposta pelos economistas políticos, como é demonstrada a reprodução ampliada do capital nada mais é que um argumento circular ou uma tautologia. Em se Marx, no livro II de O capital, quando apresenta os ciclos do capital e suas rotações está demonstrando o processo inteiro de circulação do capital e, portanto, de sua reprodução, mas sendo ainda mais específicos é nos capítulos 23 e 24 do livro I, de O capital, é onde Marx nos mostra seu entendimento do processo de reprodução Ampliada capital como “A lei geral da acumulação capitalista”. Ademais de mostrar uma forma nova, e diferente

as formas de incrementar a taxa de mais-valor que foram apresentadas no livro I, a qual é a rotação do capital industrial.

Smith (Idem, p. 160-161) faz uma correlação entre a divisão no trabalho e a “divisão da economia proposta por Marx”, não tendo em conta o sentido que colocamos anteriormente, o que ele chamou de divisão do capital: “a divisão do capital em departamentos; a divisão do capital em setores, e a divisão do capital em unidades individuais de propriedade empregadas como capital”. Respeito aos departamentos Smith (1988, P. 161) diz que “Os departamentos se diferenciam uns dos outros de acordo com o valor de uso de seus produtos, especificamente com seu valor de uso no processo de reprodução do capital”, e desta maneira o referido autor crê que Marx a faz para demonstrar “a reprodução continua do capital”, o intuito de Smith ao propor está interpretação, é o de mostrar os níveis em que a economia está dividida.

Em quanto aos “diferentes setores da economia são tradicionalmente definidos pelo valor de uso imediato de seus produtos” (SMITH, 1988. P. 161), no plano do mercado mundial a concorrência se dá entre diferentes capitais de um mesmo ramo, que produz uma mesma mercadoria, e entre diferentes capitais de ramos diferentes que produzem diferentes mercadorias, portanto, os capitalistas não estão preocupados por produzir valores de uso, eles estão preocupados exclusivamente, é em produzir mais-valor ou lucro e de sua apropriação, o que deixa sem base a argumentação de Smith.

Marx no livro III, de sua obra O capital vai dizer com todas as letras que o pressuposto é “a demanda de consumo produtivo é a demanda do capitalista e que a verdadeira finalidade deste último é a produção de mais-valor” isto é uma das determinações que explicaria que os capitalistas por motivo da concorrência e não pela produção de valores de uso, seus capitais entram e saem de uma esfera de produção a outra. Este movimento, vai dizer Marx:

Mediante essa constante emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme em uma delas sua taxa de lucro diminua e, em outra, aumente, o capital engendra uma relação entre a oferta e a demanda de tal natureza que o lucro médio nas diversas esferas da produção torna -se o mesmo e, por conseguinte, os valores se transformam em preços de produção (MARX, 2017. P 231).

Esta discussão sobre a criação dos preços de produção será retomada no último título desta dissertação, com o intuito de apresentar nossa proposta de como entender a apropriação de valores com a apropriação do espaço geográfico.

Continuando com o raciocínio de Smith, ele vai dizer que o rasgo característico entre os setores é “A coerência interna de um setor específico e, deste modo, do próprio setor, é cada vez mais definida pela igualização da taxa interna de lucros, quando comparada às atividades produtivas em outros setores” (Idem, p. 161). Podemos dizer, que por agora, Smith não reconhece que entre setores ou capitais distintos, que produzem diferentes mercadorias, também se cria uma taxa média ou geral de lucro, que também se equaliza, ainda assim, ele percorre o argumento no erro.

No referente aos capitalistas individuais como forma de diferenciação do capital social em unidades operativas “não está, de maneira alguma, em função da divisão do trabalho, embora a divisão específica do trabalho tenda a operar dia a dia no nível do capital individual” (SMITH, 1988. P.162). Se entende por capitalista individual “um fazendeiro, um carpinteiro, um dono de manufatura têxtil” entre outros, com o processo da acumulação acontecendo, temos como elementos desta acumulação a concentração e centralização do capital, que são entendidos por Smith (1988, p. 162), como elementos necessários e exclusivos do processo de acumulação, e que por isso “a escala dos capitais individuais cresceu tremendamente” o que os faz importantes na divisão da economia proposta por ele.

Portanto, Smith conclui que “Se a divisão de trabalho e a divisão de capital aparecem juntas, encontramos-nos envolvidos com quatro escalas identificáveis nas quais ocorre o processo de diferenciação social¹⁰” (Idem, P. 162), logo depois, o autor apresenta sua construção de escalas:

- a) a divisão social geral do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
- b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores particulares,
- c) a divisão do capital social entre diferentes capitais individuais,
- d) a divisão específica de trabalho no interior da fábrica. (SMITH, 1988. P. 163)

¹⁰ Aqui se refere o autor a capital, em específico a centralização do capital.

É por meio desta ideia que o autor vai demonstrar como se está dando a diferenciação geográfica no processo de produção do espaço capitalista, mostrando assim a importância e validade destas escalas no processo de acumulação de maneira desigual. Smith (1988, p. 168) em sua explicação teórica de cada uma destas escalas e, de como estas são vinculadas à tendência de diferenciação geográfica do capital, identifica a mobilidade da força de trabalho e do capital como rasgo característico da diferenciação geográfica, embora ele as identifique como “translação espacial da divisão particular de trabalho e a divisão entre capitais individuais”.

Organizar as atividades da força do trabalho é uma forma de “*divisão específica de trabalho*” (Idem, p. 162), logo, esta divisão é uma “necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho.” (MARX, 2017a. P. 459). Ou seja, todo processo produtivo (que implique ferramentas ou maquinarias), traz implicitamente uma divisão técnica e organizativa da força de trabalho na produção, que é específica desse processo produtivo em específico. Isto é o que Smith (1988, p. 163) chama de divisão específica de trabalho, o qual ele entende que este é “o fator determinante central da diferenciação do processo de trabalho”, mas que “apesar de ser fundamental sob outras maneiras, a divisão específica do trabalho contribui muito pouco para a diferenciação social que, por sua vez, leva ao desenvolvimento desigual”.

Desta maneira, Smith (1988, p. 163) também nos diz, que com a “introdução de novas tecnologias pode bem ser responsável, pelo menos em parte, pela diferenciação do espaço nas escalas interurbanas, regionais ou mesmo internacional”. Vemos, que no concernente a implicação geográfica desta forma de divisão específica do trabalho, esta visão é muito similar à de um economista, mas segundo o autor, o *vale do silício* no desenvolvimento do que ele representa agora, pode-se ver como esta forma de divisão específica, que tem incidência, no mínimo, nestas três escalas, criando uma divisão espacial, porque aciona “um desenvolvimento na divisão particular ou geral de trabalho” (Idem, p. 163).

Em quanto à *escala da divisão geral do trabalho*, Smith (1988, p. 163), entende que esta forma de divisão geral, tem como base a divisão entre indústria e agricultura no capitalismo. Sendo, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é a forma de superar esta divisão, o que se desdobra ou “recebe sua

expressão espacial direta na separação da cidade e do campo”. Isto o diz Smith (1988) porque Marx (2017a, p. 426) fundamenta esta divisão com a troca de mercadorias, “A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode-se dizer que a história econômica inteira da sociedade está resumida no movimento dessa antítese”.

Queremos ressaltar, ainda que fugindo do argumento, o nível de abstração apresentado na citação imediatamente anterior de Marx, está caracterizada na categoria de acumulação. Mas aproveitando o comentário de escala de Smith, podemos ver que o emprego desta correlação de escala e nível de abstração está correto, embora nós não concebemos que a origem de tal divisão seja a correta.

Sabemos que dita separação entre cidade e campo, é reconstituída, afirmada e reproduzida pelo capitalismo desde sua confirmação social. Um indicador social, por assim dizer, é a migração dos camponeses para a cidade, pois este fenômeno migratório faz que “se consuma a separação final entre a cidade e o campo” (SMITH, 1988. P. 163-164). Ademais, esta separação “é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento como dizia Marx, para a divisão do trabalho” (Idem, p. 164). Na teoria, *A Dialética da Dependência*¹¹, que foi proposta por Marini (1974) encontramos uma resposta mais contundente do porque é possível a migração de força de trabalho do campo para cidade na Europa, especificamente na Inglaterra, mostrando que a base de tal migração, bem como o expõe Marx, é produto da divisão social do trabalho, mas na totalidade, sendo a produção de mercadorias de origem agropecuário de outros territórios (colônias) a base ou, o que, apalanca a criação da grande indústria na Europa, e, portanto do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Podemos ver que para Smith é o desenvolvimento do capital, como processo que traz com ele a libertação das forças produtivas, o que supera a divisão no capitalismo entre natureza e sociedade, ou seja, a divisão criada pela divisão de trabalho, que se desdobra numa divisão entre campo e cidade, criando assim uma tendência para a equalização (igualação) geográfica, a qual oculta (ideologicamente) uma outra tendência, em específico, a diferenciação espacial segundo o autor.

¹¹ Esta teoria será apresentada no item 5.1.3 desta dissertação.

Segundo Smith (1988, p. 165), de novo, a ideia que determina e/ou fundamenta a tendencia para a diferenciação espacial, esta “com a divisão específica de trabalho, a divisão geral do trabalho não é fator determinante fundamental”, sendo está a escala (divisão específica do trabalho) a que mostra a origem da antítese, diferenciação *vis a vis* igualação. Como falamos anteriormente, com o desenvolvimento do capital estas contradições, segundo o referido autor, são carregadas por uma nova contradição numa outra escala, que se manifesta segundo o estágio de desenvolvimento do capital, a do comercio internacional.

Neste último (comercio internacional) há uma nova forma de desenvolvimento do capital, mas que aparece de maneira mais evidente na escala reaproveitada por Smith a de separação da economia em departamentos.

Lembrando a distinção que Marx faz de “Departamento I, no qual os meios de produção (capital fixo e capital circulante) são produzidos e Departamento II, no qual os artigos de consumo individual (necessidades e luxos) são produzidos” (SMITH, 1988. P. 161). Estes dois departamentos foram os que Marx definiu, como dizemos anteriormente para demonstrar por absurdo que tal separação é inapropriada para falar de uma reprodução ampliada do capital, ainda assim outros autores marxistas posteriormente, colocaram na teoria marxista um “Departamento III, que produz artigos para o consumo coletivo e não produtivo, tais como materiais militares” (Idem, p. 161). Segundo o autor, estes departamentos são uma mostra flagrante de como na escala da “economia mundial” (SMITH, 1988. P. 166) esta divisão cria uma diferenciação espacial de maneira seletiva.

Smith (1988, p. 167) vai dizer que esta “diferenciação entre departamentos da economia mundial é uma explicação insuficiente para a divisão entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido”. A qual nós concordamos e discordamos ao mesmo tempo, pois ditos departamentos são a forma que os economistas idealizam e não Marx, embora, estes (departamentos) sejam tidos em conta pelo autor, anteriormente mencionado, para mostrar que os economistas não colocam em seus esquemas de reprodução o fator que cria o valor, a força de trabalho. Por outro lado, Marx nunca se referiu a um subdesenvolvimento, o que nos dá ideia de que este conceito, ainda que levantado por alguns marxistas, mistifica o próprio processo de

desenvolvimento do capital, produto de uma leitura errada como a de Smith sobre os esquemas de reprodução em Marx.

Esta forma de entender a diferenciação espacial por parte de Smith está atrelada explicitamente com a conformação de capitais individuais e da divisão territorial do trabalho. Nós entendemos que existem vários capitais e não um capital só. Entendemos que o processo de diferenciação espacial proposto pelo autor (Smith), se tem que manifestar mais diretamente quando analisamos as duas escalas restantes, a divisão do trabalho e do capital em diferentes setores particulares e a divisão do capital social (todos os capital industriais movendo-se) entre diferentes capitais individuais. Smith, vai se referir a estas escalas da seguinte maneira:

Na escala dos capitais individuais, o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros. Na escala da divisão particular do trabalho — a divisão da economia em setores específicos — a diferenciação do espaço geográfico é menos direta. Ela ocorre de maneira cíclica de acordo com a igualização da taxa de lucro dentro de dado setor, e com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aquelas com uma taxa de lucro mais alta. (SMITH, 1988. P. 168).

Esta forma de entender Smith, a escala dos capitais individuais é muito genérica e muito similar a concepção de Lenin (1979) e Hilferding (1985), de como os monopólios se constituem, embora, o autor faça alguns apontamentos críticos a estes autores. Assim, para Smith a consequência direta ao existir capitais individuais é que o capital se mobilize entre os setores, os quais se sentem atraídos pelas taxas de lucro maiores que são criadas por setores geralmente novos, fazendo que exista uma expansão do capital social a outros lugares diferentes. Smith (1988, p. 169) o diz da seguinte maneira: “sua rápida expansão geralmente coincide com algum tipo de expansão ou deslocamento geográficos, com o fito de oferecer o espaço para a germinação das estruturas produtivas”, para o autor as novas “estruturas produtivas” é sinônimo de lucro. Por outro lado, o autor diz que “A desvalorização do capital e finalmente sua desvalorização geral são específicas ao lugar”.

No análises que fizemos acerca do desenvolvimento geográfico desigual proposto por Harvey, apresentamos um contra exemplo em que mostramos o porquê a localização não é sinônimo necessariamente de obtenção de lucro (ver P. 21 desta dissertação), nessa medida podemos argumentar, que esta postura de Smith, é muito

similar à de Harvey, os quais (tanto Harvey como Smith) não entendem que a concorrência é o que obriga aos capitais a migrar e imigrar entre esferas distintas de produção, e que esta movimentação ao ser permanente é o que permite uma equalização da taxa média ou geral de lucro, por outro lado, a desvalorização se dá permanentemente, pela elevação do capital constante nas produtividades dos capitais, mas isso não significa, que se de um decréscimo na taxa de mais-valor, tudo o contrário o que nos mostra Marx, “é possível que as mesmas causas que geram um crescimento da taxa do mais-valor impliquem uma diminuição da massa do mais-valor” (MARX, 2017c. P. 271).

Até agora, se mostrou como o Smith (1988) entende que a divisão do trabalho e suas distintas escalas são base para a tendência de diferenciação espacial do capital proposta por ele. Mas podemos ver de alguma maneira, que tanto a divisão do trabalho, como também a do capital se vinculam na tendência pra a diferenciação espacial e que, portanto, supostamente estas estão atreladas respectivamente a mobilidade da força de trabalho e mobilidade do capital; tema que será abordado, logo, depois de mostrar a tendência para a igualização, que é onde nos concentraremos a continuação.

3.2.2 A tendência para a igualização

É necessário saber que existe, diz Smith, uma "tendência universalizante do capital" (SMITH, 1988. P. 169), que carrega as contradições geográficas como parte do processo de desenvolvimento do capital. Desta maneira, temos que “o espaço geográfico é produzido em escala mundial como um espaço relativo e, por outro, há diferenciação interna do espaço geográfico em espaços absolutos distintos, em diferentes escalas” (Idem, p. 169). De certa maneira o que Smith quer fazer é concentrasse agora em como é produzido um espaço relativo, tirando aquela visão naturalista em que o espaço geográfico é o simples receptáculo das relações sociais de produção e reprodução do capital.

Parafraseando a Smith, que destaca que Marx (2011, p. 440) nos Grundrisse mostra-nos que no processo de circulação do capital, é importante ressaltar, que a "circulação sucede no espaço e no tempo". Seguindo com o que, o referido autor (Smith) pensa na página 170 da obra aqui estudada, ele em outras palavra está

dizendo que a expansão do capital e sua reprodução ampliada se mostram é na circulação do capital, pois é nesta parte do processo como um todo, onde o valor que tem como substancia o trabalho abstrato, homogeneíza qual quer expressão social do trabalho. Pois Marx na sua obra, *O capital*, livro I o diz diretamente, “o capital é um *leveller* [nivelador]” (MARX, 2017a. p. 471), entendendo que o capital é valor que se valoriza, pois tanto o processo de produção como o de circulação exigem uma forma comum de “nivelar”, tanto a exploração do trabalho, como a apropriação do mais trabalho, sendo o trabalho assalariado essa forma comum que é própria do capitalismo.

Desta maneira, podemos entender que na produção do espaço geográfico capitalista, que o valor é quem possui essa condição de nivelar as diferenças geográficas, segundo Smith. Relativizando a condição de ser o espaço geográfico absoluto. Em palavras de Smith (1988, P. 170) “Inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para a igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas”. Portanto, vai dizer o referido autor, existe uma tenção entre a tendência para a diferenciação e, a tendência para a igualização, que como “contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual” (SMITH, 1988. P. 170).

A chave no raciocínio de Smith (Idem, p. 170), é o seguinte “Em sentido geral, a equalização das condições de produção — significando seu valor de uso assim como seu valor de troca — resulta da universalização do trabalho abstrato na forma de valor”. O caráter do trabalho abstrato tem como base material a diferenciação entre trabalhos concretos, específicos, ou seja, a diferenciação geográfica existente nos valores de uso, ou como Harvey (2013) chamou a esta característica de “localização”. Estas diferenciações serão abstraídas pela lei do valor, própria do modo de produção capitalista, que busca engolir na esfera das trocas, toda e qualquer maneira distinta de produzir, por meio da subsunção real do trabalho ao capital, ou seja, o trabalho assalariado. É assim como se dá o desenvolvimento da divisão do trabalho, pois esta homogeneização se dá através das divisões técnicas necessárias que exige o capital para sua produção e circulação.

O movimento interno num ramo de produção tem como fim último a apropriação do mais-valor produzido por ele e por outros capitais menos produtivos,

em se a acumulação capitalista. Esta última, depende da produção e de volver a investir parte do lucro, para dar continuidade a este processo que é auto expansivo (capital), para tanto, há um incremento no capital constante que se renova de forma continua para que a produção seja “melhorada” (no tempo e no espaço).

Smith (1988, P. 171) entende que é o capital fixo e a tecnologia os que cumprem o papel de impulsar e expandir o desenvolvimento do capital, ele o diz assim, “a tecnologia é tanto o veículo para a expansão do capital quanto o fator impulsionador de tal desenvolvimento”, nós discordamos com Smith, pois sabemos que a concorrência é a que exerce essa força de equalização na produção, a expansão do capital e, a sua vez de seu desenvolvimento. Vejamos, que há uma colocação de Smith em donde ele também atribui à concorrência a força “que generaliza a necessidade de inovação por toda a economia” (Idem, p. 171) em cada ramo de produção, mas este não é o único sentido da concorrência para Marx.

“A relação entre a generalização de novas tecnologias e a tendência para a igualização é, desse modo, intensificada; as formas econômicas são traduzidas mais diretamente em sua forma geográfica” (SMITH, 1988. P. 172). A convergência geográfica, ou seja, a tendencia de igualização se dá, segundo o autor, por meio da localização do capital fixo no espaço geográfico, porque o capital fixo é condição central e concreta para que o desenvolvimento do capital se dê em sua maior expansão possível. Em outras palavras, é assim como espaço geográfico se torna relativo na perspectiva do Smith (1988), já que existe uma base qualitativa e uma forma de produção determinada, que também é determinada pela concorrência, a qual direciona os capitais produtivos para outros domínios geográficos específicos.

A ideia que há por traz da tendencia de igualização, é que o processo de produção associado ao setor de pesquisa e ciência, atuando de maneira independente cada um, mas em espacial os segundos (ciência e tecnologia), estes dois fatores levam a uma equalização das “condições e dos níveis de desenvolvimento” (SMITH, 1988. P. 173), portanto, a ciência e a tecnologia são o fator que leva a um desenvolvimento do capital fixo cada vez mais elevado, o qual é quem vai relativizar o espaço geográfico. Ou seja, segundo Smith (1988, P. 172) “À medida em que o capital fixo se dirige para a etapa central, a relatividade do espaço é cada vez mais determinada pelos padrões geográficos de investimento em capital fixo”.

Por exemplo, seguindo a lógica do argumento de Smith, se o processo de produção num setor, qual quer que seja, com distintos capitais produzindo uma mercadoria em específico e, segundo o que foi apresentado anteriormente pelo autor, este setor por meio da tecnologia equaliza o capital fixo necessário para a produção de dita mercadoria, teremos que na hora de ser trocadas estas mercadorias, não existirá diferenças substanciais que representem uma diferença muito alta na produção, estas terão o mesmo preço de mercado; como isto está acontecendo em quase todos os ramos de produção, a expansão do capital e seu desenvolvimento por meio do investimento no capital fixo tendem a se igualar em todo o espaço geográfico capitalista. É assim como o entende Smith (1988, p. 173) “A lógica da expansão industrial leva não exatamente à subjugação de todas as sociedades humanas e da Terra inteira ao domínio do capital; ela faz isso somente generalizando no âmbito do capital o domínio absoluto do capital fixo.”

Um resultado imediato, de este tipo de interpretação em quanto ao capital fixo e a tecnologia, como fatores para a igualização, é que a “eliminação da penúria e da antítese é o completo nivelamento das diferenças espaciais e a instigação do desenvolvimento desigual” (SMITH, 1988. P. 173) vai dizer Smith. Embora, nós sabemos por meio de Marx no livro II, de O capital, que existe uma tendência, por parte do modo de produção capitalista, de fazer que o capital fixo seja consumido no menor número de rotações possíveis, obsolescência programada pode ser um exemplo, isto não é garantia de uma equalização da produtividade entre os capitais, é tudo o contrário, a diversificação completa.

Ademais, nos parece há uma má compreensão por parte de Smith do que é o capital fixo, pois o incremento da produtividade se dá, segundo Marx, elevando a composição orgânica do capital, e sua equalização é pela concorrência. Embora, exista uma fração de capital constante que se fixa, a condição de ser capital fixo, está nesta fração de capital constante, que tem como determinação o tempo de rotação do capital, ou seja, o capital fixo tem como pressuposto repor-se na medida em que para (parar, *stop*) de transferir valor a mercadoria. O que se dá depois de um número de rotações determinado, este número de rotações é o tempo necessário para ser consumido este capital constante e voltar a ser reinvestido.

Por exemplo, se o setor que produz meios de produção, produz uma máquina para fazer máquinas para outros setores, esta máquina que produz máquinas não será criada para desgastar-se o mais rápido possível, pois a ideia é que esta máquina permita usufruir o tempo necessário para ser consumido este capital até deixar de funcionar, pode acontecer que um outro capital deste setor crie uma máquina melhor, aos interesses do capitalista de extrair o máximo possível de mais-valor sem ter que investir de novo numa outra máquina, este incremento de produtividade deste capital que criou esta nova máquina, está dado é pela concorrência entre o setor e não pelo desgaste rápido ou lento da máquina nova, pois um dos princípios para que se possa extrair maior mais-valor por parte do setor que o compra, é que este capital fixo novo não se desgaste tão rápido, ou seja, que o número de rotações do capital seja maior. Nesse sentido, é o capital fixo um indicador da existência de produtividades desiguais entre setores distintos, pois não todos os capitais que compõe o capital social total, iniciaram no mesmo dia, na mesma hora e no mesmo ano a produção de suas mercadorias.

Por último, Smith (1988, p. 175) vai dizer: “como a tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização é inerente ao capital. Ela se expressa mais claramente no mercado mundial e no processo de circulação, porque o ato individual de troca é o de criar uma equivalência social”, o autor está assumido que a contradição entre as tendências, que ele chama de diferenciação e de igualização, se apresenta da forma de equivalência no momento da troca de mercadorias, que nesse caso seria o dinheiro essa equivalência.

3.3 A acumulação, concentração e centralização do capital.

A teoria de valor de Marx capturou, como crítica à teoria econômica burguesa, o processo de produção, circulação e algumas particularidades do capital. Nesta teoria de valor podemos ver também a acumulação como forma de reprodução do capital se pode se dá de maneira ampliada, dita maneira nada mais é que ampliar o volume de capital de forma recorrente. Sabemos por meio de Marx que a “lei geral de acumulação capitalista” faz que capitalistas individuais acumulem capital num volume maior em cada ciclo de reprodução. Dita lei mostra como as tendências tanto de concentração como a de centralização do capital são as formas que possibilitam e efetivam a ampliação ou acréscimo no volume de capital. Smith (1988) entende que

estes últimos (concentração e centralização) se manifestam geograficamente de maneira distinta.

A lei geral de acumulação capitalista exposta por Marx (2017a), no capítulo 23 do livro I, diz Smith (1988, p. 176), se conecta diretamente com a “diferenciação do espaço na escala de capitais individuais. O ponto comum é a concentração e a centralização de capital e é por ela que iremos começar”. Desta maneira, a concentração e a centralização do capital e suas manifestações geográficas são de um grande nível de importância, para o referido autor, para entender o desenvolvimento do capital de maneira desigual, é importante ver que as implicações destes dois processos se relacionam de certa maneira com a produtividade dos capitais individuais. Nos diríamos que com a composição técnica de cada capital.

Uma das formas de ver a concentração do capital é, entender ela como uma forma simples de acumulação, ou seja, é a produção de mais-valor de maneira sempre crescente na medida que o capitalista individual consiga se apropriar em parte do mais-valor produzido por ele mesmo e volto a reinvestir. Mas a concentração também traz uma contra tendência implícita a qual faz, por diversas razões, que em determinado momento este capital sempre crescente se fracture em vários capitais sendo a própria concentração a que possibilite esta fragmentação. Smith (1988, p. 177) vai falar, e assim “permitindo uma acumulação maior, em cada investimento e para maior concentração do capital através da acumulação”, colocamos em dúvida que o autor tenha percebido esta contra tendência.

Por outro lado, a centralização do capital, é uma outra tendência que não necessariamente está associada ao processo de acumulação e/ou concentração de capital propriamente dito. A centralização seria o oposto ao fraturamento, ou à contra tendência advinda da concentração, pois esta tendência está na direção de reunir ou juntar os capitais já constituídos, conformando menos capitais, mas com maior volume de capital. Esta tendência se pode dar, inclusive em ausência de acumulação, como é no caso das crises para tanto, os muitos capitais com um volume de capital qualquer se reúnem ou associam conformando uma quantidade menor de capitais, mas com um volume expressivo de capital cada um, o que os faz resistir aos duros meses ou anos de crises, sendo esta centralização de capital uma maneira de acumulação de capital que permitiria continuar o processo de produção de valores numa renovada escala de produção e/ou de reprodução.

Temos que distinguir que para Smith, “A concentração espacial e o processo de centralização se referem à localização física do capital e é, desse modo, diferente da concentração e centralização sociais” (SMITH, 1988. P. 176), ele atribui a palavra “sociais” ao capital pois ele entende o capital como uma relação entre capitais. Nos discordamos desta visão, pois entendemos que uma relação social para Marx, é uma forma objetiva e social de vinculação, produto das distintas determinações e ou legalidades presentes na forma de constituição da sociedade.

Smith vai se referir a dita distinção depois de expor o como entende tanto a concentração como a centralização do capital:

Se a centralização social é a centralização do valor de troca em mãos de cada vez menos pessoas, a centralização espacial é a centralização física dos valores de uso. A centralização social do capital tanto produz quanto exige uma certa centralização do capital e, na escala do capital individual, isto fornece o impulso inicial para a diferenciação geográfica das condições e níveis de produção. Não há nenhum mapeamento biunívoco ou uma transferência automática da centralização social para a espacial, mas na medida em que a primeira necessita da segunda, a urgência que há na centralização social do capital se expressa na diferenciação geográfica associada à concentração de capital em certos centros de produção (SMITH, 1988, P. 180).

É de ressaltar que “a centralização espacial é a centralização física dos valores de uso”. Ao fazer esta distinção, Smith está fazendo uma relação direta da centralização do capital sobre a centralização dos valores de uso na escala dos capitais individuais, e diz que esta centralização do capital é base para a diferenciação geográfica, tanto nas condições como dos níveis de produção. Mas o autor diz que há uma necessidade por parte da centralização do capital, que são capitais resultado da reunião de outros, da diferenciação geográfica que “associada à concentração de capital em certos centros de produção”. Ou seja, para Smith a concentração de capital (acumulação) está associada a centralização física dos valores de uso gerada pela centralização do capital que impulsiona ou produz uma diferenciação geográfica, mas sabemos que a concentração traz uma contra tendência a do fraturamento dos capitais, mas que não foi incluída por Smith em seu análise, porque será? Portanto, diz Smith (1988, p. 180), “A centralização espacial do capital é principalmente uma questão de capital produtivo centralizado”.

Smith (1988, p. 181), chega a dizer que “é razoável abordar a questão da centralização espacial como uma questão que diz respeito particularmente ao capital produtivo”. Já que a divisão do trabalho não para porque o desenvolvimento do capital

também avança, logo, a quantidade de processos produtivos distintos que são agrupados, embora, outros setores estejam em outros domínios geográfico, pela centralização do capital gera um incremento de tamanho das indústrias. O que aciona um incremento no nível de desenvolvimento da divisão do trabalho e da produtividade, em outras palavras, são muitos os serviços e atividades vinculadas especificamente a algum processo produtivo que se encontra em algum domínio geográfico determinado, em palavras de Smith (1988, p. 181), “Há, assim, uma tendência para o agrupamento espacial de capitais em locais de produção determinados”.

Quando estamos falando da centralização de processos produtivos, serviços e/ou atividades produtivas, estamos dizendo que estes se agrupam para produzir algum bem e/ou produto. Portanto, é evidente que também estejamos falando de trabalhadores, isso significa dizer que o processo de acumulação traz uma centralização da força de trabalho em mãos dos capitalistas individuais. Esta concentração de trabalhadores num domínio geográfico determinado tem desdobramentos neste domínio, pois o custo de reprodução da força de trabalho é muito baixo já que, por exemplo, certa necessidade poderá ser consumida de maneira coletiva. Os valores do trabalho socialmente necessário se mantem no mínimo e o tempo de trabalho excedente é estendido ao máximo possível.

Marx (1980, p. 1319) em *Teorias da mais-valia*, Volume III, escreve que “se consideramos o elemento material, *acumulação* aí significa apenas que a divisão do trabalho torna necessária a concentração, em certos pontos, dos meios de subsistência e meios de trabalho, que antes estavam espalhados e dispersos”. Marx, está nos dizendo que o processo de concentração do capital tem uma determinação material, que desde o ponto de vista de Smith (1988) é geográfica, ele o diz assim, “O efeito do capital, então, foi o de diferenciar o espaço geográfico anteriormente não diferenciado” (SMITH, 1988, p. 182). Portanto, segundo Smith (1988, P. 182) na escala dos capitais individuais, “a concentração e a centralização do capital oferecem o impulso central para a diferenciação geográfica”.

No próximo item ou tópico, analisaremos mais precisamente como o argumento proposto por Smith (1988), sobre como o modelo de acumulação de capital faz, que a taxa de lucro tenda a ser zero, tendo como pressuposto o desenvolvimento do capital no nível dos capitais individuais. É aqui onde entraremos a ser mais críticos

com a postura do autor, pois com tudo, o autor tem uma postura muito similar, por não dizer a mesma, que a de Harvey (2013) que foi analisada anteriormente.

3.3.1 O ritmo da acumulação

É de aclarar que Smith (1988) compagina com à exposição proposta por Harvey (2013) de como é que se dá a mobilidade do capital produtivo no espaço. Tendo em conta a leitura que Harvey propõe, a qual é de crises sistémica, onde a superacumulação e a desvalorização constante são sínteses do processo de acumulação capitalista. Nós, nos afastamos desta interpretação porque esta síntese traz por dentro uma equivocada e incompleta leitura da teoria de valor de Marx, logo, o processo de concorrência exposto por Marx opera num nível de abstração, apropriação de valores, intermediário entre a acumulação e a forma em que se apresenta na realidade o modo de produção, o que nos remete a fazer uma leitura muito mais cuidadosa de Marx.

Pois, no entendimento de Marx acerca da forma de apropriação do mais-valor podemos ver que as trocas de mercadorias no mercado mundial, entre capitais diferentes com composições orgânicas de capital também diferentes, produzindo mercadorias diferentes, é um momento quase que instantâneo. Mas que dito momento é resultado de vários processos, como a transformação dos valores das mercadorias em preços de produção para preços de mercado, uma criação da taxa média de lucro num ramo de produção, a conformação da taxa média ou geral de lucro como também de sua equalização, sendo estes pressupostos do momento das trocas, estas últimas podem ser entendidas, no nível da apropriação de valores, como multiplex transferências de valor por parte dos capitais menos produtivos para os mais produtivos.

Sendo real que os capitais individuais se encontram dispersos pelo globo, que conformam o espaço geográfico, e que estes têm níveis de produtividades distintos, o processo de concorrência os obriga a criar mercadorias com menor valor. Embora, para Smith (1988) existe uma clara tendência a desvalorização de seus capitais fixos, “o ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital” (SMITH, 1988. P. 182). Desta maneira Smith está adotando o modelo proposto

por Harvey (2013), sobre o ciclo de investimento do capital o qual Smith (1988) resume muito bem:

Harvey sugere que façamos a distinção entre um circuito primário, secundário e terciário da economia. O circuito primário é o lócus da produção de mais-valia e do consumo, assim como da reprodução da força de trabalho; o circuito secundário envolve o investimento de capital especificamente em capital fixo e o fundo de consumo, parte do qual vai para a formação do meio-ambiente construído; e o terciário é a esfera do investimento na ciência, educação, tecnologia, em gastos sociais e assim por diante. Estes circuitos estão completamente integrados e é difícil distingui-los absolutamente; com efeito, na época em que ele terminou os *Limits*, Harvey apresentou a distinção entre tais circuitos com o fito de enfatizar precisamente a unidade do processo. (SMITH, 1988. P. 183).

Podemos inferir da citação anterior que tanto Harvey (2013) como Smith (1988) estão entendendo, que muitas das saídas as crises que teve o capitalismo se deram no contexto do investimento seja de um circuito para outro. Mas que estas formas ou saídas, se transformaram ao se expandir o capital pelo globo, já que os níveis de acumulação se tornaram bastante crescentes (superacumulação), criando uma crise de maior envergadura. O entendimento do tipo da crise que o capital detenta atualmente é uma leitura dos níveis de desenvolvimento das forças produtivas em cada um desses circuitos propostos por Harvey (2013).

Por isso, para que exista uma acumulação sempre crescente é necessária a existência da "intensificação do trabalho que implicam um crescimento do capital constante com relação à variável, isto é, uma queda da taxa de lucro," (MARX, 2017c. p. 271), em palavras mais técnicas, uma elevação na composição orgânica de capital. Mas, Marx (2017c, P. 271) faz questão da queda da taxa de lucro como tendência, porque existem formas como o "aumento do grau de exploração" entre outras, como formas que puxam a taxa de lucro para cima. Smith (1988) vai dizer, porque existem capitais produtivos que contrariam esta lei, capitais individuais que são obrigados a produzir, "por exemplo, uma taxa crescente de mais-valia, Marx enfatiza que a taxa de lucro decrescente é, sempre, tão somente uma tendência" (SMITH, 1988. P. 185).

Ademais, "a queda da taxa de lucro acelera a concentração do capital e sua centralização por meio da expropriação dos capitalistas menores, da expropriação dos últimos produtores diretos que ainda disponham de algo a ser expropriado" (MARX, 2017c. p. 281). É desta maneira, que Smith (1988, P. 185) argumenta que "Isto dá um impulso maior ao processo de acumulação, que leva finalmente à super acumulação do capital.". E com isto, tanto a queda da taxa de lucro como a superacumulação,

partem do mesmo princípio a acumulação do capital. Desde nossa perspectiva a superacumulação é a acumulação mesma que o modo de produção pressupõe e põe, portanto, não existe uma superacumulação.

Smith (1988, p. 185) alega que esta combinação entre queda da taxa de lucro e superacumulação são as fontes para dar-se a crise no capitalismo, mas também diz, que a crise é altamente contraditória, ele escreve “a crise econômica é também essencialmente contraditória... as crises podem ser agudamente funcionais para o capital”, pois ao ser produto da contradição gerada pelo desenvolvimento das forças produtivas e suas condições necessárias para se assentar, esta (crise) também permite um rearranjo das condições para a acumulação, em específico a centralização do capital a expropriação de capitalistas por capitalistas (transferências de valores de uso).

Como desdobramento imediato, lógico e formal, para o autor a crise é sinônimo de reestruturação da economia, mas que nessa reestruturação, a “divisão particular de trabalho tem sua mais destacada expressão geográfica”. A pergunta que nós podemos fazer é, o que leva a Smith (1988) e Harvey (2013) a compreender que a crise, entendida como o “ponto em que os setores da economia estejam especialmente centralizados, o caráter localmente específico da desvalorização transforma crises setoriais diretamente em crises geográficas”, é a resposta necessária para que o desenvolvimento do capital possa continuar?

O autor, vai dizer que existe de fato “A obsolescência de velhas tecnologias e o surgimento de novas, tão vital para o capitalismo, é simultaneamente a transformação de velhas estruturas espaciais em novas”. Podemos dizer que esta é uma maneira de ver a exportação de capitais, como produto das crises, fenômeno que foi estudado na teoria de imperialismo clássico, especialmente por Lenin (1979), mas Smith (1988, p. 188) conclui que, “o período pós-crise de acumulação de capital herda um espaço geográfico que é altamente diferenciado através da crise”. Ou seja, que existem depois de uma crise uma melhora das condições necessárias, no espaço geográfico em totalidade, do modo capitalista de produção.

Portanto, segundo Smith (Idem, p. 188) esta diferenciação geográfica é produzida também pela mobilidade do capital. Ademais, de que este último “torna-se um meio não para a igualização geográfica, mas uma diferenciação sobre a qual a sobrevivência do capital é firmada”. Podemos ver que a diferenciação geográfica para

o autor, é sinônimo de acumulação, desta maneira, também podemos dizer que esta colocação é contrária a teoria burguesa de localização, teoria que tem como pressuposto “a suposição de que a soma de decisões de localização individuais tende para uma Geografia de equilíbrio, para um conjunto equilibrado de localizações. Em seus fundamentos, esse equilíbrio é uma igualização das diferenças econômicas, espacialmente” (SMITH, 1988. P. 189).

Smith (Ibidem, P. 189) vai concertar este equilíbrio dizendo, que este equilíbrio como tendência é real, “quando de fato há dentro do capitalismo uma tendência real para o equilíbrio”, dizendo que este último é a forma que tem o modo de produção capitalista para resolver e/ou “então deslocar suas contradições inerentes através de algum tipo de solução espacial, um ‘ajuste espacial’¹². Isto, por sua vez, implica a questão da escala”. É desta maneira que o autor empreende uma explicação do que é o equilíbrio espacial e as escalas (estado-nação, urbana e global) sendo os elementos que permitiram a ele a “apresentação de uma teoria do desenvolvimento desigual”.

3.4 Para uma teoria do desenvolvimento desigual: a escala espacial e o vaivém do capital

3.4.1 A impossibilidade do equilíbrio espacial

Smith (1988, p. 189), segue em pleno a conceptualização proposta por Harvey (2013), que tem como aspecto, que “Os capitalistas individuais são perpetuamente levados a escolher as localizações mais vantajosas”. O que produz uma competição espacial, fazendo que suas taxas de lucro tendam a zero. Este aspecto da teoria de desenvolvimento geográfico desigual de Harvey (2013) foi incluído no segundo tópico desta dissertação, e que será rebatido na discussão do item 5 da mesma (dissertação). Portanto resta entender como Smith (1988) amarra o que Harvey (2013) propõe na construção de seu argumento, pois vemos que este tipo de interpretação é altamente determinista e que o desdobramento dele pode ser conflituoso com a teoria de valor de Marx.

¹² Por motivos da tradução empregada no análise da obra “desenvolvimento desigual” da editora BERTRAND BRASIL S.A. vemos que é melhor mudar “fixo espacial” por “ajuste espacial”.

Vejamos, que quando Harvey está falando de equilíbrio espacial, Smith está propondo igualização, então, esta tendencia de igualização é interrompida por uma outra força, como é o avanço tecnológico incorporado nos capitais individuais que se encontram em diferentes domínios geográficos determinados, os quais produzem uma tendencia à diferenciação geográfica. Desta maneira, as configurações geográficas, vai dizer Harvey (2013), são o motor dos ajustes espaciais; necessários para que as crises sejam superadas. Assim a impossibilidade do equilíbrio espacial está praticamente retomada em sua totalidade do raciocínio de Harvey, este foi exposto no item 2 deste trabalho¹³.

Para entender como os ajustes e configurações espaciais são geridas, o desenvolvimento desigual do capital é a linha do raciocínio que vai permitir entender estas e também entender como o capital se beneficia desta movimentação geográfica. Mas, antes é importante saber que para entender a plenitude este último (desenvolvimento desigual do capital), “seria necessário entender-se a origem das escalas geográficas” (SMITH, 1988. P. 195).

Uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital, porque é difícil compreender-se o sentido real da dispersão, da "descentralização", da "reestruturação espacial" e assim por diante, sem uma clara compreensão da escala geográfica. (SMITH, 1988. P. 195)

A importância das escalas é “enfocar com mais nitidez a tendência para o equilíbrio geográfico e para sua frustração final” (Idem, p. 195) porque tanto os ajustes espaciais como a contradição entre igualização e diferenciação, têm uma implicância direta na “produção do espaço absoluto em alguma escala” (Idem, p. 195). Estas escalas são, bem como o escreve Smith, um “instrumento final”, o que mostraria que o desenvolvimento desigual do capital é complexo e simples ao mesmo tempo dependendo da escala.

3.4.2 As escalas espaciais do capital

No capitalismo surgem “Três escalas primárias...:o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global”. “Mas, em extensão e em substância, elas são completamente transformadas nas mãos do capital” (SMITH, 1988. P. 196). Smith

¹³ Ver página 28 deste trabalho.

(1988, p. 197), entende que as escalas são “um processo dinâmico; por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e, é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado”, ele nos adverte que as escalas não são dadas, é mais elas são originadas e que sua determinação, coerência interna e diferenciação são “já contidas na estrutura do capital”.

A Escala Urbana

Se entende que “A descentralização do capital encontra sua mais perfeita expressão geográfica no desenvolvimento urbano” (SMITH, 1988. P. 197). Com isto podemos dizer que o espaço urbano é o repositório de unidades produtivas de capital, portanto temos nele um conglomerado de capitais individuais, que se aglutinam num mesmo domínio geográfico determinado pelas relações de produção. Em outras palavras, o espaço urbano é usado pelo capital como espaço absoluto, mas que é produto da centralização do capital nesse domínio geográfico.

Nos processos de transição é complexo saber o que fica, o que é e, o que foi deixado para traz, pois é necessário estar atentos aos níveis de abstração para entender as determinações e contradições que originam os novos processos, os quais devem dar conta da totalidade do processo. É assim como a divisão entre campo e cidade, é herdada pelo capitalismo nascente, o qual tem como uma de suas determinações advinda desta herança, que as cidades nesse tempo histórico de transição tinham como atividade fundamental o mercado de trocas, organizando-as e centralizando a riqueza.

Já entrado o desenvolvimento do capital industrial e sua expansão no espaço urbano é a centralização do capital a que se sobrepõe ao mercado e termina sendo o determinante do desenvolvimento nesta escala. Logo, diz Smith (1988, p. 197), “os limites geográficos à escala urbana (que não se deve confundir com os limites administrativos de uma cidade) são determinados, em primeiro lugar, pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário para o trabalho”. Sendo assim, a escala urbana é a manifestação da centralização do capital produtivo.

Temos que entender que a propriedade privada é o fator constituinte do espaço urbano. Vejamos que, se o espaço urbano é produto da centralização do

capital produtivo, a propriedade privada é esse espaço absoluto individualizado, nas palavras de Smith (1988), que é nivelado como renda do solo. Desta maneira, o valor de troca, ou seja, o desprendimento de seus valores de uso do espaço urbano individualizado, por parte do capital, permite “coordenar e integrar o uso dos espaços individuais dentro do espaço urbano como um todo” (Idem, p. 200). Mas, esta igualização nesta escala, utiliza como dispositivo a renda do solo a qual cria o médio para sua diferenciação e/ou estratificação.

Portanto, e tendo em conta fatores como a especulação no mercado mobiliário e a debilidade do estado (local e nacional), em mudar o rumo deste mercado mobiliário, a renda do solo, não se integra nem coordena um tipo de “desenvolvimento urbano de uma forma condizente com as exigências da universalização do trabalho abstrato” (Idem, p. 200), jogando as contradições para outras escalas.

A Escala Global

O limite geográfico inferior ao espaço global é representado pelo espaço absoluto da propriedade privada e se pusermos de lado a questão do espaço não-terrestre, os limites geográficos do espaço global são pré-fixados. Como espaço absoluto, é um receptáculo muito diferenciado para a atividade humana. Sem temor de cair em contradição, podemos atribuir isto à natureza. Mas, o que *fazemos* desse espaço é uma questão completamente diferente. O capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial. De fato, a produção dessa escala, embora incompletamente no início, é uma das condições que torna possível o desenvolvimento do capitalismo. Mas, como sempre, o que o capital herda de uma forma ele se põe a reproduzir em outra. (SMITH, 1988. P. 201).

Na citação anterior Smith (1988, p. 201) está querendo nos dizer, que existe uma forma ou tendencia própria do capitalismo de assumir esta escala, a qual é a universalização das relações de produção, ele vai colocar “a escala internacional é puramente um produto da tendência para a igualização”. Embora, a especificidade da forma mercado mundial esteja baseada na troca, mas não como acontecia nas cidades pré-capitalistas, o que transforma a perspectiva de mercado, pois nela está a produção e a universalização do trabalho assalariado. É no mercado mundial onde se dá “A integração espacial através dos mecanismos de preços do mercado comercial — quando muito esparso e superficial — é cada vez mais penetrado e substituído num nível mais fundamental pela integração espacial, através da lei do valor” (Idem, p. 201).

Sabemos de certa maneira, que “A estratégia da tendência do capital para a universalidade é sua tentativa de reduzir a força de trabalho do mundo à condição de uma mercadoria” (Idem, p. 201), esta maneira de entender a forma de integração espacial, é uma adequação que faz Smith (1988), da que é proposta por Marx, quando se refere a subsunção forma e real do trabalho ao capital. É de ressaltar que no momento de discutir as particularidades geográficas do desenvolvimento do capital, está escala global é onde se vê mais nitidamente a tendencia de igualização, vai dizer Smith (1988, P. 201) “Da mesma forma que a necessidade de acumulação implica a centralização do capital responsável pela formação de uma escala urbana distinta, a mesma necessidade leva à igualização de uma escala global de produção.”

O autor nos adverte, que quando o processo de expansão do capital chega ao limite, ou seja, a todo o globo, as expressões formais de uma integração espacial do mercado, são minimizadas pela “tendencia para uma integração espacial real” (Idem, p. 202). Parafrazeando ao autor, a escala global é colocada em função do capitalismo no processo de expansão do capital, as colônias são aquele “ajuste espacial”, que Hegel identificou, mas que não entendeu que este, era uma etapa transitória, e que como “espaço geográfico exterior negava sua exterioridade” (SMITH, 1988. P. 202). Assim o autor entende, que esta é uma forma da primeira natureza e de como esta é colocada dentro do processo de produção, sendo parte da segunda natureza a qual é produzida inteiramente pelo capital, ou melhor, produzindo o espaço capitalista. “Isto é o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, que jaz no âmago do desenvolvimento desigual” (Idem, p. 202).

Podemos problematizar a conclusão do autor, pois ele diz:

Se a igualização do espaço global resulta da tendência universal da relação assalariada de trabalho, então o eixo da diferenciação geográfica nessa escala é a determinação diferencial do valor da força de trabalho, e o padrão geográfico dos salários assim efetuados. (SMITH, 1988. P. 202).

Vamos determos um pouco nesta apreciação que faz o autor, pois nos permite identificar várias categorias da teoria de valor de Marx, que são necessárias para entender a dinâmica da diferenciação nesta escala e de como se origina. Vejamos, que quando ele diz, que “tendência universal da relação assalariada de trabalho”, entendemos que o autor estase referindo a categoria salário como um tudo, trabalho abstrato, isso implica, a relação entre várias categorias, por exemplo, a relação do

Tempo de trabalho necessário e Tempo de trabalho excedente, que se desdobra na relação de outras duas categorias existentes na produção de mercadorias, entre Capital constante e Capital variável. Estas últimas são determinantes para inferir a Composição orgânica do capital, categoria que de certa maneira expressa o nível de produtividade dos capitais.

Com isto, temos então, que no mercado mundial, a concorrência se está dando entre capitais individuais que tem diferentes composições orgânicas, ou seja, os capitais produtivos estão dispersos no globo. Esta dispersão cria a taxa média ou geral de lucro, que equaliza os capitais com produtividades distintas, esta taxa geral se equaliza “em maior ou menor grau quanto maior for o desenvolvimento capitalista” (MARX, 2017c. P. 231), mas esta equalização se realizará constantemente em quanto mais se movimentar o capital e a força de trabalho, temos que entender a taxa de lucro equaliza os preços de produção das mercadorias, incluindo o valor da força de trabalho, de forma sempre aproximada¹⁴.

Portanto, a tendência de igualização tem como pressuposto, a tendência da diferenciação geográfica, ou seja, a taxa de lucro, é o mecanismo responsável de equalizar em alguma medida as produtividades através da concorrência.

Nos termos do autor, os capitais mais desenvolvidos com a qualidade de serem altamente centralizados e, que precisam de valores de uso necessários para a produção, vão em busca de “fontes cada vez mais baratas desses elementos, especialmente matérias-primas e força de trabalho” (SMITH, 1988. P. 203). Ademais ao fazer isso, os capitais com as características anteriores, transformam os espaços “subdesenvolvidos” em espaços não só de produção, senão também de consumo. É assim como o apresenta Smith (1988, p. 203), “pressionado pela constante ameaça de superacumulação, o capital tenta transformar os lugares em mercados para suas mercadorias, em locais de consumo”. Esta visão subconsumo como consequência paralela a superprodução, é uma visão muito equivocada do que é a concorrência da parte das necessidades sociais.

A nossa forma de entender o porquê estão sendo levados os capitais a sair para outros territórios, não é pela obtenção de matérias primas e força de trabalho barata necessariamente, mas é pela concorrência, somada a uma centralização e

¹⁴ Este debate será melhor explicado no item 6.4.2 desta dissertação na página (164).

concentração do capital cada vez maior, que se agudiza tanto que isso deixa que a taxa de lucro decrescente como uma tendencia, pois está mostra a etapa final, por assim dizer, da acumulação do capital. Smith (1988, P. 202), identifica que existe uma diferenciação geográfica do globo, e que vai da mão com os diferentes valores da força de trabalho nos territórios, é assim como o diz “Se a igualização do espaço global resulta da tendência universal da relação assalariada de trabalho, então o eixo da diferenciação geográfica nessa escala é a determinação diferencial do valor da força de trabalho, e o padrão geográfico dos salários assim efetuados”. Em certa maneira o autor está aceitando a teses de Mandel (1985) sobre a não conformação de uma taxa de lucro mundial e negando a mobilidade da força de trabalho¹⁵, contradizendo grande parte de seu argumento até agora.

Pois a manifestação fixa sobre a diferenciação nesta escala está, segundo Smith (1988, p. 204), no desenvolvimento da “divisão internacional do trabalho e uma diferenciação sistemática entre a composição orgânica do capital em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas”. Esta forma de entender o desenvolvimento do capital nesta escala leva a ele a entender que os territórios com menor composição orgânica de capital ou “menos produtivos”, “não realizaram a transição completa da integração formal para a real e a integração real do espaço-economia global é necessariamente incompleta”. Entendendo que o intercâmbio de produtos nesta escala está sendo dada no em trabalho abstrato, valor; senão como trabalho concreto, tal qual como Mandel (1985), o entende.

A Escala da Nação – Estado

Como se falo anteriormente, a escala urbana representa a tendencia para a diferenciação geográfica e a escala global representa a tendencia contraditória a de igualização. “A escala da nação-Estado é um produto menos direto dessa contradição” (SMITH, 1988. P. 204), desde a perspectiva do autor, o processo de internacionalização da economia do estado capitalista está ao mesmo tempo nacionalizando sua economia, porque os capitais nacionais e a própria economia nacional estão se desenvolvendo, em outras palavras, “Isto leva à hierarquia de leis nacionalmente fundamentadas do valor, mais ou menos integrada numa lei internacional do valor mais ampla.” (Idem, p. 204).

¹⁵ Daremos esta discussão na subseções 5.1.1 e 5.1.2 nesta dissertação, ver páginas (103-116).

O fenômeno que mostra este tipo de vinculação da escala nacional com a escala global, é “a ‘troca desigual’, a última resulta do desenvolvimento desigual do capitalismo e não vice-versa” (SMITH, 1988. P. 204). Esta forma aparente mostra o grau de rigidez desta escala nacional, diz o autor.

Desde nossa perspectiva, esta visão de Smith (1988) de aceitar a existência de uma hierarquia de diferentes economias com diferentes leis de valor que se acoplam a uma lei de valor de maior envergadura, é mostra de uma leitura muito equivocada da lei de valor proposta pelo Marx. Porque a proposta de simultaneidade entre as economias nacionais e a internacionalização destes capitais é uma proposta contingencial, mas que em essência é a mesma à do comercio internacional proposta pela economia política burguesa, a qual é criticada e superada pela teoria de valor de Marx, que busca entender a lógica geral do desenvolvimento do capital, ou seja, as leis gerais do modo de produção capitalista. isto é, as economias nacionais são subsequentes a criação do mercado mundial, ou seja, é a lei do valor na escala mundial quem modela as economias nacionais¹⁶.

Por outro lado, discordamos da concepção da forma de vinculação da escala nacional à global, formulada por Smith. Pois, as “trocas desiguais”, é uma interpretação falida, de uma interpretação também equivocada da lei de valor de Marx, porque a aceitação das “trocas desiguais” é mostra da impossibilidade de conformação de uma taxa de lucro mundial ou uma taxa média ou geral de lucro. Ao negar esta conformação de esta taxa, supostamente se está negando uma das “duas hipóteses” que Marx “colocou” para poder-se dar dita conformação. Por um lado, Emmanuel (1979) nega a mobilidade do capital e, por outro lado, Mandel (1985) nega a mobilidade da força de trabalho, estes dois autores são os proponentes desta teoria das trocas desiguais.

Enquanto a colocação de Smith (1988, P. 204) de que se as “trocas desiguais” são produto do desenvolvimento desigual, podemos dizer que pode ser certa está afirmação se aceitamos e se continuamos com o raciocínio do autor, que para esta altura da discussão para nós é difícil aceitar este tipo de interpretação por seus diversos erros de interpretação da teoria de valor de Marx. Mas é de aclarar que o

¹⁶ Para saber mais sobre esta discussão, ver: LEITE, L. 2016. O CAPITAL NO MUNDO E O MUNDO DO CAPITAL: UMA REINTERPRETAÇÃO DO IMPERIALISMO A PARTIR DA TEORIA DO VALOR DE MARX. PP: 32. (tese doutoral).

exercício nesta dissertação é questionar e apresentar de maneira crítica o conceito de desenvolvimento desigual apresentado por Smith (1988). Por enquanto, podemos dizer que este conceito existe na medida em que é analisado, mas sua existência material e real pode ser questionada.

Vemos ainda assim, que o conceito de estado trazido pelo autor é bastante questionável, pois sua postura weberiana faz que se afaste de uma leitura crítica e materialista do estado:

O Estado se desenvolve para realizar essas tarefas, assim como para defender o capital militarmente, onde seja necessário. Além disso, o capital deve defender-se a si próprio contra a classe trabalhadora, de quem há sempre uma permanente ameaça de revolta. Cada etapa no desenvolvimento da burguesia se fez acompanhar de um correspondente avanço político daquela classe (SMITH, 1988. P. 205).

Nesta citação é evidente que sua concepção de o estado como aparato capturado pela burguesia, não contribui muito para o entendimento de como o capital se relaciona com o estado. Pois esta visão de estado capturado, cooptado, leva a ele a entender que “Com o aumento na escala das forças produtivas e com a internacionalização do capital, o Estado capitalista geralmente aglutina um certo número de Estados menores numa nação-Estado” (SMITH, 1988. P. 205). Desta forma podemos dizer que o autor tem uma visão das partes ao todo, muito similar a concepção positivista ritteriana de totalidade da superfície, ou de suma das partes que dá o todo. Esta concepção das partes não é condicente com a concepção relacional e/ou de unidade que se consegue capturar na teoria de valor de Marx.

Ainda assim o autor considera que “as escalas urbanas e nacionais são produtos do capital internacional e continuam a ser moldadas por ele” (SMITH, 1988. P. 211). Mas para ele, o estado nação é uma força que desarticula a centralização do capital, ou seja, este neutraliza a taxa decrescente de lucro, pois ele vê que a escala do capital nacional, é o fundamento vivo, “sobre o qual o capital pode basear suas aspirações à universalidade” (Smith, 1988. P. 207). É contraditório que o estado desarticula a centralização do capital, quando é tudo o contrário, inclusive, em momentos de crise, alguns bens do estado entram nessa centralização do capital, embora, seja certo que o estado ajude a puxar a taxa de lucro para acima, é por isso que ao ter uma leitura de estado de esse viés, permite um tipo de interpretação assim como a do autor.

Em quanto a universalização vemos que o estado como o referido autor coloca, “uma nação-Estado que seja grande demais encontra dificuldades em manter controle político sobre todo o seu território” (SMITH, 1988. P. 205), que o Estado-nação tem controle político sobre seu território, ele (Smith) não se dá conta que a relação -estado ~ território- caminha no sentido o território é base para o estado, isso nos leva a querer questionar, é o estado que permite a existência do território? É o capital que da existência ao território? É o território que da existência ao estado? É o território reconstituído pelo capital e, portanto, o estado tem controle deste? Enfim, estas perguntas serão contestadas no 6 item desta dissertação.

Voltando a discussão da universalização, vemos que o território ao ser entendido como forma apropriação do espaço geográfico, este (território) é reconstituído com base as determinações do capital, sendo este uma base material para a produção de valores como também para a apropriação dos mesmos (valores). Desta maneira, o estado entra na forma de personificação do capital, produto e conjunção de todas as legalidades do capital, nesse sentido o território também é base material do Estado, o que permitiria ser uma base material para o desenvolvimento do capital, para sua expansão e sua reprodução de maneira desigual e combinada.

O autor nos adverte também que nesta escala do estado nação por separado, mostra a importância da diferenciação e o desenvolvimento regional. Este último, no interior do estado é a “expressão geográfica da divisão do trabalho, tanto no nível de capitais individuais quanto no da divisão particular de trabalho (entre setores)” (Idem, p. 207). Os diferentes setores tanto na economia nacional e internacional estão sendo concentrados e centralizados nas regiões. Diferenciando-se a região, da escala urbana, garantindo e adotando estas regiões o mesmo funcionamento da divisão global, entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Smith (1988, p. 208), conclui que “Ambos constituem fontes geograficamente fixas (relativamente) de trabalho assalariado, um na escala internacional e o outro sob o controle mais direto do capital nacional”.

Este caráter de regiões subdesenvolvidas que Smith (1988) apresenta traz uma concepção distinta a definição de desenvolvimento de Marx, pois aceitar este conceito de subdesenvolvimento, é aceitar o caráter meritocrático da economia burguesa, pois as determinações morfológicas (valor de uso e/ou utilidade) dos territórios, entram numa super estimativa moralista e não objetiva e real. Isso nos leva

a ter em conta uma outra teoria, que nos auxilia no entendimento do desenvolvimento do capital nos territórios “menos produtivos”, estamos falando da *teoria da dependência* de Rui Mauro Marini¹⁷ (1974). Portanto, as regiões subdesenvolvidas descritas por Smith, vistas desde Marini, seriam territórios dependentes com uma acentuada divisão do trabalho.

Desta maneira, a existência de uma separação de diferentes processos é mostra de uma separação geográfica em regiões que concentram um tipo de produção específico, com a mobilidade irrestrita dos capitais entre as nações, permite um movimento muito mais rápido dos valores entre as regiões (periférica e central), esta seria uma forma de derrubar como sugere Harvey (2013), as barreiras nacionais, e não necessariamente criando outras, com as regionais.

Uma explicação de como a escala nacional permite uma transitividade entre uma escala a outra é apresentada por Smith (1988), baseando-se na experiência europeia:

se a diferenciação do espaço geográfico no nível de regiões separadas permanecerá sendo um subconjunto da escala nacional ou se, como parece mais provável, a divisão do espaço global em regiões será mais diretamente determinada na escala internacional como parte da nova divisão internacional do trabalho (SMITH, 1988. P. 210)

Este movimento entre escalas, do capital, o qual, precisa da escala nacional e urbana para poder-se dar, é o que vai ser recolhido por Smith (1988, p. 211) como “uma teoria oscilatória do desenvolvimento do capital”. É de aclarar, que para o autor, tanto a escala nacional, tendo em conta a escala regional no interior desta, e a escala urbana, são indispensáveis para que o capital internacional possa movimentar-se, sendo estas produzidas e regidas pelo capital. Ademias, estas duas escalas tem a característica de serem escalas separadas e diferenciadas internamente, com a condição de serem fixadas, para que o capital internacional possa se movimentar entre uma e outra. E, portanto, fazer seu caminho de recolhida do valor, da acumulação e por tanto sua reprodução.

3.5 Uma teoria oscilatória do desenvolvimento desigual

¹⁷ Ver mais na página (116) desta dissertação, onde apresentaremos com maior detalhe.

Sem cair num revisionismo, vemos necessário fazer uma análise crítica, ponto por ponto, desta teoria oscilatória. Porque esta teoria, é uma conjunção dos elementos expostos e discutidos anteriormente pelo autor: escalas, tendência de igualização e diferenciação, mobilidade do capital e força de trabalho, queda tendencial da taxa de lucro, entre outros. É assim como é nós vamos questionar certos apontamentos que o autor sugere, dando também fim a nossa análise do conceito de desenvolvimento desigual do capital de Smith (1988).

Uma conclusão é que “O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise” (Smith, 1988. P. 212). O autor está nos querendo dizer com isto, que onde exista taxas altas de lucro ocorreria desenvolvimento, embora onde a taxa de lucro seja baixa o subdesenvolvimento aconteceria. Segundo o estudado até agora, para o autor, todo desenvolvimento acarreta uma queda na taxa de lucro, o que faz que o capital migre para onde agora as taxas de lucro são mais altas. Este movimento vai se dar, tanto na escala nacional como na internacional.

O autor vê que o desenvolvimento nestas duas escalas (nacional e internacional), tem desdobramentos, tais como: menor desemprego, incremento salarial, consolidação dos sindicatos de trabalhadores, o que imprime uma força para a queda da taxa de lucro. Na escala urbana, “o desenvolvimento de áreas subdesenvolvidas conduz a um rápido crescimento na renda do solo e à frustração, após um certo tempo, de maior desenvolvimento” (idem, p. 212). Por outro lado, temos o subdesenvolvimento, que é produto de uma falta constante de capital produtivo, segundo o autor, é o que conduz ao desemprego com taxas altíssimas, baixos salários e baixo nível de organização dos trabalhadores etc.

Estas características mencionadas anteriormente, quanto ao desenvolvimento como o subdesenvolvimento, nos parecem bastantes formais, existentes em níveis diferenciados tanto quanto, as economias desenvolvidas como dependentes. Em outras palavras, são formas aparentes do processo de acumulação, que se apresentam constantemente na escala global, de maneira simultânea e, que podem mostrar o movimento que faz o capital em escalas separadas, mas não da totalidade do processo de expansão do capital.

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de

desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento. Isto é, o capital tenta fazer um "vaivém" de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente. (SMITH, 1988. P. 213).

Esta explicação nos parece plausível, no nível geográfico e da aparência, pois o desenvolvimento desigual do capital, seguindo as ideias do autor, tem uma manifestação fixa, a qual é a escala urbana. Entendendo que as cidades são o produto deste movimento de diástole e sístole do capital. É nelas onde áreas específicas se desenvolveriam com maior rapidez que outras e, concomitantemente se criam áreas com níveis de desenvolvimento o mais perto de zero. Isto no nível de aparência, de como se manifesta ou apreça na geografia uma queda na taxa de lucro. Mais não de maneira tendencial, o que mudaria o sentido de toda a colocação do referido autor.

Mas o próprio Marx demonstra que existe uma tendência para a equalização da taxa de lucro, e é assim como o registra Smith (1988, p. 212), "Podemos observar esse fato recorrendo à conclusão de Marx, de que há uma tendência para a igualização da taxa de lucro (embora isto tenha uma clara expressão geográfica) e também concretamente analisando cada escala espacial". Desta maneira, podemos dar conta que o análise efetuado por Smith, é incompleto, pois sabemos por meio de seu análises, que a tendência para "o equilíbrio ou igualização geográfica" se dá, quando são colocados vendidos os produtos ou mercadorias, e que o preço de mercado destas são determinados pelo valor, essa é a lei do valor.

Portanto o vaivém do capital, ou seja, ir caçando taxas altas de lucro pelo globo, não é a melhor explicação da tendência para a equalização da taxa de lucro na escala mundial, todo o contrário a nega. Entendemos esta equalização da taxa geral de lucro, como aproximação, de que esta taxa é altamente sensível, em estatística a taxa média é sensível a valores muito grandes ou muito pequenos, mas na realidade esta taxa média de lucro é sensível por causa da própria realidade, ela é real, e a realidade faz dela uma tendência. Não é Marx quem faz que os preços de mercado de uma mesma mercadoria em diferentes países sejam tendencialmente iguais, suas variações podem ser, por taxa de câmbio das moedas, que também é outra mercadoria. Enfim, a discussão vai ser retomada no último item desta dissertação.

Isso leva-nos a que esta taxa de lucro mundial é criada pela existência de distintos capitais com produtividades diferentes espalhados pelo espaço geográfico,

logo, o processo de acumulação está dado não pela obtenção de uma taxa de lucro alta, pode ser que os capitais, sim saiam, em busca destas taxas altas, mais não é garantia de se apropriar do mais-valor produzido e de ser reinvestido nessas áreas ou domínios geográficos determinados necessariamente, como foi explicado no exemplo que apresentamos na parte que tratamos de Harvey (ver p, 21).

É assim como a teoria da concorrência em Marx (2017), sobre tudo no capítulo 10, do livro III, nos mostra a conformação da taxa média ou geral de lucro e sua equalização, neste ele (Marx) mostra como capitais menos produtivos transferem valores de maneira gratuita aos capitais como maior produtividade, esta transferência se dá, inclusive entre países em condição de dependência, imperialistas e entres estes dois (imperialistas e dependentes), quando os valores de mercado se transformam em preços de produção. Desta maneira o “subdesenvolvimento” (para nós não existe dito conceito), ou mais especificamente, a queda da taxa geral de lucro que implica numa queda também nas taxas de lucro por setores, não é entrave para a acumulação, tudo o contrário estimula a centralização do capital. Vemos assim, que a teoria de vaivém do capital parcialmente não explica um fenômeno que é vastamente mais complexo, o próprio Smith (1988, p. 216), reconhece este fato, “Que o movimento em “vaivém do capital seja evidente na escala urbana, mas que de forma alguma o seja na escala internacional, sugere limites a esta teoria do desenvolvimento desigual”.

Em retrospectiva, segundo Smith (1988, p. 217) a fluidez do capital e sua fixidez sobre o espaço geográfico (em suas escalas respetivamente), são o cenário tanto para a igualização como para a diferenciação geográfica, que tem como resultado o desenvolvimento desigual do capitalismo o qual adota o “movimento de ‘vaivém’ do capital, que é seu resultado”.

Desta maneira vemos que o conceito de desenvolvimento desigual do capital proposto por Smith (1988), é dotado de um determinismo geográfico bastante agudo, pois sua visão, epistemológica ou gnosiológica, das partes para o todo é o maior impedimento de entender a totalidade do processo. Pois, se vemos as coisas por meio das escala, por exemplo, a escala do mercado mundial, temos um movimento ou tendencia para a igualização geográfica, que permeia todas as outras escalas subsequentes desta.

4 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E ESTRUTURAS ESPCIAIS.

4.1 O objeto de debate de Massey.

A autora Doreen Massey, em sua abordagem sobre o desenvolvimento desigual, já desde o início do capítulo três de sua obra *Spatial Divisions of Lavure Social structure and the geography of production*¹⁸, do ano de 1995, nos mostra como ela vai entender a relação entre o espacial e o social. Pois, para ela o social é inseparável ao espacial, portanto, os processos sociais tem que ser analisados em seu movimento espacial, colocando uma implicação logica entre o social sobre o espacial, “o que tem sido pensado como padrões espaciais podem ser conceituados em termos de processos sociais” (MASSEY, 1995. P.65, *tradução nossa*). Assim seu objetivo é fazer uma reconceptuazação, ou seja, “a construção de um quadro mais amplo” (Ibidem, p. 67), das formas geográficas que permitem o desenvolvimento do capital.

Como formula metodológica, a autora empreende uma busca no entendimento do padrão geográfico das empresas, o que leva a ela a entender, questionando qual é a manifestação do padrão geográfico sobre a estrutura e seus processos derivados em que se baseia. Desta maneira, ela está falando especificamente da organização da indústria “em termos das estruturas sociais sobre as quais repousa e dos processos sociais os quais é o resultado” (MASSEY, 1995. P. 65, *tradução nossa*). Assim, identifica que o trabalho reflete sob a produção, e a sua vez na organização espacial do processo social de produção que pode ser recolhida no tipo de distribuição espacial do emprego.

As relações de produção que se dão no espaço entre regiões, têm sido vistas só como a distribuição do emprego no espaço. Mas, estas podem ser entendidas e analisadas através da organização geográfica das relações de produção. Em termos mais gerais temos que as estruturas sociais são produto do modo de produção capitalista que “se desenvolve espacialmente e em variadas formas. Estas formas são as que chamamos de estruturas espaciais de produção” (MASSEY, 1995. P. 66, *tradução nossa*). Desta maneira o que Massey (1995) está nos mostrando é que existe

¹⁸ Divisões espaciais de Lavure (trabajo) Estrutura social e a geografia da produção

uma variação geográfica e que esta é de vital importância para a reprodução do capital.

Para a Massey (1995. P. 66, *tradução nossa*) a espacialidade é uma condição tanto integral como ativa no processo de desenvolvimento do capital, muito similar ao que propõe Harvey (2013), porque as formas espaciais diversas e as estratégias espaciais são elementos ativos na acumulação do capital, portanto, são parte fundamental das relações de produção. Assim, o capital convenientemente faz uso da distância e da diferenciação geográfica “no processo de produção e na acumulação de capital”. Desta maneira, é que através das pesquisas empíricas sobre as empresas e indústrias, que se pode catalogar os tipos de organização geográfica da produção para cada uma delas, que segundo a autora, não existe um modelo geral “de comportamento geográfico para todo o sistema multilocal do capital” (Ibidem, 1995. P. 67, *tradução nossa*).

Desta maneira Massey (1995), vai nos mostrar os três padrões geográficos mais sobressalentes dentro do organograma do capital. As relações sociais de produção são as permitem identificar as estruturas espaciais que se criam, as quais organizam e contém formas diferentes de organização da produção, dentro e entre as regiões.

4.2 Estruturas espaciais da produção capitalista.

No capítulo três da obra *Spatial Division of Labure*, a autora apresenta vários exemplos de empresas e/ou “indústrias”¹⁹, dos quais, dois desses exemplos, tem como característica serem multilocacionais e um que não. Massey (1995) identifica três estruturas espaciais com base a estes exemplos os quais classificam os tipos de empresas existentes, estes são: processos parciais, clonagem e concentrados. Estes três em combinação são as formas geográficas que o processo produção arranja para executar uma de divisão do trabalho que seja altamente produtiva.

Sabemos que existem tanto sedes como sucursais de empresas, portanto, há aqui uma forma geográfica das relações de produção. As empresas são as formas como os capitais se organizam para sua reprodução, logo, com “o desenvolvimento e a crescente complexidade destes, as relações ocorreram no espaço e contexto de

¹⁹ Nós entendemos este termo como processo de transformação de atividades humanas com o intuito de massificar, uma ou várias atividades específicas. Autora está tomando esta palavra como sinônimo de empresa.

forma geograficamente diferenciada” (Ibidem, p. 69, *tradução nossa*). Existe um crescimento das empresas, o qual produziu a necessidade de hierarquias, intervindo diretamente nos tipos de divisão do trabalho. A autora faz a seguinte afirmativa geral com respeito ao tipo de divisão do trabalho, a “‘Geografia’ tem sido um elemento construtivo essencial no seu desenvolvimento” (Ibidem, p. 69, *tradução nossa*) do capital.

Massey (1995) apresenta as empresas da eletrônica como pertencentes ao padrão geográfico denominado clonagem. Esta última é portadora do padrão mais geral que se resume em duas locações, ou leia-se regiões, onde uma se especializa na “fabricação de componentes complexos, sendo a outra onde a montagem é realizada” (MASSEY, 1995. P. 68, *tradução nossa*). Posta a anterior característica no análise da organização das relações de produção sobre o espaço, temos que estas duas regiões criam dois grupos hierárquicos os quais se relacionam entre eles, podemos dizer que para Massey (1995, p. 68, *tradução nossa*), é assim como se dá o “desenvolvimento das relações de produção em sociedades capitalistas”, as quais são determinadas por estes dois aspectos (áreas locais e hierarquias), que são distintos entre eles no processo de produção.

Em palavras de Massey (1995, p. 69, *tradução nossa*) “O desenvolvimento capitalista tem sido caracterizado tanto pela separação da propriedade económica da posse e o desenvolvimento de hierarquias complexas de funções dentro de cada um”. Um tipo de hierarquia é aquele que se dá entre diferentes plantas de trabalho, que a autora chama de “hierarquia gerencial”, a qual se encarrega de executar as funções administrativas de controle e de administração financeira das outras sucursais, sendo esta (hierarquia) em última instância, a encarregada do controle total do processo de produção e de distribuição da força de trabalho. Portanto, neste tipo de estrutura espacial, clonagem especificamente, as empresas tem cada ramo de produção localizadas separadamente, mas sob o controle da mesma empresa.

Por outro lado, na perspectiva da classe trabalhadora, os detentores da força de trabalho, em sua condição de não ter controle sobre a forma e ritmo do trabalho, isto se impõe e se expressa numa hierarquização dos postos de trabalho entre a classe. Mas podemos ver que existe uma relação geográfica entre os trabalhadores pertencentes a este tipo de empresas, Massey (1995, p. 71, *tradução nossa*) diz que “diferentes estágios na divisão técnica do trabalho são distinguidos também por

características localmente relevantes - acima de tudo pelo tipo de trabalho de que cada um necessita predominantemente”.

Diferentes faces da divisão técnica do trabalho são próprias das diferentes regiões, Marx (2017a) expõe no livro um, no capítulo 11, que o trabalho coletivo ou cooperado, como também o trabalho especializado ou manufatureiro, são fatores que aumentaram a produtividade de maneira geral, o que faz ao capital se reproduzir assim mesmo. Massey (1995, p. 72, *tradução nossa*) alega que “É também que a própria existência de tais diferenças entre os locais pode ser um estímulo para o desenvolvimento de uma divisão técnica do trabalho que permite aproveitar eles”, para a autora, estes fatores respondem exatamente aos fatores específicos de localização. Massey (1995, p. 70, *tradução nossa*) também vai dizer que a hierarquia adotada para os trabalhadores é dada na diferença “entre ênfase no trabalho mental e manual”, tal qual como Marx o expõe na sua obra, O capital.

Podemos darmos conta, segundo as ideias da autora, que a clonagem como forma espacial de produção, cria uma divisão técnica do trabalho a qual forma duas hierarquias próprias pelo padrão geográfico adotado pela empresa, estas hierarquias incidem diretamente na produção, hierarquia gerencial e hierarquia laboral, onde os fatores geográficos da localização incidem na elevação da produtividade. Podemos perguntarmos, se esta localização, é produto da tendência de concentração do capital, entendendo que existe uma contra tendência de fraturamento do capital altamente concentrado? De ser assim, esta localização não é a que produziria uma divisão do trabalho?

Por outro lado, existem empresas que obedecem a uma outra forma de padrão geográfico ou estrutura espacial, Os *Procesos Parciais*. Este é nome que autora dá para aquelas empresas que tem cedes e sucursais, mas que o processo todo de produção se localiza em cada area. Esta estrutura tem diferenças e semelhanças com respeito da clonagem, Massey (1995, P. 72-73, *tradução nossa*) entende estas também como empresas multilocacionais, mas que “Apenas as funções de investimento, supervisão e controle sobre o processo de produção - as relações de propriedade económica e posse - estão espalhadas pelo espaço”.

Isto pode trazer um tipo de divisão do trabalho dentro do processo de produção no conjunto das empresas, mas que “as várias partes são mantidas juntas em um local, ou pode ser que não haja uma divisão técnica muito marcada do trabalho

no processo de produção sob a propriedade de um único capital” (Ibidem, p. 72, *tradução nossa*). A autora chama, também a esta estratégia de organização produtiva de clonagem simples, porque a razão predominante da localização de todo processo produtivo em uma área é “para garantir a continuidade da produção” (Ibidem, p.72, *tradução nossa*), a estratégia numa última instancia é obter o controle sobre a força de trabalho no local onde se encontra a empresa e sobre essa determinada forma de produção.

Sabemos que a cede se diferencia das outras por ser a encarregada de organizar o plano da produção em todas as outras filiais e/ou sucursais, e que esta administra as relações de posse e propriedade que estão espalhadas pelo o espaço geografico. A anterior estrutura ou forma espacial de empresas con este tipo de organização e/ou hierarquias, são chamadas pela autora de clonagem e clonagem simples. Mas existe uma estrutura espacial mais simples que habita no interior do conglomerado das empresas, as quais tem uma “forma generica” por assim dizer. É aquela “empresa autonoma de uma unica região” (Ibidem, p. 73, *tradução nossa*) nesta estrutura espacial temos que o processo de produção de mercadorias esta concentrado numa unica região, não obedece ao tipo de hierarquia de gestão, como também ao tipo de divisão tecnica de trabalho producida pela anterior estrutura geografica, mas que estas duas hierarquias estão localizadas numa unica area geografica.

Estas formas geograficas de organização de empresas são chamadas de concentradas, o que se traduz, em que as empresas que tem este tipo de estrutura espacial, são de porte pequeno, tanto na escala produtiva como na geração de empregos. Sua estrutura interna é simples, ou seja, não há uma divisão tecnica de trabalho muito desenvolvida, e que dizer das relações de propriedade e posse que são formas de divisão do trabalho mais complexas?. A autora vai dizer, que estas empresas pequenas ao não ter uma divisão tecnica de trabalho tão desenvolvida na produção, significa que há “uma falta de grandes economias de escala, muitas vezes é uma condição habilitadora pelo menos para a sobrevivência e entrada continua de pequenas empresas” (Ibidem, p. 73, *tradução nossa*), no mercado mundial.

Em resumo, há duas hierarquias notórias nas estruturas espaciais, entendemos que “cada uma representando um conjunto diferente de funções com diferentes relações internas de dominação e subordinação” (MASSEY, 1995, p. 72,

tradução nossa). Por outro lado, cada uma delas são manifestações de aspetos diferentes da divisão do trabalho, que obedecem a uma diferenciação geográfica, a autora defende, que a espacialidade das relações de produção são intrinsecas ao desenvolvimento do capital, com aquela diferenciação ou variabilidade entre as hierarquias produzidas segundo suas localizações. É de resaltar, a advertencia que faz a autora com respeito a estes exemplos: “O ponto aqui não é estabelecer um abrangente tipologia, mas para usar alguns exemplos como veículos para ilustrando de uma abordagem” (Ibidem, p. 74, *tradução nossa*).

Na década dos anos 1960 se teve, segundo a autora, formas de organização tecnocráticas, muito complexas em quanto as formas de organização dos procesos de produção nas empresas, Massey (1995) resgata a “abordagem matricial” como exemplo destas formas, ademais, levanta a teses de que se teve uma retorno, às estruturas pragmáticas, sem equalização entre elas, “Tais mudanças influenciam diretamente a geografia das relações de produção” (MASSEY, 1995. P. 74, *tradução nossa*). Em outras palavras, os capitais individuais tem formas diversas de divisão técnica de trabalho os quais podem ser “organizadas em hierarquias geográficas” (Ibidem, p. 74, *tradução nossa*) distintas.

Na produção capitalista de mercadorias, se cria uma diferenciação, a qual está entre a produção organizada e planilhada no interior das empresas e as relações de mercado não organizada entre elas. A autora vai dizer que “O desenvolvimento da divisão técnica do trabalho na produção de um determinado produto aumenta a viabilidade da empresa individual na batalha competitiva global” (MASSEY, 1995. P. 76, *tradução nossa*). Desta maneira as divisões técnicas de trabalho amadurecidas, se tornam base para a criação de novos ramos de produção de maneira separada.

Os provedores de serviços são necessários na produção das empresas de transformação, estes (setor de serviços) têm sua função específica na divisão do trabalho na aquelas empresas (transformação), mas posteriormente este setor se torna um ramo independente. Este novo setor de serviços é produto da concorrência entre padrões de propriedade e posse. Existem estratégias tanto verticais como horizontais de integração dos novos ramos produtivos nas empresas, mas, tendo em conta que estes ramos são capitais individuais. Isto é apenas um exemplo, o que sugere que existem outras formas que emergem segundo o padrão ou estrutura

especial específica, embora, a existência destes novos ramos de produção vai depender do nível de desenvolvimento das relações de produção.

A autora vai dizer, que segundo o nível de desenvolvimento geral da sociedade no capitalismo como um todo, é possível este tipo de fragmentação produtiva. Logo, as tendências deste tipo de desenvolvimento produtivo nas economias capitalistas, está no crescimento individual do tamanho das empresas, Massey (1995, p. 77, *tradução nossa*) entende este crescimento em três estágios, por assim dizer, “multi-planta, multi-regional e empresas multinacionais”, estas últimas se tornarão as mais comuns, entendendo que os processos de concentração geográfica ou do tipo de estrutura espacial anterior se reduzirá.

É importante ver, que Massey (1995, P. 77, *tradução nossa*) nos está dizendo, que este processo de desenvolvimento produtivo não se dá de maneira homogênea, pois as empresas recolhidas no padrão de processos parciais chegaram ao estágio de multinacional de maneira tardia. Logo, “Para falar, no entanto, de ‘o desenvolvimento geral do capitalismo’, não implica que todas as partes da economia estão no mesmo estágio de desenvolvimento”. É dizer, que as empresas que tem como estrutura espacial os processos parciais, foi necessário um desenvolvimento específico na forma de empresas ou capitais individuais e em seu interior em quanto a tecnologia de produção.

De certa forma, estamos falando de um desenvolvimento na divisão técnica do trabalho, proposto pela autora, mas este desenvolvimento pode ser viável no próprio processo de produção, sem a necessidade do estímulo da diferença geográfica. Por outro lado, “as mudanças na natureza e grau de concorrência estimularam mudanças na organização do capital e no processo de produção, que tem incentivado e permitiu a subdivisão de localização” (MASSEY, 1995. P 79, *tradução nossa*). Podemos ver, que o desenvolvimento do capital está se dando, não necessariamente para a tendência de diferenciação geográfica, em alguns casos sim, mas que em outros a tendência está no sentido contrário, a de concentração geográfica dos processos produtivos. Muitas vezes, estes processos são estimulados pelo estado. A autora coloca como exemplos, às empresas de eletrônicos que tem como tendência a diferenciação geográfica e as empresas da petroquímica como as que seguem a tendência contrária.

Massey (1995, p. 79, *tradução nossa*), chama-os a ter em conta, que é necessário ver os tipos de desenvolvimento particulares das empresas no plano mais geral, onde se dão as relações sociais de produção. Ou seja, “conceituar estes 'padrões geográficos' em termos de estruturação espacial das relações de produção”. Então, para cada tipo de estrutura espacial diferente, uma forma geográfica de diferenciação e/ou de desigualdade geográfica. Podemos dizer, que a uma variação “em termos das estruturas das relações inter-regionais e termos dos padrões de diferenciação social entre áreas” (Ibidem, P. 80, *tradução nossa*).

Para Massey (1995), o desenvolvimento geográfico desigual, não só varia no grau de conformações de estruturas espaciais, se não também, na natureza do processo de desenvolvimento da divisão técnica do trabalho. Portanto, “esta variação reflete a pluralidade das modalidades de organização das relações de produção espacialmente. Finalmente, por sua vez, esta forma de conceituação geográfica da desigualdade permite a reformulação de algumas questões presente na agenda política” (Ibidem, P. 80, *tradução nossa*).

4.2.1 Os problemas.

De certa maneira Massey (1995), coloca sua preocupação no entendimento da diferenciação geográfica no interior da escala nacional, mais no sentido da diferenciação regional. Embora, a autora tenha em conta que esta diferenciação intranacional se conecta de maneira direta com o contexto de maior envergadura, o de uma economia política a escala internacional, especificamente na divisão do trabalho.

Um fato histórico, é a divisão internacional do trabalho, a qual pode ser entendido como uma divisão entre países metropolitanos com economias centrais e com economias periféricas, a autora faz referência a estes últimos como países de terceiro mundo. Colocando uma visão geral de Massey (1995) com respeito a esta discussão, é entender que estes países “terceiro-mundistas”, os quais muito tempo atrás, tinham formas econômicas diferenciadas e, eram mais do que ser simplesmente produtores e exportadores de matérias-primas para as economias centrais ou as mais produtivas. Esta relação entre países demarca um tipo de “hierarquia internacional” (MASSEY, 1995. P. 82, *tradução nossa*), e que a autora diz que se denominou como imperialismo.

De certa maneira, autora coloca o entendimento da hierarquia no “sentido de uma diferenciação entre locais de produção que poderiam formar a base para desigualdade - seja dentro de cada um desses países metropolitanos ou entre eles” (MASSEY, 1995. P. 82, *tradução nossa*). Em contexto, alguns capitais individuais desafiam este entendimento da hierarquia internacional como é o caso das empresas de eletrônica, as quais se deslocam para os países produtores de matérias-primas, mas, que “não é uma resposta a variações no custo e tipo de mão de obra” (Ibidem, p. 82, *tradução nossa*). É mais, em decorrência da localização das matérias-primas (apropriação total ou parcial, por médios comerciais, jurídicos e/ou legislativos), para fazer parte das relações entre empresas e o estado e, entre outros estados, o mais importante por “medo de nacionalização de um conjunto de produtos vistos como 'estratégicos' e que exigem altos níveis de investimento de capital” (Ibidem, P. 82, *tradução nossa*).

Um dos fatores importantes no tensionamento entre a produção e a definição da estrutura espacial concebível, são as diferentes estratégias políticas entre os países, que de maneira geral, uma divisão internacional do trabalho existe, mais os processos de acumulação de capital , isto é, de concentração e centralização do capital, “são confinados a países metropolitanos e muitos países do Terceiro Mundo” (Ibidem, P. 82, *tradução nossa*), entendendo, que nesta divisão internacional do trabalho cria uma estrutura espacial pertinente as relações de produção geridas em cada país.

Logo, estas estruturas espaciais “são estabelecidas, reforçadas, combatidas e mudadas através de estratégias e batalhas políticas e econômicas por parte dos gestores, trabalhadores e representantes políticos” (MASSEY, 1995. P. 83, *tradução nossa*). Em outras palavras, Massey (1995) está nos querendo dizer, que as estruturas espaciais, são resultado das condições econômicas e tecnológicas, como também de batalhas políticas e econômicas entre os países que configuram as estruturas espaciais concorrentes, países de terceiro mundo, empresas do setor internacional, como países de economias centrais ou metropolitanos. “Isso é claro em nível internacional, mas é claro e é verdade também em cada país” (Ibidem, P. 83, *tradução nossa*).

Um dos exemplos que destacam a criação de estruturas espaciais de maneira intranacional, é o caso das empresas que produzem automóveis nas quais existe uma

separação e variação espacial como estratégia do capital, modificando as relações de trabalho como também da produção. Massey (1995) trabalha sua exemplificação com a fábrica FIAT em Itália, a qual negociou com os sindicatos de trabalhadores, a finais dos anos 1960, uma reestruturação em seu padrão geográfico de produção nesse país. O que se pode ver como um rearranjo dentro do sistema de produção em geral de automóveis.

Um elemento dessa reorganização espacial foi a descentralização de parte da produção da empresa fora de sua base tradicional em Turim, para o sul da Itália. Esta mudança geográfica, por sua vez, implicou um processo explícito de segmentação das fases de produção para que alguns deles puderam ser separados em uma região diferente. Mudança de produção e alterações geográficas foram planejadas em conjunto. As partes da produção descentralizadas para sul são diferentes dos que permanecem no Norte. Acima de tudo, o que correu para sul foi o trabalho de montagem, juntamente com outras fábricas de fornecimentos e certos tipos de subconjuntos e peças. O que foi estabelecido, portanto, foi um processo parcial, hierárquico, estrutura espacial, com o Sul na parte inferior da hierarquia. Os postos de trabalho nessas regiões eram essencialmente mal pagos e definidos como pouco qualificados. A diferença inter-regional em empregos de produção foi reforçada pelo fato de que nenhum das funções gerenciais, financeiras e de serviços deixaram Turim. (MASSEY, 1995. P. 83, *tradução nossa*).

Ante esta nova estrutura espacial que hierarquiza regiões, ou seja, subordina e submete uma região sob a outra. As desigualdades geradas por esta estrutura espacial estão na ordem da divisão técnica do trabalho e sobre as diferenças geográficas existente entre as forças de trabalho. Como característica peculiar, deste tipo de fragmentação, a autora faz referência, a que os novos trabalhadores, os do sul da Itália, que se encarregaram da montagem de peças e, com o fato de que a FIAT estava implementando de maneira conjunta “mudanças técnicas e uma mudança na força de trabalho” (Ibidem, 1995. P. 84), estes trabalhadores em parte foram os que iniciaram a discussão de problemas com o tipo de estrutura de produção da empresa, já que eles tinham maior experiência em luta de classes organizada.

De maneira, geral se pode dizer que a empresa FIAT, o que fez foi uma combinação particular da divisão técnica do trabalho com a diferenciação espacial da força de trabalho, criando uma estrutura espacial, segundo a autora se classificaria como clonagem simples ou processos parciais. De certa maneira a reflexão da autora com respeito a este tipo de organização espacial da produção, é bastante similar a concepção de Harvey (2013), sobre os ajustes espaciais, que derivam em configurações espaciais, as quais possibilitam a existência dos desenvolvimentos

geográficos desiguais, vejamos o que a Massey (1995, P. 87, *tradução nossa*) reflete com respeito ao padrão geográfico e/ou estrutura espacial, “Seu sucesso ou fracasso pode ser uma função também das próprias atitudes e estratégias dos trabalhadores, em neste caso, a sua resistência determinada. 'Os requisitos de capital' Nem sempre é do seu jeito”.

No caso da Inglaterra, desde o ponto de vista de Massey (1995), com respeito as empresas de automóveis nesse país, a estratégia de descentralização produtiva e divisão técnica de trabalho, não foi tão exitosa. É de entender que o desejo por parte do capital de criar estas novas estruturas espaciais, é nada mais e nada menos que poder, baratear os custos de produção de suas mercadorias, em específico a força de trabalho, e se o capital pode conseguir fazer isso por meio de uma eventual modificação na divisão do trabalho, descentralizando seu processo de produção, isso nos deixa em numa única alternativa de análises, a procura por parte do capital do aumento da produtividade, que se traduz em maior exploração da força de trabalho, seja por intensidade da força de trabalho, extensão da jornada laboral ou sua forma relativa, a modificação técnica do capital, que numa última instancia se desdobra na primeira.

Desta maneira, o entendimento do fracasso da estratégia de empresas como Ford, Vauxhall entre outros, “no Reino Unido a divisão técnica do trabalho não foi tão claramente coordenada com diferença de competências e separação espacial, como parece ter sido o caso da Fiat” (MASSEY, 1995. P. 87, *tradução nossa*). As escolias foram absolutamente baseadas na geografia particular do país, e dos interesses das empresas, nas palavras de Massey (1995. P. 87, *tradução nossa*), a estratégia dependia só “da avaliação da gerência simplesmente das diferenças geográficas dentro da força de trabalho, de sua maior força em relação ao trabalho nas áreas deprimidas e na falta de solidariedade entre regiões”.

A autora comenta que sendo dadas as condições de trabalho, a maioria de trabalhadores queriam vender sua força de trabalho, “todos queriam ir para Ford's, mas nem todos podiam entrar” (MASSEY, 1995. P. 87-88, *tradução nossa*). Dessa maneira, a empresa concentrou o mercado de trabalho, criando uma política de recrutamento. Esta política tinha como objetivo “superar a potencial militância da mão-de-obra e reforçar a sua vulnerabilidade 'geográfica’” (Ibidem, p. 88, *tradução nossa*).

É assim como caminho que tinham a seguir as empresas multinacionais era a explanação da produção, no caso das empresas de automóveis, passaram de processos parciais distribuídos em regiões, para um grau maior de desenvolvimento técnico do trabalho, ou seja, a uma estrutura espacial de maior envergadura, que fora compatível com uma divisão técnica internacional. É assim como o descreve Massey:

As importações para a Grã-Bretanha aumentaram acentuadamente, mas uma parte considerável do aumento deveu-se às importações dos próprios fabricantes dos EUA/do Reino Unido. Em 1982, a Ford importou mais do que exportou do Reino Unido (Gooding, 1982). Foi um reflexo não só do aumento do comércio, mas também do estabelecimento, a nível internacional, de uma estrutura espacial incluindo a separação geográfica das diferentes fases de produção (MASSEY, 1995. P. 89, *tradução nossa*).

Se percebemos, o caminho para a criação de estruturas espaciais eficientes para o capital, eficientes em termos de uma elevação da produtividade e da intensidade da força de trabalho. Isto ocasionou desajustes na aplicação das estratégias de descentralização da produção, catalogando-os como processos como pouco sucesso. É de salientar, que o capital não deixa de insistir nestas estratégias até agora, e que ele aprende rápido com cada processo que é travado; de maneira contraditória é nesse mesmo momento de não sucesso, que o capital desenvolve estratégias muito mais agressivas de apropriação das estruturas espaciais por meio de uma “reinvenção” da divisão técnica do trabalho, de uma aplicação geográfica da distribuição da força de trabalho sempre conveniente a acumulação.

4.2.2 Um exemplo.

A indústria do calçado no Reino Unido, é o exemplo escolhido por Massey (1995, P. 90) para mostrarmos um processo exitoso de criação de uma estrutura espacial pertinente para a continuidade do processo de acumulação em tempos de guerra e pós-guerra. É dizer que o desenvolvimento desta indústria do calçado se mostra como processo histórico, tendo como origem uma concentração restrita a Londres. Logo, isso implica um maior desenvolvimento de forças sociais como é o movimento de trabalhadores, que reivindicavam melhores salários entre outras demandas, estes são fatores ou determinações geográficas que estimularam ou impulsaram uma grande mudança geográfica na produção.

Um dos fatores que também protocolaram tal mudança geográfica, são os custos na produção, entendendo estes como cobranças próprias do mercado. O que

produziu uma subsunção real do trabalho ao capital de maior envergadura, pois a produção estava direcionada a exportação e à standardização dos preços, os quais são altamente vulneráveis ao preço da força de trabalho. Como existia uma centralização e uma constante pugna pelos trabalhadores de melhores condições trabalhistas, a forma de driblar esta contradição localizada em Londres, foi procurar nos “centros secundários, provinciais de produção no Norte e, especialmente, as Terras do Sul. As diferenças cruciais entre Londres e as províncias situam-se no custo do trabalho e da organização das forças de trabalho” (Ibidem, P. 90, *tradução nossa*).

Podemos compreender este movimento como uma mobilidade do capital pelo território nacional, é dizer, “a mobilidade geográfica permitiu que a acumulação continuasse” (Ibidem, p. 91. *tradução nossa*). Northampton, que fica no Sul de Inglaterra, é onde chega principalmente esta expansão. Nele havia uma fonte disponível de couro, mas uma outra das considerações para chegar neste lugar a indústria do calçado, foi a força de trabalho abundante e barata. Ademais, as relações sociais geridas pela agricultara neste domínio geográfico tinham a tendencia a mudar, é dizer trabalhadores duplamente libres, sem-terra e sem trabalho, prontos para serem explorados pelo capital.

Como componente atrelado a dupla liberdade do trabalhador, se tem que os níveis de organização da classe é quase nula, contrário a Londres. O que se terminou fazendo em termos gerais foi desenvolver um sistema no que os trabalhadores, o único que podiam fazer, era vender sua força de trabalho, e ser empregados diretos pelo capital, ou seja, uma subsunção real do trabalho ao capital, trabalhadores com salários muito baixos concentrados em fabricas, seja em cidades ou aldeias, para fazer sapatos. Por outro lado, temos a montagem de espaços relativos de produção onde as mulheres participam também do processo costurando partes para o fechamento do sapato, especificamente falando.

A autora, sustenta também que as mulheres trabalhavam em suas casas, assim que eram subcontratadas. Curiosamente nesta indústria prevaleceu uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres desenvolviam um grau de produtividade por meio da intensidade do trabalho como reflexo de uma divisão social. Em outras palavras, o confinamento das mulheres em casa, carrega novas relações de produção, “uma estrutura espacial interna local foi assim estabelecida simultaneamente” (MASSEY,1995. P. 93, *tradução nossa*).

Mais tarde, no século XIX, no entanto, a pressão das importações aumento e o capital na indústria foi novamente confrontado com a necessidade reduzir custos. Mais uma vez, portanto, sem a ajuda de máquinas, e com salários já reduzidos ao nível de subsistência, de alguma maneira teve que ser encontrada a forma de manter a lucratividade' (Foster, p. 86). A solução adotada desta vez foi mudar as relações sociais dentro a indústria e, como parte e parcela deste, mais uma vez para alterar a sua estrutura espacial. A grande mudança foi uma expansão maciça no emprego direto por capital de mulheres e crianças em fábricas na própria cidade de Northampton. (MASSEY, 1995. P. 93, *tradução nossa*).

O que a citação está nos mostrando é o processo descrito por Marx (2017a), em seu livro I, de O capital, quando mostra os métodos de extração de mais-valor, os quais são o mais valor absoluto e o mais valor relativo. Mas, em específico o trabalho cooperado é apropriado pelo capital e reduzido a um trabalho manufatureiro, esta forma de trabalhar faz que exista uma especialização do trabalho, claro esta, que com jornadas de trabalho extensas e intensas. A divisão entre fabrica e a organização domestica foi apropriada e de maneira formal organizada em duas fases de produção separadas e realizadas por duas forças de trabalho, mas que ficavam num mesmo teto, a fábrica.

Podemos pautar aqui, alguns elementos que a dialética da dependência de Rui Mauro Marini (1974), nos mostra, por exemplo, o pulo dialético do tipo de extração do mais-valor na Inglaterra, aquele pulo em que a produção baseada na da extração do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo. Esta determinação histórica não é tinha em conta pela autora, já que esta determinação, agregaria ao entendimento dos processos de constituição de estruturas espaciais, elementos históricos que estão na emergência destes padrões geográficos de produção, que a nosso entender cria uma contradição em termos teóricos, a que a autora traz, e que podemos localizar como uma explicação autodeterminada e não processual e histórica.

Desta maneira vemos que a alocação social de diferentes tipos de trabalhadores em diferentes fases do processo de produção, com uma divisão sexual do trabalho em geral, é aproveitada e reforçada pelo capital, a qual tem implicações diretas nas estruturas espaciais da industrialização do processo de produção. É de ressaltar que esta divisão sexual do trabalho tem vigência na indústria. Segundo Massey (1995, P. 95, *tradução nossa*) as empresas de calçado e outras que empregam mulheres em trabalhos específicos na produção de alguma mercadoria, se descentralizaram para cidades pequenas e periféricas. “Esta disponibilidade

diferencial (entre salários) do trabalho masculino e feminino levou a um grau crescente de separação geográfica entre as duas fases de produção: a nova estrutura espacial”.

Como mostra do desenvolvimento do capital temos então que há uma distribuição desigual da produção a nível geográfico. A descentralização dos ramos de produção como também das funções dos trabalhadores através de uma divisão sexual e técnica do trabalho, que leva a uma variação no correspondente ao emprego entre homens e mulheres nos diferentes domínios geográficos, criando um padrão de empregabilidade e por conseguinte de estratégias para a elevação da produtividade.

Massey nos mostra, como o lugar ou localização é um elemento determinante na separação espacial do lar e do trabalho, como também da divisão técnica, social e sexual do trabalho dentro da produção. Este tipo de padrão geográfico ou estrutura espacial, carrega a precariedade de organização da classe trabalhadora, pois a relação entre tecnologia na produção, conflitos sociais ou de classe, sejam dentro ou fora da fábrica, e a estrutura geográfica gerida é uma continua interação que determina os processos de produção.

4.3 A desigualdade geográfica e as estruturas espaciais de produção.

Como mostramos até agora, a produção organizada geograficamente no espaço é entendida como padrão geográfico ou estrutura espacial das relações de produção. As relações entre regiões, ou, como a autora as chama, de “relações inter-regionais”, são desdobramentos da estrutura espacial das relações de produção. A função que exerce as relações espaciais é de organizar a produção entre dois domínios geográficos determinados e diferentes. Por outro lado, existem relações de produção num só domínio geográfico, neste a função que executa as relações inter-regionais são de organizar a divisão do trabalho que se dá de maneira separada e combinada espacialmente, o que cria uma divisão espacial de tarefas.

Numa escala maior, podemos ver que as diferentes regiões pertencem a diferentes estruturas espaciais, as quais contém funções muito específicas das “relações globais de produção” (Ibidem, P. 96, *tradução nossa*). Isto pode ser questionado, qual é o papel que exerce a região na escala nacional como um todo? O que significa, que a estrutura espacial exerce na geografia uma relação de dominação e subordinação de variadas formas. Massey (1995), vai dizer que:

Para diferentes estruturas espaciais - diferentes formas de organizar as relações de produção sobre o espaço - pode então ser visto e implicar tipos muito diferentes de 'relações inter-regionais'. Diferentes formas de organizar a produção do capital e conduzir a, diferentes tipos de 'problemas regionais' (MASSEY, 1995, P. 96, *tradução nossa*).

No caso das empresas que pertencem as estruturas espaciais que se caracterizam pela localização concentrada de sua produção, elas não produzem sozinhas as relações inter-regionais de dominação e subordinação, a autora aclara que “Todas as relações ‘planejadas’, as de controle direto dentro de uma empresa, são intra-regionais” (Ibidem, p. 97, *tradução nossa*), e que as relações não planejadas, ou seja, fortuitas, consistem praticamente em transações de mercado entre empresas e entre empresas e consumidores, estas são chamadas pela autora como “relações inter-regionais”. Então, a única maneira para que as regiões tenham a mesma, estratégia de “mistura e propagação da produção local”, deve ser enaltecido forçosamente o padrão geográfico que as iguala por cima de seus mecanismos de produção.

Poderíamos dizer, que este padrão geográfico é um entre muitos, o mais peculiar, é o que Massey (1995, p. 97, *tradução nossa*) vai criticar, “Tais imagens idílicas de equilíbrio e de troca igual não, é claro”, ou seja, que este padrão descreve um equilíbrio geográfico que se dá através das trocas de iguais, embora, a forma real deste uso do espaço é “associada à espacialização e a diferenciação, e as relações desiguais de mercado”.

Podemos ver que Massey (1995) está trabalhando com a concepção de trocas desiguais de Mandel (1985), a qual aceita a mobilidade da força de trabalho sobre o espaço geográfico a nível internacional, isto também é corroborado quando a autora de maneira permanente coloca a divisão do trabalho como uma questão central na discussão sobre a constituição das estruturas espaciais, mas é de advertir que esta forma de ver as trocas desiguais entre as regiões está dada na escala nacional, visão muito similar à de Mandel que nega uma outra “hipótese”, a de mobilidade internacional do capital, que tem como desdobramento, a negação da conformação de uma taxa média ou geral de lucro. Este debate será apresentado no capítulo seguinte desta dissertação.

Este é um ponto crucial do debate apresentado por Massey (1995). Pois o caráter desigual do desenvolvimento está na perspectiva de uma quantidade de

diferentes formas de divisões de trabalho sobre o espaço geográfico em geral, que é proporcional à quantidade de estruturas espaciais existentes. Embora, a interpretação feita por parte da autora, sobre a tendência de igualação ou homogeneização sob a forma valor é pouco explorada. O que deixa de certa maneira por fora do análises sobre o desenvolvimento desigual, uma das fontes reais de múltiplas contradições, a concorrência entre capitais.

Temos assim, que as relações inter-regionais são estruturadas em consideração da concentração espacial da produção e sua diferenciação regional. Logo, a existência de cada região no sistema maior de produção é definida pela sua especialização produtiva. Isto, leva a criação de várias maneiras de como a diferenciação setorial ou ramos de produção entre regiões produz uma estrutura espacial de “subordinação e/ou desigualdade inter-regional” (Ibidem, P. 97, *tradução nossa*). Como consequência, temos o movimento de abertura ao capital, que consiste numa dominação por parte do capital de áreas e de suas forças produtivas para logo depois desertar da região. Esta é uma forma de dizer, sem dizê-lo, que há uma queda na taxa geral de lucro.

A dependência nesses casos é de níveis avassaladores, pois a saída de uma indústria desajusta os outros setores, volcando a produção para “mercadorias específicas ou gamas de commodities” (Ibidem, P. 97, *tradução nossa*). Simultaneamente, na estrutura do emprego também sofre câmbios drásticos, caracterizando níveis desiguais de empregabilidade segundo o setor em cada região. Dessa maneira, a diferenciação regional se reduz ao tipo de concentração produtiva, leia-se, “- o tipo de commodities produzidas - o que é susceptível de diferenciar regiões uma da outra, e que define seu papel dentro do conjunto do sistema regional” (Ibidem, P. 97, *tradução nossa*).

A forma de relações inter-regionais não carrega às estruturas espaciais da clonagem, nem de processos parciais. Já que estes últimos, nas regiões onde se encontram tem a mesma estrutura empresarial. O que faz distinguir as regiões nestes casos, é a relação da estrutura espacial de única unidade de propriedade. A qual realiza uma distribuição “equitativa” das empresas nas regiões, mas, que está associada à desigualdade; produto das relações inter-regionais que são de dominação e subordinação regional. Tanto, na clonagem como nos processos parciais, as sucursais estão sujeitas ao processo de propriedade e controle externo. Na estrutura

espacial de processos parciais que obedece a uma hierarquia gerencial e a separação geográfica dos ramos de produção, os quais estes últimos criam vínculos de dependência com outras empresas, e como vimos, estas empresas estão mais propensas a ser afetadas por uma eventual saída de algum outro capital, gerando uma condição de desajuste na estrutura espacial.

Por outro lado, temos como a clonagem coloca o mesmo processo de produção em todas as regiões, mas, com a falta do componente administrativo e financeiro a qual está localizada fora das regiões ocupadas, desta maneira o controle externo exercido sobre as regiões, cria uma contradição, a qual “é a fuga de lucros da região de produção para a região de controle” (Ibidem, P. 98, *tradução nossa*). Desta maneira, se dá uma reprodução simples, como Marx (2017a) denomina no capítulo 21, do livro um, sobre as regiões produtoras, as quais não são objeto de reinvestimento do lucro ou do mais-valor.

Desta maneira, Massey (1995, p. 98, *tradução nossa*) critica a teoria burguesa de localização, mostrando que nem a região, nem os produtores diretos da região “já teve controle, sob relações capitalistas, sobre os lucros e investimento”. Assim, a autora mostra que dita teoria não tem em conta a localização por classe, pois ao não possuir no seu análise, que a classe trabalhadora pode gerir algum tipo de controle sobre seu trabalho, ainda tendo geograficamente o processo local de produção, “os lucros poderiam ser retirados da região e investidos noutro local”.

A postura da autora sobre o movimento que faz a teoria burguesa de localização, é de resistir-se a acreditar em que “a solução para o problema reside na redistribuição espacial - numa distribuição mais equitativa capitalista entre as regiões de um país -” (Ibidem, P. 98, *tradução nossa*), e defendendo uma mudança não apenas no nível geográfico, senão também na localização das relações de propriedade, ou seja, das funções de administrativas e financeiras. Pois, isto leva a uma disputa política que se reduz “a combinação geográfica e social de controle sobre o investimento” (Ibidem, P. 99, *tradução nossa*).

Pois, a ideia do debate político é colocada na recriação de uma classe capitalista local, e não “da forma social das relações de produção” (Ibidem, P. 99, *tradução nossa*). O controle neste contexto, para autora não significa simplesmente que exista uma hierarquia gerencial nas regiões, já que ao existir esta forma de controle externo, segundo Massey (1995, p. 99, *tradução nossa*), no debate político

sobre os efeitos de propriedade se argumenta que o efeito mais relevante é “deixar a planta ou localidade à mercê de forças externas”. Ao que a autora questiona, que isso não é nada novo, e que o único “diferente é que a 'culpa' agora pode ser colocado em uma porta identificável - em Detroit, em Nova York ou em Londres. O lugar da responsabilidade é agora personificado”.

Como forma de agudizar ainda mais essa responsabilização se chega a culpabilizar a indivíduos, fazendo que aceitem teses tais como, escape administrativo das forças de mercado, as quais são para nada planejadas e que escapam ao entendimento e controle dos indivíduos. Contra-argumentando também, que esse é o movimento natural do capital, qual? O de deixar de reinvestir nos processos produtivos alocados nas regiões em que se encontram. O que sabemos, é que estas forças de mercado residem num patamar maior onde as condições são mais amplas que das empresas e seus gestores, que os coloca como uma parte dessa estrutura de mercado.

Logo, vai dizer Massey (1995, P. 100, *tradução nossa*) que o anterior, ou seja, a localização e personificação de responsabilidades traz implicações políticas.

E isso, também, tem suas implicações na política. Se o controle real, no sentido último seria restringido por circunstâncias não sendo de sua própria escolha, encontra-se fora das relações de produção em uma empresa individual, segue-se que não é somente insuficiente para alterar a localização geográfica de controle, também é insuficiente para mudar a sua localização da classe (MASSEY, 1995. P. 100, *tradução nossa*).

Desta maneira os tipos de reivindicações não deveriam ser somente para as funções de controle ou para uma nova onda de empresas de pessoas locais, em definitiva deveriam ser restruturadas ou redesenhadas. Porque, de certa maneira os efeitos desastrosos de assumir o conceito de controle externo como uma simples ferramenta geográfica da economia, tem implicações políticas e de produção bastantes diferentes aos enunciados na teoria burguesa de localização.

O chamado que faz Massey (1995, P. 101), é de que existem outros efeitos ou contradições que podem ser identificáveis “quando o controle externo é conceptualizado - e, por conseguinte, desagregado – em termos de funções geograficamente ausentes nas relações globais de propriedade económica e posse”. Querendo ou não, o controle externo não requer dependência com a produção, mas quando temos dependência, como no caso da estrutura de processos parciais, está

necessariamente precisa do controle externo, ou seja, quando separamos as sucursais como setores individuais, os setores de serviços são os que maioritariamente são afetados *vis a vis* com aqueles encarregados da produção física de mercadorias. Assim, a “Subcontratação pode também assumir uma forma espacial sistemática” (Ibidem, P. 101, *tradução nossa*).

4.3.1 Estruturas espaciais e sociais.

Como se apresentou anteriormente as relações inter-regionais, ou seja, relações entre estruturas espaciais, modificam também o espectro social. Já que “podem também ser associadas a diferentes padrões de diferenciação social entre localidades” (MASSEY, 1995. P. 106, *tradução nossa*). Pois, a ligação existente entre os distintos padrões geográficos das relações de produção que definem as estruturas espaciais, com as determinações sociais dos grupos que operacionalizam a produção em cada uma das regiões, define as estruturas sociais nas relações inter-regionais.

Os grupos sociais que executam as diferentes funções dentro das relações de produção, por meio da divisão do trabalho, geram uma força que determina o tipo de criação das estruturas espaciais. Assim, a desigualdade espacial consiste:

na remoção de algumas regiões, e a concentração em outras, do mais poderoso, conceitual e níveis estratégicos de controle sobre a produção. Além disso, é precisamente o desenvolvimento da divisão do trabalho e da separação social de tais funções a serem desempenhadas por uma, dentro de uma hierarquia alargada, o que permite a remoção (MASSEY, 1995. P. 109, *tradução nossa*).

Contrário à ideia de que a desigualdade espacial se dá em numa distribuição desigual de postos de trabalho entre diferentes grupos sociais. Podemos dizer, que organizar a produção e planejar o espaço, cria formas particulares de desigualdade geográfica quando, por um lado, se busca a vantagem espacial, e por outro, ditas diferenças estimulam uma elevação na produtividade. Essas desigualdades geográficas estão vinculadas diretamente nas formas particulares de organização da produção.

A estrutura do emprego faz parte das estruturas sociais e esta depende, segundo a autora, do tipo de “divisão técnica do trabalho, a natureza do trabalho associado a processos, os tipos de salários e status ligado aos empregos, e assim por diante” (Ibidem, P. 109, *tradução nossa*). Uma concentração da localização, para tanto, da produção no caso da clonagem, se pode interpretar como uma estrutura

espacial que concentra trabalhadores numa região. Mas esta reunião de trabalhadores não é pela simples estrutura espacial, embora, a clonagem seja a que mais concentra trabalhadores num processo produtivo específico.

No caso dos processos parciais “a diferentes plantas podem muito bem levar a uma separação acentuada de tipos específicos de trabalhadores da produção em regiões diferentes” (MASSEY, 1995. P. 109, *tradução nossa*). Assim, os diferentes tipos de trabalhadores pertencem a diferentes partes da estrutura social do emprego. Portanto, quando avança a divisão do trabalho, esta assume a forma da diferenciação inter-regional. A autora desenvolve um exemplo tomando como referência o vale do silício, afirmando que:

O próprio fato de que há Vale do Silício significa que deve haver postos avançados apenas de produção em regiões periféricas, tanto inter- como intranacionalmente. Para o que é distribuído sobre o mundo não é apenas 'tipos de trabalhos', mas funções dentro da estrutura global da produção capitalista. É o fato de uma forma particular de desenvolvimento tecnológico e de divisão técnica do trabalho na produção que permite que esta forma de desigualdade espacial se desenvolva (MASSEY, 1995. P. 110, *tradução nossa*).

O pré-requisito necessário para que exista uma concentração da localização de trabalhadores é um desenvolvimento da divisão do trabalho na produção, na que a divisão está, entre o trabalho mental ou como Massey (1995, P. 110, *tradução nossa*) o chama; “trabalho-cérebro estratégico” que representa um alto rango, em quanto aos outros trabalhos são deixados para o resto da estrutura do emprego.

O mesmo acontece se fazemos um recorte de gênero. Em algumas regiões os homens tem os melhores salários e numa outra região onde as mulheres são empregadas seus salários são bem inferiores. Assim, temos que a desigualdade regional a nível global, são abismais. Esta desigualdade se dá a nível global “entre trabalhos manuais semiqualeificados e qualificados e trabalhos técnicos de alto nível” (Ibidem, P. 111, *tradução nossa*). Para autora o que está no meio de todo isso, é como as diferentes regiões como suas localidades ou lugares são incorporados no tipo de desenvolvimento das relações de produção capitalista.

4.3.2 O lugar e sua singularidade.

Como premissa inicial por parte da autora, temos que “Não há dois lugares iguais” (MASSEY, 1995. P. 113, *tradução nossa*) a fratura geográfica proposta entre regiões e lugares, se apresenta como uma variação geográfica. Esta fraturação

geográfica se exerce dentro de um país, inclusive naqueles em que suas economias são centrais, de certa maneira se criam nesses países regiões periféricas. A autora, entende que nesses países centrais existe uma aparência de desenvolvimento homogêneo do capital, denominando as cidades como interiores, mas com uma diferenciação entre elas em quanto a cultura, a sua história política e no seu caráter organizativo do movimento dos trabalhadores.

A forma de ser analisado este fraturamento geográfico, é a partir da diferenciação dos padrões de produção que incide diretamente na estrutura social e suas relações entre as classes. Massey (1995), nos diz que “não são as únicas causas, mas elas são significativas” (Ibidem, P. 113, *tradução nossa*), a estrutura espacial, portanto, cria um sistema de dependência em dois sentidos, na que as empresas são inseridas na atividade de uma área local determinada e vice-versa. Para tanto, a economia dessa área local como produto histórico de combinação entre ondas de atividades econômicas variadas, representa uma sucessão de posicionamentos desta economia e sua estrutura espacial ante o desenvolvimento histórico da economia no país e também no nível internacional.

“Cada nova camada, cada nova rodada de investimento, traz consigo novas bases económicas de organização social, novas capacidades estruturais e uma nova posição global na divisão geográfica mais ampla do trabalho” (MASSEY, 1995. P. 114, *tradução nossa*). Mas, não é possível conhecer a priori as estruturas espaciais que emergem segundo uma situação específica, elas não têm uma lógica em se mesmas. No que se trabalhou anteriormente em quanto a estas estruturas, se mostrou como a sua posição são reorientadas na região. Assim, as mudanças vão depender tanto dos padrões de produção e da área local, desta maneira, a empresa que entraria nesse domínio geográfico determinado, é reorientada pela incorporação do tipo de atividade econômica que a área local exerce na “estrutura espacial global e na estrutura industrial existente na área” (Ibidem, P. 114-115, *tradução nossa*).

Isto cria alterações de ordem, que tem como resultado a inserção desta área local numa nova divisão do trabalho, a qual dependera do caráter histórico de constituição da área em questão. A autora vai significar isto como:

Conceituar as coisas desta forma torna possível combinar uma compreensão das tendências gerais com um reconhecimento, à par e dentro disso, de grande diversidade. A singularidade do lugar e os

sistemas de interdependência em constante evolução e em mudança são duas faces da mesma moeda (MASSEY, 1995. P. 116, *tradução nossa*).

De certa forma Massey (1995, P. 116) está nos mostrando o método utilizado no seu análises na citação de acima. Ela identifica que para mediados do século vinte, os geógrafos mudaram sua preocupação de como compreender as complexidades e as singularidades das regiões. Esta virada, está na busca de leis empiricamente generalizáveis, pois o debate na geografia se localiza especificamente entre o caráter descritivo do empírico *vis a vis* o caráter generalizável, ela vai alegar que este último é “supostamente científico” (MASSEY, 1995. P. 116, *tradução nossa*). Esta forma como descreve o método na geografia Massey é muito particular da escola francesa, o qual seu grande expoente é La Blache.

Desta maneira, o debate argumentava que com as leis universais se chega à unidade (singularidade), e que com esta se poderia fazer pouco, para tanto, o objetivo era a identificação das relações empiricamente observáveis, aquelas que tiveram um nível significativo de regularidade e que se puderam transformar em leis. Ou seja, “leis gerais’ tratam de causalidade, não de correlação empírica. Elas são também, melhor estabelecidas em estudos causais do particular, o muito difamado ‘estudo de caso’ ” (Ibidem, 1995. P. 117, *tradução nossa*). Este último, ganha o nível de unidade, porque ele é produto de muitas determinações.

A autora diz que dessa maneira é que se reincorpora ao pensamento geográfico, o estudo das regiões e dos locais particulares fazendo a aclaração, de que “Isso não é um argumento para um retorno ao ‘bom e velho estudos regionais’, mas para sugerir que o mesmo assunto pode agora ser abordado dentro de uma estrutura analítica rigorosa, com alguma compreensão da relação entre o geral e o particular” (Ibidem, P. 117, *tradução nossa*). Assim, se poderia apreciar como se encaixa a área local num esquema mais amplo da produção capitalista e suas relações sociais, cogitando uma “base para uma nova geografia regional” (MASSEY, 1995, P. 117, *tradução nossa*).

Num aspeto geral, este tipo de análises onde as implicações impiricas reais sobre as estruturas espaciais não são deduzíveis logicamente, mas analiticamente tem que ser tratadas como resultados de combinações, destas estruturas e a existencia historica das areas locais, dai sigue-se que qualquer atividade produtiva

pode variar de região para região. Como se falou anteriormente, as estruturas espaciais na realidade não são representadas de forma pura, como formato. Pois, o movimento “é a inter-relação do novo espaço estrutural com os resultados acumulados do antigo. A combinação de camadas, em outras palavras, realmente significa combinação, com cada lado do processo afetando ao outro” (ibidem, P. 117, *tradução nossa*).

Massey (1995, p. 117. *tradução nossa*), chama a esta forma de abordagem teórico de “análises estrutural”, diferenciando-o de algum determinismo metodológico, por outro lado, a autora nos adverte que este tipo de análises não é “de cima para abaixo”, pois o que se procura é a emergência das variações ou das variedades geográficas, as quais fornecem à abordagem elementos para sua explicação.

Em suma, fica de maneira implícita que a estrutura econômica da região, qualquer que seja, é produto de ondas de investimento, onde cada uma dessas ondas, de pôr se, cria uma nova estrutura espacial que se articula a uma área local ou domínio geográfico determinado. Sobre-entende-se, que este é um processo histórico, o qual é demasiado complexo. De maneira múltipla pode estar acontecendo, não somente a criação de uma nova estrutura espacial, ao mesmo tempo pode-se estar dando o estabelecimento ou afirmação de uma outra estrutura, como também o declínio de uma anterior.

A combinação das diferentes mudanças com respeito ao padrão geográfico existente nas áreas locais, é o que possibilita as características tanto econômicas como sociais distintas, nesses domínios geográficos determinados. Assim, Massey (1995, P. 118, *tradução nossa*), põe em evidencia que “O próprio fato de que uma região pode, pela variedade de aspectos em suas atividades econômicas, estar embutido em uma infinidade de estruturas espaciais, cada uma envolvendo diferentes organizações de dominação e subordinação”. Desta maneira, a inter-relação entre regiões não se dá por ser região, e sim, pelas relações sociais de produção que acontecem no espaço geográfico. A autora conclui que como resultado, o que se tem é uma distribuição geográfica das classes sociais, ou seja, um caráter espacial e geográfico da divisão de trabalho num país como um todo.

Portanto, as mudanças espaciais da divisão do trabalho podem produzir uma mudança completa em muitos padrões geográficos de diferenciação espacial. As implicações mais importantes se dão no entendimento da região ou da localidade, já que tem que ser compreendida a mudança como padrão geográfico desigual, porque

as regiões são produto destes processos. Sendo assim, Massey (1995, 120, *tradução nossa*), define que “o quadro geográfico para estudos das estruturas devem permitir a possibilidade de sua própria transformação”.

Com este panorama do geral ao particular, como é o país e suas regiões ou cidades, a autora define que:

O desenvolvimento desigual é então uma questão da geografia dessa divisão do trabalho e das relações sociais de produção, e não apenas de mais ou de diferentes empregos/investimento aqui do que ali; uma região ‘central’ não é justa, nem mesmo necessariamente, aquela com todos os melhores empregos, ou mesmo a maioria dos empregos em um setor particular, digamos, mas aquele a partir do qual executa as linhas dominantes de controle, de direção estratégica, de conexões cruciais; uma estrutura espacial de produção (como neste livro) não é uma distribuição de empregos, mas uma geografia das relações sociais. (MASSEY, 1995. p, 327, *tradução nossa*).

Desta maneira vemos que o desenvolvimento desigual tem como base para a autora, os padrões geográficos da divisão do trabalho e das relações sociais de produção, as quais se integram a estruturas espaciais que se inter-relacionam por meio das regiões, que a sua vez, recebem ondas de investimento que as modifica. Entendendo que existe uma hierarquização entre as estruturas espaciais (de embaixo para acima), do lugar para o país, as quais geram uma dominação e subordinação entre as regiões. Sucessivamente, a criação de uma nova estrutura espacial de produção é relativa ao tipo da área local ou domínio geográfico determinado que é vinculado. Este tipo de análises estrutural, pretende mostrar como há uma geografia das relações sociais e que se encontra no interior das diferentes estruturas espaciais.

Considerando o desenvolvimento geográfico desigual finalmente.

Se nos damos conta existe uma base comum entre os três autores trabalhados nesta primeira parte do trabalho, tanto Harvey (2013), Smith (1988) como Massey (1995), sabem que o que cria valor, nesta época social e histórica, ou seja, no capitalismo, é a força de trabalho e, portanto, embasar seus análises na divisão social do trabalho e suas manifestações geográficas de distribuição sob o espaço geográfico é o caminho transitado por todos três autores. O que nos parece correto, ao estudar desta forma como está distribuída a força de trabalho sobre o espaço geográfico, embora, no percurso do caminho de exposição por parte destes teóricos, podemos perceber que eles sobrepõem um imperativo geográfico sobre o imperativo

do valor, ou seja, eles entendem que o espaço geográfico não está determinado pelo valor. Por isso, é que chegam a conclusões muito similares, de que a localização é um imperativo na produção de valores, ou mercadorias.

Acreditamos que o caminho é o contrário, ou seja, o valor também determina ao espaço geográfico, e que ao pensar desta maneira, a divisão do trabalho é a que determina a forma de distribuição da força de trabalho sob o espaço. Isto é, que o modo de produção concede, determina, ao espaço geográfico a condição de ser absoluto, como mero repositório, e que ao mesmo tempo este (modo de produção) o relativiza, é dizer, que o espaço geográfico é aquela unidade dialética de ser absoluto (valor de uso) e relativo (valor) ao mesmo tempo, não importando a ordem, sendo a primeira negação da segunda.

Este caráter dialético de ser o espaço geográfico, absoluto e relativo ao mesmo tempo nesta época social e histórica que chamamos de capitalismo, será um dos empreendimentos acadêmicos que poderíamos estudar numa outra investigação. Mas o fato de perceber ao espaço geográfico com unidade dialética, permitiria desmistificar, primeiro, a própria realidade, na sequência, a própria geografia com ciência, e as distintas categorias e conceitos criados, erguidos, no interior desta disciplina científica.

5. O IMPERIALISMO: DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS DA TRANSFERÊNCIA GEOGRÁFICA DO VALOR.

Neste estudo abordaremos as distintas formulações do imperialismo, considerando seus aspectos empíricos, teórico e/ou prático. Por sua vez, tais aspectos ou elementos serão tomados como base material para abordagem da questão da Transferência Geográfica de Valor. Para este propósito a tese elaborada por Leite (2016) sobre a Transferência de Valor como essência do imperialismo; nos proporciona elementos para refletir sobre algumas das manifestações geográficas do processo de produção, circulação e concorrência do capital, que a sua vez imprimem uma lógica no mercado. Portanto, partimos do pressuposto que toda forma de manifestação da Transferência de Valor possui uma correspondência geográfica imediata.

Apresentaremos neste segundo capítulo os principais elementos teóricos e históricos da Transferência Geográfica de Valor (TGV). Para tanto, dividiremos este

capítulo em quatro partes: Na primeira, faremos uma breve descrição dos elementos conhecidos como clássicos do imperialismo (segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX). Na segunda, apresentaremos uma descrição sobre a “*troca desigual*”, que se desdobra na terceira parte, como *Teoria da Dependência marxista*. Na quarta parte, trabalharemos a perspectiva contemporânea do imperialismo, que entende as “*Expropriações*” como Transferência de Valor de uso. Concluiremos este capítulo fazendo uma síntese destes elementos a fim de demonstrar como estes elementos conformam o que viemos chamando de Transferência Geográfica de Valor (TGV).

5.1 As concepções clássicas.

Para iniciar esta análise acerca dos aspectos clássicos do imperialismo tomaremos alguns elementos que compõem a obra de Lenin (2008), escrita em 1916, *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*, na qual o autor apoiando-se nas ideias sobre a conformação dos monopólios e do capital financeiro de Hilferding (1985), chega à concepção de que o monopólio é a essência do imperialismo.

Porém, esta concepção se desvincula da teoria de valor proposta por Marx (2017a,f,c), e que é resgatada por Leite (2016), na sua teoria do imperialismo. Leite na sua tese de doutorado na qual apresenta sua teoria, organiza as concepções clássicas do imperialismo em “três níveis de análise que dizem respeito às manifestações fenomênicas do imperialismo” (LEITE, 2016. P. 53). Portanto, é necessário entender que o monopólio está num nível de abstração alto. Entendemos que este fenômeno, é resultado do processo de concentração e centralização de capitais; mas, tanto para Hilferding (1985), como para Lenin (2008), o monopólio é expressão da diminuição de concorrência entre os capitais.

Na obra de Lenin (2008), construiu-se uma narrativa, baseada na “consolidação empírica dos monopólios e do capital financeiro” (LEITE, 2010. P. 53), sendo este o primeiro nível de análise proposto por Leite. A leitura que Lenin faz acerca de este objeto (monopólio), de certa maneira assume que a concorrência entre capitais diminui ao consolidarem os monopólios, e que estes são ao mesmo tempo a forma manifesta da “supressão da livre-concorrência” (HILFERDING, 1985 P. 187), resumidamente a anterior citação é a conclusão de Hilferding.

Lenin (1964)²⁰, na sua definição do imperialismo, aceita a tese da eliminação da concorrência de Hilferding, e diz que ao se criar os monopólios “a substituição da livre competição pelo monopólio é um atributo econômico fundamental, é a essência do imperialismo” (LENIN, 1964, p. 1).

A crítica feita por Leite (2016. P. 55), à postura de Lenin é que “ao se desvincular do acicate da concorrência, o monopólio capitalista tendencialmente se impõe sem a necessidade de buscar incrementos de produtividade”, porque Lenin entende que:

na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico (LENIN, 2008, p. 101).

Segundo Leite (2016. p. 55), na passagem anterior: “Lenin não considera a possibilidade de transferência de valor entre capitais, governada pelas desigualdades de produtividade”; que é o argumento desenvolvido propriamente por Marx (2017c), no livro III, na sua obra *O capital*. Segundo a teoria de valor de Marx, o processo opera de maneira contrária, ou seja, que este processo de concentração e centralização do capital, intensificam a concorrência e, que o monopólio é resultado da mesma, a síntese apresentada por Marx é “o monopólio só pode se manter passando continuamente pela luta da concorrência” (MARX, 2017d. P. 131), é assim como Marx entende, que se cria, a possibilidade da geração de monopólios.

Desta maneira, podemos dizer que os monopólios se criam por meio da concorrência e não pela supressão da mesma. Também podemos ver, que a criação de monopólios não só tem determinações econômicas como a centralização de capitais, senão também de determinações geográficas, tais como o tipo de relações de produção entre os capitais no território onde se consolidam, formas de divisão social do trabalho e os tipos de hierarquias que são reorganizadas nos territórios. Na continuação, mostraremos como a exportação de capitais, fenômeno que se apresenta como algo estritamente geográfico e, que num nível de abstração intermediário segundo Leite (2016), é concebido por Lenin na sua teoria de imperialismo.

²⁰ LENIN, V. Imperialismo e a cisão do socialismo [1916]. In: LENIN, V. *Lenin Collected Works*. Tradução de Vinicius Valentin Raduan Miguel. Moscow: Progress Publishers, 1964. p. 105-120. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>. Acesso em: 03 março 2020.

No segundo nível de análise formulado por Leite (2016. P. 55), sobre a forma de manifestação do imperialismo pelos autores clássicos, se tem como elemento no debate a “*exportação de capitais*”. Sendo para Lenin (2008) e Hilferding (1985) este último a forma de manifestação do imperialismo. Os autores clássicos, tanto Hilferding (1985), Bukharin (1988) e também Lenin (2008), se guiavam pelo resultado teórico exposto por Marx (2017c. P. 249), no livro III, do capítulo 13 denominado como “*A lei da queda tendencial da taxa de lucro*”. Sendo esta a explicação da necessidade de exportação de capitais para novos territórios, os quais tem como mecanismo fundamental a apropriação do mais-valor produzido, já que nestas regiões é onde se geram maiores taxas de lucro, do que de onde saem.

À concepção do porquê se dá a exportação de capitais segundo os autores mencionados anteriormente, apresentaremos a crítica que Leite faz a eles, a qual nós concordamos. Vemos que no análise crítico levantado por Leite (2016), o autor agrega maiores determinações da teoria de valor de Marx para uma concepção teórica mais robusta sobre a concorrência, tendo em conta os níveis de produtividade como também a possibilidade e efetivação da transferência de valor entre esses capitais que se exportam, definindo assim uma escala geográfica de maior envergadura em que o capital e sua lei de acumulação se expande sobre o espaço geográfico em sua totalidade.

Um exemplo hipotético, para ilustrar o argumento da exportação de capitais, é a **Volkswagen**. Quando chegou este capital ao Brasil em 1953, esse capital arriba com um nível de produtividade próprio da época, estas se mantem até os dias de hoje no território, claro esta, que com algumas melhoras técnicas e tecnológicas, e algumas variações no capital constante como para que esse nível de produtividade se altere sob o território, mas ainda assim, comparando-a com a produtividade da fábrica na Alemanha, o desempenho produtivo da filial no Brasil é muito mais baixo.

Parafraseando a Leite (2016), a interpretação que fazem os autores clássicos, sobre a exportação de capitais, não tem em conta, o nível de abstração planteado no *O capital*. No qual Marx, opera suas categorias que é sempre no nível da totalidade, ou seja, no mercado mundial. Leite (2016. P. 55, grifos nossos), considera que está “lei da tendência à queda da taxa *média* de lucro”, não é uma explicação apropriada para a necessidade da exportação de capitais, seu argumento é o seguinte:

Na economia capitalista, a coexistência de setores diversos produzindo diferentes mercadorias leva à formação de taxas de lucro diferentes entre os setores. Isto posto, considerando que os capitais buscam as maiores rentabilidades, existe uma tendência – *determinada pela concorrência* – à equalização da taxa de lucro, à nivelção da taxa de lucro entre os setores, formando, tendencialmente, uma taxa média (LEITE, 2016. P. 56, grifos nossos).

Então, podemos dizer que a concorrência é o motor para que os capitais migrem para outros territórios, mas para entender este fato, se necessita mostrar a forma do funcionamento derivado da concorrência entre capitais. Pois sabemos, por meio de Marx (2017c) que a concorrência se efetiva por meio de dois processos, os quais são: a concentração e a centralização dos capitais.

Entendemos que a concorrência carrega a concentração do capital e que este é o processo no qual os capitais individuais, produzem e trazem para eles mesmos o mais-valor produzido, isto por um lado e, por outro, também traz a centralização, que é o movimento onde os capitais individuais que são sempre crescentes, se enfrentam, pela obtenção de uma parte majoritária da massa total de mais-valor produzida, quem fica nesse processo de depuração de concorrentes, ocupa o espaço de valorização do capital, daquele que sai da concorrência ou seja que foi absorvido por algum capital, portanto, ganha um lugar centralizado, que antes era compartilhado e/ou ocupado por outro capital.

É assim, que os processos de centralização e concentração do capital estão se efetivando permanentemente na concorrência, e esta última, leva aos capitais a um novo cenário de disputa pelo mais-valor produzido. Parafraseando a Leite (2016), que se relaciona diretamente com o tipo de apropriação e/ou distribuição do lucro segundo o tamanho do capital, de acordo com Marx (2017b. p. 747):

Tendo em vista que o lucro pode ser inferior ao mais-valor, ou seja, que o capital pode trocar-se lucrativamente sem se valorizar no sentido estrito, segue-se que não só os capitalistas individuais, mas também as nações podem trocar continuamente entre si, e repetir continuamente a troca em escala sempre crescente, *sem que por isso precisem ganhar de modo uniforme*. Uma pode apropriar-se continuamente de uma parte do trabalho excedente da outra, pela qual nada dá em troca (MARX, 2011, p. 747, grifos nossos).

Apoiando-nos nas palavras de Leite (2016) e Carcanholo (2013a), podemos ver que Marx está nos mostrando nesta citação, que se está formando tendencialmente uma taxa média ou geral do lucro, onde as mercadorias não são vendidas por seus valores, pois quando diz que “*sem que por isso precisem ganhar de modo uniforme*”, podemos inferir tal qual como o faz M. Carcanholo (2013a, p. 88),

“as mercadorias não são vendidas por seus valores, nem poderiam ser, ainda que sejam”. expressão que traz implicitamente, a *transferência de valor* entre capitais, do mesmo ramo e entre ramos distintos, categoria que aceitamos e, que é exposta por Leite na sua tese nas páginas 112 até 124, como explicação, não só da metamorfose dos valores das mercadorias em preços de produção e de mercado como também de seus desdobramentos, senão também, como essência do imperialismo.

Desse modo, entendemos que o fenômeno de exportação de capitais, é o que cria tendencialmente uma taxa média de lucro ao nível mundial. Evidentemente sabemos que os capitais mais produtivos se encontram nos países mais desenvolvidos, logo, a queda da taxa de lucro, conforme a Leite (2016. P. 57), “está associada com o aumento da taxa individual de lucro apropriada pelos capitais mais produtivos”, desta maneira, os países que são mais produtivos, em geral, tem uma maior composição orgânica de capital em média e, tendencialmente se apropriam de maior lucro que os demais, numa espécie de “compensação” pelo valor não realizado.

No caso, que sejam vendidas as mercadorias por seus valores, temos que a taxa de lucro caem para aqueles capitais que tem uma composição orgânica com maior peso no capital constante que no variável, o que significa dizer, que as mercadorias produzidas possuem menor quantidade de valor e que na ora de efetivar estes valores, seu lucro é menor. Dessa maneira e, tendo em conta as ideias de Leite (2016), a tendência a criar-se uma taxa média de lucro é posto pela concorrência, tendo como pressuposto a exportação de capitais e não o contrário.

Num nível mais concreto de abstração, temos dois últimos elementos, os quais são: as partilhas territoriais e a face última do capitalismo. Estes dos elementos, são interpretações geradas pelo tipo de análise, próprio de estes teóricos clássicos, sobre a teoria de valor de Marx e suas descobertas empíricas. Leite vai colocar a estes dos elementos num último nível de análises, para nosso estudo só abordaremos o primeiro elemento.

No terceiro nível, refere-se a questão das partilhas territoriais, esta se encontra no item quatro, da definição de imperialismo de Lenin (1964). Como mostramos anteriormente, uma das determinações mais importantes para a Lenin em sua teoria de imperialismo, é a exportação de capitais sendo esta a forma de manifestação do imperialismo por excelência para essa época. Mas este fenômeno, segundo o autor Lenin, tem desdobramentos na concepção geográfica do mundo, pois

é evidente que quando se exportam capitais, estes se alocam em territórios variados, e muito provavelmente, naqueles poucos ou nada desenvolvidos, o que leva aos autores clássicos a entender, que existia uma espécie de repartição econômica e territorial do mundo entre os monopólios.

A exportação de capital, uma forma distinta de exportação de mercadorias sob o capitalismo não-monopólico, é um fenômeno altamente característico do capitalismo monopolista e está claramente ligado com a repartição político-territorial e econômica do mundo (LENIN, 1964, p. 1)

Lenin na sua obra *O imperialismo*, embasa sua análise numa leitura empírica sobre o setor energético emergente nos Estados Unidos de América (USA) com *General Electric Company* e na Alemanha com *Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*, duas grandes empresas para a época, onde estas duas se “repartiam”, segundo ele, o mundo da seguinte maneira, “foi suprimida a concorrência: a GEC recebeu os Estados Unidos e o Canadá; à AEG couberam a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Bálcãs” (LENIN, 2008. P. 69). Para Rosa Luxemburgo (1976), na sua análise sobre o imperialismo como forma de conquista de territórios novos, ela diz, que “geograficamente, esse médio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra”, que de certa maneira está coligado, a interpretação que faz Lenin (2008), sobre este tipo de partilhas territoriais, coloca a seguinte expressão “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar a regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas” (LUXEMBURGO, 1976, p. 392).

É necessário concatenar a contestação que faz Leite (2016), a este tipo de interpretação pouco cuidadosa que os autores clássicos fazem sobre os desdobramentos geopolíticos, com uma eventual equalização da taxa média ou geral de lucro.

Para Leite (2016. P. 59), “essa interpretação do imperialismo é incompleta. Na medida em que é estritamente empírica, pode ser verdadeira ao expressar a forma como o imperialismo se manifestava naquele período histórico”, este é o análise concluinte que faz Leite sobre o caráter monopólico do capital, a exportação de capitais e as partilhas territoriais, as quais foram elaboradas pelos teóricos clássicos.

Esta contestação Leite (2016) a faz apoiando-se em autores como, Sampaio Júnior (2011, p. 31), vejamos: “O fio da meada que articula a argumentação em O imperialismo é dado pela caracterização dos múltiplos processos que relacionam as

leis de movimento do capitalismo monopolista ao fenômeno do imperialismo” e também o faz com Harvey (2005, P. 68), “O método é, portanto, histórico, e Lenin utiliza o termo ‘imperialismo’ para descrever as características gerais da forma fenomenal assumida pelo capitalismo durante um estágio específico do seu desenvolvimento, particularmente, durante o final do século XIX e o início do século XX”.

Leite (2016), está sugerindo igual que os autores citados por ele acima, que o análises de Hilferding (1985), Bukharin (1988) e Lenin (2008) estão no nível dos fenômenos, de suas formas de manifestação, ou seja, o que foi definido por Lenin como essência do imperialismo, está mais no plano da aparência.

Em suma, podemos ver como neste período clássico o espaço geográfico deixa de ser um objeto passivo ou de receptáculo, para ser produto (objeto ativo) das relações de produção. E desta forma reforçar o desenvolvimento desigual e combinado do capital pelo globo. Portanto, existem determinações geográficas latentes quando são exportados os capitais, com efeito, estes (capitais) são de composição orgânica diferentes, logo, estas diferenças de produtividades entre capitais passa a ser parte ativa nos territórios, em especial onde suas economias são consideradas periféricas.

Ditas determinações geográficas também são econômicas e estas guardam uma relação canônica com a *concentração e centralização dos capitais*, a *concorrência* entre eles e, a *criação da taxa média ou geral de lucro*; sem dúvida, os elementos trazidos pelas concepções dos autores clássicos do imperialismo trabalhados neste documento, nos servem como base histórica para capturar algumas contradições e determinações, e assim fazer uma análises crítico onde a *Transferência Geográfica de Valor* se projete como superação destas contradições no nível teórico.

Para fechar esta primeira parte do que entendemos como base material histórica e teórica ou pressupostos da Transferência Geográfica de Valor, falaremos brevemente, sobre a virada do imperialismo que se deu, nos meados, do século XX. Esta nova cara do imperialismo, é devida a uma reconfiguração no paradigma do capital, produzindo uma nova percepção crítica e teórica sobre o movimento de expansão do capital.

Entre o período clássico do imperialismo e a crise dos anos 1970, aconteceram vários fatos históricos importantes, por exemplo, fim da Primeira Guerra Mundial, a maior das crises econômicas da história do capitalismo que se chamou crises dos anos 30 (1930) e uma Segunda Guerra Mundial a qual terminou em 1945. Note-se, que o processo imperialista não acaba no período imediatamente depois de 1945, todo o contrário, este se transforma e dá uma verdadeira escalada de determinações, as quais leva a entender este fenômeno de uma nova maneira. Dado o fim da guerra, o comportamento das relações sociais capitalistas no mercado mundial se torna estritamente econômicas.

Um imperialismo baseado no movimento expansivo (reprodução) do capital, com um respaldo militar altíssimo é sua nova cara. É dizer que as práticas imperialistas, já não se dão através de guerras entre exércitos sobre os territórios, onde o vencedor anexa a seus domínios geográficos os territórios dos vencidos na guerra. Como aconteceu nas décadas anteriores, senão, por mecanismos estritamente mercantis que são respaldados por um corpo velico forte e altamente desenvolvido. Isto o podemos ver na seguinte citação de Wood:

Antes que a hegemonia econômica do capital viesse a dominar o mundo, o capitalismo passou pela era clássica do imperialismo, com todas as suas rivalidades geopolíticas e militares. Essa era terminou há muito. O imperialismo capitalista se tornou quase inteiramente uma questão de dominação econômica, em que os imperativos de mercado, manipulados pelas potências capitalistas dominantes, são levados a fazer o trabalho que já não é feito pelos Estados imperiais nem pelos colonizadores. Mas agora estamos descobrindo que a universalidade dos imperativos capitalistas não removeu a necessidade da força militar. Na verdade, ocorre o contrário (WOOD, 2014, p. 115).

Desta maneira, e com o exposto até agora, podemos entender como a crise dos anos 1970 dá matizes para uma formulação geográfica do desenvolvimento do capital, diferente ao acontecido em épocas anteriores. Ante esta nova dinâmica do capital que cria e recria uma periferia subsumida e dependente, como o diria Wood (2014), por meio de relações estritamente mercantis e com um alto respaldo militar, bem como um novo cenário de disputa concorrencial entre capitais que se dá na esfera da circulação de mercadorias a escala internacional e que se mostra de maneira mais visível no mercado mundial. Diante deste novo paradigma do imperialismo, o pensamento crítico sobre economia política da época, faz esforços em compreender e capturar o movimento de expansão do capital, o qual, se espalha exponencialmente sobre o planeta.

Os autores clássicos colocaram na discussão alguns elementos que poderiam dar ideias de como este período se diferencia, se bem que, de uma nova arremetida imperialista. Como sabemos, são múltiplas as interpretações que convergem sobre o movimento de reestruturação espacial do capital, cremos que existem duas grandes formulações de caráter crítico da economia política que recolhem estas interpretações, a *troca desigual* e a *teoria de dependência marxista*.

5.2 Concepções transitórias.

Para os anos 1960 e 1970, emergem formulações teóricas de caráter crítico que envolvem o comércio de mercadorias com capitais de produtividades diferenciadas, no cenário da troca internacional, ao que se denominaram como *Teorias da Troca Desigual*, com o desenvolvimento destas se conseguiu identificar, não muitos anos depois, elementos para uma particularidade do modo de produção capitalista que operava nos países periféricos, e que se conheceu como *Teoria da Dependência marxista*. É por meio das *trocas desiguais*, parece-nos, que se condensa a discussão sobre a *Transferência Geográfica de Valor*.

Ernest Mandel (1985), é um dos teóricos marxistas que operacionaliza a *teoria do valor* de Marx, para compreender, os distintos movimentos expansivos que o capital, agora internacional, executa. Segundo o autor:

Subjacente a todo o desenvolvimento desigual e combinado das relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, interligadas pelas relações capitalistas de troca, está o problema do efeito concreto da lei do valor no nível internacional – em outras palavras, o problema das formações dos preços do mercado mundial e suas repercussões nas economias nacionais (MANDEL, 1985, p.46-7).

Mas antes de pautar a este autor, que como diz Leite (2016. P. 68-69), Mandel foca sua análise sobre “a formação dos preços e nas possibilidades de transferência de trabalho que se desenvolvem a partir daí e que constituem, para ele, a chamada ‘troca desigual’”, temos que fazer uma análise a um outro autor, que também explicita o termo *troca desigual*. É de entender que no período em que se encontram os autores anteriormente mencionados existe uma disputa política, no interior do marxismo que acompanha este processo de produção intelectual, a qual é a possibilidade de criar a quarta internacional.

5.1.1 Troca desigual segundo Emmanuel.

Destacaremos neste item, os elementos que estão por traz, ou melhor, que compõe o conceito de *troca desigual* para Emmanuel (1990). Este autor é quem dá a entender, desde a crítica da economia política, algumas determinações da nova configuração do imperialismo, que explora a outros domínios geográficos por meio de relações que são estritamente mercantis e assim colocando novos elementos para sua interpretação.

O autor, capta que na troca internacional de mercadorias, se está dando uma “*deterioração nos termos de intercambio*” (LEITE,2016. P. 73). Emmanuel, estabelece sua teoria da troca desigual, partindo do estudo da transformação dos preços das mercadorias, que são produzidas pelos capitais com produtividades diferentes. A maneira como o autor desenvolve seus argumentos é por meio de dois modelos, ou exemplos, teóricos entre dois países que servem como suporte interpretativo da realidade das relações de produção e intercambio de mercadorias.

Este conceito, “*troca desigual*” é o elemento central para a interpretação do movimento expansivo do capital durante, o que se conheço como, período do pós-Segunda Guerra Mundial; a troca desigual como conceito critico, é introduzido por Emmanuel (1990), em 1972, o autor, tem como pressuposto a metamorfose dos valores das mercadorias em preços de produção, colocando também em xeque na sua teoria, que os países com menor composição orgânica de capital se vem afetados na troca internacional de mercadorias.

Segundo o autor, as mercadorias produzidas nos países com baixa composição orgânica se tornam mais baratas no intercâmbio internacional com outros produtos dos países que tem uma composição orgânica maior. É neste intercambio internacional, onde se fornece uma “*deterioração dos termos de troca*” (LEITE, 2016. P. 69). O que significa dizer, que o preço de produção das mercadorias do país com maior composição orgânica de capital aumenta relativamente ao do país com menor composição.

Este aumento no preço das mercadorias feitas pelos países mais produtivos, é o expediente com que Emmanuel, descobre a lei que determina os preços das mercadorias no mercado mundial, isto está implicitamente e o podemos ver, na seguinte passagem do análises que faz Leite (2016) sobre a troca desigual:

Emmanuel (1990) denomina de “troca desigual” o movimento permanente de desigualdade nos termos de intercâmbio – definido como preço médio das mercadorias exportadas pelos países subdesenvolvidos dividido pelo seu oposto, isto é, das mercadorias importadas – em benefício dos países desenvolvidos (LEITE, 2016. P. 70).

Sabemos que Emmanuel aponta para uma discussão sobre a formação dos preços, quando está falando de “troca desigual”. Marx (2017c), no Livro III de *O capital*, especificamente, na seção II, mostra-nos as etapas em que se desenvolve a formação dos preços de produção, este é um dos resultados de sua teoria de valor, o qual, é tinha em conta por Emmanuel, mas “Implicitamente ele está assumindo que os preços de produção são iguais aos preços de mercado” (LEITE, 2016. P. 70). Esta forma de entender Emmanuel a formação de preços, difere da proposta por Marx (2017c), a qual está situada na diferenciação entre os valores das mercadorias, preços de produção e conformação dos preços de mercado, que tem como desdobramento uma *transferência de valor* dos setores com menor composição orgânica para os outros setores com maior composição orgânica de capital.

O modelo apresentado por Emmanuel (1990, p. 43), onde mostra a criação dos preços de produção entre dois setores ou países, com composições orgânicas diferentes e com uma mesma taxa de mais-valor (100%), faz referência só ao grau de “deterioração da relação entre preços” (EMMANUEL, 1990. P. 70), no qual este modelo, não tem em conta a *transferência de valor* pautada por Marx (2017c), como uma “troca desigual”.

No segundo modelo, com taxas de mais-valor diferentes, apresentado por Emmanuel (1990, p. 48), ele faz duas modificações ao modelo anterior, a primeira modificação, é aumentar a taxa de mais-valor e a segunda, é diminuir o capital social investido, estas duas modificações as faz, num único setor ou país, naquele com menor composição orgânica de capital; como resultando destas modificações, se evidencia, o aumento na taxa média de lucro nos dois países. Como no primeiro modelo o “termo da troca” é menor que na do segundo modelo, Emmanuel chama a esta diferencia entre termos de troca de “*deterioração da relação nos termos de intercâmbio*”.

Logo, ao negar ou apagar Emmanuel a possibilidade de uma *transferência de valor* como a identifica Marx (2017c), ele exclui a possibilidade de que as mercadorias podem ser vendidas por seus valores e, ao não ser incluída em sua análise desconhece, que quando as mercadorias são trocadas por seus preços de produção,

o setor com menor composição orgânica de capital transfere valores para o capital com maior composição orgânica, de maneira gratuita. É este movimento ao que chamamos de Transferência de Valor; portanto, ele conclui que, como a troca se está dando em termos dos preços de produção que são iguais ao valor produzido, então, não existe troca desigual entre os dois setores ou países, para o primeiro modelo, o qual os dois países têm a taxa de mais-valor iguais.

É pertinente entender, que Emanuel (1990), está elaborando sua concepção de troca desigual, sem ter em conta a possibilidade de ser vendidas as mercadorias por seus valores. Ao que seguidamente, mostraremos como Leite (2016), considerando as hipóteses levantadas por Marx para que se de uma transferência de valor, faz uma crítica à teoria da troca desigual deste autor. Argumentando, que colocando também setores com composição orgânica diferentes e trocando mercadorias por seus valores, é como se está criando uma equalização da taxa de lucro²¹ (LEITE, 2016. P. 83-84), entre os capitais.

Segundo Leite (2016. P. 71), “nos parece que a concepção equivocada de Emmanuel está fundamentada em uma compreensão também equivocada da lei do valor de Marx”, já que para Marx, se as mercadorias são vendidas por seus valores, as taxas de lucros dos capitais individuais são maiores, isso acontece quando se tem uma composição orgânica de capital baixa e, é por isso que as mercadorias são vendidas por seus preços de produção. Assim a concorrência entre capitais, cria como tendência uma equalização das taxas de lucro dos setores ou países, segundo o modelo proposto por Emmanuel, fazendo que aqueles que produzem mercadorias com menor valor, possam vender por um preço maior como o de sua produção. Desta maneira “a apropriação é maior do que a produção de valores nestes setores em função exclusivamente da formação dos preços de produção.” (LEITE, 2016. P. 72).

Para que Emmanuel possa chegar a sua concepção de troca desigual, segundo Leite (2016. P. 72), ele tem que apagar, uma das hipóteses planteadas por Marx (2017c) para a transformação de valores em preços de produção, as quais são: a) “– que permanece no modelo de Emmanuel – da mobilidade de capitais entre os distintos ramos de produção que permite a equalização das taxas de lucro”, b) “segundo o entendimento de Emmanuel, da perfeita mobilidade da força de trabalho

²¹ Este argumento 6.4.2 Transferência de valor: livro III de "o capital" ver página (164)

que permite manter mesmos níveis de salário e de taxa de mais-valor entre os setores”. Portanto, Emmanuel (1990), está justificando sua concepção como correta, já que o modelo planteado por Marx, segundo Emmanuel, tendo em conta às duas hipóteses anteriores, só poderiam ser aplicáveis numa economia nacional, pois a mobilidade da força de trabalho é possível só nessa escala.

Ou seja, que na escala internacional ou mundial, para Emanuel (1990. P. 47), a teoria de valor de Marx (2017c) assumiria que a *troca de não equivalentes* se dá. Temos que aclarar, que a troca de não equivalentes se encontra em níveis de abstração mais concretos da análise de Marx (2017c), especialmente no livro III, de sua obra *O capital*. Segundo o autor (Emmanuel), a teoria de valor de Marx, não se aplicaria, porque as taxas de mais-valor assim, como com os salários não se poderiam equalizar numa escala mundial, já que elas são distintas entre si. Quer dizer, ao não ter explicitamente, essa mobilidade internacional da força de trabalho, ou seja, a existência de uma escala nacional, esta última é uma determinação geográfica para a criação dos salários e seguidamente das taxas de mais-valor. Logo, Emmanuel conclui que o modelo apresentado por Marx não explica a “troca desigual” entre países.

Leite (2016) vai resumir o argumento de Emmanuel da seguinte maneira:

As necessidades sociais dos trabalhadores nos países subdesenvolvidos ainda estão no nível de subsistência, ...ao contrário do que ocorre com os trabalhadores nos países desenvolvidos, onde o desenvolvimento histórico do capitalismo imprimiu maiores necessidades sociais para a reprodução da força de trabalho nestes lugares. Como resultado, o valor da força de trabalho tende a ser menor, ou, melhor dizendo, crescentemente menor, nas regiões subdesenvolvidas relativamente às desenvolvidas. Logo, tudo o mais constante, a produção de mais-valor é mais intensa naquelas do que nestas. Entretanto, supondo que o comércio é feito pelos preços de produção, as mercadorias vendidas pelos países subdesenvolvidos tendem a ficar relativamente mais baratas do que a que eles compram, consubstanciando-se no processo descrito por Emmanuel (1990) como a troca desigual (LEITE, 2016. P. 73).

Podemos dizer, que para Emmanuel, a troca desigual, é causada pela falta de desenvolvimento destes países, onde sua força de trabalho, é equivalente ao grau de desenvolvimento onde se encontra. Desta maneira ele tem uma visão, para o nosso entender, nacional, tanto no assunto das desigualdades socioespaciais e, ao mesmo tempo na sua concepção da teoria de valor, pois esta relação de equivalência entre desenvolvimento e força de trabalho, mostra que para ele, é indistinto o trabalho abstrato do concreto.

Agora sabemos que a mobilidade internacional da força de trabalho na época de Emmanuel, se estava dando com sigilo, e que é esta, a forma em que se trava o avanço da classe trabalhadora nas esferas de poder nas economias centrais. Tempo depois o conheceremos como os movimentos migratórios, estes movimentos migratórios, exercem uma força contra a tendência de elevação dos salários, fazendo que exista uma concorrência laboral. Os movimentos migratórios depois da Primeira Guerra Mundial e mediados do século XX (pós-Segunda Guerra) se intensificam, sendo um dos fenômenos de estudo para a Geografia, a sociologia e inclusive para a economia política.

A nosso entender, este fenômeno da migração não só é de capitais, senão também de força de trabalho sobre a geografia, e esta é uma determinação geográfica da *Transferência de Valor* trabalhada por Leite (2016). Também vemos que, no intercâmbio internacional de mercadorias existem expressões geográficas, tales como: o valor de uso das mercadorias intercambiadas entre os países, pois não tem sentido em trocar coisas iguais, como diz Marx no primeiro capítulo do livro I, de sua obra *O capital*, “um valor de uso não se troca pelo mesmo valor de uso” (MARX, 2017a. P. 113). Portanto, podemos entender que a troca de mercadorias é uma forma de apropriação da riqueza social criada nesses outros países e este tipo de apropriação se enquadra como uma Transferência Geográfica de Valor.

5.1.2 Troca desigual segundo Mandel.

Mostramos no tópico anterior como Emmanuel entende e desenvolve a *troca desigual*. Neste momento iremos mostrar como o autor E. Mandel (1985), que com o mesmo conceito, mas com uma interpretação um pouco diferente sobre a *troca desigual*, captura a existência de uma nova forma de expropriação de valores e que difere ao período clássico do imperialismo. esta troca de não iguais se dá, no cenário do mercado internacional, durante o período imediatamente posterior a Segunda Guerra conhecido como pós-segunda guerra. Podemos ver como este autor (Mandel) no título de sua obra mais popular, descreve como característica totalizante o movimento expansivo do capital de sua época.

Ernest Mandel publica sua obra também em 1972, *O capitalismo tardio* na qual apresenta uma crítica a concepção de Emmanuel, sobre a troca desigual, expondo também sua própria teoria sobre o assunto. Podemos dizer, que o ponto de

partida é o mesmo que a do Emmanuel, uma leitura da lei do valor de Marx, na que agora sabemos por meio de Leite (2016), que há uma transferência de valor entre setores com produtividades diferenciadas, isto é, com composições orgânicas de capital distintas entre eles.

É de aclarar, que Marx (2017a), faz uma diferença entre trabalho abstrato e trabalho concreto, no livro I, de sua obra *O capital*, pois segundo o nível de abstração trabalhado na teoria de valor proposta por ele, é o *trabalho abstrato* a categoria que permite o desenvolvimento teórico da mesma. Se Mandel (1985), está aceitando a lei do valor proposta por Marx, então, podemos supor que num primeiro momento, o conceito “trabalho” para o autor, seria o mesmo que para Marx, de acordo com Leite (2016. P. 75) “Mandel está – por enquanto supondo que o trabalho a que ele se refere é o trabalho abstrato – idêntica à leitura de Marx sobre transferências de valor entre setores”.

O que leva a Mandel a conceituar o novo movimento expansivo do capital como *capitalismo tardio*, é que o movimento exercido do capital na era do imperialismo clássico foi deslocado depois da Segunda Guerra Mundial, ou seja, que a exportação de capitais foi substituída por uma nova forma de extração de valor nas periferias, a qual é a “troca desigual” ou de “transferência líquida de valor” (MANDEL, 1985, p. 44), e que a argumenta com uma citação de Marx “a troca desigual no mercado mundial, como torna claro Marx no Capítulo XXII do Livro I de *O capital*, é sempre o resultado de uma diferença na produtividade média do trabalho entre duas nações” (ibidem, P. 44, apud Leite 2016. P. 76-77)²².

Neste e nos seguintes parágrafos, iremos mostrando o desenvolvimento teórico dos elementos trabalhados por Mandel (1985), em sua teoria de troca desigual. Podemos diferenciar dois que atuam o tempo todo na construção teórica do autor. Quantidades desiguais de trabalho é um e, um segundo, a não conformação de uma taxa média ou geral de lucro. No entanto, é por meio da crítica levantada por Leite (2016), sobre estes elementos, que podemos dilucidar algumas determinações geográficas e econômicas da *transferência de valor* presentes na discussão travada por Mandel. É importante para nós, mostrar como Mandel concebe esta troca desigual, já que muitos dos estudos ou concepções sobre *Transferência Geográfica*

²² Na edição brasileira da editorial Boitempo do ano 2013, este trecho se encontra no capítulo 20 “diversidade nacional dos salários” na página N° 632.

de Valor, como a de Hadjimichalis (1986) e Soja (1993) estão baseadas nesta formulação teórica.

Para Mandel, a teoria de valor proposta por Marx não está operando no mercado internacional porque a “troca desigual”, está dada em outros termos. Pois, ele considera que é um “fato de que o trabalho dos países industrializados é considerado mais intensivo (portanto, produtor de mais valor) no mercado mundial do que o dos países subdesenvolvidos” e que há “diferentes preços nacionais de produção” (MANDEL, 1985, P. 248). Pelo qual, segundo Leite (2016. P. 78), Mandel está assumindo que intensidade do trabalho e diferencia entre preços a escala nacional “resultam em que as mercadorias, no mercado mundial, tendem a ser vendidas pelos valores internacionais. Ou seja, se não há uma formação de uma taxa média de lucro global, não há diferenciação entre preços de produção e valores”. Este vai ser o argumento, mas poderoso de sua teorização.

Ao assumir Mandel que “o trabalho dos países industrializados é considerado mais intensivo” (MANDEL, 1985. P. 253), se pode deduzir que “o trabalho”, embora não fique lucido se é abstrato ou concreto, do país industrializado é aquele que gera maior mais-valor do que o país não desenvolvido. Ou seja, que a troca está dada em “quantidade desiguais de trabalho” (MANDEL, 1985. P. 253-254), sendo assim Leite (2016. P. 78), identifica que o argumento de Mandel é, que “uma mesma quantidade de valor carrega quantidades desiguais de trabalho: esta é a troca desigual para Mandel”. Portanto, Leite (ibidem. P. 78), deduz que Mandel está tratando nesta “troca desigual” com “quantidades desiguais de *trabalho concreto*” e não do abstrato.

É importante lembrar o que é a categoria trabalho abstrato em Marx, mas para isso é necessário saber o que é trabalho concreto. Este último, é trabalho observado em sua concretude ou especificidade, ou seja, como produtor de determinado efeito útil, por exemplo, o trabalho do pedreiro produz uma determinada coisa, e assim por diante outros trabalhos, que são variados. Os trabalhos são diversos conforme a diversidade de aquilo que é produzido, contrário à categoria de unidade. Mas observando, esta diversidade de trabalhos desde uma forma abstrata, universal-geral, essas são todas formas do trabalho humano. O trabalho, quando nós abstraímos as especificidades do trabalho, ou seja, o caráter útil do trabalho, ao que chegamos é a uma abstrata igualdade do trabalho humano, assim o conteúdo do valor é o trabalho abstrato.

Podemos perguntarmos pela forma de exploração entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos nos termos de Mandel, Leite (2016. P. 78), considera que a “troca desigual” para Mandel, está dada no intercâmbio de “quantidades desiguais de trabalho concreto”, assim o autor, aponta para duas formas: a obtenção de superlucros, na qual ele considera, que é esta a forma de exploração efetivada pela exportação de capitais na época clássica do imperialismo, e uma segunda desenvolvida pelo capitalismo tardio, a qual é a troca desigual.

Entendemos que quando Mandel está-se referindo a que um capital é transferido para um outro país, este adquire um superlucro porque existe “diferenças entre as taxas de lucro” (MANDEL, 1985. P.243), mas para ele não existe a criação de uma taxa média ou geral de lucro, porque segundo ele, para que possa operar a lei de valor de Marx ao nível do mercado internacional, as relações capitalistas têm que estar dadas em todo o globo, este aspecto o trabalharemos mais adiante. Por enquanto é prescindível entender como se dá a diferença entre as taxas de lucro segundo Mandel. Em Leite podemos encontrar os motivos pela qual as taxas de lucro se diferenciam para Mandel:

O autor aponta três motivos para essa divergência, considerando um mundo simplificado entre “colônias” e “metrópoles”: i) a composição orgânica média do capital empregado nas colônias era menor do que nas metrópoles; ii) taxa média de mais-valor superior nas colônias, principalmente devido à extração de mais-valor absoluta; iii) preço da força de trabalho menor que seu valor em função do tamanho do exército industrial de reserva (LEITE, 2016. P. 80).

É importante aclarar que, estas três características é como Mandel entende que se cria a possibilidade de efetivar os superlucros, mas especialmente pela existência dada de uma diferenciação entre taxas de lucro. São muitos os estudos sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capital no espaço geográfico, sobre todo, os referentes aos estudos regionais, que aceitam a teses dos superlucros deste autor, como a lógica por trás deste fenômeno da Transferência Geográfica de Valor. Um deles é Soja, que na sua obra Geografias Pós-Modernas (1993), na qual ele, assume que a Transferência Geográfica de Valor está dada segundo a “troca desigual” formulada por Mandel.

Outro elemento da concepção teórica de Mandel (1985. P. 29), sobre o *capitalismo tardio* e, que se concatena com a crítica a Emmanuel, está, no entendimento da lei do valor de Marx, a questão é, se esta atua ou não na esfera da

circulação do capital ao nível internacional. Ele vai dizer, que sempre e quando as relações capitalistas de produção ou a produção capitalista, propriamente dito, esteja “completamente estabelecida”, a lei do valor como a expõe Marx passa a ser válida, do contrário não.

Para Mandel (1985), ainda se encontram relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas no globo. Ele está querendo dizer que existe uma distribuição no espaço geográfico das relações sociais capitalistas de maneira fragmentadas, mas sem uma unidade que as produza, ao que Leite (2016. P. 80) vai contestar:

o autor parece não perceber que o próprio Marx (1980, pp. 729-30) sugere que a produção de valor pode se efetivar mesmo em condições de trabalho não-assalariado, como por exemplo a produção de algodão no sul escravocrata dos Estados Unidos; portanto, desde que se produza *para* o mercado mundial é possível visualizar casos formalmente capitalistas (LEITE, 2016. P. 80, grifos do autor).

Segundo Mandel (1985. P. 47), para que exista uma taxa média geral de lucro deve existir uma “completa mobilidade internacional do capital” o que significaria dizer, para ele, que existe “um único estado mundial capitalista”. Segundo Leite (2016), com respeito ao que Mandel diz, como existe a escala nacional esta inviabiliza à mobilidade internacional dos capitais, criando taxas de lucro diferentes tendo como consequência direta preços distintos de produção na escala global. Portanto, Mandel assume que é possível uma equalização de taxas de lucro só a nível nacional. E como dizemos anteriormente (P. 15), para o autor (Mandel), valor das mercadorias e preços de produção são os mesmos, já que não há uma criação da taxa geral de lucro.

Para nossa interpretação geográfica da Transferência de Valor segundo Leite (2016), é de vital importância saber que a Transferência Geográfica de Valor opera numa escala global, sobre o espaço geográfico, de maneira simultânea e totalizante; mas que tem presente a existência dos estados nacionais como formas concretas de apropriação do espaço geográfico e que estes operacionalizam esta apropriação por meio da transferência geográfica de valor, e esta se efetiva na vinculação de suas economia e o mercado mundial, através das trocas internacionais.

Daremos continuidade ao entendimento da teoria de troca desigual de Mandel (1985), neste documento; a continuação, mostraremos algumas similitudes com a teoria proposta por Emmanuel. Ademais, de entender os argumentos de como Mandel

rejeita a hipóteses de mobilidade internacional de capital planteada por Marx, em sua teoria.

Vamos catalogar três argumentos na visão de Mandel, que nos parece significativos e que mostram, em termos gerais, o corpo teórico de sua obra, os quais são: os superlucros, a troca desigual e, a não aceitação da taxa média ou geral de lucro (no mercado mundial), estes contornam a discussão sobre a criação dos preços das mercadorias na esfera das trocas internacionais e sua crítica a Emmanuel. Nas palavras de Mandel (1985. P. 244), a “Troca desigual significa que as colônias e as semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho)”. Nesta citação, o autor está-se referindo a que existe *uma deterioração dos termos de troca* postura muito similar adotada por Emmanuel (1990).

Como sabemos, e como foi planteado por Leite (2016. P. 80-81). Emmanuel (1990), aceita a primeira hipótese de Marx (2017c), com respeito a mobilidade internacional do capital e rejeita a segunda, que diz sobre a mobilidade internacional da força de trabalho, aceitando implicitamente ou como desdobramento interno um “nivelamento internacional das taxas de lucro”. Mandel (1985, p. 249), argumenta que, de ser assim, os capitais se deslocariam para territórios onde pudessem-se apropriar de taxas de lucro maiores, que geralmente se encontram, onde os salários são os mais baixos. Assim a acumulação de capital nesses territórios geraria uma *“impossibilidade do subdesenvolvimento”*. O que leva a Emmanuel (1990), com sua teoria da troca desigual, a entrar em contradição, diz Mandel (1985).

Mandel (ibidem. P. 249), assume que, a mobilidade internacional do capital se comporta de maneira desigual nos distintos territórios, como algo dado, pela “lei do desenvolvimento desigual e combinado” a qual diz ao respeito dos “ritmos irregulares de acumulação de capital”. Segundo Leite (2016. P. 81), o autor a “toma como verdadeira e, baseando-se nela, sustenta a existência de regiões com baixo nível de acumulação de capital em função da troca desigual”, assim os “baixos salários” (MANDEL, 1985. P. 249), é resultado desta lei. O que leva a ele a entender que o trabalho nos países desenvolvidos é mais intensivo, e é assim como o diz na seguinte passagem:

as enormes diferenças internacionais de valor e de preço da mercadoria força de trabalho, que Arghiri Emmanuel enfatiza corretamente, *não são causas, mas resultados* do desenvolvimento desigual do modo de

produção capitalista, ou da produtividade do trabalho em todo o mundo, pois a lógica do capital normalmente o leva para as zonas com maiores perspectivas de valorização (MANDEL, 1985, p. 249).

Através de exemplos Mandel, supostamente demonstra que não se cria uma taxa geral de lucro, num primeiro exercício, vale-se dos dados de regiões distintas, com diferentes taxas de lucro, mostrando que elas ao ser diferentes e não ser a mesma em todas as regiões, é prova da não conformação, se quer tendencial, da taxa geral de lucro. É de referir, que na estatística como ciência, uma taxa média é uma medida de *tendência* central, que procura mostrar, como se nivela num dado, os diferentes valores dos que se compõe, este dado pode ser, um do conjunto ou não.

Ainda assim para Mandel (1985. P. 251), e também citado em Leite (2016. P. 82), uma criação da taxa geral de lucro, não é possível já que o “pré-requisito para esse nivelamento seria uma *drenagem* constante e substancial de capital” do país desenvolvido (A) para o capital subdesenvolvido (B), logo, “o fluxo de capital para B será relativamente pequeno e a perda de valor sofrida por B em benefício de A, em decorrência da ‘troca desigual’ reduzirá a velocidade da acumulação de capital produtivo em B” gerando baixos salários ou “*crescimento do subemprego em B*”.

A nosso ver, desta última afirmação de Mandel, ainda que num aspecto negativo para o autor, é a transferência de valores existente entre os capitais (ou países), pois a “troca desigual” tem esse comportamento de transferência de valor. Desta maneira, ao existir taxas de mais-valor diferentes ou iguais, e ainda assim existindo um fluxo pequeno de capital por parte do país mais produtivo para o país com menor composição orgânica, a tendência é, como o explica Marx no livro I e III, de sua obra *O capital*, a criar mais mercadorias no mesmo tempo, mas o preço de produção cai em relação a seu valor, no caso do país “subdesenvolvido” ou num capital com menor produtividade e, para o país desenvolvido ou capital mais produtivo, seria todo o contrário, é dizer que o preço de produção é muito maior ao valor produzido.

Segundo Leite (2016. P. 83) o “Resultado: o fluxo de capital de A para B não significa, necessariamente, impossibilidade do subdesenvolvimento para B. Esse capital até será acumulado produtivamente em B, mas não há garantia lógica de que essa acumulação reverta o subdesenvolvimento.” O que podemos entender, de maneira genérica, da teoria da troca desigual de Mandel, é que a existência de regiões com baixo nível de acumulação de capital (economias centrais) é pressuposto para a

troca desigual e não pela existência de uma *transferência de valor* dos capitais com menor composição orgânica para com o de maior composição, indo contra a teoria de valor de Marx.

De certa maneira, a concepção de Mandel sobre salários e acumulação, abre o cenário para o debate da forma em que o capital está produzindo o espaço geográfico na sua totalidade. Considerando, que o modo de acumulação capitalista e a extração do mais-valor, tem repercussões sobre os diversos domínios geográficos. Por outro lado, aceitamos a concepção defendida por Leite, na sua tese de doutorado, sobre a criação de uma taxa geral ou média de lucro:

Em nossa leitura, se capitais de determinado lugar migram para outros lugares – mesmo com barreiras, dificuldades, etc. – ou se os capitais já instalados aumentem a escala de produção em busca de taxas maiores de lucro, forma-se, *tendencialmente*, uma taxa geral de lucro entre os países, mesmo que, na realidade, as taxas de lucros nacionais sejam desiguais. Neste caso, a distância entre as diversas taxas nacionais de lucro e a taxa geral de lucro tem o papel concreto de estimular ou emperrar as movimentações de capital ao redor do globo (LEITE, 2016. P. 83-84).

É assim como Leite (2016. P. 85), apresenta como resultado a seguinte afirmação irrestrita, “a formação da taxa geral de lucro mundial só pode ser operada em termos aproximados se, e somente se, considerarmos a possibilidade de migração entre capitais de distintas nacionalidades”. Concordamos com Leite, quando faz a crítica a Mandel, a qual tem como suporte a afirmação anterior. Dessa maneira, para Leite (2016), a migração de capitais é possível porque existem ao redor do mundo diferentes capitais com composições orgânicas de capital, os quais obtêm lucros maiores segundo sua produção de valores.

Desta maneira, vamos aproximando-os mais, à categoria que trabalharemos no terceiro capítulo a *Transferência Geográfica de Valor (TGV)*. E assim poder perfilar está como conteúdo da categoria geográfica Território. A qual nos permite desenvolver uma teoria sobre a dialética do território.

Seguindo com a crítica que faz Leite do argumento sobre como entende a troca desigual Mandel (1985), ele coloca duas moções de esclarecimento, a primeira é: Marx (2017a) na sua obra, *O capital*, no livro I, nos mostra as diferentes formas de mais-valor, mas Leite (2016. P. 86), traz ao debate os resultados do Capítulo X do primeiro livro, onde Marx (2017a), aponta para uma apropriação do mais-valor de forma extraordinária, o pressuposto para que se efetive este mais-valor extraordinário

são as diferentes composições orgânicas de capital num mesmo ramo de produção, ou seja, uma transferência de valor no mesmo setor.

Numa outra moção de aclaração, Leite (2016), vai se referir assim, “A *segunda* observação é que quando mercadorias de qualidades diferentes estão prontas para entrar na esfera da circulação formam-se preços de produção que se transformam em preços de mercado através da interação entre a oferta e a demanda por essa mercadoria” (grifos do autor). Estas moções de aclaração trazem a ideia que Marx (2017c) argumentou no livro III de *O capital* de que há diferença entre valores das mercadorias e seus preços de produção e, entre estes últimos como os preços de mercado.

Como consequência dessas aclarações e de seu “teorema” Leite (2016. P. 86), interpreta a troca desigual, da seguinte maneira: “Neste sentido, nos parece mais correto descrever a troca desigual como o processo de *troca desigual de valores.*” Segundo o desenvolvimento histórico da troca desigual, esta se perfila como objeto teórico à forma do imperialismo nos períodos tanto clássicos como pós-Segunda Guerra Mundial, de acordo com o professor M. Carcanholo (2013b, pp. 194-6), citado em Leite (2016), o qual propõe três condições que garantem a existência da troca desigual de valores nos termos de Marx: “(i) a diferença entre valor individual e valor social; (ii) a diferença entre valor social e preço de produção; (iii) a diferença entre preço de produção e preço de mercado”.

É fácil perceber que a discussão planteada pelos teóricos aqui tratados como Emmanuel (1990) e Mandel (1985), estão mais na segunda condição, apresentada por Carcanholo (2013b), ao que se refere a diferença entre os valores sociais e os preços de produção das mercadorias. Portanto:

a troca desigual equivale a um processo de transferência de valores de capitais com menor composição orgânica para aqueles com maior composição orgânica através do comércio internacional. [...] No plano da teoria do valor de Marx, entretanto, podemos identificar que a transferência de valor ocorre *exclusivamente* por meio da circulação de mercadorias (LEITE, 2016. P. 87)

Podemos dizer então, que a troca desigual é produto da diferença entre a produção e a apropriação de valores na economia mundial (LEITE, 2016). E assim sendo esta, está criando e reproduzindo no mundo, a traves da Transferência Geográfica de Valor, uma forma universal de desenvolvimento desigual e combinado das regiões, dito de outra forma, a transferência geográfica de valor é uma

determinação essencial na produção do espaço geográfico, mas como um rasgo característico, esta reside e se mantém oculta nos fenômenos geográficos.

5.1.3 Teoria da dependência e transferência de valor.

Nesta terceira parte, falaremos de como o autor brasileiro, nascido na cidade de Barbacena no estado de Minas Gerais, Rui Mauro Marini (1974), cria uma das teorias, desde nosso ponto de vista, mais crítica para o momento. Nela mostra o autor a dependência econômica dos países periféricos aos países centrais. Marini (1974), apresenta assim a *transferências de valor*, como condição necessária e particular do tipo de exploração que exercem os capitais internacionais no intercâmbio de mercadorias entre países periféricos e centrais.

A teoria da *dependência marxista* é um desdobramento da polêmica causada pela troca desigual na quarta internacional, mas também como resposta as interpretações existentes na CEPAL. Até agora, identificamos a existência da transferência internacional de valor tanto no período clássico como nas teorias de troca desigual. O teor marxiano das categorias com que Marini (1974), trabalha a condição de dependência é o mais próximo e fiel a teoria de valor de Marx. Mas, para Amaral (2013. P. 81-82), esta teoria da dependência surge: “num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana”.

Uma condição específica que terá que cumprir a teoria da dependência para que tenha existência histórica e teórica, é que de fato, possa descobrir segundo Leite (2016, 90-91), “alguma lei *específica* de desenvolvimento do capitalismo dependente. Isto é, que se diferenciasse das leis gerais do modo de produção capitalista.” Desta maneira a transferência de valor é localizada em teóricos como Florestan Fernandes (1975, pp. 16-17), que também é citado por Leite (2016. P. 91), os quais entendem que existe uma dominação externa via “mecanismos indiretos do mercado mundial” tendo como resultado uma economia capitalista dependente.

Segundo Leite (2016. P. 91), quando o autor Fernandes diz, que “os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a transferência do excedente econômico das economias satélites para os países

hegemônicos” (Fernandes, 1975. P. 16), é esta uma forma assertiva de situar como categoria a transferência de valor.

Quando Marini (1973), na sua obra *Dialética da dependência*, coloca à *superexploração da força de trabalho* como corolário da Transferência de Valor, esta dá, segundo Marini, especificidade ao movimento do capitalismo dependente, permitindo compreender como se gestam sociedades dependentes e o comportamento que as produz. É de aclarar, que nos afastamos de este tipo de interpretação, mas aceitamos a interpretação da transferência de valor. Já que esta conceptualização da superexploração da força de trabalho, não pertence ao processo de produção, e que é mais um fenômeno no plano da circulação.

Ainda assim Marini (1977b. P. 148, *tradução nossa*), identifica a superexploração da força de trabalho como “uma modalidade de aumento do mais-valor, aquela que se origina de uma redução do salário que não corresponde a uma diminuição real do tempo de trabalho necessário”. Esta concepção de aumento do mais-valor está errada, pois todo tipo de diminuição no salário, significa um aumento no tempo de trabalho excedente. E se, a jornada de trabalho está dada, este aumento no tempo de trabalho excedente implica uma diminuição no tempo de trabalho necessário. Logo, tendo como pressuposto, a troca desigual entre países periféricos e centrais, para que exista essa forma específica, ou seja, a superexploração da força de trabalho, se tem que aceitar que as mercadorias não são vendidas por seus valores.

Mas, é importante resgatar que é Marini (1974), quem desenvolve a interpretação da transferência de valor entre capitais menos produtivos para os mais produtivos, descobrindo o segredo da troca desigual. O que nos deixa com um sem sabor, com respeito ao conceito de superexploração da força de trabalho. o que sim podemos dizer é que essa modificação entre tempo de trabalho necessário e excedente, é uma modificação na taxa de mais-valor. Esta modificação é desenvolvida nas economias dependentes pelos capitalistas de estes territórios, como a maneira de garantir a existência de um retorno do lucro para estas economias dependentes.

Com certeza, estas economias dependentes transferem também valores para as economias centrais, entendendo que as produtividades mais baixas se encontram nas economias que são dependentes, isso faz com que a categoria descoberta por

Marini (1974), seja a transferência internacional de valor, e que foi exposta anteriormente, entre países periféricos e países centrais ou imperialistas.

Ou seja, que se esta modificação na taxa de mais valor é uma forma de garantir a transferência internacional de valor. Esta tem a condição de que a “grandeza de valor produzida é maior do que a apropriada quando ocorre a interação no mercado mundial, isto é, os capitais de países periféricos tendem a transferir valores gratuitamente para os capitais com maior composição do capital” (LEITE, 2016. P. 92). Portanto, a modificação da taxa de mais-valor é um mecanismo de ajuste ou, nas palavras de Marini (2005. P. 152), “mecanismo de compensação”, dos valores transferidos gratuitamente via comércio internacional aos países com economias centrais.

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005, p. 153).

Relembrando que a localização da discussão da troca desigual está na esfera da circulação e, como esta basicamente está, na diferenciação entre valor social e preços de produção, o que nos leva a entender que esta (troca desigual) é resultado da apropriação e produção de valores, logo, é por meio da descoberta de Marini (2005), que nos permite compreender como a Transferência de Valor e/ou Transferência Geográfica de Valor tem desdobramentos no plano da produção, especificamente quando vemos que a modificação da taxa de mais-valor é a forma de manifestação nas economias dependentes da transferência de valor internacional.

Esta forma de entender a transferência de valor nos proporciona uma imagem nítida de como a categoria geográfica território, está praticamente imbrincada com o tipo de extração de mais-valor que se dá nos estados-nacionais. Tanto na produção de mercadorias como na circulação, o que é garantia do caráter geográfico da transferência de valores. Esta teoria da dependência de Marini (1974), nos servira como ponto de enclave para entender a dialética do território onde a transferência geográfica de valor é a forma em que se constitui as relações sociais capitalistas sobre o espaço geográfico.

Leite (2016. P. 94-95), diz que “A dependência está inserida no quadro de acentuação da divisão internacional do trabalho resultante da Revolução Industrial e do surgimento da grande indústria na Inglaterra”. Segundo Marx (2011, p. 61), quando existe ou se dá uma “nova divisão internacional de trabalho”, esta possibilita e executa, a transferência de valor, produto das diferenças nas composições orgânicas de capital alocados nos diferentes países, explicitando uma fratura (*fraking*) espacial, o território dizemos nos, de maneira desigual, segundo suas rendas tecnológicas entre países periféricos e centrais.

Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete -se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. [...] É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais -trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. Ele realiza, assim, um lucro extra [Surplusprofit]. Por outro lado, no que diz respeito aos capitais investidos em (MARX, 2017c, P. 276-277).

Podemos ver que nesta citação de certa maneira, Marx está-nos dizendo que para que exista uma transferência internacional de valor, tem que se cumprir a condição de que o capital (país, região, cidade, setor, entre outros), com menor composição orgânica, produz mercadorias com maior valor do que consegue apropriar-se. Sendo assim, Leite (2016. P. 48), reconhece que uma das condições primárias para que se estabeleça as relações de produção capitalista nesta época social e histórica é, a “subsunção do trabalho ao capital”, tanto formal como real. desta maneira podemos entender que uma região dependente estabelece uma relação capitalista sempre e quando produza mercadorias para o mercado mundial e que tenha a condição mencionada acima.

Em suma, o nível baixo de produtividade dos países da periferia, os quais tem, uma industrialização através dos capitais que foram exportados no período do pós-Segunda Guerra pelas economias do centro para estes territórios, os quais estes últimos já possuem uma baixa composição orgânica de capital em média, são integrados a suas economias como fonte para a obtenção de lucros extraordinários e de transferências gratuitas de valor, pelos capitais de alta produtividade que se encontram ao redor do mundo.

Também, o movimento de expansão do capital pelo globo é devido a uma alta “concentração de capital em escala mundial pelas grandes corporações que necessitam de aplicar lucrativamente seu capital” (LEITE, 2016. P. 97). Desta maneira, as economias centrais ou imperialista vem, nas economias dependentes um mercado para esta indústria, sendo que nas primeiras, a concorrência entre elas exige uma troca continua e acelerada de capital com um alto teor tecnológico, o que reduz o valor dos médios para a produção mercadorias, tendo como resultado uma redução no valor das mesmas. Portanto, é por meio das transferências de valor, que as economias centrais conseguem obter seus grandes lucros. Assim podemos ver que é no próprio amago do capitalismo que reside uma superação as crises que ele próprio gera.

Vale ressaltar que estes “superlucros” dos que Marx (2017c, p. 276-277), se refere na citação de acima, se diferenciam substancialmente dos superlucros interpretados por Mandel, pois estes altos lucros, segundo o Mandel, era a forma de exploração estritamente da época do imperialismo clássico. Com o estudo destes autores clássicos e transitórios, podemos entender porque a forma de manifestação, do movimento expansivo do capital na geografia mundial, se dá de maneira desigual e combinada, criando uma hierarquia entre territórios, periféricos e centrais. Leite (2016), nos mostrou através de um debate teórico e crítico, como os autores que elaboraram alguns levantamentos sobre as formas do imperialismo no século passado exceptuando a Marini (1974), passaram por despercebido a transferência internacional de valor, sendo está a forma como as economias centrais ou imperialistas, adquirem seus grandes lucros.

5.3 Concepções contemporâneas da Transferência Geográfica de Valor: Expropriações.

Para terminar este capítulo apresentaremos duas interpretações das formas contemporâneas do imperialismo, as quais convergem numa forma específica de exploração do capital, as expropriações e/ou espoliações; focaremos mais na teoria das expropriações que na espoliação, por ser muito mais abrangente em suas determinações. Desta forma, retomaremos a visão crítica da teoria de Leite (2016), que mostra como as expropriações, são a forma de manifestação do imperialismo nestes tempos e de como estas se relacionam com a transferência de valor e valor de uso.

Nos últimos 40 anos o neoliberalismo e a globalização, como processos, são as formas mais frequentes para distinguir os movimentos do capital depois das crises dos anos 1970, parafraseando a Leite (2016), esta são as formas que se vinculam diretamente ao capital, neste período que se cataloga como contemporâneo, pois, evidencia um conjunto de novas interpretações críticas do imperialismo.

As determinações que fazem, das expropriações, ser a forma típica do imperialismo nesta época contemporânea, segundo Leite (2016), são três: o processo de reformas que buscam abolir as barreiras protecionistas das economias nacionais, a privatização das empresas públicas estatais ou mistas e o afiamento das disputas entre capitais internacionalizados que criam também disputas entre a classe trabalhadora.

Uns dos teóricos que concebem, as expropriações, como outro modo do imperialismo, são Harvey (2003) e Fontes (2010), eles defendem que estas (expropriações) se apresentam hoje em dia em tudo o espaço geográfico. Para Leite (2016), esta interpretação, destes dois autores lhe permite entender “uma terceira forma básica de manifestação do imperialismo, relacionada à transferência de valor (e/ou valor de uso) via expropriações” (LEITE, 2016. P. 101).

Fontes (2010, p. 48), já no início de sua obra “*O Brasil e o capital-imperialismo*” nos mostra que “as expropriações são o lado oculto da concentração” de riquezas e, diz que uma das características, mais importantes deste novo cenário é, que “massas crescentes da população mundial se encontram a cada dia mais direta e quase completamente subordinadas à dinâmica mercantil, precisando, pois, vender, em parte ou totalmente, sua força de trabalho e, em muitos casos, sob quaisquer condições”. Este argumento é uma das conclusões que teve o estudo, no que se observa o incremento do nível de urbanização no mundo, que para o ano de 1950 tinha-se menos de um 30% e que para o ano de 2007 chegou mais ou menos a um 50%.

Basicamente o argumento anterior é o que a autora denominou de expropriações primárias “A massa profundamente desigual de *trabalhadores disponíveis urbanos* assim constituída, por um lado, abriu formidável manancial de exploração da força de trabalho para capitais e capitalistas de porte variado” (ibidem, pp. 53-4). Este processo está no marco teórico em que Marx vai chamar de acumulação primitiva. Sabemos que o mais-valor produzido é criado, pelo conjunto de

trabalhadores que tem uma dupla liberdade, por um lado irônico, a de não ter os meios de produção a de vender sua força de trabalho em troca de salário.

É assim como a autora o identifica:

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital (FONTES, 2010, p. 42).

Podemos dar nos conta que para que exista este conjunto de trabalhadores livres deve existir o processo de expropriação das condições básicas para sua reprodução, o que coloca as expropriações como pressuposto para a reprodução ampliada, parafraseando a Leite (2016), que garante a existência de trabalhadores prontos para sua exploração. Desta maneira este processo se dá em tudo o espaço geográfico, pois é a classe trabalhadora nos diferentes territórios, à mostra geográfica, que permite identificar as expropriações como condição inicial para a expansão do capital.

Este conceito de expropriações é obscurecido, negligenciado, não trabalhado, pela economia política clássica e muito menos pela neoclássica, de tal maneira que estas teorias de maneira ideológica ocultam esse vínculo estreito da concentração do capital. E que neste tempo, como diz a autora, o capital portador de juros é quem “dirige e impulsiona o conjunto da atividade de extração de mais-valor” (FONTES, 2010. P. 28), o qual está altamente desenvolvido e, o que mais demanda é, este conjunto de trabalhadores livres. “Essa liberdade é real” (FONTES, 2010. P. 43).

Para Marx, a existência de grandes proprietários de capital monetário, ou portador de juros, com ou sem a orquestração de seus administradores (quer sejam bancos ou outras formas jurídicas) converte o capital numa força social anônima, ao mesmo tempo concentrada e extremamente difusa. O capital monetário não se limita a punccionar: *precisa expandir relações sociais capitalistas* (FONTES, 2010, p. 28).

Este capital fictício, é aquele que se empresta para iniciar algum processo de extração de mais-valor, quem o recebe tem que pagar, como diz Leite (2016), com juros por ceder o valor de uso do dinheiro, quase sempre antes de terminar o ciclo do capital mercadoria (HARVEY, 2013.p. 50). “Esse processo só é bem-sucedido, portanto, se houver uma massa de trabalhadores à disposição do capital funcionante livre para a exploração” (LEITE, 2016. PP. 102-103).

Podemos darmos conta de que estas expropriações se dão constantemente, tanto na exportação de capitais como na troca desigual. Mas se mostra mais evidente na atualidade segundo Leite (2016). Sabemos que na dinâmica imperialista, a concentração e a centralização do capital se fazem de maneira exponencial, possibilitando a emergência do que Fontes (2010), chamou de capital-imperialismo e que também está referenciado em Leite (2016):

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. ... não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica (FONTES, 2010, p.149).

Para poder distinguir este período atual dos anteriores, segundo Leite (2016. P. 103-104), “a autora apresenta um novo tipo de expropriações que traduzem mais fielmente o que ocorre sob o jugo do capital-imperialismo: as expropriações secundárias”.

A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo (FONTES, 2010, p. 44).

Sendo dado, que já os trabalhadores concentrados nas cidades e, expropriados de suas formas básicas de reprodução, como diria Fontes (2010), estes se confrontam com situações críticas permanentemente, o que os lança ao mercado laboral, o qual está desejoso por essa força de trabalho barata e disponível. É por meio de vias políticas diz Fontes (2010), são destituídas as garantias para o trabalho “digno”, sobre tudo nestas últimas quatro décadas onde “ocorreu um extenso desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas que contou com forte apoio parlamentar” (FONTES, 2010. P. 55). Ao que Leite (2016), entende que é assim como “efetiva-se uma transferência do valor de uso da força de trabalho do produtor para o apropriador” (LEITE, 2016. P. 104).

No plano geopolítico podemos ver como as expropriações estão dadas “também sobre o controle direto dos Estados capital-imperialistas sobre matérias-primas estratégicas” (ibidem, p. 58). Podemos ver, como a pressão americana se exerce sobre países latino-americanos, como é no caso da Colômbia, onde grupos

paramilitares durante quase 20 anos, massacrou, assassinou, violou e torturou as populações que habitavam domínios geográficos estratégicos para os capitais internacionais. Por exemplo, a apropriação das terras mais férteis para o uso exclusivo da monocultura da palma de cera, gerando assim, rios de pessoas deslocadas pela violência em direção das cidades. Estas indústrias por meio de parlamentares, congressistas e juizes comprariam tempo depois estas terras, por preços por abaixo do valor, a maioria destas empresas são multinacionais que cotizam nas bolsas de valores mais prestigiosas do mundo, expropriando o valor de uso das terras mais férteis do território para o capital estrangeiro.

Concordamos com Leite (2016. P. 105), quando diz que “Não há necessariamente uma transferência de valor posto que o expropriado pode não ser, de antemão, produtor de valor. Há, de fato, uma transferência de riqueza mediada pelo valor de uso que pode, na sequência, integrar um processo produtor de valor”. A autora nos apresenta de maneira resumida como se podem entender estas expropriações contemporâneas, mostrando sua relação entre as primárias e as secundárias:

Expropriações primárias seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incidindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre a terra. Processo em curso há mais de quatro séculos, experimenta nos últimos anos uma aceleração impactante e vem reduzindo a margem de sobrevivência de semiproletarizados em praticamente todas as regiões do planeta. Mas *expropriações secundárias* se abatem também sobre conhecimentos (como já ocorreu no século XIX, na introdução das grandes indústrias e no século XX, com o fordismo), sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais. Somente de maneira muito cautelosa poderíamos supor que tais populações mantêm-se externas ao capitalismo, quando boa parte delas já depende – parcialmente, ao menos – de relações mercantis plenamente dominadas pelo grande capital-imperialismo (FONTES, 2010, p. 59).

A acumulação por espoliação, é o conceito introduzido por Harvey (2003) ou de acumulação primitiva, por assim dizer, mas em termos contemporâneos, as quais se dão nas últimas décadas do século XX. Esta forma de acumulação contemporânea prescinde de expropriar campos novos para a extração de mais-valor, para o autor estas expropriações é a resposta à crise da superprodução de capital nos anos 1970. Ele faz uma diferença na relação entre a reprodução expandida e as espoliações.

A acumulação de capital tem de fato caráter dual. Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente. [...] Se o atual período tem visto a mudança de ênfase passar da acumulação mediante

a reprodução expandida para a acumulação por espoliação, e se esta última está no cerne das práticas imperialistas, conclui-se que o balanço de interesses no interior do movimento antiglobalização e pró-globalização alternativa tem de reconhecer na acumulação por espoliação a contradição primária a ser enfrentada (HARVEY, 2003, p. 144).

Para Harvey (2003. P. 58) a acumulação por espoliação é a forma recorrente por parte do capital financeiro para dar resposta ao regime de crescimento da economia mundial de um 3%, depois da crise dos anos 1970. Leite introduz uma diferença entre as teorias de Harvey (2003) e Fontes (2010) colocando como elementos no caminho para essa diferença, um desprendimento interpretativo que ressalta Callinicos (2014, p. 198), onde mostra que Harvey (2010) em seu livro, *Para entender o capital livro I*, configura “a própria exploração como um processo de expropriação, de roubo” (LEITE, 2016. P. 106):

Leite (2016. P. 106) entende que “a exploração não é roubo. Pelo contrário, ela é justa do ponto de vista das relações mercantis”, já que, e parafraseando a Callinicos (2014), Marx (2017a) no seu livro I de *O Capital*, pressupõe que as mercadorias são vendidas por seus valores, pois a força de trabalho também é uma mercadoria e nesta configuração esta é uma “característica normal” do sistema de produção capitalista, nós aceitamos esta interpretação de Leite (2016).

A diferença entre os autores radica, diz Leite (2016. P. 106), em que Fontes “nivela a reprodução ampliada às expropriações”:

Ora, a condição social para a extração do mais-valor não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. *As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista* (FONTES, 2010, p. 45, grifos nossos).

Por outro lado, segundo Leite (2016. P. 107), Harvey “eleva as expropriações ao posto de categoria principal, subalternizando, dessa forma, a exploração”. Consequentemente as expropriações são tratadas por Harvey como um estágio histórico, que só se deu num processo anterior ao que deu origem ao capitalismo, “e não permanente como enfatiza Fontes” (LEITE, 2016. P. 107).

A maneira como Leite (2016) entende as expropriações como transferência de valor é seguindo o tratamento que os autores acima citados as colocam:

ocorre uma transferência de valor de uso via expropriações quando uma determinada coisa ainda não mercantilizada é roubada, pilhada, expropriada. É o típico exemplo da força de trabalho, por cujo valor de uso

os produtores são obrigados a cederem quando seus meios de produção são expropriados. Antes de acontecer, não faz sentido falar em valor da força de trabalho, mas sim, e apenas nesse sentido, de valor de uso da força de trabalho. [...] *Não é valor haja visto que não fora produzido pelo trabalho humano, mas é valor de uso, riqueza. Neste caso, ocorre transferência de riqueza via expropriações* (LEITE, 2016. P. 110, *grifos nossos*).

Bem como diz Leite (2016), ainda o que é transferido por vias das leis ou comercialmente, o que se transfere são as riquezas e não o valor, pois vai ser valor quando é produto do trabalho do homem, por isso a transferência se dá em valores de uso, que são “o conteúdo material da riqueza” (MARX, 2017a. P. 114), para depois serem trabalhados, sendo esta uma das determinações sociais dos valores de uso.

Sendo assim, temos que a transferência de valores de uso, se configuram também como uma Transferência Geográfica de Valor, entendendo que este valor será produzido, logo depois, de serem expropriados. Desta maneira ao ser enxergado, como mostra Leite (2016. P. 110), por Rosa Luxemburgo, de como a extração de valores se dá por meios extraeconômicos, ou seja, via expropriações esta é uma “forma permanente de imperialismo; e não meramente fortuita ou ocasional”. Algo que constata Leite (2016), com as expropriações é que o imperialismo pressupõe e reforça uma acumulação não necessariamente por vias econômicas.

Se estão dando-se transferências de valores de uso nestes tempos contemporâneos, estas transferências se efetivarão, como de valor, na comercialização e criação dos produtos, ou seja, na circulação e produção das mercadorias. Fazendo que a produção destas mercadorias esteja em mãos de capitais estrangeiros, configurando tudo o quadro para uma Transferência Geográfica de Valor.

5.4 Compendio para a interpretação da transferência geográfica de valor.

Sabemos que Lenin (2008), nos mostra por meio de sua teoria de imperialismo como a exportação de capitais se tornam um dos elementos mais constitutivos, para a interpretação, do modo que, o capital inicia seu movimento de expansão. Este movimento, tem a característica ser uma manifestação da Transferência Geográfica de Valor, no plano fenomênico, ou seja, uma determinação geográfica, real concreta da mesma. Neste sentido, vemos que a exportação de capitais não só se dá no início do século XX, hoje em dia, vemos que este fenômeno se apresenta como uma

normalidade estritamente econômica, o que faz obscurecer uma realidade como é a desigualdade territorial.

Note-se que esta exportação de capitais é resposta à uma concorrência existente, e é assim como Marx (2017), o identifica em sua obra *Miséria da filosofia*, quando argumenta que o monopólio existe só por meio dela. Esta relação entre monopólio e concorrência é o pressuposto para uma equalização da taxa média de lucro.

Antes de entrar numa aceitação da criação da taxa média de lucro, nos termos de Marx (2017) e Leite (2016), é necessário fazer uma esclarecimento: é Mandel (1985), quem reintroduz esta discussão por meio da criação dos preços de produção das mercadorias e de como estes preços na esfera da circulação são iguais aos valores das mesmas, negando assim a criação da taxa média de lucro; esta discussão dos preços das mercadorias levanta uma nova interpretação sobre o movimento expansivo do capital a qual se denomino como *Troca Desigual*.

Para que Mandel, possa identificar como no intercâmbio internacional se cria uma *deterioração nos termos da troca*, ele pressupõe como Marx, a existência de produtividades desiguais entre os capitais ou países, mas ele rejeita a concepção de transferência de valor proposta por Marx, pela não existência de uma taxa média ou geral de lucro entre países.

No entanto, a Transferência de Valor ou a Transferência Geográfica de Valor tem um comportamento no qual, a existência de produtividades diferentes espalhados pelo espaço geográfico e equalizados nos territórios, somado a uma constante exportação de capitais, como é o caso dos capitais londrina em América Latina, são garantia de uma transferência internacional de valor, entendendo que o valor é produto do trabalho humano, e este é condição inicial para que se de uma taxa média ou geral de lucro.

Pois, esta taxa média de lucro se cria ao exportar os capitais, os quais são de composições orgânicas de capital diferentes. Fazendo que se distribuíam pelo espaço geográfico em busca do lucro por meio da transferência geográfica de valor. As quais sempre são possíveis quando os territórios com menor produtividade, ou seja, onde a força de trabalho é mais barata, e onde se estabelecem formalmente os capitais obsoletos que saem das economias centrais, se conectam com a economia mundial,

no mercado mundial onde a concorrência entre capitais se dá entre capitais com produtividades de níveis diversos.

Certamente estes capitais que se direcionam aos países periféricos vão em busca da obtenção de maiores lucros, mas temos que entender que os países periféricos são um componente fundamental para poder adquirir superlucros via transferências geográficas de valor. Estes territórios com baixa produtividade estão concorrendo com outros setores e/ou capitais com maior produtividade que se encontram em outros territórios, fazendo que a transferência de valor tome um caráter geográfico mais explícito.

Entretanto, é a classe trabalhadora a que dá suporte a estas transferências geográficas de valor, em especial a parcela da classe trabalhadora que se encontra nos países periféricos.

É assim, como nos dias de hoje, com o aperfeiçoamento técnico e tecnológico das redes de comunicação (internet), o mundo se encontra mais interconectado, possibilitando um amadurecimento do capital financeiro, o que permite um fluxo muito mais rápido do capital fictício sobre a geografia, mas não só do fluxo, como deslocamento, senão também como projetos de investimento em todo o globo.

É evidente, que existe uma super bolha de capital portador de juros, que precisa ser não só investido, senão também efetivado, já que, reter ou entesourar ele, produz uma desvalorização deste capital, portanto, umas das condições iniciais para que este capital possa extrair mais-valor, é ter mão de obra ou força de trabalho disponível.

Mas também, este capital fictício se encontra com uma realidade chocante mercantil e de produção, pois as mercadorias tendem a ser relativamente mais baratas por causa da concorrência entre capitais cada vez mais produtivos, fazendo que os superlucros sejam cada vez mais pequenos, e altamente desejados, imprimindo níveis maiores de concentração e centralização de capitais.

É assim como vemos que as expropriações primárias e secundárias propostas por Fontes (2010), se convertem no modus operandi para estes capitais financeiros, logo para poder adquirir parte da massa total de mais-valor produzido, eles se vêm impelidos a pilhar terras, sobre tudo em territórios onde reina a política neoliberal, que

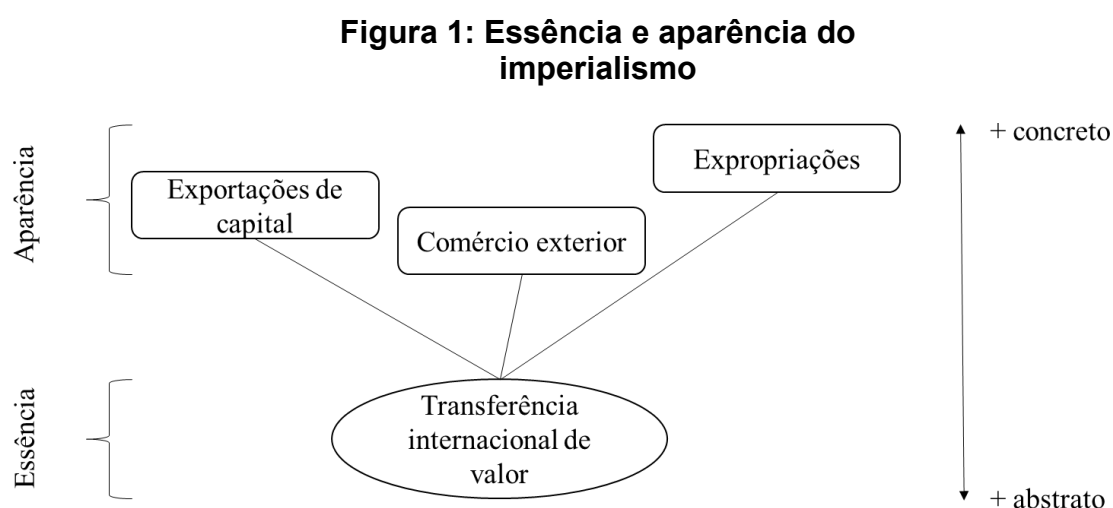
não só permite este tipo de embates contra a população, senão tudo o contrário, se apoiam via emendas parlamentares.

Da mesma forma, como nós vimos, estas expropriações contemporâneas, se enquadram numa transferência de valor de uso, e é assim como o apresenta Leite (2016), esta transferência de valor de uso, se dá porque, uma das determinações sociais mais orgânica destes valores de uso, parafraseando a Marx (2017a), é que são o conteúdo material da riqueza; ou seja, uma propriedade dos valores de uso é que este pode-se transformar num valor, quer dizer, que existe a possibilidade de ser produto do trabalho humano. E assim, vincular-se ao processo de Transferência Geográfica de Valor.

Enfim, vemos que a Transferência Geográfica de Valor não se apresenta com a mesma forma, pois esta reside nas distintas manifestações expostas anteriormente. O que significa, que esta transferência de valor é uma unidade dialética existente desde os primeiros dias do capitalismo até hoje. E é esta unidade a que não só dinamiza o imperialismo, senão também, o espaço geográfico.

Considerando a transferência de valor como essência do imperialismo.

Vemos necessário trazer uma das considerações finais que o próprio autor, Leonardo Leite elabora, que simplifica, organiza e detalha sua proposta teórica de que a essência do imperialismo é a transferência de valor. Para tanto, trouxemos uma figura que o próprio autor (Leite) criou, que ajuda na compreensão do exposto nesta segunda parte deste trabalho.



Fonte: Leite, 2016. P. 317.

Entendemos que nesta figura a transferência de valor, está no nível de abstração mais elevado que a própria realidade, embora este nível de abstração é intermediário, e que é localizado como forma de apropriação de valores, como mediação entre a acumulação e a forma como se apresenta na realidade o processo de apropriação deste valores.

6. O CARATER SOCIO-ESPACIAL DA TRANSFERÊNCIA GEOGRÁFICA DE VALOR.

6.1 Apresentação do capítulo.

Até agora, ao expor e analisar as diferentes formas de apreensão do desenvolvimento do capital por parte de três geógrafos (Harvey, Smith e Massey) com perspectiva crítica de base materialista histórica, no primeiro capítulo desta dissertação, apresentamos uma problemática existente no interior da geografia. Sendo mais específicos podemos dizer que a formulação teórica de Harvey (2013) e Smith (1988) sobre o desenvolvimento geográfico desigual ocorre a partir de uma interpretação equivocada da teoria do valor de Marx. Pois, apontam o *ajuste espacial* como forma contemporânea para superação da crise por parte do capital, que por sua vez seria provocada pela *queda tendencial da taxa de lucro*.

Estes autores nos proporcionaram algumas ideias, desde suas teorias, ao respeito das particularidades que o capital adota no movimento geográfico do valor. Como exemplo de uma dessas particularidades podemos resgatar a necessidade de criar e derrubar barreiras espaciais para garantir a acumulação. Assim, as concepções que estes autores trazem nos permitem identificar algumas determinações importantes do movimento do capital como, por exemplo, a tendência de igualação e de diferenciação geográfica.

No segundo capítulo abordamos a interpretação marxista das teorias de imperialismo apresentada por Leonardo Leite (2016), segundo o qual a transferência de valor é a essência do imperialismo, que por sua vez determina o desenvolvimento desigual e combinado do capital. Sendo esta nossa base de interpretação para uma concepção da transferência geográfica de valor, uma vez que toda transferência de

valor pressupõe uma dimensão espacial. Assim, tal capítulo teve como principal objetivo apresentar a interpretação do referido autor de que a transferência de valor é o elemento em comum entre as distintas teorias de imperialismo e, portanto, compreendemos que esta é uma nova forma de interpretação da teoria do mesmo objeto (imperialismo). O objetivo secundário foi contestar as interpretações sobre a queda tendencial da taxa de lucro expostas no primeiro capítulo.

Este segundo capítulo também nos ajudou a entender como se interrelacionam distintos capitais que produzem distintas mercadorias, com produtividades distintas, em países distintos. A exposição, ainda que de forma sucinta, das teorias de imperialismo, tanto clássica como contemporâneas, nos outorgou um entendimento de como fazer um tratamento analítico dialético das variadas interpretações do mesmo objeto. O tratamento dialético que Leite (2016) faz permitiu-lhe encontrar o que há de comum (conteúdo) entre as referidas teorias do imperialismo. Teorias estas, que na maioria das vezes, limitam-se a capturar algumas expressões fenomênicas do imperialismo (forma) em razão do caráter inacabado e/ou em desenvolvimento do objeto (imperialismo).

Desta maneira vemos, que esta forma de proceder dialeticamente é bastante poderoso. Pois ao capturar a transferência de valor como essência do imperialismo, esta (transferência de valor) se configura numa relação social, que vincula não só o fenômeno da concorrência entre capitais, senão também de outros fenômenos, como é a exportação de capitais entre outros.

A partir desta concepção teórica do imperialismo vemos que a transferência geográfica de valor também recolhe fenômenos geográficos como é a reconstituição, produção e reprodução do território, portanto, do espaço geográfico em sua totalidade, ou seja, da realidade só que em níveis distintos de abstração.

Portanto, se queremos entender o caráter espacial da transferência geográfica de valor é necessário, então, identificar algumas determinações históricas da categoria *Território*. Para compreender esta espacialização da transferência geográfica de valor e fazê-la no nível de abstração intermediário em que foi exposta por Marx (2017c) e como foi trabalhada por Leite (2016), ou seja, sobre a categoria de *apropriação do capital* que é o nível de abstração em que se apresenta a *transferência de valor*, o território tem que estar nesse mesmo nível.

Vemos assim necessário estudar as concepções sobre território de distintos autores sabendo que nas suas concepções teóricas existe um grau de captura de generalidades, particularidades e singularidades desta categoria, o que faz possível encontrar e estabelecer entre estas concepções um elemento em comum, o qual se pode apresentar de maneira explícita numas e implícita noutras.

Nosso exercício investigativo, num primeiro momento está em poder mostrar qual é esse elemento em comum, que é como o chamaremos por agora, entre os distintos autores que trabalham diretamente a categoria território. Para tanto, analisaremos e discutiremos as distintas teorias, em total seis concepções, sobre território de distintos autores tanto clássicos como contemporâneos. Sendo assim, nosso análises estará atento a esse elemento em comum existente entre os teóricos, o que nos demanda uma maior atenção ao nível de abstração em que está a transferência de valor e o território.

Num segundo momento apresentaremos um exemplo teórico com base na teoria Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini (1974) sobre a reconstituição do território através da transferência geográfica de valor. Para tanto, apresentaremos como entendemos o mecanismo de transferência de valor que se executa na equalização da taxa média ou geral de lucro por meio de dois exemplos hipotéticos. Os quais nos permitirão entender como se dá transferência geográfica de valor.

Como último momento deste capítulo mostraremos que o Território na sua forma, ou seja, segundo o nível de abstração próprio da transferência de valor e/ou apropriação de valores, é uma relação social capitalista. O que significa mostrar que a Transferência Geográfica de Valor (TGV) seria então o conteúdo da categoria território, ou seja, que esta última é pressuposta e posta pelo capital para apropriar-se do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos.

Logo, ao não ser entendido o território como uma mediação que é própria do capital, este tipo de entendimento leva a fazer que os processos de luta social que reivindicam a defesa deste (o território) como forma revolucionária de confrontação ao capital mistifique ainda mais seu caráter. Ao ser o Território uma categoria real e concreta, mas mistificada, esta contribui ao fraturamento da realidade, das lutas contra o capital, parcela e divide ainda mais a classe trabalhadora, ademais potencializa as concepções teóricas amparadas num relativismo ontológico.

Por fim, faremos algumas considerações finais na direção de que a categoria território como categoria que mistifica a realidade, tem que ser superada, como forma de fazer uma geografia revolucionária própria da classe trabalhadora no mundo, das pessoas de a pé.

6.2 Distintas concepções fenomênicas de território.

Vemos necessário fazer um análises crítico e rigoroso das diferentes formas em que se há entendido o território no pensamento geográfico. Pois estas formas de entendimento fazem parte em certo grau também dá totalidade do objeto. Este análises visa identificar algumas determinações históricas e algumas particularidades da categoria território, as quais umas não estão presentes e outras estão pressupostas ou estão implícitas nos análises teóricos que trabalharemos aqui. As perguntas que nós podemos fazer são as seguintes, o território é uma das formas ou estruturas necessárias que o capital põe assim mesmo para possibilitar seu desenvolvimento? Se sim, qual é a forma em que se efetiva o território? Portanto, a Transferência Geográfica de Valor como se enquadra nesse processo de constituição do território no capitalismo?

Partiremos inicialmente desde a concepção teórica de um geografo clássico C. Ritter (1779-1859). Este autor diz que a geografia o que quer é compreender a superfície da terra entendendo esta como um processo que se constitui por partes ou das partes desta superfície. Essas partes especificamente são os lugares os quais são produto de uma inspiração divina que se manifesta ou se apresenta através da natureza. Esta última é para Ritter (1865), a que rege o comportamento da superfície, portanto, ela está presente no destino manifesto destes lugares.

Desta maneira, como a natureza é manifestação do divino e predeterminação dos lugares esta (natureza) se configura como portadora das leis gerais e universais sobre a superfície terrestre. Portanto, a natureza como portadora das leis que rege sobre toda a superfície, as leis desta última também atua sobre o comportamento dos seres humanos, que é na final das contas a que possibilita o estabelecimento de nós, os seres humanos, sobre o território. Ritter vai dizer ao respeito da superfície na sua obra geografia comparada que:

A Terra, considerada por si só, apenas um fragmento do Universo, do Cosmos, no uso amplo da palavra, que Humboldt tenha dado a ele em sua obra célebre. A Terra é grande palco, por assim dizer, da natureza, a casa,

ou melhor, do berço, dos homens e das nações, o lugar de habitação da nossa raça. Não é apenas uma das regiões de espaços imensos, uma grande superfície, é o teatro onde todas as forças da natureza e as leis da Natureza são exibidos na sua variedade e independências. Além disso, é o domínio de todo o esforço humano, e a cena de uma revelação divina. A Terra deve ser estudada, portanto, em uma relação tríplice: o Universo, a Natureza, a História. (RITTER, 1865, p. xv-xvi).²³

Se nos determos um pouco na citação anterior podemos dar conta que a forma de estudar a geografia que propõe Ritter é desde o caráter fisiológico da superfície. Isso o podemos entender quando ele diz que “A Terra é grande palco, por assim dizer, da natureza”. Daí mesmo, inferimos que ele está referindo-se à superfície da terra como totalidade. Logo, imediatamente depois quando Ritter diz que “o teatro onde todas as forças da natureza e as leis da Natureza são exibidos na sua variedade e independências”, isto o entendemos como a soma das partes ou dos lugares. Sendo assim, quando ele propõe compreender a totalidade desta forma, esta (a superfície) já está sendo automaticamente separada, particularizada, de outros processos que também a constituem.

Ao fazer isso, Ritter deixa por fora algumas relações sociais já existentes, por exemplo, o processo do desenvolvimento da produção de objetos, das trocas destes objetos, o dinheiro, das revoluções, enfim e outras tantas que se apresentam nos lugares e entre eles. Também esta forma de compreensão da geografia deixa por fora as contradições que acontecem na relação entre os lugares e a superfície (totalidade), por exemplo, o tipo de distribuição espacial, ou seja, qual é o critério para a definição das fronteiras entre os lugares nessa totalidade.

Esta compreensão da geografia por parte Ritter (1985) se mostra de modo que o estudo da superfície está na direção, como caráter altamente político, de garantir ou suprir as carências e/ou necessidades humanas. Ou seja, que se a superfície terrestre “é o domínio de todo o esforço humano” (ibidem, P. xv-xvi), os lugares são transformações do “domínio humano” e isto pode ser compreendido no mínimo em dois sentidos. Num primeiro sentido mais explícito, como base material

²³ Texto original: The Earth, considered per se, is only a fragment of the Universe, of the Kosmos, in that wide use of the word which Humboldt has given to it in his celebrated work. The Earth is the grand floor, so to speak, of Nature; the home, or rather the cradle, of men and of nations, the dwelling-place of our race. It is not merely a regions of immense spaces, a vast superficies, it is the theater where all the forces of Nature and the laws of Nature are displayed in their variety and independencies. Besides this, it is the field of all human effort, and the scene of a Divine revelation. The Earth must be studied, therefore, in a threefold relation: to the Universe, to Nature, to History. (RITTER, 1865, p. xv-xvi). Tradução de: Flamarion Dutra Alves e Danilo Piccoli Neto, em: O LEGADO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE KARL RITTER: Contribuições para a sistematização da geografia. Geo-UERJ. Rio de Janeiro 2009.

concreta para a realização de atividades produtivas (pesca, caça, agricultura, etc.), e um segundo sentido, como desdobramento do primeiro, de apropriação dessa superfície terrestre por meio do esforço humano. Este segundo sentido tem maior valor para nossa investigação.

Esta mesma compressão de domínio a entendemos como uma característica mais concreta do que é a apropriação da superfície, e esta forma mais concreta é a que naturaliza/idealiza e, portanto, abstrai a relação social e histórica existente entre o homem e a natureza, ou seja, o trabalho. A concepção de superfície terrestre, ou seja, geográfica nos termos do autor, por mais este último aceite o caráter histórico e proponha uma visão nomotética (leis gerais) da mesma, não se dá conta do caráter de unidade que a realidade tem. Por outro lado, esta compressão de suprir necessidades humanas é o argumento que vai ser explorado a maior profundidade para um outro geógrafo alemão, Friedrich Ratzel (1844-1904), que tempo depois apresentara uma proposição mais delimitada sobre o território.

Ratzel (1990) busca referências em Ritter (1865), como vimos este último entende que lugar e território são de uma predeterminação divina. Mas, Ratzel se afasta desta visão e se radicaliza ainda mais com respeito às leis gerais em nos termos de que estes lugares as sofrem, mas negando a concepção divina e predeterminada dos mesmos, exigindo-lhe de maneira formal uma mediação entre o caráter fisiológico e social. Um dos estudiosos do referido autor (Ratzel) no Brasil diz, que “Ele chegou a tecer críticas contundentes à ideia ‘obscura’ de ser o homem ‘um produto do meio’. Também a ideia de predestinação dos lugares” (MORAIS, 1990. P. 10), pois estas ideias de Ritter são consumação dessas leis gerais.

Podemos dizer que Ratzel (1990) assume uma posição positivista ao dizer que as leis gerais da natureza regem também as leis gerais da sociedade, Morais (Ibidem, P. 14) afirma, que Ratzel “é explícito quanto às metas a serem atingidas - traduzir em leis as influências das condições naturais sobre a evolução dos povos -, porém não elimina as dificuldades existentes na realização de tal propósito” (MORAIS, 1990. P. 14). Esta forma como Ratzel entende o processo de desenvolvimento da sociedade é de um determinismo biológico muito agudo.

Embora, esta forma de pensar Ratzel seja altamente questionável é de um nível plausível de apreensão da realidade, pois ele concebe ao território como uma mediação, como a forma de apropriação do espaço, assim “O território seria, em sua

definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAIS, 1990. P. 23). Como mostramos anteriormente, em Ritter não é explícita a apropriação do espaço, embora, nós tenhamos inferido esta relação entendendo o domínio como forma mais concreta que apropriação. É aqui, com Ratzel que o território se apresenta pela primeira vez como forma de apropriação fisiológica do espaço.

Esta apropriação fisiológica se dá por meio da procura de alimento e pela necessidade de habitação, assim é como Ratzel (1990, P. 63-64) o explícita “a amplitude do próprio território, que oferece abundância de alimentos e comodidade de habitação”. Estas duas necessidades humanas (alimentação e habitação) são o sustento real e concreto, segundo Ratzel, para a formação e/ou constituição do território na história humana.

Vemos que o autor não concebe os processos anteriores a alimentação e habitação, por exemplo, os processos de produção ou em particular as atividades produtivas necessárias para que se possam dar a necessidade de alimentação e a procura de habitação. Embora, segundo Morais (1990, P. 21), o trabalho humano “é definido por Ratzel como uma “imitação da natureza”, um fator de domínio de seus recursos e de suas condições”. Ou seja, que para Ratzel o trabalho humano não é a relação social bacilar entre homem e natureza, relação esta que permite todo e qualquer processo produtivo e de desenvolvimento social. Portanto, para este autor (Ratzel) a forma de habitação e a procura por alimentos são dadas, são as formas de manifestação das leis universais ou da natureza.

Portanto, Alimentação e habitação serão determinações de outros processos em relação ao grau de recuo das barreiras naturais (Marx, 2017a), ou seja, do desenvolvimento. Mas é de ressaltar que Ratzel (1990) nos proporciona um elemento importante para o análises, a *apropriação do espaço geográfico*, como forma de expressão do território. Esta ideia, em parte, vai ser de vital importância para entender o Território como relação social capitalista.

Na proposta teórica de Ratzel respeito a apropriação do espaço geográfico, este último tem como base um conceito vindo do pensamento alemão, a *cultura*, e assim é que a apropriação do espaço toma forma e sofre um desdobramento político.

Morais (1990. P. 26) vai dizer que “O cometido ideológico das afirmações e mesmo seu caráter instrumental direto permitem incluí-la no escopo da *Kiiltitrkampf* (política cultural estimulada pelo Estado alemão no final do século XIX. de forte apelo nacionalista)”, para Ratzel (1990) a cultura é o elemento civilizatório dos povos é a mostra do grau de desenvolvimento do homem no meio.

Assim, podemos ver que na concepção de território que Ratzel (1990) tem, existe a ideia da condição de mediação, ou seja, que o território como é a forma de apropriação do espaço este é expressão máxima de que não é o meio quem determina ao homem em absoluto. Segundo Moraes (1990. P. 24) Ratzel compreende que “a civilização, ao libertar os povos do domínio do meio, os torna mais dependentes dele”, isto nos dá a entender de certa maneira, que o homem imprime uma força que modifica o grau de subordinação existente de se mesmo sobre o meio.

Mas existe um problema neste tipo de análises para Ratzel, que são as formas não manifestas das leis naturais, pois o caráter positivista propriamente dito do autor faz entender a este que as leis gerais regem sobre algo que está acima do território e os lugares, colocando de maneira formal e lógica um tipo de objeto inicial ou originário para a geografia, o espaço geográfico.

A concepção de espaço que Ratzel (1990) tem é importante para poder compreender melhor a relação entre estado e território, entendendo que este último é uma porção apropriada desse espaço. Ele o vai chamar de *espaço vital*, “O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis” (MORAIS, 1990. P, 23), desta maneira é que Ratzel agrega na sua concepção de território uma causalidade, que permitirá a alguém ou algo de organizar a apropriação deste espaço, da qual é *uma necessidade territorial do Estado*, “A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual é graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado” (RATZEL, 1990. P, 76), é assim como o escreve Ratzel.

É assim como temos uma definição de Espaço e de Território proposta por Ratzel, na sua vez território ganha uma dimensão a mais, a de apropriação “necessária”, portanto, de que o Estado exista para o território. Mas entendemos está

condição de necessidade apropriação espacial como uma justificativa para disputa em termos reais pela apropriação do espaço. Esta apropriação tem como justificativa como ações necessárias que garantam a satisfação das necessidades humanas “básicas”, habitação e alimentação dos povos.

Aqui o que há implicitamente é uma efetivação da apropriação desse espaço vital por meio da propriedade privada tal como Hegel (2000, p.47) a concebe “a propriedade tem a sua primeira existência, o seu fim essencial para si”, mas o garante dessas propriedades privadas ou apropriações do espaço é o *Estado*. Temos assim em Ratzel como o Estado comparece na forma de consumação entre a sociedade e o território. Esta postura do autor tem respaldo na concepção hegeliana de propriedade privada, o que nos permite entender do porquê da importância do estado na sua concepção de território, significando e naturalizando as disputas espaciais, por não dizer, as disputas geopolíticas.

As disputas espaciais ou entre estados, tem como sustento algumas ideias evolucionistas de Darwin (1809-1882) das quais Ratzel resgata a da competição e/ou concorrência, “Tanto na competição pacífica quanto na luta bélica, a regra sustenta que os que avançam devem enfrentar seus oponentes em seu próprio terreno” (RATZEL, 1990. P. 192).

Podemos assim darmos conta de que as relações de disputa não são dadas entre os povos e sim entre estados, na obra *As leis das formações de Estado*, Ratzel (1990) vai apresentar um conflito entre estados, o maior e o menor. O produto de dito conflito é a consolidação do território, mas para isso Ratzel se desfaz de uma ideia mais de Ritter (1865) a de destino manifesto dos lugares, apoiando-se mais uma vez no conceito de cultura. Assim, ele chama de “povos naturais” aos que buscam sempre na competição a disputa espacial, em palavras de Morais (1990, P. 24), “o móvel da guerra seria o saque e a escravidão”, sendo está a forma de efetivar uma “conquista espacial”, ou seja, uma disputa pela apropriação do espaço desses “povos naturais”.

Ratzel vai chamar de povos civilizados aos que não fazem uso da pilhagem e da escravidão por regra em suas relações de disputa espacial. Ratzel vai dizer, o que eles fazem é uma “*conquista Territorial*” (MORAIS, 1990. P. 24), esta é uma forma evidentemente ideológica que obscurece os conflitos derivados de qualquer disputa espacial, como o são a dominação e a expropriação. Em outras palavras, a distinção que Ratzel (1990, P. 73) faz entre “povos naturais” e “povos civilizados” dá validade e

legalidade as conquistas espaciais, justificando que o estado tem ainda áreas para a expansão geográfica.

Podemos perguntarmos, quais serão essas formas “civilizadas” de conquista territorial? Desde nossa perspectiva, as formas em que a pilhagem e a escravidão não se apresentem numa eventual disputa pela apropriação espacial, é através dos mecanismos econômicos e também dos extraeconômicos. Uma forma de perceber estes é a subsunção formal dos povos e suas atividades produtivas ao capital. Vejamos, que Marx em sua obra *teorias do mais valor* nos mostra como se pode efetivar a produção capitalista ainda com trabalho escravo.

Na segunda espécie de colônias - as grandes fazendas (*plantations*)-destinadas desde o início à especulação comercial e com a produção voltada para o mercado mundial, verifica-se produção capitalista, embora formalmente apenas, uma vez que a escravatura negra exclui o assalariado livre, portanto o fundamento da produção capitalista (MARX, 1980. P. 730).

Desta maneira podemos ver que o capital como relação social vincula atividades produtivas ainda em condição de escravidão, isso demonstra que o capital está presente antes da “conquista Territorial” planteada por Ratzel, portanto, este fator de o capital ser uma relação social não é tido em conta, pelo autor em questão, como uma determinação social para a reconstituição do Território e por conseguinte do Estado.

Logo, para Ratzel (1990. P. 74) o povo é produto do território que habita. Nesta concepção geográfica de mundo existe uma relação direta entre povo e território, “a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence”, mas Ratzel vai dizer também que é o Estado o organismo vivo do território, “A delimitação de localidades politicamente valiosas expressa-se também na forma do Estado. Nós a consideramos um estágio transitório de descanso para o organismo fundamentalmente móvel” (RATZEL, 1990. P. 187). Para tanto. o território tem que ser objeto do Estado e este permite a compreensão e efetivação dos processos de apropriação do espaço.

Desde nossa perspectiva, Ratzel dá alguns passos na compreensão do processo de disputa pela apropriação do espaço geográfico. Mas, o erro dele está em atribuir esta concorrência a leis Naturais, obscurecendo todo tipo de relações sociais existentes, por exemplo, o capital que é uma relação estritamente social e, que já existe para sua época, o qual tem como parte legal a concorrência entre capitais

industriais individuais. Vemos, portanto, que o Território e o Estado na concepção de Ratzel estes são uma unidade, para nós também o vai ser, mas não pelos argumentos expressados aqui pelo o autor como a cultura e a propriedade privada.

Consideremos agora as ideias de outro clássico na geografia, La Blache (1845-1918) geógrafo Frances, que faz um desprendimento radical com respeito a categoria território que foi postulada por Ratzel, O referido autor abandona a concepção, de leis gerais, postulada por seu antecessor e coloca maior peso empírico nas características particulares e/ou individuais das áreas ou domínios geográficos determinados, valendo-se de um análises positivista que introduz uma dimensão historicista destes domínios.

O campo mais geral das concepções de La Blache (1913, P. 7), é a *Região*, ele o diz com todas as letras, “este conjunto de traços característicos que gravam no espírito do geógrafo a ideia de região”, convertendo-se esta última (região) em seu objeto de pesquisa. Mas ao querer compreender o território, La Blache o fundamenta especialmente na concepção historicista do objeto, assim “O estudo da evolução dos fenômenos terrestres supõe o emprego de uma cronologia que difere essencialmente daquela da História” (LA BLACHE, 1913. P. 8), dita cronologia é mais no sentido de que existe algumas particularidades, do objeto, que mostram sua descontinuidade, seus retrocessos e seus avanços, e que são características propriamente deste e que não se “acoplam” a uma leitura linear da história.

A região tem na sua concepção dois elementos chaves, um é a perspectiva dos lugares e suas particularidades como forma de justificativa da tradição e um segundo elemento no sentido teológico, do espírito. Esta imersão no historicismo, por parte de Vidal De La Blache é base conceitual para seus estudos regionais, esta mesma é de corte conservador, no sentido de que a existência da região é confirmada e provada pelos processos morfológicos que permitem uma adequação dos humanos aos lugares. O caráter descritivo da proposta de La Blache sobre a região é uma justificativa da existência absoluta de forças naturais que são aproveitadas pelos assentamentos humanos nos territórios.

Em La Blache temos uma dificuldade em encontrar uma postura mais explícita com respeito a relação de apropriação. Mas poderemos submergirmos um pouco na sua concepção historicista, para assim decantar algumas ideias que são expressão da categoria de apropriação e, portanto, do território. La Blache considera como

elemento superior a liberdade dos seres humanos com respeito ao meio, ele vai dizer então que “o elemento humano é essencial em toda a Geografia” (LA BLACHE, 1954. P. 27), desta maneira o autor introduz a concepção de possibilidade humana, o autor a expressa da seguinte maneira:

Um indivíduo geográfico não resulta simplesmente das condições geológicas e climáticas. *Não é algo librado completamente às mãos da natureza. É o homem que revela a individualidade de um território moldando-o para seu próprio uso.* Ele estabelece uma conexão entre características não relacionadas, substituindo a sistemática cooperação de forças aos efeitos aleatórios das circunstâncias locais. (LA BLACHE, 1903. P. 178, apud CAPEL, 1983. P. 332, *tradução nossa, grifos nossos*).

Podemos darmos conta nesta citação, que o autor captura uma determinação concreta do território, seu uso. Pois quando ele diz, que “*É o homem que revela a individualidade de um território moldando-o para seu próprio uso*”, o que está nos dizendo é que o território pode ser usado, é usado e foi usado, isso nos conduz a uma discussão sobre o “uso do território”. É importante entender que existe um pressuposto anterior para que o território possa ser moldado para o uso do homem. Este pressuposto é, para que exista um uso de qualquer objeto este tem que ter sido produzido e, portanto, apropriado. Isso significa dizer que num nível de abstração menos concreto ao uso, existe uma determinação que possibilita o uso, neste caso do território, é sua apropriação.

Entendemos que apropriação e uso não são a mesma coisa, mas que existe uma relação entre estas duas categorias. É necessário interpretar à categoria uso como uma categoria mais concreta da categoria apropriação que está num nível mais abstrato. Ao existir, em quanto a níveis de abstração, a distinção entre uso e apropriação nos exige necessariamente um análises dialético entre estas duas categorias. Sabemos por Marx (2017) na sua obra O capital, que num nível maior de abstração à apropriação se encontra a categoria acumulação. Então, assim teríamos que a apropriação está num nível de abstração intermediário, nível em que se encontra a transferência geográfica de valor.

Desta maneira, vejamos que há uma determinação concreta, a produção, a qual permite o trânsito entre níveis de abstração pois esta é permanente. Continuando nosso análises vemos que a produção do território seria a determinação que possibilita uma apropriação e acumulação do território e, portanto, do espaço. Esta produção do território, pode ser entendida no análises de Lefebvre (2013), mas que

para nossa pesquisa vemos que: a) é pertinente e importante fazer esta discussão sobre a produção do espaço apresentando nossa interpretação, mas que por motivos de tempo é impossível introduzi-la aqui neste análises, b) que este tipo de análises abre uma outra frente de estudo, a sua vez é muito amplo, mas que pode ser resolvida numa futura investigação e c) que num sentido mais amplo, ou seja na totalidade, a produção do espaço pode trazer uma discussão de como entender a acumulação do espaço e, portanto, pertence a outro nível de abstração distinto ao proposto nesta trabalho.

Sendo dada a produção do espaço, ou seja do território, temos que o uso do território, coloca no debate o seu valor de uso, ou seja sua utilidade. Desta maneira entendemos que a utilidade do território faz dele um valor de uso. Mas que as propriedades do corpo do território, ou seja, sua materialidade é o que faz dele um objeto real e concreto, o que condiciona seu uso. Como diz Marx (2017a, P. 114), “Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens”, desta passagem podemos inferir que Marx também entende que a apropriação das qualidades uteis é um pressuposto para poder ser usado, mas que isso não depende do tempo de trabalho para ser produzido se não do corpo da mercadoria diz Marx.

É de aclarar, que está apropriação citada de Marx anteriormente, está em referência aos valores de uso de uma mercadoria e pertencente a um nível de abstração onde as mercadorias são vendidas sim ou sim, ou seja, referente ao nível de análises do livro I, de O Capital. Podemos dizer então, que esta utilidade não está no mesmo nível de abstração em que está a apropriação, mas que dá luzes para entender o uso do território no capitalismo.

O território neste caso, seu caráter útil, ou seja, seu uso depende de seu corpo que é sua determinação física, objetiva, real e concreta. Este caráter útil pressupõe uma apropriação do território por parte dos homens, isto o podemos inferir em La Blache, quando ele diz na citação acima, que “Um indivíduo geográfico... Não é algo librado completamente às mãos da natureza” (LA BLACHE, 1903. P. 178, apud CAPEL, 1983. P. 332, *tradução nossa, grifos nossos*). Portanto, para que o território possa ser usado, este tem que ter sido produzido e, portanto, apropriado este é o processo dialético que é próprio do território, entendendo que este processo dialético

está em continuo movimento, nesta época social e histórica que chamamos de capitalismo.

Portanto, entendemos que o uso do território por parte dos homens, ou seja, na perspectiva de La Blache (1903) tem como determinação anterior uma apropriação do espaço. Isso significa, que o autor só pode falar do uso do território, por que este foi apropriado, não nos interessa aqui o como foi apropriado, mas por mais que La Blache não fale de apropriação do espaço ou território explicitamente, não exige que esta apropriação não seja o pressuposto para seu uso.

La Blache (1922, P. 7) vai tomar em certa perspectiva as ideias de Ratzel (1900) sobre os *povos naturais* para justificar a não dicotomização da geografia e apontar que seu conceito de região é uma unidade geográfica. Isto é, que o referido autor aceitava a ideias de que os “povos naturais” fazem conquistas espaciais, ou seja, apropriação do espaço tal como Ratzel o formulou, via pilhagem e escravidão, justificando que estes povos tinham uma dependência muito acirrada ao meio. O que estamos querendo dizer é que La Blache sim tinha em sua concepção de território, a determinação de apropriação do espaço.

A discussão apresentada acima sobre o uso/apropriação, nos servira para entender outras concepções teóricas mais contemporâneas sobre o uso do território. Mas é em La Blache que podemos estabelecer desde já uma distinção e compressão de que todo uso do território é efetivação de uma apropriação do espaço geográfico.

Neste sentido, temos desde La Blache uma nova configuração do paradigma geográfico ao interior do positivismo. Ao fazer um paralelo entre Ratzel, que considerava que a geografia era uma ciência dos homens e que as leis naturais regiam sobre espaço vital, e La Blache (1913. P. 7) que dizia “A geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”. Este paralelo, evidencia uma bifurcação “conceitual” do território no interior da geografia, mas que para nós é o mesmo objeto só que níveis de abstração diferentes.

É por meio da construção analítica do conceito Região proposta por La Blache que o estado francês justifica a defesa seus territórios (Argélia entre outros) tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial. Esta maleabilidade analítica aparente do conceito território permite que a região possa ser produzida como prova sólida de sua existência, ademais fazendo uma caminhada de livre e coerente fundamentação

teórica por parte de muitos geógrafos do século XX. Isto cria um aparente problema científico que repousa mais numa escolha entre dois conceitos geográficos do território por parte dos geógrafos, um no sentido da apropriação do espaço geográfico e um outro no sentido de seus usos.

Podemos dizer que está concepção regional na geografia se configurou e assentou suas bases por bastante tempo, assim “A Geografia retoma sua abordagem territorial a partir da década de 1970” (BORTOLIN, 2019. P. 2), tempo no qual se dá uma nova rodada de discussão sobre o território por meio da tese de Raffestin (1980) na qual ele reclama da centralidade do Estado na concepção de território de Ratzel (1990), trazendo um “novo olhar geográfico”.

Se seu método tivesse sido claramente compreendido e assimilado, Foucault provavelmente teria revolucionado a geografia humana, mas, para que ela assim o fosse, seria necessário que os próprios geógrafos colocassem a si mesmos a questão essencial do nascimento do olhar geográfico, como ele próprio tinha colocado aquele do olhar clínico[...]. (RAFFESTIN, 1997, p. 142, tradução de SOUZA).

Raffestin na sua obra *Por uma Geografia do Poder* (1993) defende seu olhar geográfico dizendo que a sociedade civil também participa no planeamento e organização do território. Este autor é influenciado diretamente pelas teorias pós-modernas, que tiveram auge na década dos anos 1970 e que de maneira geral penetram em toda a ciência. Sabemos que Kuhn (1998, p. 13), é quem propõe, querendo ou não, uma relativização ontológica como forma de superação do método positivista nas ciências, ao garantir a “incomensurabilidade dos paradigmas”, este último autor diz ao respeito, “considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Vemos assim, que Raffestin tem como estatuto ontológico este relativismo. O qual permite e mobiliza uma crítica à dimensão totalizante do estado e de passada das leis gerais que se encontram nas concepções sobre território. Sua crítica é direcionada especialmente sobre a concepção de território de Ratzel a qual carrega uma filosofia positivista em sua postulação e que é muito utilizada por parte dos estados nacionais para justificar seu atuar político de maneira interna e externa, por exemplo, as invasões aos países por parte do Estado Nazi na segunda guerra mundial, é este tipo de atuar que Raffestin vê reflexado na prática os princípios do totalitarismo na sociedade. Pois em certa maneira, sua proposta está numa

valorização das minorias, dos grupos sociais não hegemônicos que constituem ou fazem parte do território.

A maneira como Raffestin aborda sua crítica às concepções anteriores sobre território é levantando dois questionamentos de maneira geral. O primeiro questionamento tem a ver com a centralidade do estado sobre o território, ele o faz da seguinte maneira “o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que podem agir com ele” (RAFFESTIN, 1993. P. 16), e o segundo questionamento, que está na dimensão dos sujeitos que efetivam e constituem o território, que é um desdobramento do primeiro o faz da seguinte forma “O território é também um produto "consumido", ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio.” (RAFFESTIN, 1993. P. 8), estes “personagens” estão circunscritos nas relações de poder sobre o território, relações estas que também o determinam.

Raffestin quando critica a centralidade do Estado sobre o território o faz argumentando que este último (território) ao estar sob o domínio do estado, toma a forma dada a partir desta relação de dominação, ou seja, o Estado é quem articular e/ou administrar as mudanças necessárias que o capital precisa de maneira geral sobre a base material dele, portanto, do território:

O Estado pode ter por objetivo realizar uma distribuição equilibrada da população no território e, por medidas de incitação, novos arranjos e investimentos criadores de empregos, por exemplo, pode remodelar o mapa de distribuição da população. Mas sem dúvida são as empresas que, tendo um interesse primordial em possuir mão-de-obra onde fazem investimentos, desempenham o papel principal na distribuição da população. As empresas procuram realizar a maior mobilidade geográfica possível para satisfazer suas necessidades de mão-de-obra. (RAFFESTIN, 1993. P. 80).

Este argumento explicita uma necessidade de transformação e inclusão de outras relações de poder existentes sobre o território, o argumento é necessidade de soltar a interpretação de Ratzel sobre o Estado que as exclui. Esta argumentação é a que Raffestin (1993) apresenta, e que a vemos como um giro de 180°, passando da centralidade do Estado para uma centralidade da Sociedade Civil. Vejamos, que esta forma de propor Raffestin uma mudança sobre o território, ainda que “desvestida do método positivista”, mas que conserva seu caráter idealista, nega as relações sociais

e as legalidades do capital as quais tem formas reais e concretas de apresentar-se na realidade.

O autor argumenta que a sociedade civil também exerce uma administração e controle sobre o território, mas deixando por fora de sua concepção as contradições menos aparentes e que também são próprias das relações de poder. Relações tais como: hierarquização regional, subordinação e/ou dependência dos territórios, embora, o território seja comandado e/ou administrado pela sociedade civil. Ou seja, não basta só com colocar nossa atenção sobre as possibilidades e efetivações que a sociedade civil cria sobre o território, pois esta (sociedade civil) se encontram permeadas pelas relações sociais de produção capitalistas que as circunscreve seja de maneira formal e/ou real ao capital.

Mas é de aclarar, que o autor faz um consenso com a ideia de Ratzel (1990) sobre a categoria território. Dito consenso está em que o território é uma mediação da relação de apropriação do espaço é assim como o podemos observar em seu artigo “‘Propriété, Espace et Territoire’. Neste texto, o autor apresenta uma perspectiva de território correspondente às estratégias verticalizadas de incorporação da terra e dos recursos naturais às dinâmicas homogeneizadoras do capital” (SOUZA, 2020. P. 54). Esta apropriação/propriedade, segundo Raffestin, está determinada pelas relações de poder existentes sobre o território. Embora, como dizemos anteriormente, esta explanação de Raffestin de querer colocar outras relações de poder existentes como constituintes do território não inclui as relações de poder contraditórias.

Embora, na sua concepção relacional sobre o território apareçam dois atores que especificam estas outras relações de poder que o determinam, ainda assim o argumento é frágil. O autor designa que nas relações de poder existem dois atores coletivos o sintagmático e o paradigmático:

Essas considerações nos levam a distinguir dois tipos de atores coletivos: aqueles que realizam um programa e que *Greimas* chama *sintagmáticos* e aqueles que surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado e que o mesmo autor chama de *paradigmáticos* (RAFFESTIN, 1993. P.40, *grifos nossos*)

Podemos dizer que o primeiro (sintagmático) é quem propõe um projeto de território e o segundo (paradigmático) é quem o executa. De certa maneira podemos ver que está concepção de atores é uma idealização que exclui aos sujeitos históricos

e suas lutas de classe, a qual seguindo o argumento do autor, também constituem o território.

É de levar em consideração que para a época de elaboração de sua obra, já existia uma separação dentro da geografia entre humana e física. Raffestein (1993) adota uma deliberada defesa de tal separação da geografia, argumentando que a geografia humana não tem um método que a sustente. De tal maneira que ele busca na linguística esse estatuto científico e diz, que “Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território.” (RAFFESTIN, 1993. P. 153).

O autor traz ao interior do debate, e da geografia, a ideia da importância das narrativas como forma de compreender a realidade. Vemos assim, que mais uma vez Raffestin quer fazer uma substituição idealizada da realidade, obscurecendo a verdade, as relações sociais de produção, as determinações geográficas e as sociais existentes que circunscrevem o território ao capital e que na sua própria concepção este (o território) cria e recria sobre o espaço geográfico.

Portanto, Raffestin (1993, P. 269) diz, que “nesse sentido que o geógrafo é uma instância de recursos e que sua disciplina, fornecendo meios teóricos de análise, saberá se é algo diferente de um relato detalhado”, ou seja, que a contribuição que pode fazer um geógrafo humano é a de apresentar sua narrativa sobre o real. O que nos parece um exercício muito tímido por parte do geógrafo, pois na realidade este sujeito (o geógrafo) também faz parte da realidade e há de tomar de maneira consciente ou não, uma posição de classe, que na maioria das vezes está mais perto dos ideais burgueses que da classe trabalhadora.

Uma das contribuições que Raffestin (1993) vai nos apresentar para o avanço sobre a constituição da categoria território, é o trabalho como ação humana central na apropriação e constituição do território:

Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder (RAFFESTIN, 1993. P. 165).

Desta maneira o autor está “facultado” para colocar as práticas ou ações humanas no espaço como o objeto da geografia, ou seja, que as práticas humanas

são as que determinam as formas de apropriação do espaço e da constituição do território e não o estado como ente abstrato que as representa.

O que Raffestin faz, querendo ou não, é uma recuperação do conceito de Território colocando-o num novo período que se consolida com uma retórica de fim da história. Esta narrativa se conhece como período ou época da ideologia Neoliberal que até os dias de hoje persiste em quase todos os países dependentes e/ou periféricos. Precisando os termos do debate seria que esta ideologia económica tem a ver com a mistura entre a lógica administrativa das empresas e o desenvolvimento do Estado. O que traz a proliferação de inúmeras discussões sobre território e de inúmeras proposições conceituais sobre o mesmo objeto. O seguinte autor que vamos apresentar vai trabalhar nessa linha de análises o território.

Outro autor que podemos identificar e, que destaca e discute o território desde uma perspectiva institucionalista, é Gottmann (1975). Ele traz ao centro do debate uma outra concepção, sobre um elemento já exposto por La Blache (1903), mas que na obra deste autor se encontrava muito implícito, já em Gottmann, encontramos de maneira mais explícita os usos do território, ou seja, o uso de algum lugar, este último autor o entende da seguinte maneira, “Por ser tradicionalmente usado tanto como abrigo quanto como recurso, o território cria um dilema básico para seu povo.” (GOTTMANN, 1975. P. 10).

O território como Gottmann o entende está no sentido de cenário ou palco ele o diz diretamente assim o “Território ... é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo” (GOTTMANN, 1975. P. 1). Nesta visão de território Gottmann consegue apreender de maneira explícita a relação entre o Estado e a escala global/internacional. O Estado-Nação conforma ou faz parte de uma rede imbricada de relações tanto sociais, políticas como económicas. O referido autor desdobra dois conceitos para mostrar esta relação o *território como abrigo (endógeno)* e *território como recurso (exógeno)*. O primeiro, tem a ver mais com a forma de entender o território por parte dos que pertencem e usufruem deste domínio geográfico, o segundo conceito está mais vinculado a visão de aqueles que vão usar o território. Segundo Gottmann estes dois conceitos são base comum para qualquer território existente.

Como mostramos anteriormente, o uso do território é uma expressão, ou uma forma mais concreta da apropriação do espaço. Logo, se entendemos que o uso do

território é uma apropriação efetivada esta forma nos permitiria identificar que os movimentos de interconexão entre os territórios estão pautados em disputas pelo espaço geográfico, pois os usos do território obedeceriam a uma divisão internacional do trabalho. Neste sentido, os usos que os governos, instituições e organismos internacionais podem “sugerir” estão atrelados a esta divisão social. Este último elemento (divisão internacional do trabalho) é obscurecido pelo sentido que Gottmann coloca sobre o uso do território, portanto, esta postura do autor nos permite de maneira dialética identificar algumas outras determinações que definem o território.

Podemos ver que para Gottmann (1975, P. 2) o território é um instrumento institucional do Estado porque quando ele diz que “Cientistas políticos e geógrafos ainda despenderam pouco tempo analisando esse conceito: o território foi presumido como um atributo por si só evidente das instituições governamentais estabelecidas”, o autor está dizendo que o território é também uma trama de relações governamentais. Na citação anterior podemos ver que o autor dispõe de dois tipos e/ou formas em que pode ser explorado este conceito (território) tanto interna como externa, o território em si mesmo e como elemento das instituições, por exemplo, o Estado.

Esta forma de observar o território coisifica e/ou instrumentaliza o caráter físico/morfológico (forma interna) do território, dando prioridade a esta propriedade material concreta por cima das outras determinações do mesmo, assim o diz ele, “Como geógrafo, sente que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas.” (GOTTMANN, 1975. P. 3).

Em outras palavras, para Gottmann o Estado existe como uma estrutura social e política que se assenta sobre alguma área geográfica. E que desta maneira, pode-se entender a interconexão entre as escalas nacional e internacional a que pertence o território. O referido autor observa que é através das instituições supranacionais que se coordena a dimensão do uso do território e que é assim que se estabelece dita interconexão:

O território, que “evolui quase em paralelo à soberania fornece à comunidade uma separação definida, pelo menos em termos de leis e autogoverno: mas fornece também à comunidade uma capacidade de complementaridade com o exterior e, em última análise, com o mundo”. Isso permite a coabitação de comunidades separadas num espaço acessível e interdependente, “o direito a participar da riqueza comum da comunidade internacional” (MUSCARÀ, 2009, P. 55).

Vejamos que esta perspectiva é uma forma de articulação de conteúdo do território, mas também de instancias como a “comunidade internacional” a qual legisla sobre a dinâmica do uso do território. No caso dos componentes ativos do território, ou seja, abrigo e recurso, este tipo de articulação basicamente recolhe de maneira formal algumas características do mesmo, mas exclui e obscurece outras, como é no caso das próprias contradições deste processo em que o território sendo abrigo para alguém passa a ser recurso de outro. Estamos falando especificamente das expropriações, sejam elas por fatores extraeconômicos como estritamente econômicos.

Por último, Gottman (1975) chama a atenção para uma perspectiva sobre a preservação da identidade, no sentido da dificuldade que o território tem de preservá-la, por ter essa vinculação externa de recurso para outros, “A iconografia constitui a ‘âncora’ comum da comunidade no território; na falta dela, arrisca-se a um relativo declínio da unidade de coabitação” (MUSCARÀ, 2009, p.43). Esta relação do Estado com a escala internacional através de agentes internacionais impossibilita a construção de isolamentos de toda ordem, segundo o autor, esta é uma fraqueza que o território possui.

Podemos ver que na concepção de território de Gottman (1973) os sujeitos sociais não aparecem como constituintes do território e que são as instituições as que regem, controlam e subordinam as relações sociais nestes domínios geográficos determinados e entre eles. Esta forma de ser entendido o território pelo autor é bastante funcional e institucionalista o que evidencia uma tácita ideologização do conceito colocando à categoria território num grau de mistificação maior.

Outro autor, que concebe ao território como uso é Milton Santos (1998), o qual cria e reflete alguns conceitos e categorias analíticas que revolucionaram, sobre tudo no Brasil, a forma de pensar e fazer geografia como ciência. É evidente o resgate que faz Santos dos conceitos de *abrigo* e *recurso* de Gottmann, pois quando ele diz que “Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 1998. P. 9). Santos, está certamente compactando com a leitura de Gottmann sobre a maneira intocada do território, preparando assim o terreno para redefinir muitos dos conceitos tratados por outros geógrafos como é no caso de

território herdado/atualizado e território compartilhado/hierarquizado que o próprio Gottmann trabalha:

o território visto como verticalidade, como conjuntos de pontos, é apenas um recurso para os atores internos e externos preocupados apenas com as suas próprias finalidades e indiferentes às finalidades dos outros [...]. No entanto, para os atores não-hegemônicos o território não é formado como um conjunto de pontos, mas como manchas tais quais o território, não é apenas recurso, mas também abrigo (SANTOS, 1998. P. 26)

Podemos problematizar estes dois conceitos que Santos nos apresenta e redefine no sentido de que ele não tem em conta os processos históricos de disputa e apropriação do espaço. Vejamos, que na revolução francesa de 1879, o que se teve foi **uma revolução**, coloca em xeque a concepção de herança e compartilhamento do referido autor. Quando aceitamos que algo é herdado e/o compartilhado estamos aceitando que existe uma legalidade que permite a sucessão, mas este par em particular, é uma forma de mistificar e/ou naturalizar as disputas dadas nesse período da revolução, portanto, o que se teve foi uma expropriação/apropriação de maneira violenta, de todo tipo e de todo, incluindo os territórios, portanto de seus processos de constituição.

Por outro lado, podemos ver que Santos quando se refere ao processo de fuga dos lugares este (Santos) se acerca à concepção de La Blache (1913, P. 291-292) que entende a paisagem existente na região introduzindo a concepção de Humboldt. Segundo Capel (1983, P. 351), La Blache introduz o conceito de fisionomia que projetavam na paisagem o estudo “das expressões mutáveis que revistem, conforme aos lugares a fisionomia da terra”, esta concepção de paisagem de La Blache é a que seria redefinida por Santos, quando ele diz que a Paisagem também oculta ou esconde relações existentes no meio.

Este elemento (paisagem) é central para a compreensão dos limites da região em La Blache a qual já foi exposta anteriormente e que define como objeto da Geografia, os Lugares. Sabemos, que esta concepção é problemática porque ao fragmentar o espaço, o que se faz é obscurece o caráter das relações sociais existentes em que se encontram estas áreas geográficas em sua totalidade. Embora, Santos (2006) faça o tempo todo o chamado de entender estes lugares em conexão com a totalidade, mas o exercício de relativização do espaço exige uma perda de propriedades, características e conteúdo.

O conceito erguido por Santos (1998, P. 15), portanto, é o de *Território Usado*, ele vai dizer que “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”, portanto, “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS, 2006. P. 21).

Este conceito que notavelmente tem um caráter analítico, se pode apreciar na obra de Santos como um fato consumado. Entendemos, que *território usado* é uma sentença simples, onde *território* é mostra do fenômeno e seu conseqüente, *usado* como elemento empírico o qual corrobora o fenômeno, em termos filosóficos, este tipo de sentenças são fechadas, próprias de um análises dedutivo, que desde a perspectiva crítica do método materialista, esta definição é uma tautologia. A qual não explica sua origem, sua constituição.

Esta definição de território, portanto, também exclui muitas contradições inerentes ao próprio objeto, pois para Santos o território é um conjunto de lugares, porque quando ele está apresentando as técnicas no espaço como “idade de um lugar” estas em se são um fenômeno histórico, assim “Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto a escala do mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares” (SANTOS, 2006b. P. 35), esta visão de fragmentação do território, a sua vez do espaço geográfico, traz uma bateria de contradições que já apresentadas nos outros autores que também concebiam desta maneira a totalidade, claro está, que separando o que é de cada quem em suas devidas proporções.

Com o exposto até agora, por um lado, temos uma linha analítica do território como forma de apropriação do espaço geográfico e por outro lado, temos ao território como uma expressão própria de seu uso, seja pela explicação morfológica ou até das narrativas deste. Santos (2006) da garantia logica ao território usado quando expressa que a guerra dos lugares é manifestação entre a disputa do espaço luminoso e espaço opaco, esta concepção da dimensão espacial em Santos abstrai todo tipo de relações sociais existentes colocando a discussão em termos meramente analíticos. Mas dando cabida ainda que de maneira analítica e idealista à concepção de disputa que tem sua determinação na apropriação.

A proposta ontológica de Santos está na concepção de que o espaço é um ser social, e que, portanto, este se pode entender como um sujeito ativo, que provoca mudanças, que determina processos sociais, em outras palavras, o espaço geográfico substitui toda e qualquer manifestação social. Desta maneira, o espaço geográfico tem distintas dimensões, espaço opaco, espaço luminoso e espaço banal. Neste último é onde se dá a confrontação, é o espaço banal que carrega as contradições, pois para o autor esta dimensão do espaço é a materialidade das outras dimensões do espaço.

Tal distribuição de atividades, isto é, tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho. Esta é o valor que permite à totalidade dos recursos (mundial ou nacional) funcionalizar-se e objetivar-se. Isso se dá em lugares. O espaço como um todo reúne todas essas formas locais de funcionalização e objetivação da totalidade (SANTOS, 2006. P. 86).

Assim o território usado está associado de maneira direta com o espaço banal, ou seja, o espaço absoluto, “o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço,” (SANTOS, 1998. P. 16), onde ocorre todo, até a disputa espacial, é neste espaço banal onde se determina seu uso seja para o que for e é nesse uso que se constitui o território para Santos. Portanto, a apropriação do espaço geográfico estaria dada no “espaço banal” segundo o raciocínio do autor em questão.

Assim, o conceito de território que Santos propõe é também visto por ele como uma mediação como Ratzel (1990), mas na perspectiva da densidade e este como meio técnico-informacional que domina ao homem. Ou seja, a apropriação do espaço geográfico se dá por meio técnico-informacional. Nesse sentido, a sustentação da tese do *território usado*, é de que, este não é prerrogativa do Estado, assim como Raffestin (1993) o apresentou, ou seja, não é o estado o único que organiza e controla o território. Para seu argumento ele diz que:

A presença, em pontos espalhados ou concentrados do espaço, de firmas monopolistas ou transnacionais com vocação a utilizar todo o território orienta a escolha desses capitais dormentes, qualificando os espaços nacionais à imagem dos seus interesses próprios, porque essas empresas dispõem da força política para impor o que hoje se chama de modernização do território (SANTOS, 2006. P. 169).

Podemos dizer que para Santos Território Nacional é uma área geográfica, e não um produto social assim o deixa ver na seguinte citação, “o território é um nome político para espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001. P. 19).

De certa maneira, a postura de Santos é de estabelecer uma negação constante do Estado, como o podemos perceber a continuação, “esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado” (Ibidem, P. 19). Ao negar o estado, o autor também nega a este (o estado) como articulador de processos de produção, como manifestação real e concreta das legalidades do capital, como personificação da lei do valor, portanto, opaca a relação do estado com promotor na criação das empresas, como órgão ativo no mercado mundial e mistifica a este como um elemento que não é necessário na expansão e reprodução ampliada do capital.

Vejamos que quando certo capital chega a algum território este estabelece de entrada uma disputa espacial e por conseguinte uma apropriação do espaço, esta apropriação se dá de maneira violenta na maioria das vezes porque estes capitais “novos” reconfiguram e redefinem as relações estabelecidas historicamente entre os seres humanos e os processos produtivos e/ou atividades produtivas existentes e entre estes últimos e a natureza. Pelo qual, esta chegada de capitais novos determina novas ordens de hierarquia e subordinação entre domínios geográficos determinados, também entre e intraclasses.

Portanto, podemos ver que território usado na perspectiva de Santos se apresenta como ser social que substitui todos os processos socioespaciais e históricos que na maioria das vezes são de conflito. Desta maneira, estes conflitos ou contradições são reduzidos e capturados como composição de este ser social, elevando ao espaço/território a estatuto ontológico, permitindo uma idealização no debate. Uma mostra disto é o tipo de aplicação deste conceito de território nas políticas públicas ou nas próprias pesquisas dos geógrafos facultando-os a realizar uma transposição didática do conceito a uma realidade bastante contraditória, ajustando-a ao conceito ou ajustando o conceito a realidade. É por isso que nos atrevemos a dizer que esta concepção de território é funcionalista porque o conceito está dado, pronto, fixando-o a nível teórico e, portanto, não produzido a partir de uma análise da realidade concreta que é altamente contraditória.

6.3 A apropriação do espaço como forma em comum do território.

Mas que um argumento logico-teórico, o que tratamos de fazer anteriormente, foi um procedimento abstrativo para identificar o que há em comum nas diversas

concepções do território dos autores tratados. Entendemos que as diversas concepções do território também são as formas de manifestação deste objeto, e considerando que “o geral vive no particular, sua existência se desvela através de mediação: geral e particular são momentos da totalidade dialética” (PRADELLA, 2015a, p. 153). Desta maneira, ao apresentar as diversas formas do território o que fizemos foi encontrar a mediação e/ou a conexão de cada uma delas com a forma apropriação do espaço geográfico.

Portanto, ao identificar esta forma em comum sabemos que não está esgotado o entendimento da particularidade e/ou especificidade do território. Desta maneira vemos que a apropriação do espaço geográfico é uma constatação e que sob esse ponto de vista, resta perguntarmos qual é o conteúdo do território? A transferência geográfica de valor como forma de apropriação do valor/riqueza está interligada ao território? A transferência geográfica de valor é o conteúdo da categoria território? Estas perguntas são as que devem ser contestadas, neste capítulo.

É de entender, que o território existe desde antes do capitalismo, mas não podemos dizer que este (o território) é próprio do capitalismo. O que sim podemos inferir é que o território é base real e concreta para a consolidação do modo de produção capitalista. Neste sentido, vemos que a colonização joga um papel importante no processo de subsunção formal e real do trabalho nos territórios ao capital. Mas, que é no modo de produção capitalista que o território passa a ser um componente ativo na produção e apropriação da riqueza que se dá no mercado mundial que é onde se concretiza a vinculação do território ao capital, tendo como base uma divisão internacional do trabalho que a entendemos como uma divisão territorial do trabalho numa escala ampla do território.

Desta maneira, podemos observar como o território ao ser participe de uma divisão internacional do trabalho é a sua vez participe de uma discussão sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capital. Entendendo este último, como a relação social ou a forma em que se relacionam os distintos territórios através do valor, sabemos que este (o valor) se reproduz no tempo de forma ampliada e que o desenvolvimento do capital se origina na constituição da grande indústria, esta (grande indústria) vincula ao trabalhador por meio do assalariamento ao capital. É assim como entende Leite o desenvolvimento desigual e combinado:

O “grande desenvolvimento das forças produtivas” é uma decorrência histórica da grande indústria. As “grandes potências imperialistas” só podem ser adjetivadas assim enquanto “capitais cada vez maiores” estabelecem relações econômicas com capitais menos produtivos e/ou produtores não-capitalistas de outros lugares, constituindo necessariamente processos de transferência internacional de valor. É por esse motivo que o desenvolvimento desigual se reproduz no tempo e se firma como uma lei de desenvolvimento capitalista (LEITE, 2016. P. 117).

Vemos na citação anterior que as relações econômicas entre capitais também se estão dando entre territórios, pois quando o autor diz que “relações econômicas com capitais menos produtivos e/ou produtores não-capitalistas de *outros lugares*” (*grifos nossos*), está referindo-se a uma base material concreta, os lugares, nos apontaríamos mais a territórios propriamente ditos. Pois na continuação de seu argumento ele diz também que “constituindo necessariamente processos de transferência internacional de valor” vemos nesta última que esses lugares e/ou territórios se relacionam uns com outros com base a um mecanismo de apropriação do mais-valor que existe no espaço geográfico, no território. Logo, se o território tem a forma de apropriação do espaço geográfico vemos, portanto, que a transferência internacional de valor é a forma por excelência no capitalismo da apropriação do espaço geográfico.

Queremos fazer uma esclarecimento que nos pode ajudar a entender partes do raciocínio, quando no referimos em singular a Território estamos pensando em todas as formas de território, ou seja, como categoria e quando estejamos referindo-nos a territórios em plural estamos no sentido de território como particularidade, ou seja, ele apresenta alguma distinção, seja de posição, de hierarquia, conglomerado ou individualizado.

Vejamos como foi entendido por Marx (2017a) a transferência de valor. Em sua obra O capital a transferência de valor está explicitamente ao longo dos três livros no sentido de que os meios de produção, entendidos como parte do capital constante, transferem valor à mercadoria. Mas é por meio do trabalho vivo, ou seja, por meio do dispêndio de força de trabalho sobre os meios de produção que se incorpora um valor excedente na mercadoria. Desta maneira, a mercadoria como produto do trabalho é transformada pela força de trabalho e é no valor da mercadoria nova que se apresenta o valor dos meios de produção. Podemos dizer, então, que neste sentido a transferência de valor está dada no processo de produção do capital.

Mas, existe um outro sentido em que se encontra a transferência de valor, mais especificamente no livro III do O capital, em seu “processo global da produção capitalista” (MARX, 2017c).

Para nos aproximarmos da transferência de riqueza precisamos usar o segundo sentido da transferência de valor: aquela que se efetiva entre distintos capitais. Aqui, há que se ressaltar que o capitalismo não é apenas um modo de produção de riquezas, mas também, e sobretudo, um modo de apropriação (LEITE, 2016. P. 118).

Leite nos apresenta um segundo sentido, ou melhor, o nível de abstração em que está colocada a transferência internacional de valor e que encontramos em Marx no livro III, de O capital, nos capítulos 9 e 10 de forma mais específica. Mas, Leite (2016) também nos apresenta três desdobramentos da transferência de valor, desde distintas reflexões levantadas por outros autores. Embora, é de ressaltar que o primeiro sentido da transferência de valor em Marx, não coincide (bate) com este segundo sentido. A explicação para tal contradição, é bastante brilhante, pois Leite argumenta que o fato de não coincidirem os dois sentidos dá existência a este segundo sentido. E como dizemos anteriormente, o primeiro sentido está colocado no processo de produção de mais-valor e que este segundo sentido está na esfera da concorrência e da distribuição do mais-valor produzido.

Vemos então, que o argumento é um decorrer dialético entre a produção e a apropriação e que dita contradição não é obstáculo, é solução. Desta maneira, para que exista uma apropriação do mais-valor ele teve que ser produzido, assim a classe trabalhadora que se vê obrigada a vender sua força de trabalho a qual é comprada pelo capitalista para fazer uso dela no processo de trabalho e/ou produção. A classe trabalhadora desta maneira transfere de forma gratuita parte do valor total produzido ao capitalista, pois o capitalista ao pagar pelo uso da força de trabalho ao trabalhador, este último está cedendo o direito de se apropriar do produto do trabalho excedente. Leite, vai dizer que:

é a dialética da mercadoria força de trabalho que permite ao capital a apropriação gratuita do mais-trabalho. Temos aqui um tipo de transferência de valor que se trata de uma transferência interna a uma relação individual entre um determinado capitalista e um determinado conjunto de trabalhadores. Subsumida à relação capital-trabalho assalariado, a transferência de valor só é capaz de explicar *uma parte* da transferência global de riquezas. Isto ocorre, neste âmbito, quando os processos de trabalho e de valorização ocorrem em um lugar geograficamente distinto do lugar de origem do proprietário do capital. Assim, parte do mais-valor produzido em um lugar e realizado em qualquer

lugar é remetido a outros lugares na forma de lucros ou dividendos (LEITE, 2016. P. 118).

Com esta citação, ainda que um pouco longa, voltamos ao questionamento levantado anteriormente, em quanto aos lugares, que não é que estes não compareçam desta maneira na transferência de valor, mas que estes (os lugares) não têm, por exemplo, a capacidade explanatória da relação do capital com o Estado. Os lugares tem como bem o identifica Leite, a capacidade de geolocalização, mas estes apagam em certa medida muitas das relações também sociais de produção e/ou apropriação. Num segundo desdobramento do argumento de Leite vemos que a distinção entre produção e apropriação explica também outra parte da transferência de valor que é diferente ao primeiro sentido, apresentado anteriormente.

A concorrência entre capitais segundo Leite é a segunda relação em que se encontra a transferência de valor. É neste sentido que a concorrência ocorre no nível de abstração mais intermediário, referente a categoria lucro, e suas mediações como são: o lucro médio e a criação da taxa média ou geral de lucro. É assim como a concorrência entre capitais com distintas produtividades se confrontam pela obtenção de um maior lucro. Mas, esta obtenção de lucro é possível porque existe as metamorfoses dos valores das mercadorias em preços de produção e de como estes por meio da equalização da taxa média ou geral de lucro se transformam em preços de mercado. Fazendo que na venda efetiva das mercadorias se execute uma transferência de valor dos capitais menos produtivos para os capitais mais produtivos ou com maior composição orgânica de capital, completando desta maneira o segundo sentido da transferência de valor.

Vale ressaltar, que nesta relação onde a concorrência capitalista se está dando é na totalidade dos capitais e/ou ramos de produção o que coloca em escala internacional/mundial (nos distintos territórios) a efetivação da teoria de valor de Marx, ou seja, a lei do valor. Sendo assim, podemos propor uma interpretação geográfica especificamente, em termos da forma de apropriação do espaço geográfico que é a forma como comparece na concorrência capitalista, de maneira mistificada, como territórios, países e/ou Estados-Nação.

Como última forma ou parte que explica a transferência de valor e/ou valor de uso, são as expropriações, Leite propõe um exemplo para caracterizar estas expropriações:

Tomemos o exemplo do capitalista pouco produtivo que, em função de uma crise, opta (ou é coagido) a se desfazer de seu capital. Independentemente da forma com a qual ele cede seu capital a outrem, geralmente um grande capitalista, ocorre uma transferência do estoque de meios de produção; uma transferência de valor, portanto. (LEITE, 2016. P. 119-120).

É nesta terceira parte da transferência de valor onde Leite (2016, P. 121) levanta o questionamento sobre a importância e relevância do Estado-nação. O autor diz que “o aparato estatal é condição para a expansão do capital. Ele é capaz de influir decisivamente no processo de reprodução do capital”. Pois este argumento, das expropriações propriamente dito pertence a um nível de abstração mais concreto em que é colocada a transferência de valor. Sendo assim, o Estado “funciona como o grande organizador tanto da acumulação como da ordem capitalista na medida em que atua na construção de elementos institucionais e econômicos favoráveis à acumulação do capital” (PINTO e BALANCO, 2014, p. 41).

A discussão sobre o Estado-nação como participe da cruzada imperialista e, portanto, ao ser segundo Leite (2016) a transferência de valor e/ou valor de uso a essência do imperialismo, esta última leva-o a querer entender qual é a relação dos Estados-Nação com o imperialismo. Esta relação pode ser encarada desde uma base concreta/real comum que desde nossa perspectiva está na correta correlação entre o Estado-Nação e o território. E de como este último é redefinido, apropriado e/ou subsumido na lógica do capital. Portanto, vemos que a transferência geográfica de valor cumpre seu papel como argumento sólido e que determina a reconstituição do território nesta época social e histórica chamada capitalista à imagem e semelhança de suas relações sociais e/ou legalidades.

6.4 A Transferência Geográfica de Valor o conteúdo dá categoria território.

Buscamos entender a realidade do território, nesta época social e histórica chamada capitalismo através de suas determinações históricas e sociais. Desta maneira, vemos na *dialética da dependência* uma potente teoria, que nos pode auxiliar a entender o processo de reconstituição do território. Mas é de aclarar que nosso entendimento sobre o Território está no marco histórico sob o modo de produção capitalista e por tanto da forma de organização da sociedade. Vejamos, que na sociedade capitalista os seres humanos nos relacionamos exclusivamente através do valor sendo a mercadoria a unidade dialética entre este último e o valor de uso,

portanto, a riqueza de maneira geral é o conjunto de valores de uso, em palavras de Marx (2017a, P. 116), “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’”.

Esta, a riqueza é produto do trabalho humano, ou seja, como a mercadoria é produto do trabalho humano, então, a riqueza como conjunto também se constitui nesse par dialético de valor e valor de uso. Desta maneira, diz Leite (2016, P. 113) que “O imperialismo em sua dimensão mais abstrata é o resultado das dinâmicas centrífuga e centrípeta do valor: o valor precisa se expandir e, ao mesmo tempo, voltar ao ponto de partida”, assim o imperialismo é o estudo geral desse movimento dialético do valor e a transferência de valor sua essência.

Mas, alguns estudiosos do tema como Dussel (1988, P. 331) que chama a atenção para o “conceito abstrato de dependência”, onde este último define que um capital ou país é dependente quando é menos desenvolvido que o outro. Em outras palavras, que sua produtividade é menor, ou seja, que sua composição orgânica de capital é baixa e que por meio da concorrência este transfere valores no ato de distribuição do mais-valor total produzido a outro capital com maior composição. Leite vai dizer que:

Nesse nível de abstração, o país que contém esse capital pode ser denominado de dependente, já que o fluxo de valores para fora é maior do que para dentro. Por oposição, os países imperialistas seriam aqueles cujos capitais, através da concorrência no mercado mundial, se apropriariam de uma grandeza de valor maior do que produziram (LEITE, 2016. P. 113).

Essa distinção que faz Dussel entre imperialismo e dependência, está no eixo da direção que toma a transferência de valor, bem como o situa Leite. Mas este último autor nos chama também a atenção com referência a um elemento que é pressuposto no raciocínio de Dussel, sobre “capitais globais nacionais”, e que segundo Leite “não faz sentido tratar de nacionalidade de capitais pois apenas quem pode possuir uma identidade nacional é o capitalista” (ibidem, P. 113), nesse sentido, tratar capitais com caráter nacional é incorrer numa linha weberiana no análises, inclusive muito comum na geografia onde antropomorfizamos nossos objetos de estudo.

Mas, Leite se aproxima a nosso entendimento sob o argumento que queremos propor. O nosso é, de que a categoria Território sob a forma de apropriação do espaço geográfico é a relação social de apropriação geográfica de valores. Embora, Leite (2016) traga para dentro da sua análises a outro autor, a Osorio (2012)

especificamente, o qual coloca a categoria “padrão de reprodução do capital” resgatando e colocando como base teórica o análises de Marx, exposto no livro dois, sobre a “circulação do capital” e seus diferentes ciclos, para designar o território em que o capital completa sua circulação completa.

Osorio (2012, P. 40) vai dizer, “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em *períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*”. É assim como Leite, vai entender a possibilidade de existência de países dependentes, ou em condição de dependência, ou seja, Osorio (2012), no análises que faz Leite, situa a dependência historicamente e geograficamente, nas ideias de Marx, o centro e a periferia como:

a mais relevante delas se refere à imbricação que estabelece entre núcleos econômico-espaciais, o chamado centro, com a capacidade de se apropriar – mediante diversos mecanismos – de valores produzidos em outras extensões econômico-espaciais, as chamadas periferias ou economias dependentes. Assim, temos um sistema mundial que opera com núcleos de acumulação de valor em contraste com amplos territórios que sofrem de desacumulação (OSORIO, 2012, p. 76).

Marx chamou de centro e periferia, o que o autor define como núcleos de econômicos-espaciais. Desta maneira, os territórios entendidos como centro, são os que Leite (2016, P. 114) identifica como economias imperialistas as quais tem “a capacidade de apropriar-se de valores produzidos nas periferias ou economias dependentes”. Parafraseando a Leite, existe uma divisão do mundo entre “núcleos de acumulação” e “territórios de desacumulação”, nos quais os capitais integrados tanto aos núcleos como aos territórios têm a capacidade de atrair ou enviar valores respetivamente. Esta distinção é a que se aproxima mais ao entendimento de uma economia imperialista, que se apropria de um mais-valor via transferência de valor como também economias dependentes que os transferem.

A partir desta perspectiva crítica é que procuramos consolidar uma proposta teórica para compreender a dialética do território. Neste sentido, procuramos compreender as distintas determinações da concorrência capitalista na reconstituição do Território no capitalismo, desde a totalidade. Portanto, vemos a apropriação do espaço geográfico como forma em comum do Território, um argumento pouco explorado na geografia e na teoria de imperialismo, o qual nos permite identificar que a apropriação do espaço geográfico é nada mais e nada menos que a apropriação de valores e/ou riquezas.

Vimos assim, fazendo durante os capítulos anteriores desta dissertação uma revisão bibliográfica apontando uma análise crítica do conceito de desenvolvimento geográfico desigual a traves da teoria de valor de Marx e das teorias de imperialismo, tanto clássicas como contemporâneas, as quais capturaram como os Capitais Internacionais se apropriam do mais-valor produzido nos distintos territórios.

Para tanto, a Teoria da Dependência de Marini (2005) na qual o autor evidencia quais são as determinações históricas que possibilitam e efetivam a subsunção formal e real da classe trabalhadora como também dos territórios ao capital, a traves de uma constante transferência geográfica de valor. Outrossim, por meio da teoria da concorrência de Marx (2017c) especificamente, a que é exposta nos capítulos 9 e 10, do livro III de "O Capital", é que podemos chegar a entender o que é a categoria transferência de valor e como se dá em essência a apropriação do mais-valor produzido nos territórios, portanto, do espaço geográfico.

A dialética do território é então nossa proposta neste último capítulo, pois ao compreendê-la nos permitiria evidenciar como o território é reproduzido através dos tensionamentos entre as formas geográficas subjacentes: a exportação de capitais, do fenômeno das migrações, da divisão técnica e internacional do trabalho, da troca desigual, do mais-valor extraordinário, da equalização da taxa média ou geral de lucro e da transferência de valor entre capitais com produtividades distintas. Entendemos que estes fenômenos e categorias não são disjuntos e que a categoria geográfica território é a relação social que concretiza estes e suas contradições internas.

Apoiamo-nos em dois exemplos hipotéticos que serão recolhidos em duas tabelas para poder explicar a transferência de valor, categoria fundamental, para entender a concorrência capitalista e apropriação do mais-valor no capitalismo. Desta maneira, as categorias como taxa de mais-valor e composição orgânica de capital, que serão também representadas em fórmula matemática, nos auxiliaram para compreender melhor como se conforma e equaliza a Taxa Média ou Geral de Lucro. Categoria esta que mostra o processo de distribuição do mais-valor total produzido entre os distintos capitais industriais individuais.

Para tanto, vemos no análises crítico sobre o território, desde geografia como ciência, a capacidade de estabelecer a relação entre as determinações sob as quais o capital se reproduz de maneira ampliada, mostrando-nos o caminho para a compreensão dos conflitos nas relações capitalistas entre territórios. A análise da

categoria território que não identifica de maneira crítica as distintas determinações e as formas contemporâneas que o capital tem para se reproduzir é, portanto, um obstáculo mais que epistemológico, real e concreto, que não permite superar as contradições que esta categoria carrega. A tarefa, então, está em realizar uma análise geográfica crítica, radical e revolucionária, que vire o jogo das categorias empregadas no cotidiano sobre a leitura da realidade que favorecem ao desenvolvimento do capitalismo de maneira desigual e combinada.

6.4.1 Algumas determinações históricas na constituição do Território no capitalismo.

O autor Rui Mauro Marini, nascido em 1932, no município de Barbacena (MG) faz um apontamento já no início de sua obra "A dialética da dependência" (1973) chamando-nos a ter em conta um fato que diferencia sua abordagem das outras propostas teóricas sobre a Dependência inclusive de teorias do imperialismo e daquelas que tratam da vinculação de América Latina ao mercado mundial. Marini distingue-se por sua originalidade ao resgatar a obra de Marx e elaborar com simplicidade a partir dela uma teoria da dependência. Sua distância das outras abordagens é ilustrada pela seguinte afirmativa: "A consequência necessária deste procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico, e um pretendido enriquecimento do marxismo que é bem mais sua negação" (MARINI, 1973, p. 108, tradução nossa). Desta maneira, podemos ver como Marini concebe de forma crítica o que se denominou tempos depois de virada pós-moderna sobre toda a ciência e que permeou também o marxismo.

Faz-se necessário elucidar que o método é o materialismo histórico e a categoria analítica em que se inscreve a dialética da dependência é a totalidade, a qual tem um caráter histórico-materialista e isso é perceptível em toda sua obra, uma vez que o autor captura algumas determinações sócio-históricas de América Latina. Tais determinações levam-no a uma concepção distinta ao tipo de entendimento predominante da época sobre o desenvolvimento que o colonialismo gerou, ou seja, um "subdesenvolvimento" nestes domínios geográficos determinados. Problematizando a condição "pré-capitalista" apontada por outros autores como Gunder Frank (1978) e Mandel (1982), e evidenciando que neste período a

"colonização" está num patamar particular sem perder o caráter espacial, ou seja, sua conexão com a totalidade.

Em sua obra, Marini vai apresentar esta distinção ou destacar a América Latina como "um capitalismo *sui generis*" (1973, p. 108, tradução nossa) que só se pode conceber a partir da "perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional" (Idem, p. 108, tradução nossa). Damo-nos conta então de como o nacional tem uma incidência espacial, o território na totalidade, logo, ao ter este caráter em seu pensamento, o autor denomina que a forma em que se apresentam as forças produtivas na América Latina são na condição de um capitalismo dependente. Este será seu problema, o qual permite entender a emergência do mesmo e sua tendência, esboçando de maneira analítica as contradições que ainda hoje são perceptíveis em nossa configuração socioespacial (MARINI, 1978). É no século XVI que a colonização/apropriação de novos domínios geográficos e sua reconstituição territorial se dá em uma expansão geométrica, a partir das relações comerciais de um capitalismo em constituição.

Uma vez que a América Latina passa a ser uma das maiores produtoras de metais preciosos e/ou exóticos, como o ouro, extraído de Ouro Preto (MG), os diamantes em Diamantina (MG), entre outros minérios em toda América Latina. Isso cria uma especialização e configuram-se novos meios de pagamento, confirmados na contínua troca de mercadorias entre Inglaterra e América Latina, demarcando a senda para o desenvolvimento e sustentação histórica do capital comercial e bancário na Europa. Como desdobramento deste processo, Marini (1973, p. 110, tradução nossa) afirma que, "apoiaram o sistema manufatureiro europeu e forneceram o caminho para a criação da grande indústria".

Esta afirmação que Marini faz é de vital importância para compreender como territórios distantes, agora vinculados a traves de intercambio de mercadorias, possibilitaram e efetivaram processos em outros territórios. Esta determinação, em que América Latina é base para a reprodução do capital na Europa demarca o início do processo de reconstituição do Território no capitalismo. Vejamos que a forma de vinculação e relacionamento entre territórios se dá através das trocas de mercadorias, ou seja, do valor, isto é, que a produção das colônias está voltada para o intercambio internacional que é outra determinação geográfica importante.

Já nesta parte da obra, pode-se perceber o processo de divisão técnica internacional do trabalho que circunscreve a América Latina, sendo que, a posteriori ao fluxo de mercadorias, se dá a exportação de capitais, gerando uma articulação dos distintos territórios ou países latino-americanos com a técnica gerida na Inglaterra. Este tipo de articulação carrega as determinações históricas, sociais e geográficas que fazem da região (América Latina) a menos produtiva e assim que se desenvolva em condições de dependência.

Uma das advertências ou indicações que nos deixa Marini com respeito ao caráter de dependência é que "o fruto da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida" (Idem, p.111, tradução nossa). Desta citação podemos vislumbrar os próximos passos do autor que serão como se dá e como ele vai entender, principalmente a partir de Marx, as relações de produção e circulação na condição de dependência.

6.4.2 A TRANSFERÊNCIA DE VALOR: LIVRO III DE "O CAPITAL"

América Latina é o grande bastião para a formação de uma economia mundial, embora, seja, segundo Marini, em meados do século XIX que "sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente" (MARINI, 1973, p. 112, tradução nossa). A migração de força de trabalho da zona rural para as cidades na Europa é incentivada pelas mercadorias "de origem agropecuária", em grandes quantidades, a baixo custo e proporcionadas pelos novos territórios. Este excesso de força de trabalho na Europa é então, alocado na indústria criando uma exacerbação das forças produtivas, o que desemboca numa alta capacidade produtiva e na criação da grande indústria.

Quando Marini afirma que a articulação de América Latina a economia mundial é completa a meados do século XIX podemos entender que é este o período em que o Território em sua totalidade passa a ser subsumido a lógica do capital. Qual lógica é essa? A de produzir e apropriar-se de valores na totalidade. No caso dos territórios como América Latina a de transferir valores e Europa a de elevar a produtividade.

Com este aumento da produtividade na Europa seus países passarão então a ter as economias mais produtivas, Marini afirma que América Latina ao fazer parte da economia mundial faz com que "o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa" (Idem, p. 113, tradução nossa). Essa mudança, tem repercussões diretas no tipo de produção latino-americana, Marini a assinala da seguinte maneira: "dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador." (Idem, p. 114, tradução nossa), o qual será seu objeto de estudo que não só permitirá explicar a forma específica que gera a condição de dependência da América Latina, mas também como um indicador da mesma condição. Desta maneira, o tipo de desenvolvimento da produção latino-americana e sua forma de "integração ao mercado mundial" facilita a metamorfose das economias nos países europeus para que se posicionem como economias centrais (MARINI, 1973).

Como dissemos anteriormente, o incremento da produtividade das economias centrais produzido pelo deslocamento do eixo da produção do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo, faz com que exista uma "desvalorização real da força de trabalho" (MARINI, 1973, p. 115, tradução nossa). Maior produtividade significa dizer que o trabalhador no mesmo tempo de trabalho, empregado numa produção focada na extração de mais-valor absoluto e comparada àquela produção na qual seu eixo é focado na extração de mais-valor relativo, cuja força de trabalho que é empregada nesta última, estaria, portanto, criando maior quantidade de produtos ou mercadorias num mesmo tempo.

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores - ou seja, uma mais-valia extraordinária (MARINI, 1973, p. 115, tradução nossa).

Notemos, que há uma diferenciação de produtividades entre capitais, mas retomando o argumento anterior sobre o deslocamento do eixo da acumulação, Marini deixa de maneira implícita, uma diferenciação entre as produtividades de América Latina e Europa. Isto pode ser reinterpretado nos termos de Território, ou seja, existem territórios menos produtivos e mais produtivos²⁴, na medida em que estes capitais

²⁴ Esta discussão de que existem territórios mais ou menos produtivos será retomada na páginas: 170 até 172.

estão atrelados a estes. Desta maneira, a lei do valor é a determinação que impera na reconstituição do Território nesta época social e histórica.

Por outro lado, a desvalorização da força de trabalho como desdobramento do incremento da produtividade possibilita que capitais mais produtivos se apropriem de valores por eles não criados. Desta maneira, os territórios menos produtivos produzem mercadorias com valores acima dos mais produtivos. Esta diferenciação entre os valores das mercadorias, como um todo, mostra que existem territórios em que a lei do valor não opera a todo vapor. Ou seja, que ainda existem reticências significativas nos territórios em quanto a produção capitalista.

Vemos aqui, a necessidade do Estado como esse operador político e jurídico além, do serviço social, ou seja, do valor, isto é, como personificação das legalidades do capital. O Estado, é esse administrador da produção do capital que busca desfazer as reticências da lei do valor, que impossibilitam uma adequação plena e de constante expansão, sobre o Território. Este último é base material para a produção de valores, é neste sentido que o Estado age como um articulador do processo de produção do capital sobre o território, mas num segundo sentido o Estado é expressão própria da lei do valor. Pois ao existir mercadorias com valores diferentes pelo descompasso entre produtividades no território como um todo, ou seja, na totalidade, este (o território) participa plenamente na equalização desses valores.

No território é o Estado quem vai gerir e organizar as formas (efetivas ou não tão efetivas) de relacionarmos por meio do valor. O Estado vai organizar o processo de produção do capital sobre o território de tal forma ou tal outra, mas sempre com medidas políticas e/ou jurídicas, além das legalidades das que ele já comporta, para que a lei de valor opere de maneira fluida com os menores constrangimentos possíveis. Para que desta maneira a produção/apropriação, em outras palavras, a “lei geral da acumulação capitalista” (MARX, 2017a. P. 689) se execute, no maior desenvolvimento possível. Isto é, o grau de desenvolvimento do capital, no Território, é em certa maneira também um desdobramento da capacidade do Estado de gerir e organizar as forças produtivas sobre o território.

Vemos então, como o Estado e o sistema de múltiplos Estados comparece na produtividade desigual do capital no Território. Desta maneira, como o território também se apresenta sob a forma de apropriação do espaço geográfico, o Estado também está presente nessa apropriação. Isto nos leva querer entender como se dá

essa apropriação do espaço geográfico no capitalismo. Para tanto, é necessário entender o processo de conformação da taxa média ou geral de lucro como também sua equalização e, portanto, a transferência geográfica de valor.

A dialética da dependência posiciona-se de maneira mais "original" sobre a teoria de valor que Marx propõe na sua obra "O capital" (MARX, 2017a,b,c) mais especificamente, no livro III, referente ao processo de transferência de valor, no sentido de apropriação de valores, produto da concorrência entre capitais com produtividades diferenciadas; podemos entender então que o "mais-valor extraordinário" é uma transferência de valor só que num mesmo setor, ramo ou capital com produtividades diferenciadas, que produzem a mesma mercadoria e que se encontra espalhados pelo espaço geográfico em diferentes territórios.

Marx ensina que o mais-valor tem uma forma de se apresentar no mundo e é sua taxa: "A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista" (MARX, 2017a, p. 294), e uma representação à maneira de fórmula, seria:

$$\frac{\text{mais-valor}}{\text{capital variavel}} = \frac{m}{v}$$

Essa taxa varia se existe maior ou menor exploração, ou seja, uma variação dessa taxa se dá, por exemplo, quando diminuirmos o tempo de trabalho necessário vis-à-vis aumentando o tempo de trabalho excedente, dada a jornada de trabalho. Por outro lado, a transferência de valor está no contexto de uma exploração com base a uma extração de mais valor relativo, o mais-valor extraordinário só é uma redistribuição do mais-valor, ou lucro, entre capitalistas do mesmo ramo de produção com ou sem modificação da taxa de mais-valor, entendendo que as mercadorias produzidas serão vendidas.

Em outras palavras, as mercadorias produzidas a mais por um capital com maior produtividade contêm menor quantum de valor que as mercadorias feitas por um, capital com produtividade inferior. O desdobramento mais que lógico-formal, ou seja, social do processo descrito anteriormente é que as mercadorias produzidas com uma produtividade maior perdem valor, o que se traduz em preços de produção mais altos do que o valor individual das mesmas, isso é o que obriga ao capitalista individual a aumentar sua produtividade ainda mais, fazendo com que seu investimento de capital seja dirigido ao capital constante para assim poder obter uma maior

produtividade e garantir o tão desejado mais-valor extraordinário ou lucro extraordinário. Em outras palavras, é a concorrência entre capitais que obriga os capitalistas individuais a buscar o rebaixamento do valor individual das mercadorias.

Este rebaixamento se está dando em todo o território (categoria). O que implica, que quando dizemos que o mais-valor extraordinário é só uma redistribuição do mais valor total produzido por esse setor, ramo ou capital, estamos dizendo que há uma apropriação do mais-valor a mais, por parte dos capitais mais produtivos, do que eles produziram. Logo, a vinculação e reconstituição dos diferentes territórios se está dando é por meio do valor, por outro lado, também a apropriação do espaço geográfico se está dando através da concorrência entre capitais pela apropriação do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos que se encontram no território. Isto é, que parte do mais-valor produzido em territórios menos produtivos é apropriado pelo capital industrial individual mais produtivo que possivelmente, se encontra num outro território ou no mesmo. Este o capital industrial compõe a produtividade do território.

Dizer que um território é mais ou menos produtivo significa que o grau de desenvolvimento do capital no território permite apropriar-se ou não do mais-valor produzido em outro território. Fazendo uma reinterpretação no molde da apropriação do espaço geográfico, podemos dizer, que um território se apropria do espaço geográfico no sentido de que o território mais produtivo coloca a seu “serviço”, “usa”, o território menos produtivo, ou seja, se apropria de seu capital fixo e circulante quando este transfere geograficamente valores ao território mais produtivo. Lembremos, que está apropriação está pautada na apropriação de um mais-valor extraordinário, ou seja, num só setor, ramo e/ou capital.

A produtividade também é associada a uma representação à maneira de fórmula, sendo a composição orgânica de capital a categoria que Marx vai empregar, a qual também se apresenta em forma de taxa. Sua representação matemática é a proporção ou razão dada entre a porcentagem de capital constante sobre o capital variável, investido respectivamente.

$$\frac{\text{capital constante}}{\text{capital variavel}} = \frac{c}{v}$$

Com esta categoria, vamos dizer que certo capital é mais produtivo quanto maior for sua composição orgânica de capital e, por outro lado, quanto menor for sua composição orgânica de capital menos produtivo será esse capital. A variação dessa

taxa se dá no tipo de distribuição do capital investido: vamos ter menor composição orgânica quando temos maior porcentagem de capital investido no capital variável e uma composição orgânica de capital alta quando temos maior porcentagem de capital investido no capital constante.

Lembremos que os capitais compõem ou são parte do território, logo, a composição orgânica de cada capital também está atrelada ao território. Mas, é de aclarar que a composição orgânica do capital é própria dos capitais e não do território, a determinação da capacidade produtiva do território, alta ou baixa, está dada por uma outra mediação, que se encontra num nível mais concreto à apropriação (o valor de mercado). Este último será apresentado mais adiante, mas por agora podemos dizer que de certa maneira é possível que o território tenha também uma composição orgânica de capital média, que se definira mais adiante.

Por agora, vemos a necessidade de apresentar como se dá o mais-valor extraordinário que é uma modalidade de mais-valor relativo, em outras palavras a transferência de valor num mesmo setor, ramo ou capital. Com o intuito de mostrar o movimento da concorrência capitalista nesse setor específico, podemos depararmos da vinculação de vários processos ao interior, por exemplo, da transformação dos valores das mercadorias em preços de produção, da conformação da taxa média de lucro do setor, da criação de uma produtividade média do setor ou ramo, como também da conservação da lei do valor. É importante ressaltar que este movimento da concorrência se está dando a nível internacional, ou seja, entre distintos territórios, ou seja, no espaço geográfico.

Mas, antes de entrar a exemplificar o mais-valor extraordinário, temos que colocar uma outra categoria importante, a Taxa de Lucro. No livro III, no capítulo 2, de O capital, Marx nos ensina como esta taxa de lucro é a mesma taxa de mais valor, vejamos

Assim, embora a taxa de lucro seja numericamente distinta da taxa de mais-valor, ao mesmo tempo que o mais-valor e o lucro são, na verdade, a mesma coisa, e também numericamente iguais, o lucro é uma forma transformada do mais-valor, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são encobertos e apagados (MARX, 2017c, P. 73).

Desta maneira, podemos operar a taxa de lucro automaticamente se sabemos qual é a taxa de mais-valor. Embora, a taxa de lucro seja a razão dada como o mais-valor produzido ou lucro sobre o capital total adiantado ou investido. Este resultado

teórico nos auxilia ainda mais na compreensão de como se transformam os valores das mercadorias em preços de produção, e de como o mais-valor é apropriado pelos capitais mais produtivos dentro de um mesmo ramo de produção. Sendo assim, podemos observar que este processo é produto da concorrência entre capitais.

Esta distribuição do mais-valor entre capitalistas, do mesmo território e/ou de diferentes, se dá de maneira muito específica e, para ilustrar a forma de mais-valor extraordinário, utilizaremos o seguinte exemplo hipotético: temos três capitais que produzem as mesmas mercadorias, com um capital de 100 unidades para cada um, com composições orgânicas de capital distintas e uma taxa de mais-valor igual para todos de 100%, ou seja, a mesma quantidade de horas para o trabalho necessário como para o trabalho excedente, para todos os três. Assim, podemos ver que a taxa de lucro que é correspondente à porcentagem do mais-valor produzido sobre o capital total adiantado para a produção, vai ser diferente para cada capital do setor. Se temos composições orgânicas distintas, temos, então, produtividades distintas, isso significa dizer que as horas de produção de uma mercadoria em cada um dos capitais tem tempos distintos de produção, fazendo com que os valores individuais das mercadorias sejam literalmente distintos.

Tabela 1 - Concorrência num mesmo ramo que produz a mesma mercadoria específica (dados em horas trabalho).

Setor	Capitais C + V	Quantidade produzida	Tempo de produção (horas)	Valor individual (horas trabalho)	Taxa de mais- valor (100%)	Taxa de Lucro do ramo.	Preço de produção (horas)	Transferência de valor (horas)
B_1	$60c + 40v = 100$	1	4	4	40%	50%	6	+2
B_2	$50c + 50v = 100$	1	6	6	50%	50%	6	+/-0
B_3	$40c + 60v = 100$	1	8	8	60%	50%	6	-2
Total	$150c + 150v = 300$	3	18	18	150%	150%	18	2

Fonte: o autor, 2021.

Vejamos que tanto o valor individual das mercadorias como o preço de produção estão dados em horas trabalho, mas temos aqui uma dissonância na tabela, porque os valores individuais confrontados com o preço de produção são diferentes. Este fenômeno se dá em termos de que as mercadorias produzidas num mesmo setor têm o mesmo tempo socialmente necessário, logo, ao se fazer uma soma dos

diferentes valores individuais e serem divididos na quantidade ou número de mercadorias totais produzidas, temos que seis horas é o valor em média, ou seja, horas trabalho para ser produzida essa mercadoria pelo setor B_i , com i variando em 1, 2, 3 (setor segundo a tabela), aqui podemos ver uma determinação, o preço de produção, produto da concorrência.

Se as mercadorias foram vendidas por seus valores individuais, teríamos distintos preços de produção das mercadorias. Por meio da tabela sabemos que as mercadorias não serão vendidas por seus valores individuais, é aqui onde a concorrência comparece, podemos dizer que o primeiro setor B_1 que é o mais produtivo em seu próximo período de produção a tendência é acelerar sua produção e o terceiro setor B_3 , a diminui-la. Nesse sentido, o segundo setor B_2 , a tendência é a continuar seu ritmo de produção.

A tendência no primeiro setor faz que o preços da mercadoria se rebaixem e a tendência no terceiro setor faz que os preços subam. Este comportamento é a concorrência no lado dos produtores ou capitalistas e faz com que os preços das mercadorias como tendência, seja por acima ou por embaixo, se nivelem e, portanto, se aproximem tendencialmente ao preço da mercadoria produzida pelo segundo setor. Isso não significa dizer, que na realidade necessariamente as produtividades de todos os três setores, ou seja, suas composições orgânicas de capital, seja a mesma para todos, mas sim há uma tendência para se igualarem. Lembremos que estes capitais e/ou setores, podem estar ou não no mesmo território e que é a concorrência quem determina essa tendência de rebaixar os preços das mercadorias.

Vejamos que por motivos de ilustração do exemplo, o segundo setor B_2 , coincide com a produtividade social média deste ramo de produção. Desta maneira o setor B_2 , que tem um valor individual e preço de produção da mercadoria de 6 horas, coincide com o preço de produção do ramo (pode que não coincidam). Este preço de produção é uma transformação dos valores das mercadorias em preços estimados das mercadorias. O que nos dá ideia de que sendo 6 horas o preço da mercadoria produzida por este setor ou capital B_2 já contém uma taxa de lucro de 50%, logo, os outros setores do ramo quando vendem suas mercadorias a 6 horas, o que há, de maneira implícita, é uma conformação e nivelção ou equalização das taxas de lucro de cada capital.

Esta nivelção ou equalização a 50% das taxas de lucro no ramo de produção faz com que se criem os preços de produção, que para nosso exemplo é de 6 horas, ainda com diferencias entre as produtividades dos capitais. A aceitação por parte dos capitalistas desta taxa de lucro esta no sentido de que eles observam é o capital total investido ou adiantado para a produção dessa mercadoria por cada um deles, que em nosso exemplo é de 100 unidades para cada. Os capitalistas não distinguem entre capital variavel e capital constante, essas categorias são proprias da teoria de valor de Marx, o que faz que eles “fixem” uma taxa de lucro no ramo de produção.

Além disso, na coluna de mais-valor temos uma taxa de mais-valor de 100% (m/v) para cada um dos setores do exemplo. É possível ainda obter um lucro razoável para cada um deles ao serem vendidas as mercadorias por seus valores individuais, entretanto, o preço de produção das mercadorias, que é de 6 horas, ao ser distinto dos valores individuais e igual para todos; o mais-valor produzido pelo setor B_3 que investiu mais em capital variável, ou seja, este capital é o de menor composição orgânica é o menos produtivo, o qual perdeu 2 de valor ao ser equalizada sua taxa de lucro a 50% e assim ser criado o preço de produção de sua mercadoria a 6 horas.

Certamente, este o terceiro setor B_3 é o que cria maior valor nas mercadorias produzidas, e como podemos ver na tabela, essas 2 horas que perdeu foram transferidas para o setor B_1 no momento de serem vendidas as mercadorias pelos preços de produção, 6 horas. Este procedimento mostra também como se transformam os valores das mercadorias em preços de produção. A metamorfose de valores em preços de produção das mercadorias se dá por meio da criação de uma média nos valores das mercadorias produzidas que são, logo, confirmadas socialmente. Nesta medida o mais-valor é apropriado por meio da transferência de valor ou valor extraordinário.

Em resumo, se as mercadorias não foram vendidas por seus valores e sim pelos preços de produção isto coloca em xeque a lei do valor que esta implicita na teoria de valor de Marx, a qual pressupõe que as mercadorias são vendidas por seus valores, isto significa dizer, que existe uma aparente contradição. Sabemos que os valores individuais das mercadorias de cada um dos setores são diferentes entre se, e tambem diferentes entre os preços de produção, com exepção ao segundo setor B_2 para nosso exemplo, mas Marx nos mostra que na totalidade as mercadorias sim foram vendidas pelos seus valores sendo vendidas pelos preços de produção.

Tomemos em consideração a interseção entre a fila **Total** da **tabela Nº 1** e as colunas **Valor individual** e **Preço de produção**. São 18 horas em total nesse ramo de produção o valor das mercadorias e são 18 horas em total o preço de produção, o que mostra que na totalidade as mercadorias foram vendidas pelos seus valores. Este é um resultado importante na teoria de valor de Marx, mas este resultado é apenas o que acontece num ramo de produção, os preços de produção são o valor estimado e/ou sugerido pelos capitalistas individuais concorrentes do ramo.

Esta lógica de equalização das taxas de lucro num mesmo ramo de produção, que se desdobra numa transferência de valor dos capitais menos produtivos ao mais produtivos, ou da forma de apropriação do mais-valor total produzido nesse ramo de produção inicia seu desenvolvimento desde os inícios das trocas entre distintos territórios. Desta maneira e como diz Marini (1974) que é a mediados do século XIX quando se integra completamente América Latina a economia mundial, é quando este mecanismo de transferência de valor passa a estar altamente desenvolvido, fazendo que o território se reconstituía como o produto da apropriação do mais-valor, que tem como pressuposto a produção do valor no território e que podemos ver como apropriação do espaço geográfico através da transferência geográfica de valor.

Por outro lado, temos que o movimento que pode ser feito pelo capitalista individual que está perdendo valor por meio do mais-valor extraordinário, pautada no exemplo anterior, é modificar a taxa de mais valor. Marini (1973, p. 116, tradução nossa) o identifica da seguinte maneira: "Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valor". Essa modificação implica um grau de exploração da força de trabalho além da exercida em condições de equalização de produtividade no setor.

Ao modificar a taxa de mais-valor, o capitalista individual concebe o mais-valor "novo" criado como uma compensação pelo valor perdido na transferência de valor, portanto, é "uma modalidade de aumento do mais-valor, aquela que se origina de uma redução do salário que não corresponde a uma diminuição real do tempo de trabalho necessário" (MARINI, 1977. p. 148, tradução nossa); temos que lembrar que o mais-valor é criado no tempo de trabalho não pago em que o trabalhador dispensa, sua força na produção de bens e/ou produtos a mais, pois o tempo de trabalho pago é

muito menor do que a jornada de trabalho (por exemplo, 8 horas), porque esse tempo pago é o "necessário" para sua reprodução.

Desse modo, ao variar a taxa de mais-valor o que está variando, para o capitalista, é unicamente o tempo de trabalho necessário dos trabalhadores, seja incorporando mais trabalhadores ou intensificando a mais a força de trabalho existente, logo, para que aumente de maneira positiva para o capitalista o mais-valor, este (o capitalista) reduz o preço da força de trabalho do trabalhador que é igual à redução do salário, que é igual à redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, a ampliação do tempo de trabalho excedente, embora, para Marini deixando constante o tempo de trabalho necessário.

Este "movimento" Marini (2005) chamou de superexploração da força de trabalho. Constata-se que o salário realmente fica abaixo do valor da força de trabalho, mas não se trata de aumento da exploração (no sentido moralista da superexploração); não se trata nem de uma exploração pautada no mais-valor absoluto, nem no relativo, este fenômeno existe e é pertinente à esfera da circulação do capital, como contra tendência a queda da taxa de lucro.

Em suma, temos que este movimento que faz o capitalista menos produtivo é intensificar a força de trabalho do trabalhador, que é quem "se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho" (MARINI, 1973, p. 123, tradução nossa), contudo, o capitalista individual o que não sabe é que mesmo "compensando" o valor transferido ao capital mais produtivo, explorando a força de trabalho no ciclo posterior, ou seja, modificando a taxa de mais-valor, a produção em condições de dependência, a massa total de mais-valor produzido nesse território, será também transferida e/ou apropriada.

Uma generalização teórica, por assim dizer, do exemplo anterior é proposta por Marx e tida em conta por Marini. Podemos entender o mais-valor extraordinário como o expediente necessário de como os valores das mercadorias se transformam em preços de produção, entendendo que esta metamorfose tem como mecanismo a equalização da taxa de lucro num ramo de produção e que este processo adquire novas determinações quando tratamos com ramos de produção distintos, o que nos permitiria entender como se transformam os preços de produção em preços de mercado, assim, estes últimos são efetivados ao se criar uma taxa média ou geral de

lucro o que direciona o atuar do capital na produção dos valores, e que se reflete na interação entre oferta e demanda.

A melhor forma de entender a relação de concorrência de capitais do mesmo ramo e entre ramos distintos está em compreender a concorrência como o motor da produtividade. Isso significa dizer, que a concorrência se dá entre produtores e consumidores, mas também entre só produtores e entre só consumidores (de médios de produção). Como a concorrência é feroz, os donos de capitais com produtividade menor se esforçam por implementar os aperfeiçoamentos técnicos que possuem seus concorrentes, que geralmente têm capitais tecnicamente mais desenvolvidos. Por um lado, temos, assim, um reajuste em média das condições de produção no ramo considerado e conseqüentemente, por outro lado, a redução do preço de produção das mercadorias.

Como já vimos no exemplo anterior, uma implementação de novos elementos técnicos na produção de mercadorias traz de maneira implícita a elevação da composição orgânica do capital para todo o ramo em seu conjunto, ou seja, uma diminuição nos valores dos meios de produção. Portanto, este processo de aperfeiçoamento da produtividade está sendo dado em todos os ramos de produção, logo, é evidente que os valores das mercadorias tendem a cair de maneira geral fazendo com que a concorrência seja mais aguda. Essa concorrência se acirra mais porque a margem de lucro ou taxa de lucro também cai fazendo com que o mais-valor ou lucro produzido na totalidade seja cada vez menor em cada um dos ramos de produção como tendência.

A concorrência entre capitais de ramos distintos de produção de mercadorias, que investem seu capital em busca de um maior lucro, possuem composições orgânicas diversas. Uma taxa de lucro maior significa uma taxa de mais-valor maior inclusive maior à taxa de lucro (mecanismo de compensação). Com uma taxa de lucro caindo para cada um dos ramos de produção como consequência da elevação do capital constante, a concorrência vai se acirrando cada vez mais, isto é, introduzindo componentes técnicos e tecnológicos cada vez mais elaborados, que precisam de mais matérias primas, o que intensifica a força de trabalho, produto da elevação do capital constante, logo, composições orgânicas de capital cada vez mais altas em todos os ramos, evidentemente de maneira desigual e combinada.

Portanto, a concorrência tem como único fim apropriar-se do mais-valor produzido por aqueles capitais como menor composição orgânica, porém, todos os capitais dos distintos ramos, introduzindo melhoras técnicas na produção. Como vimos, o mais-valor extraordinário traz implicitamente a criação dos preços de produção, produto de uma média entre as taxas de lucro individuais dos capitais que tem produtividades distintas/desiguais, estes preços de produção das mercadorias se concretizarão na venda efetiva e compra das mercadorias.

É aqui onde os preços de mercado, que são distintos aos preços de produção, aparecem, pois, estes últimos são preços estimados pelos capitalistas do mesmo ramo de produção, ou seja, se os preços de mercado se efetivam também se confirmam os anteriores (preços de produção) que são os preços que os capitalistas aspiram a conseguir ao produzir. Mas estes preços de mercado são os preços finais de venda, os preços pelo que as mercadorias são efetivamente vendidas. Portanto, é por meio da transformação dos preços de produção em preços de mercado que podemos entender, que ao se dar esta metamorfose, dos valores das mercadorias, o que se está fazendo é uma equalização da taxa média ou geral de lucro entre capitais com produtividades diferentes produzindo mercadorias diferentes.

Agora, como a concorrência é entre capitais de diferentes setores ou de ramos distintos de produção de mercadorias, o mecanismo utilizado para uma redistribuição do mais-valor total produzido, é a criação ou conformação de uma taxa média ou geral de lucro, que transforma os preços de produção em valores de mercado, estes últimos determinam diretamente a interação entre a oferta e a demanda por essas mercadorias. Tal como o funcionamento da criação de uma média de valores individuais que transformam os valores das mercadorias em preços de produção como no exemplo anterior. No entanto, a criação dos valores de mercado, fazem com que capitais de diferentes ramos de produção com maior composição orgânica de capital se apropriem de um mais-valor ou lucro não produzidos por eles, em absoluto, e sim pelos capitais menos produtivos.

Para explicar melhor o processo anterior, preparamos o seguinte exemplo: Temos três capitais que produzem mercadorias distintas, e estes são representantes de cada ramo de produção, o que significa dizer que a composição orgânica de capital de cada um deles também é distinta, mas que a produtividade de cada um deles é

representante em média de cada um de seus ramos de produção, ademais todos três com um capital de 100 unidades para cada um.

A distribuição de suas composições orgânicas são as seguintes: o primeiro com 60 unidades de capital constante e 40 de capital variável, o segundo com uma distribuição de 50 de capital constante e 50 de capital variável, o terceiro com um investimento de capital de 40 unidades de capital constante e 60 unidades de capital variável, todos os três com uma taxa de mais-valor igual a 100%. Portanto, no primeiro setor serão produzidas 40 unidades de mais-valor, no segundo setor 50 e no terceiro setor 60 unidades, logo, os valores individuais das mercadorias serão no primeiro setor igual a 140, no segundo 150 e no terceiro 160, em conjunto, seria de 450.

Se as mercadorias fossem vendidas por seus valores individuais, no primeiro setor a taxa de lucro seria de 40% ($[(40/100) * 100]$), no segundo, 50% ($[(50/100) * 100]$) e no terceiro setor será de 60% ($[(60/100) * 100]$). Notemos, que temos uma diversidade de taxas de lucro, mas sabemos pelo exemplo anterior que os capitalistas fixam suas taxas de lucro, segundo sua participação com o capital total adiantado na produção, que para nosso exemplo é de 100 unidades. Além disso, vejamos que a distribuição dos lucros que apresentamos acima é notoriamente vantajosa para os capitalistas do terceiro setor, o menos produtivo, porém, desvantajosa para os capitalistas do primeiro setor, o mais produtivo.

É neste exato momento onde se cria uma taxa geral de lucro, a qual vai redistribuir este lucro de maneira igual para cada um, segundo o tamanho do capital adiantado para a produção, ou seja, 100 unidades. É aqui, onde a concorrência atua favoravelmente, ao capitalista do setor mais produtivo exercendo uma equalização desta taxa geral de lucro, esta equalização em termos gerais, que tem três casos possíveis em se dar a transformação dos valores das mercadorias em valores de mercado, estes casos são apresentados por Marx, no livro III, no capítulo 10, nas páginas 215 até 219, os quais nos permitirão evidenciar como opera a equalização da taxa média ou geral de lucro e portanto a transformação dos valores de mercado em preços de mercado. Estes casos serão apresentados brevemente mais adiante.

Estes três casos acontecem segundo os preços de mercado se acercarem aos valores individuais de cada ramo de produção, por exemplo, que o capital do primeiro ramo de produção o qual tem uma distribuição de 40 de capital variável e 60 de capital constante pode ser quem comande a concorrência, ou seja, que o valor individual da

mercadoria produzida por este capital seja quem determina os preços de mercado tendencialmente, o mesmo pode acontecer com os outros dois setores, mas isto o apresentaremos mais adiante. Desta maneira a equalização da taxa de lucro está operando, está em marcha, portanto, a concorrência e a transferência de valor também estão se dando, fazendo com que os capitais mais produtivos de um ramo se apropriem do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos de outros ramos de produção.

O intuito de Marx de mostrar a contradição entre o resultado teórico e a realidade, o qual se debate, entre se as mercadorias são vendidas pelos seus valores ou não, está em mostrar em última instância que a lei do valor opera, ou seja, que a teoria de valor de Marx, a qual explica que os valores são os que determinam os preços das mercadorias, em outras palavras, a economia como um todo. Portanto, de que produção de valores são o fundamento social desta época histórica que chamamos de capitalismo.

Lembremos que as taxas de lucro de cada capital, que em nosso exemplo são representantes de cada ramo de produção, são distintas para cada um, logo, o lucro médio para cada ramo nestas condições em que se confrontam por meio da concorrência estes três capitais, será igual a 50% para todos (primeiro caso de Marx). O lucro médio desta economia de três capitais, é um lucro igual para todos, segundo a grandeza de cada capital (100 unidades cada um) que foram investidos ou adiantados para a produção. Nessa perspectiva, este dado (50%) permite direcionar a produção tendo implicações imediatas na interação entre a oferta e da demanda pelas mercadorias produzidas. Marx chama de valor de mercado a este dado que é o resultado da equalização a taxa geral de lucro, mas ainda estes valores de mercado não são os preços de mercado.

Os valores de mercado, são uma mediação entre os valores individuais das mercadorias e os preços de mercado das mesmas, eles são assim como os preços de produção uma estimativa do preço final de venda, só que estes já não são entre capitais do mesmo ramo de produção senão resultado da equalização da taxa média ou geral de lucro entre diferentes capitais que produzem diferentes mercadorias e que se confrontam na concorrência.

Portanto, a equalização da taxa média de lucro entre os capitais faz com que o capital representante do terceiro setor, o menos produtivo, se prive de uma parte do

mais-valor criado pelos trabalhadores desse setor ou ramo de produção. Por outro lado, temos que o capital representante do primeiro setor ou ramo de produção realiza um excedente de mais-valor. Isso significa dizer que o capitalista do terceiro setor vende suas mercadorias por um preço abaixo do seu valor, enquanto os do primeiro setor as vendem por um preço que superam seu valor. O preço da mercadoria vendida por cada ramo de produção compõe-se pelo capital investido (100 unidades) mais o mais-valor que se equaliza por meio do lucro médio (50%).

Logo, o processo de conformação e equalização da taxa média ou geral de lucro está gerando uma transferência de valor gratuita do setor menos produtivo para o setor mais produtivo, o exemplo anterior, pode ser representado na seguinte tabela:

Tabela 2 - Concorrência entre capitais que produzem mercadorias distintas (em unidades monetárias).

Setor	Capitais	C/V	Taxa mais-valor (100% c/u)	Valor individual	Taxa média de lucro	Valor de mercado.	Transferência de valor
A	$60c + 40v = 100$	60/40	40%	140	50%	150	+10
B	$50c + 50v = 100$	50/50	50%	150	50%	150	+/- 0
C	$40c + 60v = 100$	40/60	60%	160	50%	150	-10
Total	$150c + 150v = 300$		150%	450	150%	450	

Fonte: o autor, 2021

Mas, para caracterizar ainda mais o análises desta tabela, apresentaremos os casos anteriormente anunciados. Estes se desdobram da mesma tabela, os quais nos proporcionam um entendimento completo da forma em que a apropriação do mais-valor se dá na realidade, nesta época social que chamamos de capitalista. Até agora, temos mostrado uma parte da concorrência do lado dos capitalistas, mas neste preciso momento é que a concorrência do outro lado, onde se gestão as necessidades sociais, ou seja, a dos consumidores se apresenta com a outra parte da conformação e/ou confirmação (mais não determinação) dos preços de mercado.

É desta maneira que interpretamos, entendemos y demostramos com se dá a apropriação de valores no capitalismo, ou seja, é assim que está operando a transferência de valor e, portanto, a transferência geográfica de valor. Mais adiante apresentaremos uma interpretação da transferência geográfica de valor, entendendo os três casos que apresentaremos a continuação. Por agora podemos dizer que se

desta maneira se está dando a apropriação de valores e/ou riquezas no capitalismo, esta mesma forma nos é como se deve apropriar o espaço geográfico, tendo como mediação ao território, nesta época social e histórica que chamamos de capitalismo. Assim a transferência geográfica de valor seria então o conteúdo da categoria Território, embora, a transferência de valor para Leite (2016) seja a forma oculta o que está por trás do imperialismo, ou seja, a essência do imperialismo.

Apresentaremos então um esquema muito sucinto que permite uma compreensão dos casos apresentados por Marx. Os preços de mercado, ou seja, os preços finais de venda são o produto da interrelação por meio da concorrência entre capitais ou capitalistas e consumidores que se encontram espalhados pelo espaço geográfico, como também da equalização da taxa média ou geral de lucro, portanto, dando-se a transferência geográfica de valor. Entendemos assim, que é por meio destes três casos que podemos analisar a modificação dos preços de mercado, os quais são inteiramente determinados pela produção de mais-valor, ou propriamente, pela modificação nos valores das mercadorias produzidas é que se obtém preços de mercados diferentes, claro esta que com suas respectivas mediações.

Vemos de maneira didática, que é necessário colocar para cada caso, o argumento levantado por Marx. Para que desta maneira, o leitor possa acompanhar o desenvolvimento do argumento proposto por nós, a partir do análises feito por Marx, que é quem propõe estes casos possíveis de como se dá a equalização da taxa geral de lucro que cria os preços de mercado. Primeiramente, vamos fazer as seguintes convenções de abreviação de alguns termos e símbolos que nos ajudaram no entendimento do esquema e subsequentemente, que nos ajudaram também no entendimento dos casos um por um:

Convenções:

PM: Preços de Mercado.

PP: Preços de Produção.

VM: Valor de Mercado.

V_{m+} : Valor individual das mercadorias produzidas pelo setor mais produtivo.

V_{m-} : Valor individual das mercadorias produzidas pelo setor menos produtivo.

$V_{m+/-}$: Valor individual das mercadorias produzidas pelo setor com produtividade média.

\cong : Mais, ou menos, ou igual.

$<$: Menos que.

$>$: Maior que.

\leq : Menor ou igual

\neq : Diferente.

$=$: Igual.

Caso I.

Com efeito, considerando -se essa questão com o máximo rigor (ainda que, naturalmente, na prática as coisas só se apresentem de modo aproximado e com mil modificações), no caso I o valor de mercado regulado pelos valores médios de toda a massa é igual à soma de seus valores individuais; embora, para as mercadorias produzidas nos extremos, esse valor se apresente como valor médio que lhes é imposto. Os produtores situados no extremo menos favorável têm, então, de vender suas mercadorias abaixo do valor individual; os que se encontram no extremo mais favorável vendem-nas acima desse valor (MARX, 2017c. P. 218).

Primeiro esquema para o caso I:

$$VM = PP \cong PM$$

$$i) V_{m+} < PM$$

$$ii) V_{m-} > PM$$

$$iii) V_{m+/-} \cong PM$$

Neste primeiro caso, temos que os valores de mercado coincidem com os preços de produção, mas que no momento da venda efetiva das mercadorias, ou seja, pelos preços de mercado, estes podem ser a mais que o valor de mercado, ou iguais ao valor de mercado, ou a menos que o valor de mercado. No caso dos extremos, ou seja, se são vendidas as mercadorias a mais ou a menos que os preços de produção, os dois casos seguintes serão os desdobramentos destes extremos. Para nosso exemplo, se as mercadorias são vendidas pelos preços de produção, o valor de mercado seria igual a estes, coisa que é muito difícil de acontecer, mas pode

acontecer, assim as mercadorias terão um preço de mercado igual ao valor de mercado, que é o valor individual das mercadorias produzidas pelo setor com produtividade média que na **tabela 2**, seria o setor **B**, o qual tem um valor individual, igual ao preço de produção, de 150.

Isso faz, com que o setor menos produtivo venda suas mercadorias abaixo do valor individual e os mais produtivos acima. Como desdobramento, temos que os capitais mais produtivos se apropriam do mais-valor produzido pelo menos produtivos, ou, que este último transfere valores ao setor com maior composição orgânica de capital, o mais produtivo. Em quanto ao segundo setor, o valor individual da mercadoria deste que coincide com a produtividade média da economia suposta neste exemplo de três setores **A, B e C**, ou seja, este setor **B** é quem regula os preços de mercado fazendo com que a soma dos valores individuais seja igual a massa total de valores produzidos. Este primeiro caso se comporta de maneira muito similar ao exemplo anterior, que ilustra a obtenção do mais-valor extraordinário, que opera só num ramo de produção e que foi apresentado anteriormente.

Temos assim que 150 é o valor da mercadoria individual, que é o valor de mercado correspondente a percentagem da soma total dos valores das mercadorias produzidas pelos três setores, o **A, B** e o **C**, de nosso exemplo. Esta formula se pode generalizar ainda mais se existirem n-capitais. Sua formula seria a seguinte:

$$(\sum_{i,j}^n [Vm_{+/-} + (Vm_{-})_i + (Vm_{+})_j]) / n$$

Caso II.

No caso II, as massas individuais de valor produzidas em ambos os extremos não se compensam, mas é a massa produzida sob as piores condições que prepondera. A rigor, o preço médio ou o valor de mercado de cada mercadoria individual ou de cada alíquota da massa total de mercadorias estará agora determinado pelo valor total da massa, obtido pela adição dos valores das mercadorias produzidas sob as diversas condições e pela alíquota desse valor total correspondente à mercadoria individual. O valor de mercado assim obtido seria superior ao valor individual não só das mercadorias pertencentes ao extremo favorável, mas também daquelas situadas na camada intermediária; porém, ele continuaria a ser mais baixo que o valor individual das mercadorias produzidas no extremo mais desfavorável. Até onde ele se aproxima deste último, ou termina por coincidir com ele, é algo que depende inteiramente do volume que a massa de mercadorias produzidas ocupa no extremo desfavorável da esfera de mercadorias em questão. Se a demanda apresenta apenas uma pequena preponderância, então é o valor

individual das mercadorias produzidas sob condições desfavoráveis que regulará o preço de mercado (MARX, 2017c. P. 218-219).

Segundo esquema para o caso II:

$$VM > PP \neq PM$$

$$i) Vm_+ < PM$$

$$ii) PM \leq Vm_-$$

$$iii) Vm_{+/-} < PM$$

Como este caso é desdobramento do anterior, no sentido de que as mercadorias são vendidas por um preço de mercado maior que os valores individuais das mercadorias produzidas pelo setor mais produtivo e pelo setor com produtividade média, embora, mais abaixo do valor individual das mercadorias produzidas pelo setor menos produtivo. Significa dizer, que o valor de mercado é maior que os valores individuais das mercadorias do setor **B** e **A** da **tabela 2**; porém, menor que o valor individual da mercadoria do setor menos produtivo o **C**. Este preço de mercado, que é diferente do valor de mercado, só é possível, se os valores de mercado se comportam como os preços de mercado, sendo os valores de mercado uma instancia anterior aos preços de mercado que é a instancia final.

Desta maneira. o setor mais produtivo que está vendendo sua mercadoria acima de seu valor individual como também o setor com produtividade média, aceleram suas produções para vender mais mercadorias a esse preço de mercado. Mas este impulso, de maior produção de mercadorias, portanto, maior quantidade faz com que o preço de mercado abaixe ou caia, então, em questão do valor de mercado este teve também que ter caído, por motivo da concorrência. Portanto, temos uma descompensação entre a quantidade de mercadorias produzidas pelos capitais mais produtivos, que são muito mais que as produzidas pelos setores menos produtivos.

Por outro lado, o setor menos produtivo decide frear sua produção de mercadorias, ou seja, produzir menos quantidade de mercadorias, pois este setor está vendendo-as a um preço menor que seu valor individual. Esta decisão de criar menos mercadorias, em última instancia é a que vai determinar o valor de mercado. Tendo em conta a distinção descrita no parágrafo anterior, de que a preponderância a tem os valores das mercadorias produzidas pelos capitais menos produtivos, nos quais

também está aquele que tem a produtividade média, porque, quando o preço de mercado caia abaixo do valor individual deste setor, por um excesso de oferta de mercadorias produzidas por ele mesmo e pelo setor mais produtivo, este setor com composição orgânica média, passa a ser parte dos setores menos produtivos e obviamente junto com o setor de composição mais baixa de todos. Sendo assim, o valor de mercado será determinado pela soma dos valores individuais das mercadorias destes dois setores e pela sua percentagem. Em nosso exemplo, seria assim:

$$Vm_{+/-} = 150$$

$$Vm_{-} = 160$$

$$(Vm_{+/-} + Vm_{-}) / 2 = \frac{150+160}{2} = \frac{310}{2} = 155$$

Temos assim que 155 é o valor da mercadoria individual que é o valor de mercado correspondente a percentagem da soma total dos valores das mercadorias produzidas pelos setores menos produtivos o **B** e **C** de nosso exemplo. Esta formula se pode generalizar ainda mais se existirem n-capitais que compõe os setores menos produtivos. Sua formula seria a seguinte:

$$(\sum_i^n [Vm_{+/-} + (Vm_{-})_i]) / n$$

Vemos assim que há uma modificação nos valores das mercadorias dos setores com menor composição orgânica de capital. É desta maneira que temos a condição de que o valor de mercado é maior que os preços de produção, que nosso exemplo é de 150. Portanto, maior que os valores individuais das mercadorias produzidas pelo setor com produtividade média e o mais produtivo, mas menor que os valores individuais das mercadorias produzidas pelo setor menos produtivo. Para que o valor de mercado seja igual ao valor individual das mercadorias produzidas pelo setor menos produtivo, deveria existir uma demanda significativa, ou seja, uma concorrência expressiva por parte dos que demandam essa mercadoria pela quantidade de mercadorias produzidas por este setor. Desta maneira, o “novo” valor individual das mercadorias produzidas pelos setores menos produtivos, seria quem regula o preço de mercado neste caso.

Caso III.

Por último, se, como ocorre no caso III, a quantidade de mercadorias produzidas sob as condições mais desfavoráveis representar uma proporção maior – não só comparada com o outro extremo, mas também com as condições médias –, então o valor de mercado cairá abaixo do valor médio. O valor médio, obtido pela adição das somas de valores dos dois extremos e da camada intermediária, é aqui inferior ao valor desta última e se aproxima ou se distancia dele conforme proporção que o extremo favorável represente. Se a demanda for fraca em relação à oferta, então a parte favoravelmente situada, qualquer que seja sua grandeza, ocupará violentamente espaço por meio da redução de seu preço a seu valor individual. O valor de mercado jamais pode coincidir com esse valor individual das mercadorias produzidas sob as melhores condições, a não ser que a oferta predomine consideravelmente sobre a demanda (MARX, 2017c. P. 219).

Terceiro esquema para o caso III:

$$VM < PP \neq PM$$

$$i) Vm_+ \leq PM$$

$$ii) Vm_- > PM$$

$$iii) Vm_{+/-} > PM$$

Este é o último caso apresentado por Marx, em que se dá a equalização da taxa geral de lucro. Temos assim, então, as distintas formas como acontece a apropriação do mais-valor nesta época social e histórica, que chamamos de capitalismo. Agora vejamos, que no caso anterior a quantidade de mercadorias produzidas pelos setores menos produtivos, eram menores que as produzidas pelo setor mais produtivo. Portanto, estes setores menos produtivos eram os que exerciam uma força significativa na luta concorrencial entre os capitais modificando os valores individuais das mercadorias.

Neste terceiro caso, se os setores mais produtivos, ou seja, o primeiro e o segundo setor que se encontram na **tabela 2** (ou seja o **A** e **B**), produzem menos quantidades de mercadorias que o setor menos produtivo o **C**; estes (**A** e **B**) seriam os que teriam maior influência ou força na concorrência. O que representaria, que a quantidade das mercadorias produzidas pelo setor menos produtivo, que é maior, fique à mercê de seus concorrentes.

Portanto, o preço de mercado seria menor que os valores individuais das mercadorias produzidas pelo setor com produtividade média o **B** e que do setor menos produtivo o **C**. Como os preços de mercado são diferentes aos valores de mercado, estes últimos tem que se comportar da mesma maneira que os preços de mercado. O

valor de mercado então, é determinado pela soma dos valores individuais das mercadorias produzidas pelos setores mais produtivos, o A e B, que em resumo aparenta ser um capital só, e pela alíquota desse valor total que é correspondente à mercadoria individual, desse “capital” que aparenta ser um só e que produz duas mercadorias, mas que como sabemos é composto pelos setores mais produtivos. Em nosso exemplo, seria assim:

$$Vm_{+/-} = 150$$

$$Vm_{+} = 140$$

$$(Vm_{+/-} + Vm_{+}) / 2 = \frac{150+140}{2} = \frac{290}{2} = 145$$

Temos assim que 145 é o valor da mercadoria individual, que é o valor de mercado correspondente a percentagem da soma total dos valores das mercadorias produzidas pelos setores mais produtivos o **A** e **B**, de nosso exemplo. Esta formula se pode generalizar ainda mais se existirem n-capitais que compõe os setores mais produtivos. Sua formula seria a seguinte:

$$(\sum_i^n [Vm_{+/-} + (Vm_{+})_i]) / n$$

Vemos assim que há uma modificação nos valores das mercadorias dos setores com maior composição orgânica de capital. É desta maneira que temos a condição de que o valor de mercado é menor que os preços de produção, que nosso exemplo é de 150. Portanto, menor que os valores individuais das mercadorias produzidas pelo setor com produtividade média e baixa, porém, maior que os valores individuais das mercadorias produzidas pelo setor mais produtivo. Para que o valor de mercado seja igual ao valor individual das mercadorias produzidas pelo setor mais produtivo, deveria existir uma demanda significativa, ou seja, uma concorrência expressiva por parte dos que demandam essa mercadoria pela quantidade de mercadorias produzidas por este setor. Desta maneira, o “novo” valor individual das mercadorias produzidas pelos setores mais produtivos, seria quem regula o preço de mercado neste caso.

Vemos assim, que estes três casos são a maneira como se equaliza a taxa média ou geral de lucro formado ou criando o valor de mercado os quais determinam os preços de produção, o que demonstra que a contradição existe, que é real, mas que

são os valores os que determinam os preços de mercado, portanto, a lei de valor age, ainda, que tenham uma diferença quantitativa entre os valores e os preços de mercado. Marx (2017b, P. 219), vai dizer:

Essa determinação do valor de mercado, aqui exposta *abstratamente*, se estabelece no mercado real mediante a concorrência entre os compradores, pressupondo-se que a demanda seja grande o suficiente para absorver a massa de mercadorias a seu valor assim fixado (MARX, 2017b. P. 2019).

É desta maneira que se dá na realidade, desta época social e histórica que chamamos capitalismo, os preços de mercado pelos quais as mercadorias são vendidas, neste momento da venda o que está acontecendo por trás é uma equalização das taxas de lucros dos diferentes ramos de produção, portanto, uma transferência de valor, sempre e em qualquer dos três casos, dos capitais ou setores menos produtivos para os mais produtivos, todos eles (os capitais mais e os capitais menos produtivos) se encontram espalhados pelo espaço geográfico conformando parte do território de onde se encontram, portanto, os capitais mais produtivos que compõe a produtividade do território de onde se encontram, se apropriam não só do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos, senão também do espaço geográfico em sua totalidade, por médio da transferência geográfica de valor.

Vemos assim, a necessidade de esclarecer um pouco mais, a que nos referimos com transferência geográfica de valor, por isso no seguinte tópico apresentaremos como esta categoria Território, é uma categoria mistificada e, portanto, que mistifica a realidade. Faremos uma última explanação de nosso argumento com o intuito de demonstrar que o território, nada mais é a forma como é dada a apropriação do espaço geográfico, e que seu conteúdo é a transferência geográfica de valor.

6.5 O território uma categoria mistificada: A transferência geográfica de valor seu conteúdo.

O que acabamos de mostrara anteriormente é a forma como se dá a apropriação de valores e/ou riquezas no capitalismo. Esta forma pressupõe uma equalização da taxa geral de lucro em seus diversos casos, que se desdobram em valores de mercado diversos (casos I, II e III), mas que se apresentam na realidade como preços de mercado também diversos, os quais são os preços finais de venda.

Esta dialética da apropriação de valores no capitalismo é a que impera para todo e qualquer objeto no capitalismo, inclusive para o espaço geográfico.

Quando dizemos que o território é produto de uma apropriação do espaço geográfico, estamos dizendo que a dialética da apropriação no capitalismo, tal qual com foi apresentada no item anterior, está pautando à apropriação do espaço geográfico. Vejamos que quando os capitais tanto, os mais produtivos, os de produtividade pertos da média, como os menos produtivos, todo eles se encontram espalhados pelo espaço geográfico, conformando, ou fazendo parte, dos territórios dos quais eles o compõem, neste sentido, o território participa não só como base real e concreta para a produção de valores, de mercadorias sejam qual forem, senão também como pressuposto e mediação real e concreta da apropriação de valores no capitalismo.

Desta maneira, podemos dizer que num primeiro momento o território se apresenta de forma isolada, ou seja, cada capital produzindo seus valores e/ou mercadorias de maneira isolada. Num segundo momento, quando os capitais lançam suas mercadorias produzidas ao mercado (mundial), se executa uma equalização da taxa média ou geral de lucro criando os valores de mercado, para logo, na confirmação social, ou seja, na venda efetiva das mercadorias pelos preços de mercado, se realizem as transferências geográficas de valor e assim se dar a apropriação dos valores produzidos nos territórios.

Podemos ver que quando as mercadorias são colocadas no mercado mundial, é o momento em que se relacionam uns capitais com outros, a sua vez uns territórios com outros, mas esta forma de relacionar-se é por meio do valor. Este conjunto de mercadorias, que em si é a riqueza nova socialmente produzida, está composto por mercadorias produzidas por diversas produtividades, portanto, por diversos territórios com produtividades também diversas. Neste mesmo momento quando as mercadorias são levadas ao mercado mundial e vendidas por seus preços de mercado, também se dá a equalização da taxa média ou geral de lucro, como vimos, são sempre os capitais mais produtivos os que se apropriam dos mais-valores produzidos pelos capitais menos produtivos, ou seja, os territórios mais produtivos se apropriam da porção de espaço geográfico que configuram os territórios menos produtivos.

Essa apropriação do espaço geográfico por parte dos capitais mais produtivos se dá na forma de valor, é dizer, que quando o capital mais produtivo se apropria do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos, ou seja, quando se dá a transferência geográfica de valor o que está acontecendo é que quando o capital mais produtivo recebe esse lucro extraordinário e seu adicional a mais, o super lucro, significa que a porção do espaço geográfico que compõem os territórios menos produtivos, ou seja, quando os capitais que compõem estes territórios estão produzindo suas mercadorias “isoladamente”, estes territórios são apropriados em sua totalidade pelos capitais mais produtivos.

É dizer, que os territórios menos produtivos “alugam” (“cedem”) a preço zero a porção de espaço geográfico, a qual eles compõem, para que de maneira “indireta” o capitalista mais produtivo tenha esse lucro extraordinário. Em outras palavras, toda a infraestrutura, redes de transporte e telecomunicações, força de trabalho, capitais locais, matérias primas, maquinaria, terra, entre outros é apropriado pelos capitais mais produtivos. Pois, as mercadorias produzidas por este território menos produtivo são valores produzidos, estas mercadorias foram produzidas por um capital constante e um capital variável, que a sua vez, estas mercadorias, tem uma quantia de capital fixo e circulante contidas em elas, portanto, a parte de valor que será transferido por estes territórios ao capital mais produtivo é em se uma apropriação destes territórios, que compõem uma porção do espaço geográfico, em sua totalidade por parte deste capital (o mais produtivo).

Isto é, esses valores que são transferidos pelos capitais menos produtivos no momento da troca ou da venda das mercadorias pelos preços de mercado aos capitais mais produtivos, são a compressão (de comprimir) esta porção do espaço pelo tempo. Desta maneira, os capitais mais produtivos estão se apropriando do espaço geográfico em sua totalidade. Estes últimos, fora de apropriasse (ter posse) da porção de espaço geográfico (territórios) ao qual eles fazem parte ou compõem, se apropriam da outra porção do espaço à que não estão atrelados. Assim, vemos que a apropriação do espaço geográfico está sendo dada na totalidade deste. Contrário à visão fraturada em que um capital ou Estado-Nação em particular se apropria diretamente de outro território, ou parte deste, seja por mecanismos econômicos ou extraeconômicos.

Por outro lado, está apropriação do espaço geográfico que se dá por meio da transferência geográfica de valor, ou seja, quando se equaliza a taxa geral de lucro o território está constantemente reconstituindo-se e se afirmado o tempo todo. Esta reconstituição nada mais é que a lei de valor operando, agindo, sobre o território e reconfigurando as relações sociais existentes nele. Pois no processo de reprodução do capital, ou dos capitais, que compõe ao território redirecionam suas produções e suas produtividades segundo o ciclo anterior. Este redirecionamento na produção dos capitais industriais que compõe ao território, ocasiona mudanças sobre estes últimos, o que repercute diretamente sobre o espaço geográfico como um todo e sobre a produção do valor.

Outro aspecto desta reconstituição do território é que está se dá o tempo todo desde que se troquem mercadorias entre os diversos territórios. Desta maneira, o território está subsumido a lógica do capital, a sua lei de acumulação, ou seja, ele (o território) está totalmente voltado a produção de valores, e sua vez à produção do mais-valor, portanto, a transferir geograficamente valores ou a apropriar-se destes. Assim, o território é a forma de apropriar-se do espaço geográfico na totalidade no capitalismo onde o mecanismo para realizar esta apropriação é a transferência geográfica de valor.

Podemos ver desta maneira que a transferência geográfica de valor é o conteúdo da forma de apropriação do espaço geográfico, portanto, do território. Isto é, a categoria território mistifica, abstrai, a transferência geográfica de valor.

Dando continuidade à discussão sobre a Dialética da Dependência, que nos direcionou para o debate sobre a equalização da taxa de lucro, portanto, da transferência geográfica de valor, podemos entender como o autor Rui Mauro Marini (1974) se posiciona de maneira crítica e revolucionária ante esta realidade da dependência e pautando o como se pode dar uma superação desta condição.

Como vimos nos exemplos anteriores, um nível de produtividade baixo significa dizer que sua composição orgânica de capital é baixa, em outras palavras, seu capital total investido está direcionado em maior peso sobre o capital variável. Entretanto, esta não é uma escolha dos capitalistas latino-americanos, esta é uma determinação geográfica sob o território, logo, as mercadorias produzidas para o mercado mundial por este território produtivamente baixo têm maior valor e de tal maneira que ao serem vendidas pelos preços de mercado este território com

composição orgânica de capital baixo transfere valores para os territórios mais produtivos, pois os preços de mercado são suficientemente baixos para que se produza uma transferência geográfica de valor.

O fenômeno mundial da exportação de capitais das economias centrais direcionados a territórios com baixa composição orgânica de capital, foi descrito por Hilferding (1985) e também por Lenin (2008), o qual é produzido pela concorrência que é o fenômeno que opera o tempo todo na equalização na taxa média ou geral de lucro, tal como vimos no exemplo anterior.

Leite (2016, p. 85) levanta o seguinte teorema: "A formação da taxa geral de lucro mundial só pode ser operada em termos aproximados se, e somente se, considerarmos a possibilidade de migração entre capitais de distintas nacionalidades". Esta chegada de capitais estrangeiros aos territórios menos produtivos implica uma maior produtividade nos territórios com baixa composição orgânica de capital, "Sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la - uma queda da taxa de lucro" (MARINI, 1973. p. 118, tradução nossa).

Marini se refere à lei da queda tendencial da taxa de lucro que foi como o denominou Marx (2017c, P. 249), no livro III, no capítulo 13. Essa queda é produzida nos territórios menos produtivos da América Latina, mas é sabido que estes capitais que chegam são de uma etapa anterior ao processo latente de desenvolvimento das forças produtivas dos territórios que são mais produtivos, perpetuando a condição de dependência em que está circunscrita a economia latino-americana.

Marx (2017c), quase no final do capítulo 10, do livro III, nos mostra o que significa o desenvolvimento do capital num território dado:

O capital logra realizar essa equalização em maior ou menor grau quanto maior for o desenvolvimento capitalista num Estado-nação dado, isto é, quanto mais adequadas ao modo capitalista de produção se encontrem as condições do país em questão (MARX, 2017c, P. 231, grifos nossos)

Temos aqui praticamente um critério, entre tantos outros, mas é um dos mais importantes para saber se o grau de desenvolvimento do capital no território. Vejamos que Marx utiliza a expressão Estado-nação na citação de acima, o que significa dizer que País ou Estado-Nação é uma outra forma mais concreta de apresentar-se o território. Por outro lado, a equalização da taxa média ou geral de lucro que distribui

um lucro igual aos capitalistas, não importando qual seja a esfera ou ramo de produção em que se encontrem, é mostra de um maior desenvolvimento do capital no território. Logo, um maior desenvolvimento do capital num território dado é sinônimo de que a produção capitalista é mais desenvolvida neste (território).

Mas é de advertir que esta equalização da taxa de lucro se comporta de maneira aproximada ou tendencial, porque o fator que faz que seja assim, aproximada, é a própria realidade, portanto, “A aproximação, porém, será tanto maior quanto mais desenvolvido se encontrar o modo de produção capitalista e quanto mais se tiver eliminado sua impureza, separando-o dos restos de realidades econômicas anteriores” (MARX, 2017c, P. 209). Assim, temos que um território é mais desenvolvido quando mais se aproxime a uma equalização da taxa média ou geral de lucro que distribui o lucro de maneira igual.

Em quanto a lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx também deixa ver como o desenvolvimento do capital no território na medida que avança, a taxa de lucro cai como tendencia, é dizer que o território é mais desenvolvido quando os lucros derivados da equalização da taxa média ou geral de lucro, são menores pero iguais para todos os capitais. Ele vai dizer,

O que vale para diversos estágios sucessivos de desenvolvimento num mesmo país vale também para diversos estágios de desenvolvimento simultaneamente existentes em diferentes países. No país não desenvolvido, no qual a primeira composição do capital constitui a média, a taxa geral de lucro seria = 66.2/3%, enquanto no país do segundo estágio de desenvolvimento, muito superior ao primeiro, ela seria =20%. (MARX, 2017c. P. 252)

Podemos ver que Marx entende que existe diversos estágios de desenvolvimento num mesmo território e em territórios diferentes, logo, a equalização da taxa média ou geral de lucro que se dá entre capitais que produzem mercadorias diferentes com produtividades diferentes também se está dando entre territórios diferentes com produtividades diferentes.

Uma segunda observação com respeito a citação anterior é a seguinte, quando ele está se referindo aos diferentes estágios do desenvolvimento do capital ele os reconhece pela distinção entre as composições orgânicas de capital. Ou seja, o capital que se encontra no estágio de maior desenvolvimento é aquele que tem maior composição orgânica de capital, que se traduz em maior produtividade, a sua

vez o capital que se encontra no estágio de menor desenvolvimento é o menos produtivo.

Daí, é que podemos falar que um território é mais ou menos produtivo que outro, segundo o estágio de desenvolvimento do capital, ou seja, os territórios em que o estágio de desenvolvimento do capital é maior, ou seja, a produção capitalista está mais desenvolvida, vão ter maior composição orgânica de capital e os territórios em que o estágio de desenvolvimento do capital é menor, vão ter menor composição orgânica de capital. É assim como o encontramos em Marx (2017c, P. 253) "Em se tratando de países em que a produção capitalista apresenta diversos graus de desenvolvimento e, por conseguinte, diferente composição orgânica do capital".

Assim, os territórios em condição de dependência que são os menos produtivos, segundo Marini (1974, p. 118, tradução nossa), buscam incrementar a cota de mais-valor, "se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio tenha lugar". O que o autor está querendo nos dizer é que existem mecanismos, ou que a queda tendencial da taxa de lucro traz com si mesma, contra tendências que são munidas a esta queda tendencial e que puxam para cima dita a taxa.

Portanto, o território como categoria geográfica, traz por dentro dela o processo de transferência geográfica de valor num mesmo território como entre territórios distintos com produtividades diferenciadas. Isto é, que a Transferência Geográfica de Valor entendida como categoria geográfica, coloca em evidencia que o Território é a relação social de apropriação do espaço geográfico em sua totalidade por parte dos capitais mais produtivos e que se manifesta como "exploração capitalista internacional" (Idem, p. 120, tradução nossa).

Um entendimento equivocado da categoria geográfica Território é o que "conduz a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações" (Idem, p. 120, tradução nossa), a única maneira de suprimir a transferência geográfica de valor é superar e/ou transformar o tipo de apropriação do espaço geográfico que se dá nesta época social e histórica chamada capitalismo, isto é, que o território tem que ser superado e/ou transformado de tal maneira que sua dialética seja outra em sua totalidade.

Com respeito a superação da dependência Marini (1973, p. 120, tradução nossa) diz o seguinte, "quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca". Podemos dizer então, que visões nacionalistas ou posturas nacionais de desenvolvimento, ou seja, ações particulares, em qualquer escala, em direção para superação do território, estariam também subsumidas a este processo de transferência geográfica de valor que se dá em todo o globo entre territórios, inclusive entre os que tem uma alta produtividade, mas que suas diferenças são mínimas.

Podemos verificar então que o território é a forma que tem o capital para subsumir o espaço geográfico em sua totalidade "ao império do capital" (WOOD, 2014, p. 1), e na medida em que temos um maior desenvolvimento do capital no território "o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida em que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação." (MARINI, 1973, p. 120, tradução nossa), o que faz do território uma legalidade mais do capital.

Vemos assim que se a essência do imperialismo é a transferência de valor, que a sua vez é uma transferência geográfica de valor, os países imperialistas que são os que se apropriam do mais-valor produzido pelos territórios menos produtivos se estão apropriando do espaço geográfico em sua totalidade. Temos que dizer mais uma vez que a categoria território se entende como uma relação social capitalista e que toda expressão que reivindique esta categoria e que não tenha em conta a transferência geográfica de valor como seu conteúdo mistifica ainda mais a realidade.

CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES FINAIS

A pergunta que fica depois de realizar todo este trabalho de investigação é a seguinte: o que, nesta época social e histórica que chamamos de capitalista, não é determinado pelo valor? Sua resposta foi dada pelo professor Carcanholo (2021) numa palestra realizada no dia 01-09-2021, no VI ENCONTRO NACIONAL e XII FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO – ENGPECT: “nada” (CARCANHOLO, 2021). Desta maneira, entendemos que tudo criado antes de se consolidar (efetivar-se) no modo de produção capitalista, foi subsumido, transformado e reconstituído, pelo capital, através de suas legalidades, portanto, determinado pelo valor.

Então, vejamos que tudo criado no capitalismo já nasce determinado pelo valor, é assim como o entende Marx:

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, *aqui a moderna sociedade burguesa*, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal. [...] Em todas as formas de sociedade, *é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações*. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. *É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta* (MARX, 2011. P. 59, grifos nossos).

Entendemos que esse sujeito, do qual está falando Marx, nada mais é que o valor, pois, este se personifica e como o próprio autor o coloca na citação acima, é “aqui a moderna sociedade burguesa”. Desta maneira, o que estamos dizendo é que o valor se apresenta como a forma da sociedade burguesa nas palavras de Marx (2011) e quando ele diz que “é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações”, está querendo nos dizer, que tanto a produção do valor como suas relações, determinam ou influenciam as outras produções e suas relações. E que é o valor esse “éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta”.

De maneira muito simples podemos ver que o valor tomou tal dimensão que o espaço geográfico é outra forma de manifestação dele mesmo. Entender este (valor ~ espaço geográfico) neste sentido, faz com que a Geografia, ciência que se preocupa por esse tipo de objetos (espaço geográfico), tem a responsabilidade de desmistificar a realidade através de seus objetos de estudo, desvelando as contradições em seus respectivos níveis de abstração, que cada um destes deles (lugar, paisagem, região, cidade, espaço urbano, etc.) produz. Sendo assim, vemos que a proposta teórica dos autores Harvey (2013, 2006), Smith (1988) e Massey (1995), através de suas reflexões teóricas, nos permitiram entender que para nossa interpretação geográfica acerca da transferência de valor, não podia partir de uma manifestação particular (localização) das formas de distribuição da força de trabalho no espaço geográfico.

O desenvolvimento geográfico desigual, é uma criação analítica, por parte destes autores, anteriormente mencionados, que não se precatarem ao propor em suas reflexões, nas que a localização da produção de valores é determinante para a acumulação e/ou reprodução ampliada do capital, estavam substituindo o “éter particular” desta sociedade burguesa, o valor. Ao fazer isso, suas propostas ou empreendimentos teóricos são instrumentos que apontam a uma mistificação maior da realidade.

Foi a teoria do imperialismo, proposta por Leite (2016) na qual se demonstra como nesta época social e histórica (capitalismo) as transferências internacionais de valor são a essência do imperialismo, a que nos permitiu compreender como se dá a apropriação dos valores no capitalismo. O capital como relação social se apresenta por meio de dois processos sociais o de produção de valores e de sua apropriação, entendido em seu desdobramento (produção/apropriação), as transferências internacionais de valor são a forma particular que tem o capital para se apropriar dos valores.

Esta particularidade (transferências de valor) do capital é real e concreta, este fato nos levou a questionarmos, como se está dando esta particularidade a nível geográfico. É assim, que em nossa leitura da teoria de imperialismo de Leite (2016), conseguimos entender que a transferência de valor pertence a um nível de abstração intermediário, por assim dizer, entre a acumulação (reprodução ampliada do capital) e a realidade (compra e venda de mercadorias). A apropriação de valores, vista como transferências de valor entre capitais distintos, teria, por assim dizer, seu homólogo social e geográfico, dito homólogo existe no espaço geográfico, entendendo ao espaço geográfico como uma outra forma de aparecer o valor, ou seja, é o valor na sua dimensão geográfica, o espaço geográfico seria a manifestação espacial da acumulação do capital.

Logo, a apropriação de valores no capitalismo se manifesta também de maneira geográfica, e essa seria dada através da apropriação do espaço geográfico, como forma particular que tem o valor de apresentar-se na sua dimensão espacial. Assim que ditas transferências de valor podem ser encaradas como transferências geográficas de valor.

A transferência geográfica de valor, nada mais é que a forma particular, em sua dimensão espacial, que tem o capital para se apropriar do espaço geográfico em sua totalidade. Entendemos que esta apropriação é uma forma de produzir e reproduzir as legalidades (determinações) que, o fazem ser o modo de produção desta época social e histórica, o capital cria e recria cotidianamente só que em sua dimensão espacial.

O estudo das diferentes concepções teóricas da categoria território nos permitiu identificar que esta, já estudada pela ciência geográfica, é a forma de apropriação do espaço geográfico, logo, esta apropriação do espaço geográfico que é uma forma do capital para reproduzir suas legalidades, em sua dimensão espacial, na totalidade, vemos assim que as transferências geográficas de valor, são a forma particular que o capital tem em sua dimensão espacial de apropriar-se do espaço geográfico, do valor. Então, o território é essa forma de apresentar-se as transferências geográficas de valor. Isto é, o território é a forma mistificada em que se apresenta a transferência geográfica de valor.

Sendo assim, o território é uma categoria própria do capital, é uma legalidade espacial que o capital tem para se apropriar dos valores produzidos no espaço geográfico em sua totalidade. Visto o território desta maneira consideramos que a geografia como ciência tem que disputar o tipo de apropriação geográfica do espaço em vista de superar e/ou transformar esta categoria que reproduz as legalidades do capital na sua dimensão espacial.

Deixamos como sugestão que o valor de mercado das mercadorias produzidas vive na seguinte desigualdade e que em estudos posteriores se poderá continuar com uma generalização muito mais sugestiva:

$$(\sum_i^n [\mathbf{Vm}_{+/-} + (\mathbf{Vm}_+)_i]) / n < (\sum_{i,j}^n [\mathbf{Vm}_{+/-} + (\mathbf{Vm}_-)_i + (\mathbf{Vm}_+)_j]) / n < (\sum_i^n [\mathbf{Vm}_{+/-} + (\mathbf{Vm}_-)_i]) / n$$

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. *Revista Pensata*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 80-96, nov. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/jande/Downloads/297-7-PB.pdf>

BORTOLIN, B., SOUZA, J. TERRITÓRIO E PODER: DO CONSTRUCTO AO SISTEMA TERRITORIAL. ENANPEGE, 13., 2019, São Paulo. Anais eletronicos. Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2019. 13 p. Disponível em: [XIII Encontro Nacional da ANPEGE - XIII ENANPEGE - Anais eletrônicos](#)

BUKHARIN, N. A economia mundial e o imperialismo. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CAPEL, H. S. Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013a. p. 71-98.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 191-205, jan./abr. 2013b.

DUSSEL, E. Hacia un Marx desconocido: un comentario de los manuscritos del 61-63. Ciudad de México: Siglo XXI, 1988.

EMMANUEL, A. El intercambio desigual. In: AMIN, S., et al. *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1990. p. 27-64.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GOTTMANN, Jean. The significance of territory. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOODING, K., 'Ford imports exceed exports', The Financial Times, 27 April 1982.

GUNDER FRANK, A. **World Accumulation: 1492-1789**. Nova York: Monthly Review Press. 1978.

HADJIMICHALIS, C. The geographical transfer of value: notes on the spatiality of capitalismo. Sci-Hub, 2019. Disponível em: <https://sci-hub.tw/https://doi.org/10.1068/d020329> Acesso em: 08 agosto. 2019.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. Tradução de Magda Lopes, São Paulo: Loyola; 2006.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Boitempo; 2013.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*, tradução Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 2000 (2ª edição).

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KHUN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LA BLACHE, P. As características próprias da Geografia. *Annales de Géographie*, 22. Trad.: Odete Sandrini Mayer, 1913. Disponível em: [as-caracteristicas-proprias-da-geografia-La-Blache1.pdf \(ufff.br\)](#).

LA BLACHE, P. *Princípios de geografia humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Espanha: Capitán Swing Libros, 2013 (e-book)

LENIN, V. Imperialismo e a cisão do socialismo [1916]. In: LENIN, V. *Lenin Collected Works*. Tradução de Vinicius Valentin Raduan Miguel. Moscow: Progress Publishers, 1964. p. 105-120. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>. Acesso em: 03 março 2020.

LENIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Leila Prado. 4. ed. - 1ª Reimpressão - São Paulo: Centauro, 2008 - 2010. LENIN, V. *Obras Escogidas en Tres Tomos*. Tomo III. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

LEITE, L. M. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de marx*. 2016. 336 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia. Tradução de Maria Julibta Nogueira e Silvério Cardoso da Silva. Lisboa: Presença, 1974.

MANDEL, E. *O Capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, E. *O Capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. In: MARINI, R.M, **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1973. p. 107 -149.

MARINI, R. M. Subdesarrollo y revolución. México: siglo veintiuno, 1974.

MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos políticos*, Ciudad de México, n. 12, abr./jun. 1977.

MARINI, R. M. Dialética da dependência 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: DIFEL, 1980. (3 v.)

MARX, K. *A miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. – 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2017d.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K. Crítica do programa de Gotha. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Boitempo, 2017c.

MARX, K. Crítica do programa de Gotha. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. - 2. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2017a.

MASSEY, D. *Spatial Divisions of Labour*. London: Palgrave Macmillan, 1995.

MORAES, A. Introdução. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, A. C. R. (org.) Ratzel. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MUSCARÀ, L. HEURÍSTICA DE JEAN GOTTMANN: um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. S. (org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.;

OSORIO, J.; LUCE, M. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 39-60, jan./mar. 2014.

PRADELLA, L. Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings. London: Routledge, 2015.

RAFFESTIN, C. *Foucault aurait-il pu révolutionner la Géographie?* » in FRANCHE D., PROKHORIS S., ROUSSELY. (éd.), Au risque de Foucault, Paris, Centre Georges Pompidou, Centre Michel Foucault, coll. Supplémentaires, 1997, p. 141-149.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RITTER, K. Comparative geography. Tradução William L. Gage. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO, 1865. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314906804_O_LEGADO_TEORICO-METODOLOGICO_DE_KARL_RITTER_Contribuicoes_para_a_sistematizacao_da_geografia_IL_LEGATO_TEORICOMETODOLOGICO_DI_KARL_RITTER_Contribuzi_oni_per_la_sistematizzazione_della_Geografia.

SAMPAIO JÚNIOR, P. D. A. Por que voltar a Lenin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LENIN, V. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011. p. 7-104.

SANTOS, M. "Nação, Estado e território". In: SANTOS, Milton. Nação e poder: as dimensões da história. Niterói. EDUFF. 1998. p. 26.

SANTOS, M. "A questão: o uso do território" In: SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. *O Brasil território e sociedade no início do século XXI*. Editora Record. São Paulo. 2006a, p.19.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006b.

SANTOS, Milton. “A questão: o uso do território” In: SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. O Brasil território e sociedade no início do século XXI. Editora Record. São Paulo. 2006a, p.19.

SOJA, E. Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zhar, 1993. (e-book).

SOUZA, R.F. A “geografia do poder” de Claude Raffestin: uma contribuição á teoria materialista do território. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Rio claro, 2020.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In Cox, K., editor, Spaces of globalization New York: Guilford Press, 1997. p. 137–166.

WOOD, E. M. O império do capital. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.